

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Edison Minami

Casamento misto e ecumenismo em São Paulo – SP (1958-1978)

V. 1

São Paulo
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Casamento misto e ecumenismo em São Paulo – SP (1958-1978)

Edison Minami
edison.minami@hotmail.com

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social do
Departamento de
História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Profª. Dra. Laima Mesgravis

O presente trabalho
contou como apoio do
**Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico
e Tecnológico – CNPq - Brasil**

São Paulo
2010

Resumo	Abstract
<p>Esta tese procura compreender o <i>casamento misto</i> na cidade de São Paulo, SP no período compreendido entre os anos de 1958 até 1978. O casamento misto ocorre quando um dos cônjuges é cristão, mas não pertence à Igreja Católica.</p> <p>Para os protestantes, o equivalente seria o chamado <i>casamento ecumênico</i>, onde basta que um dos cônjuges pertença a mesma denominação religiosa, luterana por exemplo, para que o casamento possa ser celebrado.</p> <p>O tema remete a leituras sobre o ecumenismo, o relativismo religioso, o papel da mulher nas Igrejas, podendo também servir de termômetro para a situação da família brasileira no séc. XXI, que nas últimas décadas sofreu profundas transformações, assim como transformações no perfil religioso do brasileiro, devido ao intenso movimento de conversão para novos movimentos religiosos de dentro ou de fora do cristianismo.</p> <p>Palavras-chave: Matrimônio, casamento misto, ecumenismo, história da religião, ciência da religião.</p>	<p>These theses try to understand the <i>mixed marriage matrimony</i> at Sao Paulo city, in the period of years 1958 till 1978. The mixed marriage is performed when one of married couple is Christian but not belongs to the Catholic Church.</p> <p>For the protestant the equivalent would be so called ecumenical marriage, in which the fact that one of married couple belongs to the same religious denomination for example Lutheran, is enough condition to celebrate the union.</p> <p>The subject calls for a reading about the ecumenism, religious relativism, the role of women in the churches, becoming also able to serve as a parameter for evaluation of Brazilian family situation in the XXI century, which in the last decades had suffered a very deep transformations, as well transformations in Brazilian religious profile, due to intense conversion effort to new religious movements inside or outside the Christianity.</p> <p>Keywords: Matrimony, mixed marriage, ecumenism, history of religion, science of religion.</p>

Índice	Página
Casamento misto e ecumenismo em São Paulo-SP (1958-1978)	
Resumo/Abstract	03
Índice	04
Abreviações e siglas mais utilizadas nesta tese	07
Agradecimentos	08
Introdução	10
Delimitação do Tema e Objetivos	12
<i>Igrejas e política no Brasil</i>	14
<i>Igreja Católica e política no Brasil</i>	26
<i>Inculturação</i>	35
Justificativa Teórica/ Historiográfica - Casamento misto, ecumênico e inter-confessional	41
Estado atual de nossos conhecimentos	46
Metodologia/Fontes	68
Capítulo 1: O casamento como organização familiar	74
O casamento luterano	98
A evolução do casamento: do Novo Testamento aos dias atuais	101
A origem do Código de Direito Canônico – <i>Codex Iuris Canonici</i>	103
<i>O Código de Direito Canônico – 1917</i>	108
<i>A gestação do código de 1983 – confronto com o Código de 1917</i>	122
Breve relato da evolução do diálogo católico-luterano	127
Capítulo 2 – O imigrante alemão no Brasil – imaginário e adaptação	139
O imaginário do imigrante alemão X choque com a realidade	144
Do campo para as cidades: transformações na vida dos teuto-brasileiros	159
Mudanças na estrutura da Igreja Luterana	173

Capítulo 3: O casamento inter confessional na cidade de São Paulo – SP	179
Apresentação da Igreja da Paz – luterana	180
Apresentação da Paróquia de Santa Generosa – católica	188
<i>Origens da paróquia</i>	193
As atas de casamentos – estudo de casos	200
<i>A documentação de Santa Generosa</i>	200
<i>A documentação da igreja da Paz</i>	206
Análise dos documentos	210
<i>Perfil etário</i>	210
<i>Origem e residência dos cônjuges – estados brasileiros e países</i>	214
<i>Profissões dos cônjuges</i>	228
<i>Estado civil dos cônjuges – igreja da Paz</i>	240
<i>Religião dos cônjuges e dos pais dos cônjuges</i>	242
<i>Filiação dos noivos quanto ao registro civil - Santa Generosa</i>	253
<i>Religião dos noivos x religião dos pais</i>	257
<i>Língua litúrgica utilizada – igreja da Paz</i>	262
<i>Modalidades de benção – Santa Generosa</i>	264
<i>Número total de casamentos x casamentos mistos e ecumênicos</i>	266
<i>Casamentos inter-confessionais e migração religiosa</i>	273
<i>Versos bíblicos usados em alguns casamentos ecumênicos da ig. da Paz</i>	282
Conclusões	292
Anexos	300
Anexos – 1: Glossário de Igrejas e denominações citadas na tese	300
Anexos – 2: Celebração e casamentos inter-confessionais	311
<i>Orações ecumênicas: Pai Nosso e Credo Apostólico</i>	333
Anexos – 3: Fichas para celebração matrimonial localizadas na Paróquia de Santa Generosa	334

Fontes e Bibliografia	339
Documentos impressos	339
Documentos inéditos e manuscritos	347
<i>Atas e fichas de casamentos</i>	347
Bibliografia	368
<i>Livros</i>	368
<i>Artigos</i>	382
<i>Dissertações e teses</i>	384

Abreviações e siglas mais utilizadas nesta tese:

Livros bíblicos:

Antigo Testamento:

1 Sm.: Primeiro livro de Samuel	Js.: Josué
Dt: Deuteronômio	Lv: Levítico
Es: Esdras	Ml: Malaquias
Gn: Gênesis	Nm.: Números
Is: Isaías	Pr.: Provérbios
Jr.: Jeremias	

Novo testamento:

1 Cor: Primeira carta de S. Paulo aos Coríntios	At.: Atos dos Apóstolos
2 Cor: Segunda carta de S. Paulo aos Coríntios	Col.: Carta de s. Paulo aos Colossenses
1 Jo.: Primeira carta de S. João	Fil.: Carta de s. Paulo aos Filipenses
1 Pe.: Primeira carta de S. Pedro	Gal.: Carta de S. Paulo aos Gálatas
1 Tim.: Primeira carta de S. Paulo a Timóteo	Hb.: Carta de S. Paulo aos Hebreus
2 Tim: Segunda carta de S. Paulo a Timóteo	Jo: Evangelho segundo João
	Lc: Evangelho segundo Lucas
	Mc: Evangelho segundo Marcos
	Mt: Evangelho segundo Mateus
	Rm.: Carta de S. Paulo aos Romanos

Instituições, entidades e Igrejas:

CMI: Conselho Mundial de Igrejas (em inglês: WCC – World Council of Churches)
CNBB: Conferência dos Bispos do Brasil
CONIC: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
ICAR: Igreja Católica Apostólica Romana
IECLB: Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil

Outros:

CIC: Codex Iuris Canonici (em português: CDC - Código de Direito Canônico)
--

Agradecimentos

Foram muitas as pessoas, instituições e grupos que me deram forças neste mais de quatro anos de pesquisas sobre os casamentos inter-confessionais e o ecumenismo. Por isso, peço a licença aos leitores desta tese para realizar uma longa enumeração de nomes.

Antes de tudo e de todos, agradecer a Deus e aos meus pais Ernesto e Emi, e ao meu irmão Elcio pela força dada desinteressadamente ao trabalho acadêmico. Esta tese é fruto do esforço e da entrega deles também.

Ao Prof. Dr. Augustin Wernet (*In memoriam* – † Nov. 2006), idealizador primeiro do tema, falecido repentinamente quando este trabalho estava sendo formulado.

A professora Laima Mesgravis, orientadora paciente e arguta nas suas colocações e correções de rumos, onde a experiência de vida superou em diversos momentos o conhecimento científico.

Ao **CNPq-Brasil** por financiar por anos esta empreitada tão singular.

Aos professores Marcos Napolitano, Maria Aparecida de Aquino, Maria Inez Borges Pinto, Adone Agnolin, Fernando Torres Londoño, Elton Nunes, Tatiana Boulhosa, leitores de partes deste trabalho. Agradeço diversas sugestões dadas.

A Evandro Faustino pelo apoio em diversas horas nestes anos.

Ao Pastor Herman Wille e ao Cônego José Mayer Paine pela abertura dos arquivos das comunidades luterana e católica, sem a qual nem haveria esta tese.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação da FFLCH-USP, tanto do departamento de História (Oswaldo, Priscila e Patrícia) quanto da Secretaria Central (Regina Santana), por me tirarem de diversos apuros burocráticos.

Às secretárias da ig. da Paz, Eleonora, Najda e Nice. Pela paciência em acessar diversas vezes caixas, papéis e livros muito antigos. Do mesmo modo agradeço às secretárias da Paróquia de Santa Generosa Cecília, Donata, Jeannete, pela atenção em abrir o acesso aos arquivos da igreja, além do vigia da igreja e grande amigo Ailton Leão por abrir – literalmente! – os arquivos para minhas consultas.

Aos amigos Edu Dias, Zé Ricardo e Edu pelo apoio ao longo de anos, e a Rosa Aurora Santana pela tradução de diversos termos em alemão. A todos do Centro Vila Nova pelo acolhimento em diversos momentos difíceis.

As funcionárias das *Pesquisas Religiosas da Biblioteca dos Padres Redentoristas* do Ipiranga, e aos funcionários do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo – UNIFAI (Av. Nazaré) pela atenção ao atendimento não só a mim, mas a todos os pesquisadores da religião na cidade de São Paulo.

Ao pessoal do *Xerox do seu Luiz* (Márcia e André) por darem muita força nesta caminhada, além da impressão final desta tese.

E a todos e todas que, nestes anos todos de alguma maneira me ajudaram a concluir este trabalho, mesmo se foi apenas com um pequeno sorriso.

A todos quero dizer: obrigado!

Introdução

Introdução

A vida humana poderia ser dividida nas seguintes etapas: concepção; nascimento; crescimento; reprodução; maturidade; envelhecimento; morte. Cada uma dessas etapas marca um momento crucial, estejamos conscientes disso ou não. Ninguém escolheu ser concebido ou nascer, mas poucos vão reclamar disso.

A comemoração marca uma lembrança, uma rememoração, é a certeza de que algo singular aconteceu naquela data, naquele momento e merece ser salvo do esquecimento. Por isso celebram-se fatos alegres: nascimentos, debutantes (para as meninas); passagens de ano (escolares e do calendário); vestibulares; primeiro emprego; aposentadoria; títulos futebolísticos: estaduais e nacionais, sul-americanos, recopas sul-americanas, libertadores, mundiais de clubes. Também se rememoram momentos de crise: acidentes; falecimentos; perdas materiais; com o claro objetivo de evitar o esquecimento.

Nas listas de coisas para se comemorar aparecem também os casamentos. Não nos cabe aqui decidir se casar entraria na primeira ou na segunda lista. O casamento quer marcar uma transição: é o acontecimento que demonstra que um homem e uma mulher decidiram iniciar uma vida a dois, com a possibilidade ou não de gerar filhos, de se reproduzir, de constituir uma família. Mas é preciso lembrar que a tradicional visão do casamento como único meio adequado para constituir família e criar filhos não é consenso entre especialistas:

“A família (...) não é considerada fundamental para os antropólogos, que entendem não ser preciso casar para se ter filhos. É preciso nascer – pertencer a uma parentela -, para depois se casar e ter descendentes. A parentela antecede, portanto, a família”¹.

Nossa tese vai se prender a visão mais tradicional do casamento: o casamento como um rito de passagem entre a vida de solteiro e a vida de casado, com a

1 CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. “Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos”, in: *Col. São Paulo, Vol. 6*. São Paulo, Ed. Paz e Terra – Grupo Santander Banespa. 2003. p. 233.

possibilidade ou não de gerar descendentes, e confirmado por instituições sobrenaturalmente credenciadas para atestar a legalidade dessas uniões, as religiões.

Por motivos de amplitude do tema nos limitamos a estudar duas instituições cristãs: a *Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR)* e a *Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)*. A escolha da IECLB como alvo de nossos estudos também se deve ao fato das denominações protestantes em geral apresentarem o casamento não como um sacramento, mas um contrato de vida a dois. Nesse sentido, tanto luteranos quanto metodistas, episcopais, batistas, pentecostais se assemelham². Assim, o tema de nossos estudos é a possibilidade do casamento entre católicos e luteranos tanto em uma quanto em outra das Igrejas.

O casamento entre cristãos de denominações diferentes é chamado pelos católicos de *casamento misto (mixta matrimonia)* e é celebrado quando um dos cônjuges não é católico, mas foi batizado validamente, a partir das diretrizes católicas. Algumas garantias devem ser dadas pelo cônjuge não católico para que o casamento possa ser celebrado: prometer não interferir na vida espiritual do cônjuge católico e educar os eventuais filhos na religião católica. Já do cônjuge católico se exige que faça um esforço para converter seu (ua) companheiro (a) ao catolicismo.

Os luteranos classificam como casamento *ecumênico* ou *interconfessional* a união de cônjuges de denominações cristãs diversas. As garantias dadas com relação aos casamentos mistos são recomendadas, porém não constituem obstáculos a celebração matrimonial. Para os luteranos basta que um dos cônjuges seja batizado no luteranismo para que possa haver celebração. Outro diferencial é a possibilidade do casamento de divorciados, já que o casamento, ao contrário do que entende o catolicismo, não é um sacramento. Está apenas submetido às leis do país onde é celebrado.

Os problemas que cercam o casamento misto remetem a temas como ecumenismo, relativismo religioso, ciência e vida moderna, também servindo de termômetro para a situação da família brasileira, que a partir das últimas décadas do século XX sofreu profundas transformações no seu perfil religioso.

Delimitação do Tema e Objetivos

2 Cf. em Anexos modelos comuns sugeridos para casamentos entre pessoas de Igrejas diversas.

Adotamos a periodização entre os anos de 1958 a 1978 por abranger o período entre a eleição e morte dos Papas João XXIII (1958-1963) marcos do início da atualização na Igreja Católica (*aggiornamento*) e Paulo VI (1963-1978), a preparação (1958-1962), abertura e encerramento do *Concílio Vaticano II* (1962-1965) onde ocorreu a entrada do catolicismo no movimento ecumênico com a publicação do documento *Unitatis redintegratio* sobre o ecumenismo (1964). A cronologia se encerra com as eleições dos Papas João Paulo I (1978) e João Paulo II (1978-2005), que representaram para boa parte dos especialistas o início de uma nova fase de *volta à grande disciplina*³ segundo a leitura do teólogo João Batista Libânio⁴.

João Paulo I foi conservador na doutrina e na disciplina, mas não na pastoral. Sendo assim, ele sem dúvida foi direto antecessor de João Paulo II, montando um programa de governo rígido devido ao contexto de sua época: indisciplina em parte do clero, abandono do celibato e da clausura, relativismo moral e doutrinal⁵. A questão da firmeza doutrinal pesou em sua eleição, do mesmo modo a de Karol Wojtila – papa João Paulo II. A cronologia não contempla o papado de João Paulo II por ser recente e não termos posições definidas acerca de seu impacto na História da Igreja nem na vida das demais Igrejas Cristãs. O mesmo vale para seu sucessor, Papa Bento XVI, que durante o pontificado de João Paulo II atuava na *Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé*.

Do ponto de vista regional, vamos tratar dos arcebispados de Carlos Vasconcellos Motta (1944 – 1964), Agnelo Rossi (1964 – 1970), e Paulo Evaristo Arns (1970 – 1998), por terem empreendido uma série de mudanças na Arquidiocese de São Paulo, seguindo o rastro do Concílio Vaticano II e das transformações que ocorriam no continente latino-americano. A periodização também engloba um momento delicado da

3 LIBÂNIO, J. B. *A volta à grande disciplina*. São Paulo, Loyola. 1983.

4 Libânio é provavelmente um dos mais destacados *Teólogos da Libertação* brasileiros. Nascido em Belo horizonte - MG em 1932, desde cedo descobriu a vocação sacerdotal, entrando para a Companhia de Jesus – Jesuítas, onde permanece até hoje. Por volta dos trinta anos de idade, decide iniciar seu doutoramento em teologia em Roma na *Pontifícia Universidade Gregoriana*, na mesma época da celebração do Concílio Vaticano II, e exercendo o encargo de lecionar no colégio preparatório de seminaristas brasileiros, o Colégio Pio Brasileiro. Todos estes acontecimentos o levaram a ganhar uma visão de Igreja que o aproximou da Teologia da Libertação. Sua obra é vasta – de acordo com seu Currículo Lattes já teria publicado mais de 130 livros, além de colaborações e artigos. Ganhou notoriedade após publicar as obras *As grandes rupturas sócio-culturais e eclesiais* (1981) e *A volta à grande disciplina* (1984). Nesses dois trabalhos argumentava que as mudanças sofridas pelo catolicismo nos anos 1960 e 1970 eram irreversíveis, o que não impediria a implantação de projetos de retomada dos valores tradicionais, no caso referindo-se ao papado de João Paulo II. Atualmente leciona na UFMG e em diversos institutos teológicos brasileiros.

5 TORNIELLI, Andréa – ZANGRANDO, Alessandro. *João Paulo I – o papa do sorriso*. Trad. José Fernando Wistuba – Fernando Marchezini. São Paulo, Quadrante. 2000. p. 84.

história brasileira com a deposição de João Goulart e o início de um longo período com a presença dos militares no poder.

Além disso, o crescimento das cidades, a saída de grandes contingentes populacionais do campo, a absorção dessa massa populacional pela indústria e pelo setor de serviços provocaram uma brusca mudança no perfil religioso, com reflexos nas denominações e no casamento.

Igrejas e política no Brasil

O momento em que nossa pesquisa se inicia (1958) ainda assistia a presença do chamado *Populismo*. Iniciado com Getúlio Vargas nos anos trinta do séc. XX, o populismo inspirou toda uma geração de políticos brasileiros. O discurso atraente para as camadas trabalhadoras, o incentivo a industrialização e a urbanização, a preocupação em investir em obras públicas, o nacionalismo exacerbado são algumas de suas características:

“Até o início dos anos 60, o populismo foi a política de Estado que, bem ou mal, permitiu levar à frente a industrialização pela via dos atoleiros e conflitos. Mas o desenvolvimento alcançou o ponto em que aos trabalhadores interessava ultrapassar o populismo, enquanto à burguesia interessava desfazer-se dele. Do ponto de vista da burguesia, o sedativo populista havia perdido eficácia para o mal específico da luta de classes”.

“No sentido aqui empregado, o conceito de populismo não se reduz a demagogia e manipulação, aspectos secundários no contexto. O populismo inaugurado por Getúlio Vargas se definiu pela associação íntima entre trabalhismo e projeto de industrialização”⁶.

Para Gorender o populismo servira de ponte entre o antigo *Estado Oligárquico* e o atual momento que o Brasil vivia, por um lado, e por outro servira para acirrar os conflitos entre proletários e burgueses, empregados e patrões, ao permitir um maior e melhor desenvolvimento da indústria nacional e um crescimento dos assalariados na

6 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática. 1990. 4ª. Edição. p. 15.

indústria e no setor de serviços. Para o sociólogo Octávio Ianni o quadro populista também possuía elementos complicadores na própria estrutura das sociedades latino-americanas, imaturas com relação aos direitos e deveres democráticos de seus cidadãos, que freqüentemente passavam o poder de escolha para representantes ou líderes políticos⁷. O populismo não seria uma etapa rumo a um capitalismo mais pleno ou a uma sociedade mais justa (o socialismo), mas uma visão de mundo que se bastaria em si mesma, característica do universo latino-americano de modernização e urbanização recentes, com grandes populações de origem rural morando nos centros urbanos:

“Por um lado, considera-se que as massas marginais, ou classes populares, recém-constituídas nas periferias da cidade não dispõem ainda das condições psicossociais, ou horizonte cultural, que se supõe específicas do comportamento urbano e democrático. Elas se encontram em processo de ressocialização, sujeitas à revolução de suas expectativas e atitudes. Por isso, são levadas à aceitação dos mais diversos e heterogêneos padrões e valores sócio-culturais, inclusive os especificamente políticos”.

“Por outro lado, a sociedade urbana, ou urbano-industrial, não dispõe ainda das instituições políticas – por exemplo, o sistema de partidos políticos – adequadas à mobilização e incorporação dessas massas, nos quadros da ‘democracia representativa’”⁸.

Conseqüência disso, segundo Ianni, é a já referida imaturidade das instituições, sempre pensada de um ponto de vista dialético (tese x antítese = síntese) de inspiração hegeliana e marxista. Mas a política acompanha seus eleitores, e infelizmente o contrário não é verdadeiro. Segundo Ianni havia muitos interesses para serem atendidos por um único sistema político paternalista⁹. Diferentemente de Gorender, Ianni nos mostra a grande complexidade da sociedade onde o populismo nasceu. Ianni nos lembra que, apesar de todos os setores sociais estarem envolvidos no populismo, os assalariados sem dúvida eram o grupo mais visado, elemento chave para a modernização do Estado. Havia toda uma reciprocidade entre estes três elementos: assalariados com direito a

7 IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Civilização Brasileira. 1975. p. 8

8 IANNI, Octavio. Op. Cit. p. 25-26.

9 IANNI, Octavio. Op. Cit. p. 86.

voto, patrões (burgueses) e políticos, representantes simultâneos do trabalho e do capital.

“(…) os trabalhadores recém-chegados às grandes cidades estavam em processo de ressocialização, segundo as condições sócio-culturais, econômicas e políticas do ambiente urbano-industrial, ou predominantemente urbano. Pouco a pouco, uma parte deles é sindicalizada e politizada. Mas a maioria permanece ‘fora’ dos quadros políticos institucionais. Em geral, essa maioria manifesta-se quase que exclusivamente nas ocasiões das eleições, pelo voto obrigatório. Mesmo entre os sindicalizados, a participação ativa nas atividades do sindicato é reduzida. Não estão em condições de reconhecer a importância relativa do sindicato, ou do partido político, em face do voto, da demagogia e outros componentes do ambiente político urbano. O seu horizonte cultural naturalmente encontra-se em fase de modificação, mas está ainda impregnado de valores e padrões de comportamento vigentes entre sitiantes, agregados, camaradas, peões, colonos, volantes e outros tipos de trabalhadores rurais. Esse trabalhador e os seus familiares estão incorporando ou redefinindo os valores culturais e os padrões de comportamento mais característicos da sociedade urbana, em especial aqueles que governam as relações de troca peculiares da economia de mercado que predomina na cidade. Além do mais, a própria cidade, como economia, sociedade, cultura e política, encontra-se em transformação”¹⁰.

Com relação aos casais inter-confessionais de São Paulo não podemos esquecer a bagagem social e política que eles carregavam e que influenciou na escolha de seu parceiro. Pessoas que viviam em comunidades isoladas fossem do sul do Brasil ou do interior do estado de São Paulo, ou mesmo de regiões mais distantes como o norte e o nordeste, que nestes anos expulsavam milhares de pessoas dos sertões em direção das capitais estaduais, em um rápido e doloroso processo de redefinição de valores espirituais, sociais e familiares:

10 IANNI, Octavio. Op. Cit. p. 105-106.

“Somente uma parte muito restrita das massas populistas esteve preocupada com a democracia propriamente dita. Para a grande maioria dos adeptos passivos e ativos do populismo, o que estava em jogo era a ascensão econômica e social. Em plano secundário, colocavam-se o acesso à educação elementar e a democratização das organizações e relações sociais. Em geral os ideais democráticos eram preconizados por setores da classe média ou grupos de oposição na classe dominante”¹¹.

É essa mescla de luta pela sobrevivência com conscientização social que devemos levar em conta para entendermos este período. O populismo gozou de consenso durante os governos Dutra (1946-1951) e boa parte do segundo governo Vargas (1951-1954). Mas o suicídio de Getúlio marcou uma cisão dentro da sociedade, ao demonstrar que já existiam setores descontentes com o andamento da política nacional.

Esse descontentamento ficou mais evidente ao longo dos anos seguintes. A transição para o governo JK (1956-1961) e a queda do governo Jânio Quadros (1961) demonstravam o descontentamento de militares e conservadores com um modelo de gestão da coisa pública já desgastado. Mas a crise final se deu no governo de João Goulart (1961-1964) devido a sua conduta populista com flertes para a esquerda. A resposta da direita foi a deposição de Goulart no dia 31/03/1964 e a instalação de um governo provisório que não gozou de legalidade¹². A mudança de mentalidade com relação a leitura que se fazia do populismo, agora relacionado com o comunismo internacional e a subversão, sem dúvida foram fatores que pesaram no apoio a deposição de Goulart embora eles devam ser analisados sob a ótica da *longa duração braudeliana*, como desdobramento da atração das elites nacionais pelas soluções centralistas e autoritárias. Nos anos anteriores a 1964 havia todo um imaginário anti-comunista, mito fundador do *governo revolucionário* de 1964:

“(…) é central o papel que os depoentes atribuem ao anticomunismo na explicação dos motivos que levaram ao golpe. A origem histórica desse sentimento anti-comunista, disseminado nas

11 IANNI, Octavio. Op. Cit. p. 117.

12 Para mais detalhes, cf. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Cia. Das Letras. 2004. 4ª. Edição. p. 111-112.

Forças Armadas, é a revolta comunista de 1935. O efeito emocional do que foi visto como uma imperdoável traição perdurou por décadas, ritualizando-se na peregrinação anual ao monumento aos mortos da ‘intentona’. O próprio termo ‘intentona’, que passou a designar a revolta, denota o tipo de percepção que se reteve daquele episódio”¹³.

Essa dimensão mítica do que se convencionou posteriormente chamar de *Golpe ou Regime Militar de 1964* é fundamental para entendermos os acontecimentos posteriores, principalmente a partir de 1968 com o endurecimento do governo “revolucionário”. Os mortos de 1935 passaram a ser vistos como vítimas de uma *Martyria* militarista, versões uniformizadas dos santos da *Legenda Aurea*¹⁴. É preciso lembrar que o mesmo período era de mudanças políticas dentro das próprias Igrejas. A IECLB passava por um processo de conscientização política que a levou a abraçar a *teologia da libertação*:

“(…) em 1968 foram extintos, em Concílio Extraordinário em São Paulo, os Sínodos, surgindo a Igreja como corpo eclesiástico jurídico. O entusiasmo em torno desta trajetória e o reconhecimento de que a Igreja possuía uma missão no Brasil levavam à afirmação triunfalista de que se chegara à ‘superação dos últimos resquícios de uma ‘Igreja dos imigrantes alemães’”¹⁵.

Essa uniformização das estruturas e quadros apenas refletia uma preocupação maior com relação a própria auto-imagem que a Igreja Luterana queria transmitir ao Brasil: o de uma Igreja inserida na sociedade brasileira, não mais impermeável a trocas de experiências e contatos. A presença cada vez maior de luteranos, netos e bisnetos dos

13 D'ARAÚJO, Maria Celina. – SOARES, Gláucio Ary Dilion. – CASTRO, Celso. *Visões do golpe – a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro – RJ, Ediouro. 2004. P. 11-12.

14 A Legenda áurea era uma coletânea de biografias de santos católicos, que circulava na *Baixa Idade Média* e alcançou grande aceitação. A partir da ascensão da *Escola das Mentalidades* dentro da historiografia francesa a Legenda tornou-se uma valiosa fonte documental sobre a mentalidade do homem medieval. Assim como com os militares, nota-se um processo similar de “santificação” das vítimas da esquerda revolucionária. É interessante acompanhar em livros e na imprensa relatos de morte dos guerrilheiros, líderes políticos ou estudantis, criando um sentimento de empatia e proximidade com o leitor. Um bom exemplo é a quadrilogia de livros já citados do jornalista Elio Gaspari. No caso particular dos guerrilheiros do PC do B no Araguaia (1972-1975) que viveram anos entre a população local, seria interessante verificar se, após suas execuções pelos militares, não teriam surgido formas de devoção ou religiosidade popular em torno de suas figuras, pois é sabido que os populares costumam atribuir dons sobrenaturais como cura de doenças, conversão religiosa ou simplesmente atos sobre-humanos a todos que ao morrer passaram por um transe de morte doloroso e violento.

15 SCHÜNEMANN, Rolf. *Do gueto à participação - o surgimento da consciência sócio-política na IECLB entre 1960 e 1975*. São Leopoldo, Sinodal-IEPG/EST. 1992. p. 43.

pioneiros colonos nas cidades, em busca de uma colocação nos setores da indústria e serviços era um fato. A perda gradativa do alemão entre os “alemães” era visível, forçando a formação de pastores autóctones. No periódico do Sínodo Sudeste, *Kreuz in Süden*, a presença de páginas em português e alemão dava uma imagem do que estava acontecendo. Nesse momento poderíamos resumir os desafios da Igreja Luterana em dois: teologia da libertação e ecumenismo¹⁶. Este foi o momento da virada dentro da IECLB com relação a postura política, comparável ao Encontro Episcopal de Medellín (1968) e ao nascimento da teologia da libertação por parte da Igreja Católica. O modelo adotado pelos luteranos era inspirado nas *Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)*:

“(…) as novas práticas pastorais apontaram para a necessidade de uma revisão no exercício do ministério pastoral no interior da Igreja, bem como um repensar da inserção da Igreja na sociedade brasileira. Duas opções para o ser-Igreja se apresentavam. Uma dos ricos e, outra, dos pobres. Uma dos que administram a Bíblia de maneira individualista e, outra, dos que vivem a Bíblia em comunidade. Uma Igreja onde o pobre não tem vez e é objeto de decisões, de assistência e de diplomacia e outra onde o povo aprende a falar, se levantar e agir; uma Igreja que separa - ou parece separar - religião e política e outra que conhece uma só realidade”¹⁷.

Schünemann tece alguns comentários sobre a separação entre a atuação política dos cidadãos e sua atuação como fiéis luteranos. Ele nos lembra que essa

16 SCHÜNEMANN, Rolf. Op. Cit. p. 43-46.

17 SCHÜNEMANN, Rolf. Op. Cit., p. 116. Outro autor teceu interessantes considerações sobre as pastorais católicas: “Seguindo a linha do individualismo que caracteriza o Protestantismo pietista, quase sempre os vocábulos do seu jargão designam pessoas, ou seja, as dimensões coletivas e comunitárias permanecem relegadas a plano secundário”.

“Já no contexto romano-católico, o termo se refere a uma ação coletiva de intervenção em determinado escaninho da sociedade, com vistas à evangelização do povo de forma mais organizada, específica e sintonizada com a diversidade do real”.

“Portanto, pastoral é a práxis dos cristãos que incluem no seu dever missionário uma participação efetiva na realidade social, em contrapartida a uma concepção retrógrada que trata o povo como um bloco indistinto, e a pessoa humana de forma genérica e ingênuo. Obviamente, essa segunda alternativa desemboca na alienação. A ação pastoral é uma tentativa de superar esse limite que marcou o evangelismo das igrejas por vários séculos”.

“Aqui vale sublinhar que a pastoral é iniciativa das lideranças formais das igrejas, sobretudo nas etapas de concepção, planejamento e avaliação; o laicato é convocado a participar particularmente na execução dos projetos. É oportuno ressaltar ainda que geralmente as pastorais organizam-se em função de prioridades e/ou demandas setoriais, ou ainda situações-problemas”, in: RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. – FILHO, José Bittencourt. *Por uma nova teologia ecumênica – a teologia da proscricção*. São Paulo, Paulinas-Koinonia. 1996. p. 139-149, p. 140-141.

passividade era respaldada pela teologia de Lutero no que ele chamou (embora alerte que seja inapropriado) de *Teoria dos dois Reinos*. Segundo essa teoria, deveria existir uma independência entre a ação político-social e a eclesial. Diferentemente da doutrina social da Igreja Católica, a Teoria dos Dois Reinos não subordina o Estado perante a Lei Natural nem mesmo a uma ética filosófica. No Brasil, essa doutrina aparentemente serviu de justificativa para a aceitação do regime militar pós-1964, e a cassação de direitos políticos principalmente após a implantação do *Ato Institucional No. 5 (1968)*. Essa passividade foi a que levou a crítica da *Federação Luterana Mundial*. Nos anos seguintes mais experiências foram sendo desenvolvidas a partir dessa abertura social.

Já em Igrejas de perfil mais conservador as instituições cortaram quaisquer tendências modernistas ou progressistas nestes anos. Para elas o catolicismo possuía muitas falhas e a solução seria a conversão ao protestantismo, justificando assim seu anti-ecumenismo. Aqui valia o espírito de grupo perante adversário formidável – o catolicismo majoritário. O fato da Ig. Católica possuir uma hierarquia organizada, com um líder (Papa) era (e ainda é) contraposta ao sistema presbiteral onde os fiéis possuem espaços para diretamente influenciar os destinos da Igreja. A comunidade lesada pode nomear novo reverendo a qualquer momento, o que pressiona os líderes, no caso os presbiterianos, a evitar o contato com católicos e pessoas de Igrejas mal vistas pelo universo presbiteriano. O mesmo vale para a sociedade ao redor da comunidade, vista como reino do pecado ou meio transitório para o verdadeiro Reino Celeste:

“Embora sejam muito raros os momentos em que de algum modo a presença protestante se faça sentir na sociedade brasileira, existe um protestantismo no Brasil. O protestante não aparece, não se apresenta, não se insere de modo sensível na política, na cultura. Não há um impacto protestante na sociedade brasileira”¹⁸.

Essas palavras de Antonio Gouveia Mendonça referiam-se ao protestantismo histórico dos sécs. XIX e XX, ainda minoritário e fortemente denominacional mas parecem descrever diversas comunidades do séc. XXI. Mas se entre protestantes havia um franco irenismo, com relação ao catolicismo majoritário a ordem era o proselitismo

18 MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir – a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo, EDUSP. 2008. P. 27.

feroz¹⁹. Em parte essa postura combativa era necessária, pois era mais difícil um católico se converter ao protestantismo do que permanecer num catolicismo acomodado. A denominação cobra uma completa adesão a fé. Haveria quatro alternativas de relacionamento para com o catolicismo:

- “1. Hostilizar por meio de pregações e de polêmicas;
2. Evitar uma atitude áspera para com a Igreja Católica, procurando atrair os católicos para o protestantismo;
3. Aceitar o catolicismo como se apresentava no Brasil e procurar reformá-lo;
4. Aceitar o diálogo com a Igreja Católica e cooperar com grupos católicos na apresentação de Cristo ao povo brasileiro. Isto, depois do Concílio Vaticano II”²⁰.

Não é preciso dizer que a quarta e última foi e continua sendo a menos utilizada pelo grosso dos fiéis presbiterianos. O mesmo se passou em outras denominações como a Ig. Batista:

“(...) ela [Ig. Batista] se apresenta como a realidade mais próxima, mais intensa e predominante na escala de valores da mentalidade batista”.

“A igreja se antecipa, em todos os casos examinados, à preocupação com os aspectos ‘teóricos’ da religião, isto é, à idéia de Deus, de salvação, de regeneração, de morte e pecado. Ela filtra a realidade, interpreta-a e apresenta-a, assim modificada, à compreensão do indivíduo. Ela será então o valor mais alto que orientará a postura individual e social dos seus membros”. (...).

“Na linguagem cotidiana das igrejas batistas da Bahia, aparecem relativamente poucas referências a esse conceito ou a seus

19 Uso aqui o termo proselitismo no sentido negativo de constranger uma pessoa ou grupos com táticas desonestas para que se convertam a minha religião e/ou Igreja, e não no seu uso original que era o de fazer novos adeptos - prosélitos. Para uma definição mais completa, recomendo a leitura do verbete Proselitismo no Dicionário de ecumenismo de Juan Bosch Navarro.

20 ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras (vinte anos de história da Igreja Presbiteriana do Brasil: 1954-1974)*. Rio de Janeiro, ISER. 1985. 3ª. Edição. p. 36.

sinônimos. Como reino, causa ou seara, a co-ocorrência mais freqüente é trabalho, relacionada positivamente com engrandecimento, progresso e crescimento. Quer dizer, a idéia de reino de Deus está sempre associada à de responsabilidade do indivíduo no trabalho ou no esforço pelo seu progresso e crescimento. É uma idéia de coisa concreta, de realidade palpável com limites determinados. Ela representa o próprio campo de ação da igreja local, daquela igreja específica, cujos membros assumem a responsabilidade de trabalharem para sua expansão”²¹.

Alonguei-me nessas definições de igreja e de ser Igreja para ficar claro como diversos grupos protestantes, fechados ao diálogo, compostos por poucas dezenas de membros, desenvolviam posturas anti-ecumênicas. Um desdobramento dessa mentalidade era a normatização da vida privada de seus membros. Seguindo o mesmo raciocínio conclui-se que o papel da família é ser um auxiliar na normatização das relações afetivas:

“Daí a grande preocupação de algumas igrejas em desencorajarem, ou mesmo proibirem, casamentos de seus membros com elementos de outras confissões religiosas, e o cuidado em cobrar do candidato ao batismo o compromisso de realizar o culto doméstico. Na realidade, a união igreja/família seria fundamental para a preservação e manutenção da ética denominacional”²².

O mesmo valia para as já referidas comunidades presbiterianas: o casamento misto era uma afronta a unidade das próprias comunidades:

4. Sobre casamento misto, conjuntamente por pastores e sacerdotes romanos, o SC resolve recomendar que tal prática seja evitada por ser de todo inconveniente. (...).

“(...) o SC de 1974 se volta também contra os membros das igrejas locais: ‘Considerar passíveis de disciplina os membros da Igreja

21 TEIXEIRA, Marli Geralda. *“Nós, os batistas” – um estudo de história das mentalidades*. São Paulo, DH-FFLCH-USP. 1983. Tese de doutorado. p. 123.

22 TEIXEIRA, Marli Geralda. Op. Cit. p. 202.

Presbiteriana do Brasil que participarem como testemunhas em casamentos realizados pela Igreja Católica Apostólica Romana”²³.

O casamento ecumênico era uma situação revoltante para presbiterianos e batistas, que sentiam a coesão do grupo ameaçada. A proibição de casamento interconfessional era uma postura de defesa, já a recusa do ecumenismo era uma postura de ataque. Essa postura concorrencial era alimentada pelo espírito competitivo herdado das Igrejas de origem, nos EUA, e iria criar uma série de obstáculos para os entendimentos ecumênicos nos anos seguintes:

“(…) o crente [batista] deve tacitamente repudiar qualquer indicio de atração, mantendo-se desperto contra o perigo, evitando toda relação com o catolicismo e resultando na interceptação do caminho que leva ao ecumenismo. (...)”.

“(…) verifica-se um esnobismo intransponível na atitude batista. (...) Considerando que a Igreja Católica não abre mão da idéia de ser a Igreja e de que qualquer união deverá ser efetivada dentro dela, chega-se ao imobilismo que desestimula qualquer projeto mais amplo de relações ecumênicas”²⁴.

Difícilmente encontraremos uma explanação mais clara dos motivos de recusa dos batistas (e de outras confissões protestantes conservadoras) ao ecumenismo com os católicos. O mesmo deve ser dito das relações de diversas Igrejas com o mundo circundante: ou combate, ou indiferença. O mesmo ocorreu com a Igreja Metodista:

23 ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras (vinte anos de história da Igreja Presbiteriana do Brasil: 1954-1974)*. Rio de Janeiro, ISER. 1985. 3ª. Edição. p. 44-47.

24 TEIXEIRA, Marli Geralda. Op. Cit. p. 397-398. No livro já citado de Araújo, surgem os seguintes comentários sobre o ecumenismo católico: “(...) a realização do Concílio Vaticano II foi considerado pela maioria presbiteriana como ‘um laço de Satanás’ para desviar a igreja evangélica do seu objetivo. A atitude do papa foi interpretada de várias maneiras: (a) era uma hipocrisia; (b) era ‘uma tática da velha raposa’; (c) ‘Roma é sempre a mesma, portanto não há mudanças na Igreja Católica’; (d) ‘o Concílio Vaticano II teve uma atitude de medo diante das ameaças do materialismo’; (e) ‘o ecumenismo Católico é uma arma para neutralizar o avanço do protestantismo’; (f) ‘eles querem mostrar que são nossos irmãos para provar que não precisamos mais evangelizar’; (g) ‘os padres ecumênicos são falsos’.

“Por trás de todas essas reações está um ponto básico. É que para a maioria presbiteriana ‘evangelizar é desromanizar’, portanto o ecumenismo tiraria a motivação principal da evangelização. Se ser protestante é ser anti-católico, como aceitar o ecumenismo? Se o objetivo principal da igreja protestante é tirar os católicos do catolicismo, como ter diálogo com a Igreja Católica?”.

“Os pastores e leigos que aceitam diálogo ecumênico com a Igreja Católica são considerados como traidores, como os ‘Judas’ do protestantismo”; in: ARAÚJO, João Dias de. Op. Cit. p. 39-40.

“(…) Semelhante tendência [a procura pela ação social no mundo] dominou a Faculdade de Teologia nos primeiros anos do regime militar, culminando com o convite para que Dom Helder Câmara paranasse a formatura de 1967 - gesto ao mesmo tempo ecumênico e simbólico de apoio ao programa social do arcebispo - e, no ano seguinte, na greve que ocasionou o fechamento da Faculdade de Teologia pelo Gabinete Geral e sua reestruturação pelo Concílio Extraordinário (1968). Não houve, entretanto, uma análise profunda das causas da ‘crise’”.

“De 1968 em diante, a IMB tendeu a voltar-se muito mais para si mesma do que para o mundo. Visando aperfeiçoar sua própria organização e estrutura, ela de fato introduziu mudanças estruturais substanciais sem, contudo, se tornar mais apta para a referida participação na missão de Deus no Brasil”²⁵.

Conservadorismo doutrinal e moral, repulsa ao diálogo ecumênico, espírito de grupo fechado, anti- catolicismo, anti-comunismo e anti-“mundanismo” só podiam desembocar em desinteresse pelos problemas sociais nacionais, e, por outro lado, abria caminho para uma relativa simpatia pelo governo militar²⁶.

Aqui se colocam questões interessantes para o historiador da religião. Porque denominações tão fechadas e ciosas de suas identidades passaram a crescer tanto a partir dos anos oitenta e noventa do séc. XX? E porque denominações tão ciosas de suas exigências e normas, como a Ig. Católica e as comunidades protestantes passaram a aceitar as diferenças dos outros e a dialogarem entre si? E como os casamentos mistos e ecumênicos se relacionam com essas tendências?

Aqui é preciso fazer uma distinção entre Igrejas Históricas de imigração ou missão que chegaram ao Brasil a partir do séc. XIX e as demais denominações cristãs. O primeiro grupo identifica, grosso modo, luteranos, episcopais anglicanos e metodistas, presbiterianos e batistas. São denominações cuja ênfase é a pregação, a

25 REILY, Duncan Alexander. *Historia documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo, ASTE. 2003. 3ª edição. p. 341-342.

26 Essa inclusive era a tese central de Araújo, citado diversas vezes. Um ativo membro da IPB que procurou alinhar o pensamento da Igreja ao regime de exceção dos anos 1960 e 1970 foi Boanerges Ribeiro, autor de diversos estudos sobre a implantação do protestantismo no Brasil. Um livro que também reflete sobre esse momento complexo dentro do universo presbiteriano é a obra de Rubem Alves, *Protestantismo e repressão*.

leitura da Bíblia, forte espírito de grupo e repulsa a religião oficial do país. Mas, conforme Antonio Gouveia Mendonça, possuíam fortes características individualistas, voltadas a pregação e ao raciocínio em torno da doutrina, o que explicaria a fraca adesão das camadas populares e a presença de fiéis nas classes altas e médias.

A partir do surgimento das denominações pentecostais na segunda metade do séc. XX surgiram Igrejas mais voltadas ao emocional: cantos, danças, dons do Espírito Santo, exorcismos, todo um universo mágico que re-encantava o mundo e atraía pessoas das mais diversas origens sociais, o que explicaria a explosão no crescimento dessas Igrejas.

As Igrejas Históricas se mostram mais receptivas a uma leitura alegórica da Bíblia do que as Novas Igrejas. Em especial após a Segunda Guerra Mundial, com a valorização da democracia e da tolerância às minorias, as Igrejas de origem européia passaram a adotar um discurso social. Desse modo o nascente movimento ecumênico se beneficiou desse momento favorável, que atingiu seu ápice entre os anos sessenta e setenta do séc. XX. Aqui entram os casamentos mistos e ecumênicos como frutos desse momento favorável ao diálogo das Igrejas Históricas – católica e luterana, de auge na aproximação de ambas, e antes do crescimento das Igrejas Novas, pouco interessadas no diálogo, e da influência que o reforço de identidade traria a todas as denominações a partir da década de oitenta do séc. XX.

Do mesmo modo a Igreja católica partia de uma visão de mundo exclusivista, para uma visão mais aberta de compreensão e diálogo com o mundo, ao mesmo tempo em que diversos de seus membros simpatizavam com o governo de fato.

Igreja Católica e política no Brasil

Esses anos também foram de choque entre uma Igreja católica, tradicional, e as novas experiências com relação ao papel dos leigos dentro do catolicismo como os da *JOC (Juventude Operária Católica)* e da *JUC (juventude Universitária Católica)* em especial na cidade de São Paulo – SP com a presença até 1964 de um cardeal aberto a essas novas orientações: D. Carlos Vasconcelos Motta (1944-1964). Mas essas aberturas tiveram um preço: acusado de simpatia comunista devido ao seu apoio ao jornal

progressista *Brasil: urgente*²⁷, os militares teriam pressionado pela sua saída de São Paulo e partida para a Arquidiocese de Aparecida do Norte-SP, sede da basílica da Padroeira do Brasil. Mas o mote desses anos ainda eram as lentas transformações:

“A idéia de um mercado religioso aberto não era aceita pela hierarquia católica. Dessa forma, além do combate à ideologia comunista, ao naturalismo e ao existencialismo, havia um contínuo ataque às demais denominações religiosas. O pano de fundo desse exclusivismo religioso era a concepção, ainda predominante, de que fora da doutrina católica só existiam o erro e o pecado. A relação com a ordem divina advinha, unicamente, por intermédio da instituição eclesiástica católica. Fora dela predominava o caos”. (...).

“A reação católica ocorreu junto aos diversos meios sociais, procurando impedir a penetração de outras denominações religiosas fosse junto às camadas dominantes e médias da sociedade, fosse em meio aos segmentos subalternos”²⁸.

O alvo principal da hierarquia católica nos anos quarenta e cinquenta ainda era o comunismo em suas diversas formas. Apontado como o grande inimigo da civilização o mote interpretativo ainda era o das encíclicas *Rerum Novarum* (Leão XIII, 1891), *Quadragesimo anno* (Pio XI, 1931) e *Divini redemptoris* (Pio XI, 1937), com o socialismo condenado em todas as suas formas, considerado *intrinsecamente mau* (Pio XI). Para Farias o protestantismo não aparecia como uma grande ameaça, embora alguns dados já previam uma mudança nesse cenário:

“A partir da década de 1950 eram cada vez mais freqüentes as campanhas e as denúncias da presença das ‘seitas heréticas’ no País e particularmente em São Paulo. Na leitura que fizemos do jornal *O São Paulo*, constatamos a existência de vários editoriais que expressam

27 O jornal contava com o apoio dos dominicanos, em especial Frei Carlos Josaphat, OP, superior do convento nas Perdizes, S.P. e durou apenas 11 meses (1963-1964) mas fez história por ter sido um dos primeiros periódicos católicos a se posicionar a favor do progressismo teológico, antecipando em quase uma década alguns postulados da Teologia da Libertação. Nessa mesma época os dominicanos passaram a se envolver cada vez mais com o engajamento político, chegando a apoiar ações de guerrilha, juntamente com Carlos Marighela, veterano membro da *ALN (Aliança Libertadora Nacional)*. Foi devido a prisão e tortura de alguns frades dominicanos que Marighela foi emboscado e metralhado em 1969.

28 FARIAS, Damião Duque de. *Crise e renovação católica na cidade de São Paulo: impasses do progressismo e permanências do conservadorismo (1945-1975)*. São Paulo, DH-FFLCH-USP. 2002. Tese de doutoramento. p. 188.

essas atitudes. (...) conclamando todos ao combate para a salvação de ‘nossa Pátria do perigo – e da humilhação – representados pelo avanço da heresia’”²⁹.

Em outro momento, Farias aponta um estudo de caso sobre o crescimento do protestantismo em uma paróquia do Brooklin, que é interessante por se situar no mesmo bairro da Igreja da Paz – Luterana:

“(...) a partir de meados da década de 1950, a Igreja Católica perde as condições para a manutenção de um discurso monopolista sobre o campo do sagrado. Isto não quer dizer que ela abandone esta pretensão, nem mesmo que anteriormente não houvesse disputas religiosas na sociedade, mas que desde então a sociedade não reconhece naturalmente a legitimidade religiosa da instituição católica. Um relato das Santas Missões realizadas pelas *Irmãs de Jesus Crucificado na Paróquia do Brooklin Paulista* em 1960, nos dá uma dimensão da fragmentação do campo religioso: de um total de 3.541 famílias visitadas, 2.000 declararam-se católicas praticantes, 200 católicas não praticantes, 327 protestantes, 110 de religião mista, 26 católicos ortodoxos, 39 espíritas, 68 evangelistas, cinco anglicanos, 25 adventistas, três batistas, duas testemunhas de Jeová, 41 israelitas, 16 budistas, três muçulmanos, um bíblico, um esotérico, 20 sem religião, um ateu, um livre pensador, 630 não quiseram opinar (é bem possível que por ser um levantamento realizado por católicos, esses dados possam ser imprecisos, principalmente considerando o alto número de não declarantes)”³⁰.

Esses dados servem para Farias embasar sua tese de que o desenvolvimento do pluralismo na sociedade paulistana obrigou o episcopado católico paulista a seguir em direção a uma atuação mais social e tolerante para com os não católicos, embora não possamos concluir daí uma maior abertura aos entendimentos ecumênicos em sentido mais amplo.

29 FARIAS, Damião Duque de. Op. Cit. p. 212.

30 FARIAS, Damião Duque de. Op. Cit. p. 213-214.

O sucessor de D. Motta, D. Agnelo Rossi (1964-1970), apesar de sua linha mais conservadora com relação a moral e a disciplina eclesiástica, implantou a pastoral de ecumenismo na arquidiocese de São Paulo, obedecendo as novas diretrizes estabelecidas pelo Vaticano II. Mas foi a partir da posse de D. Paulo Evaristo Arns (1970-1998) e sua orientação claramente progressista, em especial com relação aos direitos humanos e os perseguidos políticos, que vamos encontrar a íntima relação entre ecumenismo, Igreja popular e resistência ao militarismo brasileiro. Um episódio em especial costuma ser apontado como articulador dessas três correntes: o assassinato do jornalista da *TV Cultura* de São Paulo, Wladimir Herzog, judeu italiano naturalizado brasileiro, morto devido a sua filiação ao *PCB (Partido Comunista Brasileiro)*. A morte de Herzog mobilizou a opinião pública por ter sido um legítimo representante da classe média, e não das classes trabalhadoras, justamente a tese de Mario Sérgio de Moraes³¹. A Missa de 7º dia celebrada em sua memória na catedral da Sé de São Paulo, contou com a presença de diversas autoridades religiosas como o pastor Jaime Wright (da IPU – Ig. Presbiteriana Unida, que teve um irmão desaparecido pela repressão policial), além do rabino Henry Sobel e do cardeal Arns.

“O encontro religioso, pela primeira vez na história das igrejas de São Paulo, deu ao ato um clima de união de todos os credos contra o culto de morte praticado pelas autoridades. Era a efetivação de uma autêntica frente ampla e democrática de luta pelos Direitos Humanos”³² (...).

“A cerimônia foi realizada com emoção e foi importante em três aspectos: a representatividade como símbolo de unidade de luta das forças oposicionistas, o discurso unificador em torno dos Direitos Humanos e o caráter ecumênico da celebração”³³ (...).

“A movimentação democrática ‘de baixo’ desbloqueou qualquer dificuldade das cúpulas religiosas no momento da urgência pelos Direitos Humanos”³⁴.

31 *O ocaso da ditadura – caso Herzog*. São Paulo, Barcarolla. 2006.

32 MORAES, Mario Sergio de. Op. Cit. p. 110.

33 MORAES, Mario Sergio de. Op. Cit. p. 117.

34 MORAES, Mario Sergio de. Op. Cit. p. 120-121.

O ecumenismo estaria relacionado com a ação política de luta contra a ditadura militar, a conscientização política dos cristãos e não cristãos. Embora essas concepções hoje sejam tratadas como reducionismo da imagem totalizante do cristianismo marcaram terreno dentro da Igreja Católica entre os anos sessenta e setenta do século XX. Não podemos esquecer também os pronunciamentos da CNBB na mesma época contra a perseguição política de fiéis, sacerdotes e religiosos, a atuação marcante de D. Helder Câmara na denúncia das torturas e perseguições, além da carestia a que a população brasileira foi submetida a partir de 1973, com o primeiro choque do petróleo e o fim do crescimento econômico iniciado na década anterior.

O período dos anos sessenta, com os ajustes exigidos pelo Vaticano II, também provocou estranheza a muitos católicos, que em maior ou menor grau começaram a se afastar do catolicismo oficial. Por exemplo, a existência de movimentos abertamente contrários ao Concílio, como a sociedade de defesa da *Tradição, Família e Propriedade (TFP)*, fundada por Plínio Correa de Oliveira³⁵ e apoiada pelos bispos D. Geraldo Proença Sigaud e D. Antonio Castro Mayer³⁶ serviam de válvulas de escape para católicos conservadores, revoltados com as mudanças em curso.

Esse quadro anterior apenas nos situa dentro de um problema mais de fundo, que é a questão da pluralidade no mundo moderno, em particular em uma cidade como São Paulo. A visão do mundo origem do pecado foi substituída pela de alvo de

35 Plínio Correa de Oliveira (1908-1995) era pernambucano de origem, mas desde cedo militou pela causa católica na cidade de São Paulo – SP através das *Congregações Marianas*, sempre se destacando pelo seu pensamento conservador. Ao longo dos anos 1930 e 1940 destacou-se também pela sua militância política de repúdio tanto do comunismo quanto do fascismo alemão. No ano de 1960 surge sua iniciativa mais conhecida, a *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade*, mais conhecida pela sua sigla (TFP). A entidade passou a ser nacionalmente conhecida pelo seu ideário anticomunista, a defesa da moral e bons costumes, pela crítica ao aggiornamento da Igreja Católica promovida pelos papas João XXIII e Paulo VI, e pela simpatia pelos governos militares brasileiros. Por outro lado, passou a alimentar a antipatia dos setores mais a esquerda de dentro da Igreja Católica e da sociedade em geral. Dr. Plínio, como era chamado por muitos de seus correligionários, faleceu em 1995.

36 D. Geraldo Proença Sigaud (1909-1999) foi bispo de Jacarezinho – PR, e Diamantina – MG, sendo mais conhecido pela sua colaboração em fundar, juntamente com Plínio Correa de Oliveira a TFP. Também foi um dos membros do *Coetus Internationalis Patrum*, associação de padres conciliares participantes do Vaticano II que discordavam de diversas decisões do Concílio.

D. Antonio Castro Mayer (1904-1991) foi bispo de Campos – RJ, tendo sido durante o Vaticano II um dos mais combativos bispos contra o aggiornamento da Igreja Católica tendo sido fundador do Coetus. Ao retornar ao Brasil determinou que não se adotaria o Novo Missal exigido pelos documentos conciliares (em particular o decreto Sacrosanctum concilium sobre a reforma litúrgica), sendo a única diocese no mundo a continuar seguindo o antigo missal. É dessa época sua aproximação com Mons. Marcel Lefebvre (fundador da *Fraternidade Sacerdotal de São Pio X*, abertamente contrária a renovação conciliar e que teve as funções sacerdotais suspensas por Paulo VI em 1976). Em 1988 Mons. Lefebvre e D. Castro Mayer ordenaram quatro bispos sem nenhum tipo de autorização por parte do Vaticano, o que lhes valeu a excomunhão *latae sententiae*. Nos dias atuais, existem esforços por parte do Vaticano em reintegrar esses sacerdotes e bispos ultraconservadores dentro da Igreja Católica.

evangelização, de entendimento entre os homens, de diálogo com o mundo moderno. Essas visões foram adquiridas ao longo do século XX por um lado, através do *movimento ecumênico* - a busca pela unidade dos cristãos, em particular através do *Movimento Vida e Ação (Life and Work)* - 1910, dentro do protestantismo; e a declaração *Gaudium et Spes* do já citado Vaticano II. A partir desses parâmetros, cristãos de diversas denominações passaram a ver o mundo como local de atuação social influenciado pela modernidade:

“Quanto ao cristianismo das sociedades industriais, sobretudo o dos intelectuais, há muito que perdeu os valores cósmicos que possuía ainda na Idade Média. Ajuntemos que isto não implica necessariamente que o cristianismo urbano seja ‘degradado’ ou ‘inferior’, mas somente que a sensibilidade religiosa das populações urbanas se encontra gravemente empobrecida. A liturgia cósmica, o mistério da participação da Natureza no drama cristológico, tornaram-se inacessíveis aos Cristãos que vivem numa cidade moderna”³⁷.

A ação social cristã procura ser uma resposta ao homem secularizado atual, que vive praticamente sem se preocupar com qualquer destino extraterreno, e que vê no homem religioso um ingênuo que não sabe responder as ansiedades das sociedades atuais. Também na IECLB a secularização vem deixando profundas marcas:

“Este processo de estruturação ocorreu em meio ao auge do processo aculturativo ou assimilativo do povo luterano. Os fatores que levaram a isso em termos da conjuntura sócio-econômico-política foram a industrialização, a urbanização e o surgimento de um sistema de classes sociais. Estes fatores afetaram a vida dos luteranos, possibilitando ou forçando um maior contato com o mundo. Os meios de comunicação e a educação escolar fizeram com que a cultura nacional fizesse parte de sua vida. ‘Os laços étnicos se afrouxaram (...) com o crescimento das indústrias (...) e os velhos passam os seus dias na resignação, os filhos ingressam no proletariado’. O micro-mundo da colônia rompeu-se, e com ele a Igreja, que exercia nele o seu papel

37 ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano – a essência das religiões*. Trad. Rogério Fernandes. Lisboa, Ed. Livros do Brasil. p. 186.

socializador (transmitir e reforçar valores), foi profundamente afetada. Rompeu-se o modelo de ‘cristandade evangélica’ enquanto base sócio-antropológica do luteranismo”³⁸.

Esses extensos tópicos nos introduzem na discussão da *modernidade*. Muitos autores discutiram essa complexa temática, dentro e fora do ponto de vista religioso. Um dos mais importantes é Marshall Berman³⁹:

“Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo o que é sólido desmancha no ar’”⁴⁰.

Segundo Berman os conceitos chaves de modernidade eram intuídos desde o Renascimento (séc. XVI), mas teria sido a partir do séc. XVIII que os Iluministas teriam passado a discorrer sobre essa temática, transformando o conceito em bandeira de transformação social até fins do séc. XX quando ele passou a apresentar sinais de esgotamento.

38 SCHÜNEMANN, Rolf. *Do gueto à participação - o surgimento da consciência sócio-política na IECLB entre 1960 e 1975*. São Leopoldo, Sinodal-IEPG/EST. 1992. p. 44.

39 Judeu americano nasceu em Nova Iorque no bairro do Bronx, em 1940. Por ter vivido na periferia da cidade acabou ganhando uma experiência de vida particular, da qual ele faria referencia em suas obras. Ph. D. pela *Universidade de Harvard*, Berman destacou-se pelos estudos sobre Karl Marx, ponto chave de seu pensamento e de sua obra mais conhecida: *Tudo que é sólido se desmancha no ar* (All that is solid melts into air), publicado em 1982. Nessa obra ele parte dessa famosa frase extraída do *Manifesto do Partido Comunista alemão (1844)* para montar um panorama da modernidade. Crítico aberto da crise da modernidade (ou pós-modernidade), para Berman chegou o momento de retomarmos a tradição da modernidade através de releituras dos clássicos: Goethe, Marx, Baudelaire, Dostoiévsky, além de refletir sobre as transformações ocorridas durante sua adolescência na cidade de Nova Iorque.

40 BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade*. Trad.: Carlos Felipe Moisés – Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo, Cia. Das Letras. 1993. 10ª Reimpressão. p. 15.

Berman classificou diversas vertentes no pensamento e comportamento modernos. O mais básico seria o afã de progresso técnico simbolizado pelas grandes obras de infra-estrutura como estradas, pontes, viadutos, túneis, aeroportos, edifícios, que segundo ele representam a vontade do homem moderno de moldar o ambiente onde vive. Outro ponto é a capacidade da classe dominante no período da modernidade, a burguesia, idealizar e programar esses projetos, chegando a arrastar a própria sociedade comunista⁴¹. Outro ponto fundamental para Berman é o movimento dialético de relacionamento com os mais diversos tipos de pessoas que ocorre nas vias públicas. Esse movimento é que dá a cidade moderna a impressão de dinamismo que tanto causa admiração e horror a quem vê de fora:

“A finalidade essencial dessa rua, que lhe dá o caráter especial, é a sociabilidade: as pessoas aí vão para ver e ser vistas e para comunicar suas visões uns aos outros, não por qualquer motivo oculto, ganância ou competição, mas como um fim em si mesmo. Sua comunicação e a mensagem da rua como um todo são uma estranha mistura de fantasia e realidade: de um lado, a rua age como um cenário para as fantasias das pessoas, fantasias daquilo que elas querem ser; de outro, a rua oferece o conhecimento verdadeiro - para os capazes de decodificá-la – daquilo que as pessoas verdadeiramente são”⁴².

Mas essas obras desapropriaram pessoas e removeram casas. Berman nos lembra que as pessoas não foram eliminadas fisicamente, mas deslocadas para locais mais ermos. O séc. XX criou grandes vias de circulação de veículos que segregaram grandes aglomerados populacionais nas grandes cidades:

“(…) o preço da modernidade crescente e em constante avanço é a destruição não apenas das instituições e ambientes ‘tradicionais’ e ‘pré-modernos’, mas também - e aqui está a verdadeira tragédia - de tudo o que há de mais vital e belo no próprio mundo moderno”⁴³.

41 Idem, ibidem. P. 102-103.

42 Idem, ibidem. P. 188-189.

43 Idem, ibidem. P. 280.

Em total contraponto ao pensamento de Berman o inglês James Lovelock é um dos críticos da modernidade mais badalados ao pregar a harmonia do homem com *Gaia*. Segundo Lovelock, devemos ver o planeta como um gigantesco ser vivo que deve ser respeitado e preservado:

“O nome do planeta vivo, Gaia, não é um sinônimo para a biosfera. A biosfera é definida como sendo a parte da Terra em que normalmente existem as coisas vivas. Gaia também não é o mesmo que a biota, que é apenas o agrupamento de todos os organismos vivos individuais. A biota e a biosfera juntas formam parte, mas não Gaia inteira. Assim como a concha é parte de um caracol, as rochas, o ar e os oceanos são parte de Gaia. Como veremos, Gaia tem uma continuidade em relação ao passado, que vai às origens da vida e se estende no futuro enquanto a vida continuar. Gaia, como um ser planetário total, tem propriedades que não são necessariamente perceptíveis pelo conhecimento apenas das espécies isoladas ou das populações de organismos que vivem juntos”⁴⁴.

Leitores de Lovelock chegam a dizer que um besouro no Brasil pode influenciar um furacão no Atlântico Norte levando ao extremo essa concepção de unidade das formas de vida no planeta, tornando a Terra um verdadeiro *Avatar a la James Cameron*⁴⁵. Lovelock condena o mundo moderno, a cidade, a máquina, o progresso, chegando a fazer uma releitura das velhas crenças em torno das *Terras-Mãe* indo-européias em contraponto ao cristianismo chegando a acalentar a volta dessas crenças⁴⁶ e uma radical volta à natureza deificada:

“Como é que podemos venerar o mundo vivo, se não conseguimos mais escutar o canto dos passarinhos em meio ao ruído dos automóveis ou sentir a suavidade do ar fresco? Como podemos nos

44 LOVELOCK, James. *As eras de Gaia – a biografia da nossa Terra viva*. Trad. Beatriz Sidou. Rio de Janeiro, Ed. Campus. 1991. p. 16-17.

45 Refiro-me aqui a mega-produção lançada em fins de 2009 e que arrecadou mais de um bilhão de dólares. O filme se passa em um futuro distante onde os homens exploram um planeta chamado Pandora, habitado por seres humanóides chamados Navi's que se opõe a presença de empresas mineradoras que estão devastando o meio ambiente planetário. O filme possui, além de muitos efeitos especiais, uma clara mensagem ecológica com clara influencia do pensamento de Lovelock.

46 Idem, ibidem. p. 146.

admirar com Deus e o Universo, se jamais vemos as estrelas, por causa das luzes da cidade?”⁴⁷.

Lovelock prega a total e completa negação da modernidade, sem meios termos. Tanto a defesa do pensamento moderno quanto a retomada de uma vida auto-sustentável acabam se tornando desafios para as Igrejas tradicionais já que se coloca o desafio do ateísmo e do agnosticismo, de um lado, e do panteísmo e naturalismo, de outro. Para a Igreja Católica em particular, além do desafio secular existe também perda de fiéis para outras denominações. Mas a instituição também procurou responder a esses novos desafios. Entre as transformações ocorridas nos últimos cinquenta anos houve a releitura dos conceitos de missão e evangelização.

Inculturação

Entre as transformações ocorridas nos últimos cinquenta anos houve a releitura dos conceitos de *missão e evangelização*. O conceito de pluralidade das culturas ganhou seu primeiro contorno a partir do encontro entre o pensamento católico e as diversas culturas nos continentes americano, africano e asiático a partir do sécs. XV e XVI⁴⁸. Pela primeira vez os teólogos católicos eram confrontados em bloco com enormes contingentes populacionais que nunca ou escassamente haviam entrado em contato com a cultura cristã. Não caberia mais simplesmente rotulá-los de pagãos ou infieis, “colocando para escanteio” civilizações inteiras. Seria preciso repensar as estratégias de evangelização a ser utilizadas a partir daí. Esse movimento se intensificou a partir da segunda metade do século XX com o refluxo missionário ocorrido a partir da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos, como a descolonização africana e asiática. Como a tônica desses anos era recusar a cultura eurocêntrica em maior ou menor parte, o papel das Igrejas na formação das culturas era cada vez mais questionado:

“Nos vinte anos que levam ao Concílio Vaticano II, a Igreja preocupa-se cada vez mais em repensar o destino das missões, num contexto mundial em que não se pode mais dividir o mundo entre pagãos e cristãos - como ainda o fazia em 1919 a encíclica *Maximum*

47 Idem, *ibidem*. p. 199.

48 Aqui a referência geral é o livro de Anthony Pagden, *La caída del hombre natural*. Trad. Belén Urrutia Domínguez. Madrid, Alianza Editorial. 1988.

illud —, no qual é preciso aceitar a liberdade religiosa e, portanto, repensar os objetivos da conversão que até então haviam orientado o trabalho missionário. Como observa o estudioso jesuíta Marcello de Carvalho Azevedo (1986), o Concílio significou uma ruptura importante com relação ao passado eclesial posto que representou a passagem de uma Igreja européia para uma Igreja mundial que, preocupada com sua inserção nas culturas não-européias, suscita a valorização das igrejas locais, de modo a que façam uma leitura mais contextualizada da mensagem cristã. Está posto, pois, o problema da relação entre a universalidade do Evangelho e a diversidade das culturas, problema que se expressa com clareza no Sínodo de 1974 sobre ‘Evangelização no mundo’. Na carta que resultou desse encontro episcopal, a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, Paulo VI chama a atenção para a ruptura entre Evangelho e Cultura e propõe como tarefa a ‘evangelização das culturas’⁴⁹.

A identidade católica é importante, mas agora o respeito devido a outras expressões de fé também é. Não se deve rejeitar em bloco nem as outras expressões religiosas nem a cultura subjacente a elas:

“Evangelizar, agora, significa estabelecer um ‘diálogo da Igreja com as culturas’, uma vez que é no terreno da cultura, e não mais da política ou das ideologias, que se constitui o campo privilegiado da ação da Igreja na direção de uma utopia da solidariedade”⁵⁰. (...).

“A inculturação inverte, pois, a direção do contato: enquanto a ‘aculturação’ descreve o movimento do nativo rumo à civilização, a inculturação pretende mover-se no sentido da cultura nativa quando se define como ‘processo pelo qual a Igreja se insere em uma cultura dada’. (Crollius, 1984.) Além disso, não se pode deixar de notar que a mudança de prefixo quer dar uma conotação teológica ao conceito antropológico. Segundo Carrier, inculturação sugere uma analogia

49 MONTEIRO, Paula. “A universalidade da Missão e a particularidade das culturas”. In: MONTEIRO, Paula. (Org.). *Entre o mito e a história*. Petrópolis, Vozes. 1996. p. 109-110.

50 MONTEIRO, Paula. Op. Cit. p. 114.

com a encarnação, ato pelo qual a segunda pessoa da Trindade tornou-se Homem em Jesus Cristo. Assim, essa engenhosa invenção conceitual procura preservar os ganhos da noção de referência - a mudança cultural pelo encontro de duas visões de mundo -, desvencilhando-se de suas conotações incômodas e recobrando o todo de um forte apelo para um tipo específico de intervenção cultural que, segundo Carrier, pode ser assim resumido: ‘esforço de fazer penetrar o Evangelho em um meio cultural, chamando-o a crescer segundo seus valores próprios, desde que sejam conciliáveis com o Evangelho’. (grifo nosso) (1987:146.)”⁵¹.

Enquanto a aculturação refletia uma busca de criar novas cristandades a partir de uma matriz comum, o catolicismo, a *Inculturação* buscava harmonizar o Evangelho com as culturas locais, nascendo a partir daí uma síntese nova e criativa. Na encíclica *Evangelii nuntiandi* (1976) lemos:

“O Evangelho, e conseqüentemente a evangelização, não se identificam por certo com a cultura, e são independentes em relação a todas as culturas. E no entanto, o reino que o Evangelho anuncia é vivido por homens profundamente ligados a uma determinada cultura, e a edificação do reino não pode deixar de servir-se de elementos da cultura e das culturas humanas. O Evangelho e a evangelização independentes em relação às culturas, não são necessariamente incompatíveis com elas, mas suscetíveis de as impregnar a todas sem se escravizar a nenhuma delas”.

“A ruptura entre o Evangelho e a cultura é sem dúvida o drama da nossa época, como o foi também de outras épocas. Assim, importa envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou mais exatamente das culturas. Estas devem ser regeneradas mediante o impacto da Boa Nova. Mas um tal encontro não virá a dar-se se a Boa Nova não for proclamada”⁵².

51 MONTEIRO, Paula. Op. Cit. p. 120.

52 Paulo VI. *Evangelii nuntiandi*. No. 20. São Paulo, Paulinas. 1999. 14ª edição.

Paulo VI colocou as culturas subordinadas ao anúncio evangélico, e não o contrário. Para o chefe da Igreja Católica abominava a idéia de se subordinar o fenômeno religioso a cultura. A religião se bastaria a si mesma para explicar e dar sentido a todos os fenômenos sociais e culturais. É uma corajosa inversão de perspectiva, que cada vez mais nos causa estranheza. Vale a pena comentar que o pontífice colocava os casamentos mistos também como momento privilegiado de encontro entre culturas:

“Mesmo as famílias surgidas de um matrimônio misto tem o dever de anunciar Cristo à prole, na plenitude das implicações do comum batismo; além disso, incumbe-lhes a tarefa que não é fácil, de se tornarem artífices da unidade”⁵³.

Na América Latina o projeto ganhou força a partir dos inícios da década de noventa do séc. XX devido ao impulso adquirido com a *IV Conferencia Episcopal de Santo Domingo (1992)* que utilizou a expressão em diversas ocasiões e consolidou a vitória do modelo de inculturação. Uma explicação para a adoção tardia dessa terminologia no continente americano pode ser encontrada na orientação adotada para os dois encontros anteriores (Medellín, Colômbia - 1968 e Puebla, México - 1979): a *opção preferencial pelos pobres*. Como a preocupação era a desigualdade social nas Américas, debates sobre o conceito de missão, evangelização e cultura inevitavelmente ficavam em segundo plano, assim como ecumenismo e diálogo inter-religioso. Somente em Santo Domingo (1992) e em Aparecida (2007) ecumenismo e diálogo inter-religioso ganharam destaque. O choque entre diálogo e missão, ecumenismo e defesa da imagem católica aparece em uma passagem do *Documento de Aparecida (2007)*:

“Com a inculturação da fé, a Igreja se enriquece com novas expressões e valores, manifestando e celebrando cada vez melhor o mistério de Cristo, conseguindo unir mais a fé com a vida e assim contribuindo para uma catolicidade mais plena, não só geográfica, mas também cultural. No entanto, esse patrimônio cultural latino-americano e caribenho se vê confrontado com a cultura atual, que apresenta luzes e sombras. Devemos considerá-la com empáfia para entendê-la, mas também com uma postura crítica para descobrir o que nela é fruto da

53 Paulo VI. *Evangelii nuntiandi*. No. 71. São Paulo, Paulinas. 1999. 14ª edição.

limitação humana e do pecado. Ela apresenta muitas e sucessivas mudanças, provocadas por novos conhecimentos e descobrimentos da ciência e da técnica. Assim se desvanece a imagem única do mundo que oferecia orientação para a vida cotidiana. Recai, portanto, sobre o indivíduo toda a responsabilidade de construir sua personalidade e plasmar sua identidade social”⁵⁴.

Mas a inculturação do evangelho possui limites metodológicos, em particular o fato de que o Catolicismo é usado como parâmetro de validade dos aspectos úteis das outras culturas:

“(…) a inculturação se move, pois, no espaço da contradição entre o particular e o universal. Essa contradição se desdobra em muitas outras que lhe são homólogas e equivalentes. Defende o respeito às culturas mas propõe sua mudança radical; prega a compreensão dos valores do outro, mas reivindica o direito à crítica cultural e correção das distorções éticas; reitera a autonomia do religioso (cultural) diante do político e do econômico, mas pretende ter impacto na esfera pública; busca a encarnação do Evangelho nas culturas mas teme a dissolução da mensagem. (...). Mas, se ao contrário, o Evangelho se identifica demais com uma forma cultural concreta, ele (e o missionário) perderia sua identidade própria. O paradigma da inculturação pretende associar ‘o universal da salvação e o particular da presença’. Preserva a universalidade da mensagem (que não se identifica com nenhuma cultura) e respeita a diferença (porque incultura-se em todas)”⁵⁵.

Mesmo o Papa Bento XVI vem criticando o modelo inculturativo, propondo uma nova terminologia:

“(…) não deveríamos mais falar propriamente em inculturação, mas de encontro de culturas ou – para empregar um neologismo – interculturalidade. A inculturação pressupõe a

54 V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. *Documento de Aparecida*. CNBB – Paulus – Paulinas, São Paulo. 2007. No. 479.

55 MONTEIRO, Paula. Op. Cit. p. 128-129.

substituição de uma fé por assim dizer culturalmente nua, por uma cultura indiferente religiosamente, onde dois sujeitos até agora estranhos se encontram e se fundem numa síntese. Mas essa concepção é, em primeiro lugar, artificial e mesmo irreal porque não existe fé livre de cultura e também porque não há cultura livre de fé, fora a civilização técnica moderna. Sobretudo não se vê como dois organismos totalmente estranhos entre si possam tornar-se um todo capaz de sobreviver depois de um transplante em que ambos são mutilados. Apenas quando a universalidade potencial de todas as culturas e sua abertura interior se dão é que a interculturalidade pode levar a novas e frutíferas formas”⁵⁶.

No Brasil, Pe. Elias Wolff também teceu diversas considerações acerca dos limites dos modelos oficiais de unidade das culturas, o desafio das diferentes propostas de unidade:

“(...) alguns defendem a superação do ‘ecumenismo cristão’ por um ‘macro ecumenismo’. Numa perspectiva teocêntrica, tendem a afirmar que todas as religiões podem conviver harmoniosamente, de modo que as diferentes formas de experiência de Deus e de explicitá-la não são empecilhos para o reconhecimento de uma realidade comum como conteúdo central da fé nas diferentes tradições religiosas. Outros visam salvar ‘o específico cristão’, buscando o diálogo com as demais expressões de fé como um modo de favorecer o conhecimento e respeito mútuos, em vista da construção da sociedade e da defesa da vida. (...) O desafio comum às igrejas é, por um lado, respeitar a liberdade religiosa, sem negar por princípio o reconhecimento da possibilidade de que o Espírito de Cristo possa agir nas estruturas religiosas não-cristãs. Por outro lado, nem toda expressão religiosa pode ser legitimada como autêntica expressão de fé em Deus. Discernir os critérios para o reconhecimento da autenticidade da expressão religiosa de uma tradição é um constante

56 RATZINGER, Joseph. *Fé, verdade, tolerância – o cristianismo e as grandes religiões do mundo*. Trad. Sivar Hoepfner Ferreira. São Paulo, IBFC Raimundo Lúlio. 2007. (p. 62-63).

desafio para o diálogo inter-religioso”⁵⁷.

A inserção das denominações cristãs no mundo moderno não se deu sem traumas e angústias. É nesse contexto que a temática dos casamentos mistos se coloca.

Algumas hipóteses norteiam nosso estudo sobre o casamento misto:

- 1) O casamento misto encontrou obstáculos tanto entre católicos quanto entre protestantes devido aos mais variados motivos como: o medo do relativismo moral que poderia vir das uniões mistas; o perigo da perda de fiéis; ou a vergonha que a união poderia trazer dentro das comunidades. Mas o catolicismo ao considerar o casamento um sacramento abriu espaço para um amplo debate sobre a celebração de casamentos entre pessoas de diversas denominações.
- 2) O casamento misto trouxe novas abordagens para a classificação de católicos e protestantes, já que relativizou a idéia de que pertencer a uma determinada denominação significasse ter sido batizada ou catequizada nela. Pelo contrário, o casamento misto trouxe novos problemas para a definição de pertencimento denominacional.
- 3) O casamento misto trouxe para a vida afetiva dos casais novos elementos de tensão, já que os conflitos partem das diferenças entre marido e mulher. Essas tensões mostram-se mais graves quando a origem das brigas são vivências religiosas diferenciadas, o que acirrou as diferenças de gênero.

Justificativa Teórica/ Historiográfica - Casamento misto, ecumênico e inter-confessional

Vale lembrar que aqui a teologia será a nossa principal fonte de informações, já que se ocupa de trabalhar os termos chave de nossa tese. Para compreendermos os casamentos mistos é preciso entender a concepção católica de *Conversão*, que fomos buscar em alguns importantes especialistas sobre o assunto:

57 WOLFF, Elias. *Caminhos do ecumenismo no Brasil: história – teologia – pastoral*. São Paulo, Paulus. 2002. p. 68-69.

“(...) mudança de identidade do crente, provocando uma alteração na situação eclesial, a passagem de uma Igreja para outra”. (...).

“Para o movimento ecumênico, porém, interessa aquela aceção do termo que se refere a uma mudança de identidade do crente, provocando uma alteração na situação eclesial, a passagem de uma Igreja para outra”⁵⁸.

Para Navarro a conversão é válida, desde que não tenha ocorrido pressão de grupos e indivíduos para que ocorra a mudança de denominação. A bibliografia em geral incentiva a busca de pontos em comum, privilegiando a unidade entre as denominações em detrimento de decisões individuais. Joseph Ratzinger⁵⁹ discorda desse espírito grupal do movimento ecumênico valorizando em contrapartida a liberdade dos indivíduos para mudarem de denominações religiosas:

“(...) não se podem declarar as pessoas como uma espécie de parque natural protegido em relação à história de sua cultura e de sua religião, para evitar que os tempos modernos penetrem em tais âmbitos. Tais tentativas são não somente indignas e, em última análise, desprezadoras da natureza humana, mas também completamente irrealistas. O encontro das culturas e a crescente fusão dos diversos espaços históricos em direção a uma história comum da humanidade é algo que se fundamenta na própria essência do homem. Igualmente não se podem aproveitar as possibilidades da

58 NAVARRO, Juan Bosch. Verbete “Conversão”, in: *Dicionário de ecumenismo*. Trad. Pe. Ivo Montanhese, CssR. Aparecida – SP, Santuário. 2002. p. 91-93. p. 91-92.

59 Joseph Ratzinger, hoje mais conhecido como Papa Bento XVI, nasceu em 1927 no vilarejo de Markl am Inn na Baviera, sul da Alemanha. Filho de camponeses, desde cedo demonstrou interesse pela vida sacerdotal. Mas a 2ª Guerra Mundial atrasou seus planos, assim como os problemas envolvendo a militância do pai (era anti-nazista) e o governo. Alistado compulsoriamente intermitentemente entre 1941-1944 na Juventude Hitlerista, acabou por desertar e ser capturado pelos aliados. Após a Guerra retomou os preparativos para sua ordenação sacerdotal, que ocorreu em 1951. Rapidamente se destacou nos estudos teológicos, chamando a atenção do então cardeal Frings da cidade de Colônia. Quando da realização do Vaticano II Ratzinger participou como perito conciliar, sendo até hoje apontado como autor de importantes documentos conciliares. Logo depois, participa da criação da famosa revista de teologia *Concilium* juntamente com Hans Küng e outros importantes teólogos, mas a colaboração durou pouco devido a divergências sobre o perfil teológico da revista. Ao longo dos anos 1970 Ratzinger atinge o episcopado, conciliando o trabalho pastoral com a atividade intelectual. Em 1983 foi escolhido pelo papa João Paulo II como *Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé*, cargo que ocupou até 2005 quando foi eleito papa Bento XVI. Nesse período, chegou a entregar por três vezes sua carta de demissão para poder se dedicar exclusivamente ao ensino, mas os pedidos foram indeferidos. Como papa até o presente momento (2010) ele publicou três encíclicas, além de diversos pronunciamentos e viagens apostólicas.

civilização técnica e, ao mesmo tempo, querer impor às outras o próprio sonho romântico de um mundo pré-tecnológico”⁶⁰.

Da parte dos luteranos, por ser uma Igreja de imigração, a possibilidade de conversões através de práticas proselitistas é menor. Já no caso do catolicismo o mesmo não pode ser dito, embora haja por parte de diversas Igrejas um clamor por superar esse espírito de competição feroz.

Entendido os limites impostos pelas duas denominações para a conversão e mudança de fé dos fiéis, precisamos agora entender como estas Igrejas entendem a realização do casamento. Católicos e luteranos apresentam uma série de argumentos de base teológica para justificar a importância do casamento. Vamos apresentar a visão mais atual e, em momento mais oportuno, tratar pormenorizadamente do surgimento e desenvolvimento dessa instituição civil e religiosa. Para os católicos o casamento é um dos sete Sacramentos instituídos por Cristo:

“Os sacramentos da Nova Lei foram instituídos por Cristo e são em número de sete, a saber: o Batismo, a Confirmação, a Eucaristia, a Penitência, a Unção dos Enfermos, a Ordem e o Matrimônio. Os sete sacramentos têm a ver com todas as fases e momentos importantes da vida do cristão: conferem nascimento e crescimento, cura e missão à vida de fé, dos cristãos. Existe uma certa semelhança entre as fases da vida natural e as da vida espiritual”⁶¹.

No mesmo Catecismo encontramos definições para o matrimônio:

“Os protagonistas da aliança matrimonial são um homem e uma mulher batizados, livres para contrair Matrimônio e que livremente exprimem o seu consentimento. ‘Ser livre’ quer dizer:”

“- não ser constrangido”;

“- não ser impedido por uma lei natural ou eclesiástica”.

60 RATZINGER, Joseph. *Fé, verdade, tolerância – O cristianismo e as grandes religiões do mundo*. Trad.: Sivar Hoepfner Ferreira. São Paulo, Instituto Brasileiro de filosofia e Ciência ‘Raimundo Lúlio’. 2007. p. 72.

61 *Catecismo da Igreja Católica Apostólica Romana*. Portugal-Coimbra, Gráfica de Coimbra. 1993. No. 1210.

“A Igreja considera a permuta dos consentimentos entre os esposos como o elemento indispensável ‘que constitui o Matrimônio’ (CIC, cân. 1057, § 1). Se falta o consentimento, não há Matrimônio”⁶².

Os católicos enfatizam duas coisas com relação ao casamento: acontecimento especial na vida com inteira aceitação das responsabilidades por parte do homem e da mulher. Para o caso especial dos casamentos mistos, o *Código de Direito Canônico (CIC)* da Igreja Católica (1983) apresenta estas diretrizes:

“Cân. 1124 - O matrimônio entre duas pessoas batizadas, das quais uma tenha sido batizada na Igreja católica ou nela recebida depois do batismo, e que não tenha dela saído por ato formal, e outra pertencente a uma Igreja ou comunidade eclesial que não esteja em plena comunhão com a Igreja católica, é proibido sem a licença expressa da autoridade competente”⁶³.

Veremos depois que a concessão da dispensa sofreu uma lenta evolução ao longo da história até chegar a esse formato apresentado acima. Essas restrições não são compartilhadas por todas as denominações cristãs. Por exemplo o *CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs)*⁶⁴, órgão máximo do ecumenismo brasileiro define que: “São denominados interconfessionais os casamentos celebrados entre cristãos e cristãs das diversas denominações”⁶⁵. Como podemos ver, o CONIC adota uma abordagem a mais ampla possível, a fim de não excluir nenhuma Igreja Cristã. No caso, para se

62 Idem, ibidem. No. 1625-1626.

63 *Código de Direito Canônico*. Tradução: CNBB. Notas: Pe. Jesus Hortal. 11a edição. São Paulo. Loyola. 1998. Cân. 1124.

64 O CONIC foi o fruto de um projeto antigo dentro do movimento ecumênico brasileiro. Desde 1934 o país contava com um órgão nacional ecumênico, a *CEB (Confederação Evangélica Brasileira)* que apregoava a união de esforços do protestantismo brasileiro em prol do bem comum (atividades de caráter filantrópico: educação, saúde). Entre os anos 1950 e 1960 em diversas Igrejas protestantes surgia um movimento rumo a uma leitura mais social e política da realidade latino-americana. Marcos desse período são o surgimento de *Iglesia y Sociedad (ISAL- 1967)* – órgão ecumênico de cooperação inter-continental; e a *Teologia da Revolução* com Richard Shaull e Rubem Alves (1968). Assim surgia um ambiente favorável para o surgimento do *CLAI (Consejo Latino Americano de Iglesias)* em 1978, primeiro órgão continental dedicado a unidade dos cristãos. Nesse mesmo ano começaram as negociações que levaram ao surgimento do CONIC em 1982, com sede inicialmente em Porto Alegre – RS, posteriormente transferida para Brasília - DF. Atualmente o órgão ecumênico brasileiro conta com as seguintes Igrejas: *Católica Apostólica Romana; Episcopal Anglicana do Brasil; Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; Siriana Ortodoxa de Antioquia; Presbiteriana Unida*. No passado chegaram a ser membros a *Igreja Metodista do Brasil* (retirou-se em 2006), e a *Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo* (retirou-se em meados dos anos 1980).

65 CONIC. *Os casamentos interconfessionais – uma visão teológico – pastoral*. São Paulo, Paulinas. 2007. p. 5.

entender uma denominação como cristã é desejável que ela aceite a fórmula trinitária do batismo (no caso, o batismo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo), além dos pontos do chamado Credo Niceno-constantinopolitano. Já na *IECLB* os fiéis mais destacados de cada comunidade julgam o caso. Os luteranos, e diversas comunidades protestantes, como a Igreja Metodista, adotam a terminologia *casamento ecumênico*. A comunidade luterana através de seus membros mais destacados julga os casos de casamentos ecumênicos, fazendo o papel dos *Tribunais Eclesiásticos* Católicos. Pede-se que os filhos sejam educados no luteranismo. Outro ponto em comum com o catolicismo é a condenação da celebração conjunta de dois oficiantes de Igrejas diferentes. De qualquer modo, é ponto pacífico entre católicos e protestantes de que o casamento deve receber tratamento especial, principalmente quando se analisa o casamento como símbolo ecumênico. Roger Schutz⁶⁶, fundador da *Comunidade de Taizé* (reformada), comentou sobre o valor ecumênico do casamento:

“A comunidade conjugal contém, em pequeno, tantos valores eclesiais. Alguns Padres da Igreja o qualificaram de ‘pequena Igreja’. Aqueles que, um dia depois do outro, combatem para resistir fiéis numa unidade indissolúvel, são também portadores de ecumenicidade”⁶⁷.

Mas o casamento misto ainda é visto como elemento de atrito por diversos especialistas de várias denominações religiosas:

“O matrimônio misto constitui, sem dúvida, um problema ecumênico por duas razões principais: pela diferente concepção que há sobre o matrimônio enquanto tal entre as Igrejas, e pelo próprio fato de seu caráter misto. (...). É evidente que a problemática implicada no matrimônio misto constitui na prática, ao lado do tema da

66 Em 1940, aos vinte e cinco anos de idade o pastor Roger Schutz decidiu criar uma comunidade religiosa dentro da Igreja Reformada, rompendo com uma secular tradição protestante de afastamento da vida religiosa que remontava a Lutero. Schutz propôs uma comunidade de monges inter-confessional cujo carisma seria a oração pela paz. Assim, nascia a *Comunidade de Taizé* na França livre, que de imediato passou a abrigar refugiados da França ocupada pelos alemães. Com o final do conflito a fama de Taizé apenas aumentou. Hoje a congregação conta com dezenas de monges espalhados pelo mundo, inclusive uma no Brasil, em Pernambuco. Schutz morreu em 2005, assassinado. Lideranças religiosas do mundo todo estiveram presentes a missa de exéquias, entre elas o Cardeal Walter Kasper, responsável pelo Pontifício Conselho pela Unidade dos Cristãos.

67 SCHUTZ, Roger. *Dinâmica do provisório*. Trad. Ir. Maria Angelita NSS. São Paulo, Duas Cidades. 1967. p. 115-116.

intercomunhão, um dos sinais mais visíveis da divisão existente entre as Igrejas, já que dois cristãos unidos para compartilhar uma vida em todas as suas manifestações estão separados – se realmente forem praticantes – na dimensão eclesial”⁶⁸.

“O dialogo ecumênico não deve ser considerado somente em nível universal, pois ele se torna também um dever nos níveis individual e local. Tem de se realizar em cada vida pessoal dos cristãos, quando ele ou ela encontrar outros cristãos de outras Igrejas: em família, particularmente nos casamentos mistos; nas comunidades locais; nas dióceses e em nível de conferências de bispos”⁶⁹.

“(…) mesmo sem reconhecer a legitimidade da fé do outro, cristãos de uma determinada tradição eclesial desenvolvem relações amigáveis com membros das outras igrejas. As motivações são múltiplas, destacando-se os laços de parentesco, a curiosidade em conhecer de perto a fé do outro e, inclusive, motivos políticos (estes sobretudo no período de implantação da República, quando alguns consideravam o protestantismo um pensamento modernizador da sociedade)”⁷⁰.

“É um fato doloroso, que afeta inclusive a existência de muitas famílias cristãs, em que a união de um católico e uma evangélica (ou vice-versa), ou de um ortodoxo e uma católica (ou vice-versa), ou de um evangélico e uma ortodoxa (ou vice-versa) é vivida no plano da fé com suma tensão, como algo doloroso que não ajuda à plena expressão do amor em que o casal é chamado a

68 NAVARRO, Juan Bosch. *Dicionário de ecumenismo*. Trad. Ivo Montanhese. Aparecida, SP. Ed. Santuário. 2002. P. 224-225.

69 KASPER, Walter. *Que todas sejam uma – o chamado à unidade hoje*. Trad. Carlos Alberto Bárbaro. São Paulo, Loyola. 2008. p. 66.

70 WOLFF, Elias. *Caminhos do ecumenismo no Brasil: história – teologia – pastoral*. São Paulo, Paulus. 2002. p. 36-37.

viver”⁷¹.

Distinguem-se duas posturas frente aos casamentos mistos: a primeira de rejeição, pois o casamento misto pode levar ao ateísmo ou a troca de Igreja e/ou religião; e outra positiva, pois o casamento misto coloca para casais, sacerdotes e pastores o desafio do diálogo ecumênico. Mas esses são os pontos de vista de especialistas sobre o assunto. Cabe a nós tentar descobrir como esses mesmos casais e suas famílias encaravam o desafio dos casamentos mistos.

Estado atual dos nossos conhecimentos

A temática do casamento visto do ponto de vista ecumênico é uma total novidade dentro do universo das ciências humanas e sociais. Leitores desta tese comentaram sobre o ineditismo da pesquisa dentro da historiografia brasileira acerca da grande quantidade de obras de teologia e ciências da religião citadas, mais comuns em trabalhos apresentados em instituições confessionais, como a PUC-SP e a UMESP de São Bernardo do Campo - SP, e menos em instituições laicais de ensino, como a USP.

De fato há uma visão metodológica diferenciada. Para antropólogos, sociólogos e historiadores, a teologia é apenas objeto de estudo, enquanto que para teólogos e cientistas da religião, a teologia é freqüentes vezes instrumento de análise. Aqui destaco o pioneirismo da *Escola Italiana (Romana) das Religiões*, que também trabalha com a idéia de que a Religião não é simplesmente parte da cultura, mas possui elementos muito próprios. Essas colocações são necessárias para compreendermos a pluralidade de interpretações, necessárias porque o casamento não é um acontecimento explicável por si só, mas possui antecedentes e desdobramentos importantes que apenas o cruzamento de informações possibilita um quadro mais completo do fenômeno.

Pelo menos desde o início do séc. XX a filosofia fenomenológica já refletia sobre o assunto. Aqui no caso nos referimos a um de seus expoentes, Edith Stein⁷². Para

71 SANTA ANA, Julio H. de. *Ecumenismo e libertação – reflexões sobre a relação entre a unidade cristã e o Reino de Deus*. Trad. Jaime A. Clasen. São Paulo, Vozes. 1991. 2ª edição. p. 71.

72 Edith Stein (1891-1942(?)) nasceu na Baviera, Alemanha e faleceu no campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, Polônia. De origem judia, durante a juventude se afastou da religião judaica, que praticava apenas para contentar a mãe e os irmãos. Stein foi aluna do filósofo Husserl (fundador da *Fenomenologia*), tornando-se sua secretária. Ela iniciou a partir daí uma série de estudos que foram a aproximando da religião, além da influência de um casal de amigos, chegando a converter-se ao

a filósofa judia havia uma grande pressão em masculinizar a mulher. A partir do momento em que a preocupação com o trabalho, o sucesso profissional se sobrepujam a constituição da família, é inevitável que o sentido cristão do casamento estivesse ameaçado. Para Stein era fundamental que a feminista católica compreendesse o papel da mulher no mundo moderno. A relativização da eclesiologia sobre a Igreja e a definição do seu papel na sociedade e de seus fieis não pode ser posta de lado em nome de causas nobres como a igualdade da mulher. Stein apresenta sua visão de mulher e matrimônio:

“O sentido triplo do matrimônio que a Igreja expressa nas palavras *fides, proles, sacramentum* precisa ser resguardado hoje contra a investida das opiniões de massa que acabaram derrubando a moral burguesa. Que ele seja resguardado é uma questão vital para o nosso povo e para toda a humanidade. Não existe outra base teórica para resguardá-lo do que a doutrina católica. Para que possa ser resguardado é necessário que existam mulheres que o compreenderam em toda a sua profundidade e que orientam a sua vida por ele; mulheres preparadas para resistir à investida das idéias da época e para apoiar suas irmãs”⁷³.

Para Stein a mulher possui uma serie de atributos que a qualificam a ser a provedora do lar: atenção, carinho, dedicação plena e exclusiva para a sua família e aos demais, intuição feminina. Essas colocações seriam desenvolvidas, a partir de uma perspectiva ecumênica pela fundadora do *Movimento dos Focolares*, Chiara Lubich⁷⁴.

catolicismo (1922). A partir dos anos trinta do séc. XX realiza uma série de conferencias das quais o livro *A mulher reúne algumas*. É desse período também sua entrada na *Ordem das Carmelitas Descalças*, onde passou a se chamar Irmã Teresa Benedita da Cruz. Em 1938, devido a perseguição aos judeus na Alemanha ela e outras irmãs de claustro se refugiaram na Holanda. Com a invasão da Holanda (1940) este país também passou a sofrer as medidas de restrição aos hebreus que levaram a deportação e morte de Edith Stein. Foi canonizada pelo Papa João Paulo II em 1998.

73 STEIN, Edith. *A mulher – sua missão segundo a natureza e a graça*. Trad.: Alfred Keller. Bauru - SP, EDUSC. P. 50.

74 Nascida na cidade italiana de Trento, Itália (1920), aos vinte e três anos sentiu-se chamada a vida religiosa e adotou o nome de Chiara, em homenagem a Santa Clara de Assis (Fundadora das Clarissas, ramo feminino da Ordem Franciscana). A transformação espiritual definitiva ocorreu no ano seguinte (1944) durante um ataque aéreo. Ela leu no Evangelho de São João (17, 21): “Que todos sejam um”. A partir desse dia Chiara Lubich descobriu que devia criar uma instituição que espalhasse o carisma da união e da concórdia entre todos os homens, de todos os credos e raças, mesmo ateus, ou seja, sua obra já nascia com uma dimensão ecumênica. Hoje o *Movimento dos Focolares* encontra-se presente em mais de 182 países, mantendo inúmeras obras sociais, revistas, canais de TV, rádio, além das Mariápoles, verdadeiras cidades onde se procura morar e trabalhar segundo a Doutrina Social da Igreja Católica. Chiara Lubich faleceu em 2008.

Para Lubich a união entre homem e mulher reafirma a unidade da Igreja e dos cristãos. Novamente há a preocupação em vincular a dignidade feminina e a obediência ao magistério da Igreja Católica:

“É típico nestas mulheres uma acentuada maternidade espiritual, que é um dos maiores dons que Deus pode conceder a uma criatura. Maternidade que as faz fecundas tanto na sociedade humana como na Igreja”.

“De fato, são enormes os efeitos daquela presença de Cristo que elas ajudam a realizar entre os homens. Ele, através delas, conquista os corações, converte, elimina barreiras entre gerações, entre pessoas de raças diferentes, de povos diferentes, entre ricos e pobres; forja homens novos, chama-os a segui-lo em todas as vocações, reaviva inteiras porções da Igreja”.

“E com este amor que conduz à fé: ‘Que sejam um a fim de que o mundo creia’ (Jo 17, 21), estas mulheres são capazes de abrir diálogos fecundos com cristãos de outras Igrejas, com fiéis de outras religiões, com todos os homens de boa vontade”⁷⁵.

A mulher torna-se elemento de união entre as pessoas. Notemos como a autora de uma forma muito simples procura demonstrar a importância da constituição familiar para todo o tipo de pessoa, seja cristã ou não.

Dentro de uma perspectiva sociológica localizamos outra proposta de conciliação das ciências humanas com a doutrina católica. O sociólogo Jacques Leclercq em fins dos anos sessenta do século XX publicou obra sobre a família. Para o autor os embates entre Estado e Igreja sobre o papel civil do casamento, a possibilidade ou não do divórcio na realidade são os choques entre laicismo e secularismo, mas também criticou a misoginia:

“Pode-se mencionar mais um aspecto do pensamento cristão desfavorável à mulher: na literatura espiritual, a mulher é frequentemente apresentada como ‘o pecado’. (...)”.

75 LUBICH, Chiara. “Mulher, artífice de paz e unidade”, in: GASPAR, Maria do Carmo (Org.). *Mulher, artífice de paz e unidade*. São Paulo, Cidade Nova. 1990. p. 33.

“Mesmo sem se aperceberem disso, os homens escrevem do ponto de vista do homem. Não reparam no que tem de surpreendente a idéia de que Deus tenha criado uma metade do gênero humano - dotada como a outra de alma imortal e chamada como a outra à vida divina e à visão beatífica - só para que sirva de instrumento à outra metade”⁷⁶.

Leclercq nos mostra que a misoginia cristã deve ser interpretada como arroubos de religiosos, que não refletem o pensamento oficial da instituição. Dizendo em termos mais simples, devemos separar o ensinamento universal do cristianismo de pensamentos e cacoetes de autores em diversas épocas. Aqui colocamos Leclercq entre os autores que apresentam uma viragem de pensamento com relação a mulher e o casamento, embora ele permaneça firmemente alinhado com o magistério oficial da Igreja Católica.

Já pensando na realidade brasileira atual, localizamos a obra da Profª. Maria das Dores Campos Machado, que defendeu seu doutoramento em 1994, quando as Igrejas neo-pentecostais despontavam como novos atores no cenário religioso brasileiro. A autora queria traçar um paralelo entre *Renovação Carismática Católica e o Pentecostalismo* procurando definir a partir daí mudanças na conduta sexual dos cristãos, refletindo a partir da perspectiva weberiana do *desencantamento do mundo*: os movimentos de reavivamento religioso não modificaram a tendência de secularização da sociedade. Para Machado as futuras pesquisas sobre gênero deverão tratar dos chamados matrimônios mistos, onde as tensões geradas pela escolha da denominação religiosa tornam-se decisivas:

“A presença majoritária das mulheres nas denominações e movimentos pentecostais, a heterogeneidade confessional nos seus lares e a adaptação da doutrina às necessidades do grupo doméstico são fatores que sugerem novas formas de relacionamento entre gênero e conversão religiosa. Neste sentido, considero extremamente importante que as pesquisas comecem a diferenciar os efeitos da afiliação religiosa dos dois parceiros dos casos em que apenas um dos cônjuges optou pelo pentecostalismo. E mais: que saibam diferenciar também os

76 LECLERCQ, Jacques. *A família*. Trad. Emérico da Gama. São Paulo, Quadrante – EDUSP. 1968. p. 286-287.

efeitos nas relações de gênero e nos casos em que a mulher se converte sozinha, dos casos em que o homem é o único crente na família”.

“A importância de uma linha de investigação dessa natureza fica ainda mais clara quando lembramos que o sistema hegemônico de gêneros na sociedade brasileira tem se caracterizado pela assimetria dos papéis femininos e masculinos e pela dubiedade da moral sexual”⁷⁷.

Mais recentemente (2002) foi publicado um amplo estudo do CERIS sobre a situação da Igreja Católica em inícios do séc. XXI, que serve de parâmetro para nossa tese, embora nossas pesquisas estejam mais voltadas para o momento anterior. O livro em si divide-se em diversos capítulos trabalhados por diversos pesquisadores ligados ao CERIS, sendo a perspectiva dominante a sociológica. Tratando sobre o sincretismo religioso temos considerações que trazem algumas luzes para a nossa compreensão dos casamentos mistos:

“(...) os elementos que compõe o sistema de crenças de católicos e não católicos nem sempre são integralmente compartilhados pela instituição religiosa. Então, quando falamos de sincretismo, talvez seja necessário definir que aspectos estaríamos considerando se a prática ou a crença do indivíduo que denominamos sincretismo ou ainda se estamos falando de sincretismo de forma mais global. Queremos chamar a atenção para a existência de várias modalidades de sincretismo. Uma delas pode ser representada pelo indivíduo que compõe seu sistema de crenças com elementos de várias tradições religiosas, e não possui uma prática institucional fixa. Outra pode ser aquela em que o indivíduo possui uma prática institucional fixa, mas seu sistema de crenças é plural, combinando elementos de sua religião e de outras. Uma terceira modalidade poderia ser representada pelo indivíduo que não está de forma alguma ligado a uma prática institucional, sendo sincrético apenas por possuir crenças

⁷⁷ MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais – adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas, SP. ANPOCS – Autores Associados. 1996. p. 89.

de várias religiões, combinando-as de maneira subjetiva, sem um critério institucional”⁷⁸.

Como vemos o autor criou uma tipologia do sincretismo católico brasileiro. Todos nós conhecemos pessoas que tranquilamente se encaixariam em um dos três modelos. Mas Fernandes alerta que apesar da prática religiosa sincrética, quando o católico é questionado sobre a frequência em outras Igrejas a resposta é negativa:

“A prática ecumênica dos que se declaram católicos é constituída por uma relativa simpatia destes por outras religiões, na medida em que 22,5% afirmam freqüentá-las. Contudo, leva-nos a relativizar e complexificar ao mesmo tempo os estudos sobre o sincretismo do católico brasileiro, já que 77,5% dos católicos entrevistados declararam não freqüentar outras religiões”.

“O que poderia revelar a declaração de não freqüência a outras igrejas? É possível pensar ainda em ao menos duas possibilidades: fidelidade institucional ou menor prática ecumênica. Contudo, não é possível realizar uma associação direta entre visita a outras igrejas e ecumenismo”⁷⁹.

Para Fernandes, o fato de freqüentarmos mais de uma Igreja não necessariamente redundando em uma visão mais ecumênica das mesmas. Uma explicação possível seria a de que estariam montando uma religião adaptada a seus gostos pessoais, fechada para as opiniões dos demais, sejam amigos, sacerdotes ou mesmo o Papa romano.

Saindo do campo da sociologia e entrando na história, localizamos a pesquisa da professora Teresinha Zanlochi, que trata do papel da mulher na Igreja Católica de Bauru. O livro é a sua tese de doutoramento em História, defendida em 1997 na USP. Zanlochi concorda com Machado ao afirmar que é a mulher o elemento essencial de animação dentro da Igreja Católica Apostólica Romana, assumindo até mais funções que os homens. O livro faz um balanço das questões de gênero na historiografia, além

78 FERNANDES, Silvia Regina Alves. “Prática religiosa e participação social”, in: *Desafios do catolicismo na cidade – pesquisa em regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo, CERIS-Paulus. 2002. P. 88-136. P. 91

79 FERNANDES, Silvia Regina Alves. Op. Cit. p. 122.

de um histórico da diocese de Bauru-SP, e um levantamento completo das diversas pastorais onde a presença das mulheres é maciça e fundamental para o funcionamento da Igreja. Na parte final Zanlochi nos apresenta uma tipologia das católicas praticantes:

“A sistematização dos dados permitiu-nos identificar três tipologias: a beata, a militante e a transiente. (...).

“Transiente tem o significado de transição, passagem, possibilidade de mudanças, rupturas ou propostas novas”. (...).

“De modo geral, [as transientes] são recatadas e discretas, sem opção revelada por nenhuma luta que modifique estruturas, nenhuma bandeira revolucionária. Muitas rejeitam os movimentos feministas por osmose, não raro, fecham os olhos à opressão de si mesmas, buscam soluções individuais para situações conflituosas e satisfazem-se com as migalhas de liberdade com que são contempladas”⁸⁰.

Afastando-nos dos dois tipos de mulheres participantes nas Igrejas, beatas e militantes (socialmente falando), fica aqui o recado de que é o tipo “médio” o mais comum nas Igrejas, e que vale a pena destacar aqui. Mais recentemente, localizamos artigos que revelam mais sobre o papel da mulher na religião e na magia dos grandes centros urbanos.

Por exemplo, Wissenbach, que nos revela o universo religioso popular de São Paulo na primeira metade do séc. XX. Aqui ela alerta que, apesar do grosso da clientela ser popular, pessoas identificadas com as classes médias ou altas também procuravam esses serviços. Agente dessa religiosidade eram mulheres:

“As mulheres transformavam também os espaços das práticas mágicas em experiências libertadoras, entendidas como desforras (...). Ou, como já sinalizavam os observadores da época, criava-se nessas esferas a possibilidade da vingança de Eva. Ao contrário do que ocorria, por exemplo, na hierarquia eclesiástica do catolicismo, tanto no espiritismo quanto nos demais cultos de possessão, as mulheres passaram a exercer um papel incontestável: dirigindo centros espíritas,

80 ZANLOCHI, Teresinha. *Mulheres leigas na Igreja de Cristo*. Bauru, SP. EDUSC. 2001. p. 183-185.

chefiando as largas comunidades do candomblé, recebendo santos ou incorporando os espíritos, a figura feminina projetava-se e expunha suas qualidades sensitivas e de liderança nos domínios da espiritualidade, mesmo que estas estivessem contidas nos marcos de sua vida doméstica e rotineira”⁸¹.

Como podemos ver, a magia era um elemento onde as feiticeiras exerciam seu poder máximo e seus clientes podiam desabafar suas frustrações. Novamente é preciso destacar que nesse campo, o da magia, como também o da religião, eram mulheres que possuíam o lugar de destaque.

Já no artigo de Cardoso a intenção é recuperar a memória das mulheres do povo, sendo fundamental a passagem dos sécs. XIX para o XX:

“Diferentemente das mulheres de elite, as mulheres pobres tinham maior liberdade de escolha, pois o casamento nem envolvia dote, nem era arranjado. Nesse universo, o que se esperava era que o pretendente, antes de pedir a moça em casamento, tivesse pelo menos um cavalo e uma modesta casa de palha, para iniciar a vida a dois”.

“No final do século XIX, no âmbito da literatura, o padrão matrimonial da elite baseado no dote e nos interesses familiares passa a ser objeto de críticas. Começa a ser delineada uma nova sensibilidade, em que o amor irrompe como base ideal do matrimônio, onde se deveria considerar a correspondência de sentimentos dos futuros cônjuges. No universo das práticas, estudos indicam, por um ângulo, a persistência do casamento como negócio familiar; por outro ângulo, o declínio do dote”⁸².

Aqui é visível a influência do romantismo, onde os sentimentos pessoais se sobrepunham aos interesses familiares e corporativos (Igrejas, agremiações de imigrantes, etc.). A sensível melhora nos rendimentos do marido permitiu ao casal dispensar o dote dos pais da noiva, mas por outro lado reforçou o papel da mulher como

81 WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “A mercantilização da magia na urbanização de São Paulo (1910-1940)”, in: *Revista de História*, No. 150, 1º. Semestre. São Paulo, DH-FFLCH-USP. 2004. P. 11-39. P. 31.

82 CARDOSO, Elizangela Barbosa. “Amor e gênero em quadrinhas”, in: *Revista Brasileira de História*. Vol. 27, No. 54. São Paulo, ANPUH. 2007. p. 83-108. p. 86.

provedora do lar, enquanto o marido sustentava a casa. O que não podemos esquecer é que essa postura colocava toda a responsabilidade do relacionamento no casal, quase eliminando a interferência da família, da igreja, etc. Cardoso nos descreve mais esse novo tipo de relacionamento:

“(…) nas décadas de 1940 e 1950 o namoro foi significado como o momento de formação do par, como uma das etapas do processo de seleção dos cônjuges, em que o sentido era dado pela possibilidade de casamento. O namoro começava com os primeiros olhares, os primeiros sorrisos, os primeiros contatos entre moças e rapazes. O passo seguinte era a individuação do par, momento em que através da iniciativa de aproximação e dos insistentes galanteios do rapaz, a moça deixava-se, paulatinamente, enamorar-se. Em um terceiro momento, ocorreria a oficialização do par, através do noivado que, por sua vez, culminaria no casamento. Quem namorava, deveria namorar para casar. O sentido do namoro era dado, portanto, pela expectativa do casamento”⁸³.

O relacionamento já contava com a liberdade de escolha, embora seu andamento já estivesse previamente delimitado pelas convenções sociais, religiosas e familiares, o que não invalida a constatação de que houvera um sensível progresso com relação ao período anterior.

Outra autora localizada por nós foi Margarida Fátima Souza Ribeiro que se propôs um trabalho audacioso: relacionar o movimento ecumênico com o feminismo. Seu trabalho evita as tensões dos dois trabalhos anteriores já que analisa a atuação de mulheres engajadas no ecumenismo dentro das Igrejas:

“Ao trazer à memória o passado, com seus silêncios, lutas, sofrimentos e celebrações, as mulheres estão sendo chamadas a fazer a hermenêutica bíblica de atualização criativa, não meramente vendo as mulheres como oprimidas, mas também como protagonistas das histórias de libertação. E ainda, é necessário resgatar a teologia da libertação, a teologia negra e outras teologias que nos proporcionam não meramente uma leitura bíblica e teológica androcêntrica, mas que

83 CARDOSO, Elizangela Barbosa. Op. Cit. p. 90.

nos permitem construir teologias de possibilidades, sem a pretensão de ditar verdades”⁸⁴.

Até mesmo nos movimentos de libertação e ecumenismo haveria muito sexismo e machismo disfarçado. Deveria ser repensado o papel da mulher nestes movimentos, chegando a propor uma teologia que gire em torno da sensibilidade feminina, em contraponto a toda a teologia, mesmo a libertadora, nascida da mente dos homens. Mais a frente, tratando das mulheres metodistas, ela diz:

“Embora haja participação ativa e perseverante das entrevistadas nos movimentos ecumênicos, é possível, em alguns momentos, detectar a sua decepção. Principalmente no que diz respeito ao potencial das mulheres metodistas e a sua efetiva participação nos movimentos. É também possível evidenciar as críticas aos movimentos ecumênicos. Por exemplo: uma das entrevistadas manifestou que o movimento ecumênico está se institucionalizando e que o movimento alternativo proporciona liberdade para questionar e espontaneidade para agir”.

“Há também muita cumplicidade entre as mulheres, tanto nas palavras, quanto nas ações. Não podemos deixar de detectar, em várias entrevistas, que as mulheres demonstram uma preocupação com a sua identidade. Por exemplo: ‘Sou mulher negra, evangélica e metodista’. Mulheres que estão presentes nos movimentos ecumênicos, para as quais as diferenças e as novas experiências proporcionam o fortalecimento da sua identidade como mulheres metodistas. Há uma riqueza de histórias de vidas, que se entrelaçam na trajetória ecumênica, trazendo o encanto, a alegria, o afeto; mas também a dor, a luta, a resistência. São visíveis o desejo de dignidade de vida e o sonho de paz para a humanidade”⁸⁵.

A conclusão a que chegamos é que mesmo no movimento ecumênico o papel da mulher é fundamental. Não como as beatas e engajadas de Zanlochi mas como

84 RIBEIRO, Margarida Fátima Souza. *As mulheres metodistas e os movimentos ecumênicos no Brasil: experiências e desafios*. São Bernardo do Campo, SP. UEMESP. 2001. Dissertação de mestrado. p. 32.

85 RIBEIRO, Margarida Fátima Souza. Op. Cit. p. 75-76.

mulheres que subvertem usos, costumes e paradigmas. O movimento ecumênico, ao propor a unidade nas diferenças seria um veículo privilegiado para equiparar os sexos. O ecumenismo seria:

“Refúgio por proporcionar uma visão mais abrangente e reflexiva sobre a realidade, mais liberdade, respeito, estímulo para a ação, convívio, unidade. Os movimentos ecumênicos oferecem também segurança. Libertação, pois, por meio da vivência do ecumenismo, é possível perceber que as barreiras são transponíveis, sendo necessário derrubá-las e construir novas pontes, com muito diálogo e ação. O ecumenismo proporciona o exercício constante da tolerância, o abandono do preconceito e redução do egoísmo⁸⁶”.

Quase no apagar das luzes desta pesquisa tivemos contato com a dissertação de mestrado da psicóloga Christina Takatsu Winnishofer: *Casamentos entre católicos e judeus*⁸⁷ defendida em fins de 2009. Nessa dissertação Winnishofer procurou mapear os motivos que levam católicos e judeus a se casarem e como isso influencia a educação dos filhos.

Para um judeu, em particular para as mulheres, o casamento inter-religioso é uma das maiores desgraças que podem ocorrer já que se rompe a linha de ascendência pelo lado materno, fundamental para os judeus se identificarem como tais. Deste modo, podemos entender os casamentos católico-judaicos como o casamento de pessoas que deliberadamente se desligaram da comunidade hebraica. Aqui reside uma informação preciosa para futuros pesquisadores de casamentos inter-confessionais, já que segundo a autora existe uma extensa bibliografia sobre o assunto em inglês, e produzida nos Estados Unidos da América do Norte, em particular o casamento de judeus com pessoas de outras religiões. A partir desse pressuposto Winnishofer procura exaustivamente localizar esses indivíduos no espaço e no tempo: levanta os modelos de famílias no Brasil, os modelos de terapia psicológica familiar, além dos diversos estudos sociológicos sobre a estrutura familiar no Brasil; para a partir daí compreender a especificidade do casamento inter-confessional chegando inclusive a entrevistas os

86 RIBEIRO, Margarida Fátima Souza. Op. Cit. p. 84.

87 WINNISCHOFER, Christina Takatsu. *Casamentos entre católicos e judeus: desafios de conviver com diferentes tradições religiosas e o de orientar os filhos na sua formação espiritual*. São Bernardo do Campo, SP. UMESP. 2009. Dissertação de mestrado.

casais. Aqui reside a novidade de seu trabalho: ela individualiza os casamentos. Winnishofer nos lembra que nos dias atuais diminuem as resistências a esses enlaces amorosos, embora eles persistam dentro de diversas comunidades e grupos:

“O casamento inter-religioso é o encontro de duas culturas religiosas. Cada um traz consigo uma bagagem que se confrontará com a bagagem do seu parceiro. O encontro dessas diferentes culturas religiosas pode constituir, e, provavelmente, constituirá, fonte de conflito. Os conflitos emergentes são, muitas vezes, não por uma visão diferente de mundo, mas essencialmente porque o outro diferente ameaça a identidade do indivíduo, e esse, em reação, precisa fortalecer sua própria posição”.

“Porém, a tradição religiosa faz parte da identidade da pessoa. Ela pode afastar-se da religião em que foi criada, mas a religião não desaparece de dentro dela”⁸⁸.

O casamento inter-religioso e o inter-confessional seriam esse espaço privilegiado de encontro e interação com o outro, mesmo após uma eventual conversão a denominação do companheiro(a). Por mais que a pessoa negue, a herança cultural de sua religião anterior permanece para sempre marcando seu modo de ser.

Em um segundo grupo, agrupamos obras que tratam do atual estado dos estudos sobre o ecumenismo, também relevantes para as nossas pesquisas. Um ponto que já se tornou *clichê* é o da relação entre ecumenismo e a teologia da libertação. Como o ecumenismo granjeia simpatizantes dentro do universo progressista, costuma-se pensar que essa relação é geral e automática, o que nem sempre é verdade. Muitas vezes essa ação social das Igrejas era adotada pois os colóquios de reunião centrados na teologia costumam apresentar poucos resultados:

“Conseqüentemente, centrou-se a atenção sobre questões práticas da responsabilidade dos cristãos para com o mundo. A unidade devia ser realizada, antes de tudo, por meio de uma ação comum. Em particular, as sempre mais numerosas igrejas do Terceiro mundo demonstravam estar mais interessadas na superação ou pelo

88 WINNISCHOFER, Christina Takatsu. Op. Cit. p. 36.

menos na condenação de estruturas econômicas exploradoras do que nos temas tradicionais de controvérsia. O Conselho [Mundial de Igrejas] era ‘ecumênico’ no sentido que se tornara um conselho universal e abraçando todo o mundo. Ele se identificou sempre mais com os deserdados, com os pobres e os oprimidos, e promoveu a justiça social e econômica. Foi dado alento a uma crítica social pungente sobretudo em declarações antiamericanas. Parecia que a ‘teologia da revolução’ deveria resolver todos os problemas sociais. A pregação do reino de Deus foi freqüentemente interpretada no sentido de utopias intramundanas”⁸⁹.

A obra de Jean Pierre Bastian apresenta o desenvolvimento das diversas denominações protestantes no continente americano entre fins do século XV até a primeira metade do século XX, e do seu envolvimento com o movimento ecumênico. O autor é mexicano e protestante, o que explica a existência de diversos exemplos que tratam da realidade da América Central e do Norte, e também é membro do *CEHILA - Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina*, cuja metodologia de trabalho é aplicar no campo historiográfico a *opção preferencial pelos pobres*. Para o autor o momento seria mais favorável ao conservadorismo teológico⁹⁰. Para ele, o Movimento Ecumênico só teria triunfado temporariamente devido a vitória das democracias nos anos quarenta do século XX. Mas, em um segundo momento, o movimento ecumênico de base liberal encontrou dificuldades. Para Bastian a proposta da Libertação, por estar inseparavelmente ligada ao protestantismo liberal, não tem condições de sobreviver nos tempos atuais:

“En vez de ampliarse, la base del sector ‘ecuménico’ del protestantismo histórico latinoamericano se redujo en la medida en que la opción por la justicia y la búsqueda ‘de auténticas formas de democracia’ fueron vistas por muchos como signos reductores de la esperanza que animaba a ese movimiento. Sin duda se encuentra ahí continuidad con una preocupación que data de los inicios del

89 NEUNER, Peter. “O caminho do ecumenismo no século XX”, in: GIBELLINI, Rosino (Ed.). *Perspectivas teológicas para o século XXI*. Trad. Carlos Felício e Roque Frangiotti. Aparecida, SP – Brasil. 2005. P. 279-298. p. 285-286.

90 BASTIAN, Jean-Pierre. *Protestantismos y modernidad latinoamericana – Historia de unas minorías religiosas activas en América Latina*. México, DF. Fondo de Cultura Económica. 1994. P. 208.

protestantismo latinoamericano. Pero aun así, los nexos de ciertos intelectuales y movimientos ecuménicos paraeclesiásticos con Cuba, por una parte, y con la teología de la liberación, por otra, acabaron por reforzar la sospecha de algo que los sectores protestantes conservadores achacaban al movimiento ecuménico en general: confundía los reinos, es decir, asimilaba la acción religiosa y la acción política, cosa que, por otra parte, hacían unos y otros, conscientemente o no⁹¹”.

A Teologia da Libertação não é vista como uma teologia ecumênica, mas como teologia social e política, obstaculizando a busca da unidade⁹², criando uma leitura equivocada da Teoria dos Dois Reinos citada páginas atrás. Até mesmo um dos pioneiros do ecumenismo latino-americano reconhecia esse problema:

“Fica o desafio da democratização do movimento ecumênico. Os acontecimentos levam a pensar que ela está se produzindo através de experiências ecumênicas a nível de base. Há, contudo, um perigo que deve ser evitado a todo custo: que se crie uma distância, um fosso, entre o ecumenismo de cúpula e o que o povo pratica. No fundo, um inspira o outro, ao mesmo tempo que se nutrem mutuamente. Ambos são chamados a se complementarem, a se interpelarem mutuamente, a aprenderem conjuntamente”⁹³.

91 BASTIAN, Jean-Pierre. Op. Cit. p. 237.

92 Para Bastian, o pós 2ª Guerra Mundial foi fundamental pois presenciou o surgimento de três importantes linhas de força no protestantismo latino-americano: a) o retorno de missionários da China e demais países do Bloco Comunista, a partir de agora ardentes defensores do evangelismo norte americano e da democracia estado-unidense. Esses evangelizadores se tornariam grandes patrocinadores do fundamentalismo a partir de 1945; b) uma leitura democratizante e tolerante da Bíblia que auxiliou poderosamente o patrocínio do movimento ecumênico a partir de 1948 com a celebração do Congresso de Amsterdam, moldando diversos setores de Igrejas por toda a América Latina; c) o crescimento do pentecostalismo evangélico, em parte auxiliado pela renovação do conservadorismo protestante, e parte fruto de um movimento maior de descontentamento dos cristãos com a secularização crescente das sociedades. Para Bastian a partir do momento em que a leitura liberal da Bíblia perdeu força a partir dos anos 1980 em detrimento dos conservadores e pentecostais, passou a ser mais um obstáculo do que um instrumento de auxílio na busca pela unidade dos cristãos. Para mais informações, Cf. BASTIAN, Jean-Pierre. Op. Cit. p. 205-206.

93 SANTA ANA, Julio H. de. *Ecumenismo e libertação – reflexões sobre a relação entre a unidade cristã e o Reino de Deus*. Trad. Jaime A. Clasen. São Paulo, Vozes. 1991. 2ª edição. p. 296. O mesmo autor, logo a seguir, alertava para outro perigo grave: achar-se o dono da verdade. “Só assim se pode enfrentar outro agente de divisão: o vanguardismo, que tão freqüentemente se apresenta com a pretensão de saber tudo. A experiência acumulada por alguns, coisa que não pode ser menosprezada, não dá direitos para desprezar as contribuições dos que não têm esses conhecimentos. Os outros também possuem uma

Em outra publicação encontramos diversas comunicações de especialistas que se pronunciaram a respeito do ecumenismo dentro de suas Igrejas. Aqui é preciso emitir um alerta sobre a tônica das comunicações. Os expositores, em geral eram ligados a Igrejas, visavam o crescimento do número de fiéis e a melhoria no nível ético dos mesmos. A base teórica dos expositores é a teologia muito mais que as ciências sociais e as ciências humanas. O desafio é adaptar a mensagem (Evangelho) ao contexto moderno sem ferir o núcleo essencial dessa mensagem. Aqui não cabem concessões no dogma, moral, liturgia. O teólogo Jung Mo Sung defende uma atuação decisiva no social como forma de resolver o impasse da adaptação da pregação:

“(...) é preciso criticar a fê idolátrica no mercado, pois sem essa crítica ao mercado, visto como providencial e absoluto, não podemos propor seriamente a solidariedade em âmbito macrossocial. Afinal, o mito da mão invisível do mercado defende que a única forma de ser solidário com os pobres é aumentar a competição no mercado e esperar que a lógica do mercado, após ter excluído e sacrificado os pobres, resolva os problemas sociais. Essa crítica à idolatria do mercado não pode ser estendida como dirigida a toda forma de mercado ou ao mercado como tal. O que deve ser criticado é a idolatria do mercado, a sua absolutização; e não o mercado como tal”⁹⁴.

O Prof. Sung não adota por completo a Teologia da Libertação, apresentando em contrapartida um capitalismo de tipo intervencionista. Seu pensamento está mais próximo da *Doutrina Social da Igreja Católica*, que propõe vias de solidariedade e ajuda dentro do capitalismo.

Por fim vamos tratar de um dos temas mais debatidos na teologia ecumênica dos últimos anos: a definição do que é Igreja, a chamada *Eclesiologia*. Aqui é fundamental a correta definição de Igreja, pois a partir dela podemos vislumbrar o

sabedoria que lhes permite participar do movimento pela unidade. Em muitos casos o vanguardismo impede a participação. E expressão de uma recusa implícita do diálogo. Não obstante isso tudo, é preciso deixar claro que há organismos, instituições eclesiais, pessoas, que estão na vanguarda do movimento ecumênico. Mas, justamente, mediante sua prática de serviço não pretendem ser condutores, mas meras ferramentas no processo de união de todo o povo de Deus”. Idem, *ibidem*. p. 296.

94 SUNG, Jung Mo. “A presença pública da Igreja no espaço urbano”, in: CASTRO, Clovis Pinto de. (Org.). *Pastoral urbana – presença publica da Igreja em áreas urbanas*. São Bernardo do Campo, SP. EDITEO – UMESP. 2006. P. 31.

projeto de unidade dos cristãos. Ao mesmo tempo, esse é o campo onde as divergências entre católicos, protestantes e ortodoxos gregos mostram-se mais graves, já que os católicos entendem a unidade da Igreja através da fidelidade ao Papa Romano, enquanto que protestantes e ortodoxos discordam. Aqui novamente é preciso ressaltar o enfoque teológico, mais do que o antropológico ou mesmo filosófico.

O primeiro desses autores é o atual Papa Bento XVI, na época do livro cardinal Joseph Ratzinger, que no início do século XXI publicou uma coletânea de artigos que tratavam de eclesiologia e da posição do cristianismo frente às grandes religiões mundiais. Aqui o futuro pontífice já apresentava uma de suas bandeiras: a luta contra a ditadura do relativismo. No cap. 1º intitulado *Unidade e pluralidade das religiões – o lugar da fé cristã na história das religiões*, Ratzinger polemiza com autores que já trataram da temática do relativismo teológico:

“Em tudo que foi dito ressoa uma segunda idéia: a noção de religião do homem de hoje é impregnada de simbolismo e espiritualismo. A religião assemelha-se a um cosmos de símbolos, o qual, numa última unidade da linguagem dos símbolos da humanidade (como a psicologia e a ciência das religiões conjuntamente hoje evidenciam), difere de muitas maneiras nos pormenores; mesmo assim, todos significam o mesmo, precisando somente descobrir sua profunda unidade subterrânea. Se isso ocorre primeiro, então se concretiza a unidade das religiões sem que sua variedade seja eliminada – essa é a ilusão promissora, como a única esperança real para o futuro, que está sob os olhos dos homens dotados de sensibilidade religiosa. (...) Perante tais afirmações em tom profético, cujo conteúdo humano e religioso é totalmente inconfundível, o teólogo cristão aparece como um dogmático reacionário, que não pode livrar-se das suas questiúnculas, independentemente de serem elas expressas raivosamente, ao modo dos antigos apologetas, ou na forma amável dos teólogos atuais, que confirmam o quanto de cristão eles tinham”⁹⁵.

95 RATZINGER, Joseph. *Fé, verdade, tolerância – o cristianismo e as grandes religiões do mundo*. Trad. Sivar Hoepfner Ferreira. São Paulo, IBFC Raimundo Lúlio. 2007. p. 25-26.

É inevitável não pensar nos historiadores da religião que procuram um denominador comum entre todas as religiões. Para Ratzinger, entretanto, essa igualdade absoluta de todas as religiões é uma utopia⁹⁶, o que não impede a busca da unidade dos cristãos. Em obra anterior, Ratzinger já havia tratado da polêmica da “supremacia católica” perante as demais religiões:

“As atitudes de um certo ecumenismo católico pós-conciliar foram marcadas por uma espécie de masoquismo, uma necessidade um tanto perversa de reconhecer-se culpados por todos os desastres da história. Falando, no entanto, da situação alemã, que conheço por dentro, devo dizer que sou amigo de protestantes realmente espirituais. Tendo uma vida cristã verdadeiramente profunda, essas pessoas tem também profunda consciência da culpa de todos os cristãos nas divisões que os dilaceram. Existe realmente, também na área protestante, um novo interesse com relação a elementos fundamentais da realidade católica”⁹⁷.

Para o bispo de Roma o reconhecimento das falhas dos católicos deve ser equilibrada com um reconhecimento das falhas de cristãos de outras Igrejas e mesmo de fiéis de outras religiões. Nessa mesma época mais dois especialistas em ecumenismo se somaram a discussão sobre os diferentes conceitos de eclesiologia e o ecumenismo: Walter Kasper e Elias Wolff. Kasper, cardeal responsável pelo *Pontifício Conselho pela Unidade dos Cristãos*, dicastério da Cúria Romana, procurou harmonizar o magistério oficial da Igreja Católica Romana com os mais recentes desenvolvimentos do ecumenismo. Já o gaúcho Elias Wolff é provavelmente nosso maior especialista em teologia ecumênica. Kasper iniciou sua exposição reconhecendo que:

“(...) em que pesem os muitos resultados encorajadores obtidos até aqui, há um ponto em que nenhum grande progresso foi ainda alcançado: a questão da eclesiologia. Esse antigo e complexo tema veio a público quando, durante o ano Jubileu de 2000, a Congregação para a Doutrina da Fé declarou que as Igrejas da

96 Um livro que apresenta as mais recentes correntes de debate teológico é o livro de Faustino Teixeira *Teologia das religiões – uma visão panorâmica*. São Paulo, Paulinas. 1995.

97 RATZINGER, Joseph. – MESSORI, Vittorio. *A fé em crise? O cardeal Ratzinger se interroga*. Trad. Pe. Fernando José Guimarães CSSR. São Paulo, EPU. 1985. p. 122.

Reforma não são Igrejas no sentido estrito da palavra. (...) Os protestantes não desejam ser considerados como Igreja da mesma forma que a Igreja católica se vê como tal. (...) Desse modo, a diferença entre os entendimentos particulares da Igreja e a declaração da Congregação para a Doutrina da Fé sobre essa questão não deveriam ser vistos como obstáculos, mas antes como impulsos ao diálogo ecumênico”⁹⁸.

Kasper lembra a validade das diferentes eclesiologias existentes. Esse é o ponto inicial: reconhecer que não há apenas um único meio de se definir Igreja e Igrejas, mas várias maneiras. Essa queda de braço eclesial reflete a necessidade de se preservar a identidade eclesial, que não se abre mão. A teologia das Igrejas, a eclesiologia particular de cada Igreja, advoga sua própria visão de mundo. Daqui podem surgir diversas posturas: ou se reconhece que a unidade é impossível; ou se procura reconciliar diversas visões; ou buscar a unidade fora das Igrejas. Estes três pontos são as atuais encruzilhadas do movimento ecumênico. É preciso alertar que a escolha de uma das saídas remete a um critério epistemológico baseado em uma abordagem teológica particular⁹⁹. A postura mais encontrada em boa parte da bibliografia existente sobre o assunto é a busca da unidade fora das Igrejas, consideradas em diversos casos mais como obstáculo do que meio de ajuda, o que é uma escolha problemática, já que a saída das Igrejas significa também a perda de todo o aporte que uma instituição religiosa estruturada é capaz de fornecer. O teólogo luterano Gerhard Tiel já havia alertado nos anos 1990 que:

98 KASPER, Walter. *Que todas sejam uma – O chamado à unidade hoje*. Trad.: Carlos Alberto Bárbaro. São Paulo, Loyola. 2008. P. 8-9. Ratzinger em entrevista a Vittorio Messori revelou também seguir o mesmo raciocínio: “Sim, há um movimento [ecumênico], portanto um reconhecimento de infidelidade a Cristo por parte de todos os cristãos, e não apenas da parte católica. Permanece, porém, como um limite até agora intransponível o diferente conceito de Igreja. Para um reformado será sempre difícil, se não impossível, aceitar o sacerdócio como sacramento e como condição indispensável para a eucaristia. Porque, para aceitar isso, ele teria que aceitar a estrutura da Igreja baseada na sucessão apostólica. Quando muito – pelo menos por enquanto – podem chegar a conceder que esse tipo de Igreja é a melhor solução, mas não que seja a única e indispensável”, in: RATZINGER, Joseph. – MESSORI, Vittorio. *A fé em crise? O cardeal Ratzinger se interroga*. Trad. Pe. Fernando José Guimarães CSSR. São Paulo, EPU. 1985. p. 123. Os grifos são meus.

99 “(...) há agora vezes impacientes que, em oposição à intenção declarada pelo Concílio (cf. Unitatis Redintegratio 11) e ocultando-se atrás da miragem das soluções tomadas como certas, estão criando problemas e interpretando erroneamente o movimento ecumênico ao acreditarem de maneira equivocada que irão fazer com que ele cresça se se renderem ao relativismo dogmático, ao indiferentismo e ao puro pragmatismo”, in: KASPER, Walter. *Que todas sejam uma – O chamado à unidade hoje*. Trad.: Carlos Alberto Bárbaro. São Paulo, Loyola. 2008. p. 13.

“(...) o movimento ecumênico de base [popular] faz parte da realidade ecumênica da América Latina, e o ecumenismo de base é inconcebível sem o ecumenismo eclesiástico [de lideranças] ¹⁰⁰”.

Mesmo no livro de Wolff essa leitura do atual momento ecumênico transparece. Esse modelo, apesar de possuir maior liberdade de ação, sofre com a falta de reconhecimento dos fiéis das Igrejas e de financiamento das mesmas. Diferentemente, para Kasper, a compreensão plural da própria pluralidade não deve se restringir apenas aos especialistas e autoridades religiosas, mas até mesmo ao grosso dos fiéis das diversas Igrejas em diálogo. Aqui Kasper e Wolff apresentam divergências com relação a metodologia do movimento ecumênico:

“O diálogo ecumênico (...) se torna também um dever nos níveis individual e local. Tem de se realizar em cada vida pessoal dos cristãos, quando ele ou ela encontrar outros cristãos de outras Igrejas: em família, particularmente nos casamentos mistos; nas comunidades locais; nas dioceses e em nível de conferências de bispos”¹⁰¹.

Já Wolff nos apresenta uma tipologia do ecumenismo popular, que ele divide em três tipos: *movimentos populares*, *organismos ecumênicos*, e *religiosidade popular*. Os dois últimos apresentam pontos que valem a pena destacar aqui:

“O que os caracteriza [órgãos ecumênicos] como uma espécie de ‘extensão’ das Igrejas e o fato de fazerem com que as orientações ecumênicas das lideranças eclesiásticas e as iniciativas por elas tomadas tenham acolhida e concretização nas comunidades populares e em espaços sociais onde as Igrejas oficialmente não atuam. E os organismos, por vezes, vão além das iniciativas oficiais das Igrejas. A prática ecumênica popular tem alcance maior do que a prática eclesiástica. Por isso, os organismos são a vanguarda do ecumenismo, chegando lá onde as Igrejas ainda não conseguem chegar. Isso pode

100 TIEL, Gerhard. *Ecumenismo na perspectiva do Reino de Deus – uma análise do movimento ecumênico de base*. São Leopoldo – RS, Sinodal – CEBI. 1998. p. 13.

101 KASPER, Walter. *Que todas sejam uma – O chamado à unidade hoje*. Trad.: Carlos Alberto Bárbaro. São Paulo, Loyola. 2008. P. 66.

gerar tensão no mundo ecumênico. Mas abre caminhos, ajudando as Igrejas a se encorajarem no caminhar pelas trilhas da unidade”¹⁰².

No caso Wolff refere-se a tensão de se saber que avanços são possíveis, mas não estão sendo atingidos, o que coloca o problema de descobrir porque ocorre essa repulsa entre os setores mais populares. Ao longo de nossa tese vamos tentar descortinar um pouco deste mistério.

O terceiro e último modelo destacado por Wolff é o da Religiosidade Popular:

“Seu horizonte espiritual não precisa ser fechado, mas aberto para o diálogo com manifestações religiosas diferentes. Indicações disso são as manifestações de ecletismo e sincretismo. Esse fato, porém, é negativo para o diálogo ecumênico, levando a comportamentos não ortodoxos na vivência da fé no interior da comunidade, o que causa tensões e não contribui positivamente para as relações ecumênicas entre as Igrejas. Mas há outras indicações ecumênicas da consciência religiosa popular. Nela vigora o espírito do respeito e da convivência com as diferentes tradições religiosas. E isso pode ser explorado positivamente para favorecer o convívio das diferentes expressões de fé, sem incorrer no sincretismo”¹⁰³.

Fica evidente que o segundo modelo de Wolff é o seu favorito, já que para ele a religiosidade popular deturpa a eclesiologia, gerando pontos de tensão com os *novos movimentos religiosos*¹⁰⁴. Outro ponto ausente na tipologia de Wolff, e que aparece de

102 WOLFF, Elias. *A unidade da Igreja – ensaio de eclesiologia ecumênica*. São Paulo, Paulus. 2007. P. 65.

103 WOLFF, Elias. Op. Cit. P. 66. Não caberia aqui colocar a discussão candente dentro e fora do movimento ecumênico sobre qual seria o papel do povo na transformação social do mundo. No caso específico que tratamos aqui, do ecumenismo, o povo seria aquele cristão seriamente envolvido com a transformação do mundo de injustiça e desigualdade. Todos aqueles que optassem por não aderir a essa proposta estariam excluídos da libertação: “A ‘humanidade’, portanto, não é simplesmente a soma de todos os seres humanos; antes, esse conceito designa a unidade qualificada de todas as pessoas ‘de boa vontade’, como se formula com freqüência, ou seja, daquelas que se engajam de modo consciente e coerente pela realização de justiça e dignidade para todos os seres humanos. Ante essa opção fundamental, as diferenças confessionais, religiosas e cosmovisivas perdem sua força divisora”, in: TIEL, Gerhard. *Ecumenismo na perspectiva do Reino de Deus – uma análise do movimento ecumênico de base*. São Leopoldo – RS, Sinodal – CEBI. 1998. p. 149. Essa leitura fortemente exclusivista do povo e do seu papel na libertação cristã é justamente um dos maiores pontos de crítica dos conservadores a Teologia da Libertação. Para um estudo mais detalhado da crítica a TdL, a leitura fundamental ainda é o livro de D. Boaventura Kloppenburg, *Igreja Popular*.

104 A expressão novos movimentos religiosos é a classificação mais moderna, substituindo o termo seita, considerado pejorativo.

forma breve na fala de Kasper, é a valorização das relações ecumênicas dentro das famílias como a celebração de casamentos mistos, que não cabem no tipo ideal de eclesiologia de Wolff. Uma explicação seria que Wolff pensa em grupos de cristãos em busca de diálogo, excluindo as famílias como constituintes desses grupos. Como podemos ver, enquanto Wolff apresenta um modelo próprio de eclesiologia, Kasper se esforça por tornar inteligível o modelo oficial de Igreja Ecumênica:

“A nova e básica percepção ecumênica assim, é a que entre os batizados já existe na realidade uma unidade fundamental, ou *communio*, de modo que a distinção não é entre a unidade completa e a ausência total de *communio*, mas entre uma *communio* integral e uma *communio* incompleta”¹⁰⁵.

Lembrando que aqui o termo *communio* – comunhão remete a grupo ou grupos com idênticas concepções teológicas e eclesiológicas. O Catolicismo seria a mais completa expressão de unidade dentro de sua própria eclesiologia. O Vaticano II em uma célebre passagem da constituição *Lumen Gentium*¹⁰⁶ justifica que a Igreja Católica possui todos os dons sobrenaturais que Cristo deseja para sua Igreja, que as outras não possuem. Como podemos ver, o problema reside em que essa eclesiologia católica faz sentido somente para católicos, mas não para luteranos, anglicanos, ortodoxos gregos. Wolff, por outro lado, apresenta uma definição mais ambiciosa de *communio*: deseja não apenas a unidade dos cristãos, mas a unidade de todo o gênero humano:

“O sentido de ‘unidade’ não é unívoco e indica, ao menos, três horizontes: dos cristãos, da Igreja e da humanidade. (...). Isso, contudo, em nada impede que se construa uma compreensão comum e atualizada de oikoumene, em meio aos processos econômicos, sociais, culturais e políticos que afetam a vida dos povos. Sem perder a especificidade cristã, a prática ecumênica orienta-se a fidelidade ao projeto divino de reconciliar a diversidade da oikoumene como reconciliação da humanidade”¹⁰⁷.

105 KASPER, Walter. *Que todas sejam uma – O chamado à unidade hoje*. Trad.: Carlos Alberto Bárbaro. São Paulo, Loyola. 2008. P. 74.

106 *Lumen Gentium*, No. 04.

107 WOLFF, Elias. *A unidade da Igreja – ensaio de eclesiologia ecumênica*. São Paulo, Paulus. 2007. P. 237-238.

Terminada toda essa longa etapa de caracterização dos objetos casamentos mistos, mulher nas Igrejas, e ecumenismo, ainda percebemos que esses são temas pouco ou nada estudados pelos diversos ramos do saber, seja filosofia, sociologia, antropologia, história ou teologia. Aqui nossa pesquisa se mostra pioneira, abrindo caminhos e novos desafios.

Metodologia/Fontes

Para bem tentarmos desvendar esses temas tão dispares, seguimos a seguinte seqüência de leituras: *Codex Iuris Canonici* (Código de Direito Canônico – da Igreja Católica); aspectos práticos (liceidade ou não dos casamentos, celebração, educação dos filhos). Para estudo de casos escolhemos uma comunidade ligada a IECLB (Igreja da Paz - Friedenkirche) e a ICAR (Paróquia Santa Generosa).

Nessas duas comunidades analisamos as questões práticas do matrimônio misto antes e depois do Concílio Vaticano II. Verificamos se o contato entre católicos e protestantes pôde servir para desenvolvimento do movimento ecumênico, além de servir de parâmetro para o papel da mulher. Utilizamos documentos (atas, registros paroquiais, relatórios) existentes nas comunidades, além de entrevistas com fiéis, sacerdotes, pastores, a fim de estabelecermos a aceitação do casamento misto e do ecumenismo para esses personagens. Visitamos os arquivos da *IM* (Metodistas) em Rudge Ramos – São Bernardo do Campo – SP, que apesar de pertencer a uma denominação que não estudamos, possui uma biblioteca e um fundo de documentação muito rico.

Depois de termos consultados as obras disponíveis sobre o assunto casamentos mistos, passamos a consultar os fundos de documentação das duas igrejas escolhidas para as nossas pesquisas. Isso ocorreu no ano de 2007. A partir daí já tínhamos material para a qualificação de doutorado, que ocorreu em novembro de 2008. A partir da qualificação passamos a realizar as alterações propostas pelos professores e pela orientadora, sendo incorporadas ao corpo dos textos e referida nos relatórios parciais entregues ao CNPq em fins de 2008 e 2009. A análise mais pormenorizada desse material consta do capítulo III, e a relação completa dos documentos utilizados encontra-se na relação de documentos inéditos, junto com a bibliografia.

O grande problema encontrado por nós foi quantificar adequadamente os dados levantados, já que tínhamos um diamante bruto em nossas mãos: informações sobre a vida profissional e familiar dos cônjuges, de suas famílias, além de dados sobre o pertencimento religioso de homens e mulheres, e as diversas possibilidades levantadas pelo cruzamento de dados, o que em diversos momentos nos colocava diante de dilemas graves e surpresas inesperadas.

Desde já é preciso fazer dois alertas.

Primeiro, quando quisemos fazer a comparação das pessoas estudadas da ig. da Paz e da paróquia de S. Generosa não era nossa intenção acompanhar a vida posterior dos casais, mas apenas fotografar um brevíssimo momento na vida de todas essas mulheres e homens, e procuramos na medida do possível rastrear suas origens. Do andamento posterior de suas vidas apenas podemos intuir algumas idéias.

Outro alerta refere-se exclusivamente ao momento em que concentramos nossos estudos, os anos entre 1958 até 1978, no qual tanto católicos quanto luteranos lutavam para reorganizar suas denominações. Antecipando colocações que retomaremos nos capítulos I e II podemos enumerar essas mudanças da seguinte maneira:

- a) Católicos: conforme veremos, em 1958 ainda vigorava em todo o seu rigor o Código de Direito Canônico de 1917. Mas, a partir de 1966 diversos documentos modificaram de tal maneira a legislação referente aos casamentos mistos que forçaram a aprovação de um novo Código em 1983. Assim ,as lacunas presentes na documentação refletem esse momento de “limbo” no cumprimento destas normas.
- b) Luteranos: conforme veremos nos Capítulos I e II, em 1958 a Igreja Luterana ainda se encontrava dividida em Sínodos independentes, somente surgindo a IECLB em 1968 após o Concílio celebrado justamente na igreja da Paz da Granja Julieta, São Paulo-SP. Além disso, em 1957 apesar de diversos sínodos já estarem filiados ao Conselho Mundial de Igrejas – CMI (Genebra, Suíça), e já terem se iniciado os diálogos bilaterais entre jesuítas e luteranos na cidade de S. Leopoldo – RS, para muitas comunidades ainda reinava o estranhamento e a novidade.

Esses diferentes andamentos na própria organização das Igrejas explica em boa parte a diferença na composição, organização e até mesmo na manutenção dos

fundos arquivísticos das duas igrejas selecionadas. Por exemplo, a preocupação em saber o número exato de fregueses dominicais: nas igrejas luteranas há um controle na frequência, no número de fiéis que pedem admissão, recebem a Santa Ceia – pão e vinho -, batizam os filhos, etc. Já nas paróquias católicas esse controle é mais difícil.

Terminado este trabalho, ainda no ano de 2009, passamos a corrigir os diversos textos que compõe a presente tese. Uma dificuldade especial surgiu ao retrabalhar os três primeiros capítulos de nossa tese: a aparição de inúmeros termos similares para o mesmo fenômeno: os casamentos entre pessoas de diversas origens, raças e religiões diversas. O leitor vai talvez estranhar a presença de autores de inúmeros campos de saber: geografia, história, filosofia, antropologia, sociologia, teologia, literatura inglesa e norte-americana. Esse cruzamento inusitado de autores, metodologias e linhas de pensamento se fez necessário por dois motivos: pelo fato do casamento ser um fenômeno que transcende barreiras culturais e ideológicas – como iremos ver no próximo capítulo -; e por ser, no caso do casamento entre pessoas de religiões e denominações cristãs diferentes, um assunto muito pouco estudado como pudemos constatar a pouco em nosso breve levantamento bibliográfico.

Ao longo dos capítulos o leitor vai localizar uma série de notas de rodapé que procuram apresentar breves bibliografias dos autores consultados, o que fiz com a intenção de diminuir a estranheza do leitor com estes autores. Outra preocupação nossa foi explicar termos e fatos ligados a história eclesiástica e a história bíblica, necessários para a boa compreensão dos pontos abordados na tese, mas em geral estranhos ao estudante de ciências humanas. Neste caso, tivemos uma preocupação especial no capítulo III onde aparecem diversas denominações cristãs, termos do direito canônico e usos litúrgicos das Igrejas estudadas. Para tentar sanar pelo menos parte do problema criamos um anexo com uma breve apresentação da história dessas denominações. Todas essas medidas foram tomadas para tentar tornar a leitura a mais informativa possível, embora seja preciso reconhecer que a presença ostensiva de notas, citações e explicações tornem a leitura muito truncada. Mas esses são os ossos do nosso ofício.

Além desta Apresentação, a tese apresenta mais três capítulos. No capítulo I procuramos apresentar ao leitor a questão do casamento desde as origens do homem, passando pela história da Bíblia Sagrada, tanto o Antigo quanto o Novo Testamento, o nascimento da Igreja Cristã e o desenvolvimento de normas de conduta para todos os

membros da Igreja: o Direito Canônico. Aqui o leitor vai perceber a forte presença de conceitos das Ciências da Religião, em particular história, filosofia e teologia.

No capítulo II fechamos mais nossa perspectiva e nos debruçamos sobre as origens das comunidades alemãs luteranas no Brasil, sua implantação e desenvolvimento, até o momento de nossas análises, a segunda metade do séc. XX. Aqui a presença mais forte é a de autores que se dedicaram preferencialmente a estudos sobre imigração, migração e impacto da modernidade nas populações rurais e urbanas do Brasil.

O capítulo III trata exaustivamente da história das duas comunidades por nós escolhidas: suas origens no contexto de história de suas Igrejas, seu desenvolvimento até o momento de nossos estudos. O ponto central é o estudo dos dados de casamentos de católicos e de luteranos com pessoas de outras Igrejas e denominações cristãs. Aqui utilizamos as funções do *Office 2007 do Windows Vista (Excel)*, muito didática e que permite ao usuário escolher rapidamente o tipo de gráfico que se quer extrair das tabelas. Na confecção das tabelas optamos por colocar tanto as tabelas em si, quanto gráficos com colunas. Se isso acaba por tornar o capítulo muito grande – já que foi necessário “esticar” bem diversas tabelas para que pudessem ficar legíveis – acabou por se tornar mais didático e fácil de extrair informações.

O leitor talvez vá estranhar o fato do capítulo III, em comparação com os três primeiros capítulos, não possuir tantas notas explicativas, Isso se deu por dois motivos: um capítulo de análise de dados inéditos deve preferencialmente “falar por si mesmo”; e além disso não localizamos muitas obras sobre o tema que pudessem dialogar com as informações por nós coletadas.

Por fim, a Conclusão da tese, quando vamos finalizar idéias e repisar conceitos citados ao longo dos extensos capítulos.

Terminada a Apresentação de nossa tese, agora vamos fechar um pouco mais nosso campo de observação e começar a tratar da origem da família cristã. Para isso precisamos recuar mais de dois mil anos e encontrar a aurora do *homo sapiens* e sua expressão mais peculiar, a de *homo religiosus*.

Capítulo 1

O casamento como organização familiar

O casamento como organização familiar

Em nossa apresentação colocamos algumas idéias que norteiam o casamento de católicos e luteranos. Mas seria um erro afirmar que o casamento como tal deriva dos tempos da Reforma Protestante. Na realidade, a atração entre homens e mulheres, independente de fatores culturais e sociais seria algo inerente a natureza humana, como certos autores procuram entender.

Aqui saímos um pouco da história e caímos no campo da antropologia e da história das religiões, que pensam em características inerentes aos seres humanos, que já viriam desde o momento do nascimento. O mesmo caracterizaria a atração dos seres humanos pela religião, pelo sagrado, pelo místico e sobrenatural em todos os acontecimentos. O Prof. Mircea Eliade¹⁰⁸, famoso e conhecido historiador das religiões, nos apresenta algumas características das religiões:

“Para o historiador das religiões, toda manifestação do sagrado é importante; todo rito, mito, crença ou figura divina reflete a experiência do sagrado, e por conseguinte, implica as noções de ser, de significado e de verdade. (...) o sagrado é um elemento na estrutura da consciência e não uma fase na história dessa consciência. Nos mais arcaicos níveis de cultura, viver como ser humano é em si um ato religioso, pois a alimentação, a vida sexual e o trabalho tem um valor

108 Mircea Eliade (1907-1986) ainda hoje é considerado uma das maiores autoridades em *História das Religiões*. Romeno de nascimento, a partir dos anos trinta do séc. XX iniciou uma série de investigações sobre a religião. Devido a turbulência política que atravessava a Europa nessa época, ele decide emigrar para os Estados Unidos da América, lecionando na *Universidade de Chicago*. A partir daí vêm à luz suas obras mais conhecidas: *O mito do eterno retorno* (1954), *O sagrado e o profano* (1959), *Mito e realidade* (1964), e a obra monumental que ficou inacabada: *História das crenças e das idéias religiosas* (1969-1985) planejada para ter cinco volumes, somente três foram publicados.

Para Eliade, todas as religiões possuem um denominador comum a partir do qual surgem as particularidades de cada religião (p. ex.: objetos sagrados, ritos e mitos de origem), o que permite o estudo comparativo das religiões. Seu método gozou de unanimidade entre os anos sessenta e setenta do séc. XX. Nos dias de hoje já existe um esforço para superá-lo através da *Escola Italiana (ou Romana) das Religiões*, que discorda de Eliade na adoção da Fenomenologia como referencial para o estudo comparativo.

sacramental. Em outras palavras, ser - ou, antes, tomar-se - um homem significa ser ‘religioso’¹⁰⁹.

Segundo Eliade, pensar no triunfo do homem secularizado frente ao homem religioso é um exagero, já que se cria um homem incompleto e angustiado, sem perspectiva de continuidade além da morte, já que mesmo as religiões animistas demonstram a presença do sagrado na vida¹¹⁰. Os antigos usavam a religião e as tradições como elementos válidos para interpretar os acontecimentos mundanos, fossem de ordem prática, política, econômica, recusando-se a aceitar como válidas quaisquer outras formas e tradições de explicação do sentido do mundo. Para Eliade o papel da mulher na religião encontra-se indissociavelmente relacionada com o casamento, com a geração de filhos e a constituição de uma sociedade entre homem e mulher, a família:

“A mulher está, pois, misticamente solidarizada com a Terra, o dar à luz apresenta-se como uma variante, à escala humana, da fertilidade telúrica. Todas as experiências religiosas relacionadas com a fecundidade e o nascimento têm uma estrutura cósmica. A sacralidade da mulher depende da santidade da Terra. A fecundidade feminina tem um modelo cósmico: o da *Terra Mater, a Mãe Universal*”¹¹¹.

Eliade não estava querendo provar que o casamento é um sacramento, como os apologetas católicos se preocupariam em provar, mas queria mostrar que é elemento essencial da vida humana. Um casal ao “transar” estaria, na realidade, repetindo o mito criador do mundo. O catolicismo não foge dessa linha de raciocínio ao dizer que a relação sexual dentro do casamento deve ser interpretada como colaboração do casal com Deus, viabilizando o nascimento de filhos, tornando o sexo *sagrado*. De fato, lemos no livro do Gênesis:

“Deus criou o homem à sua imagem, criou-o à imagem de Deus; ele os criou homem e mulher. Abençoando-os, Deus disse-lhes: ‘Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra. Dominai sobre os

109 ELIADE, Mircea. *História das crenças e das idéias religiosas. Tomo I, Vol. I*. Trad.: Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1978. p. 13.

110 ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano – a essência das religiões*. Trad. Rogério Fernandes. Lisboa, Ed. Livros do Brasil. p. 26.

111 ELIADE, Mircea. Idem, *ibidem*. p. 153.

peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se movem na terra”¹¹².

O homem não seria um animal qualquer, possui uma alma espiritual com a qual é capaz de refletir a perfeição divina, a ponto de ter recebido sua benção. Sua missão é administrar a Criação:

“O Senhor Deus disse: ‘Não é conveniente que o homem esteja só; vou dar-lhe uma auxiliar semelhante a ele’. Então, o Senhor Deus, após ter formado da terra todos os animais dos campos e todas as aves dos céus, conduziu-os até junto do homem, a fim de verificar como ele os chamaria, para que todos os seres vivos fossem conhecidos pelos nomes que o homem lhes desse. O homem designou com nomes todos os animais domésticos, todas as aves dos céus e todos os animais ferozes; contudo, não encontrou para ele uma auxiliar adequada”.

“Então, o Senhor Deus adormeceu profundamente o homem; e, enquanto ele dormia, tirou-lhe uma das suas costelas, cujo lugar preencheu de carne. Da costela que retirara do homem, o Senhor Deus fez a mulher e conduziu-a até ao homem”.

“Ao vê-la, o homem exclamou: ‘Esta é, realmente, osso dos meus ossos e carne da minha carne. Ela se chamará mulher, visto ter sido tirada do homem’. Por esse motivo, o homem deixará o pai e a mãe para se unir à sua mulher; e os dois serão uma só carne”¹¹³.

A filósofa Edith Stein refletiu essas passagens do Gênesis destacando mais a igualdade entre homem e mulher do que uma pretensa guerra dos sexos:

“Não se fala aqui [Gênesis] em domínio do homem sobre a mulher. Ela é chamada de companheira e de ajudante, e ao homem se diz que ele se unirá a ela e que ambos formarão uma só carne. Assim,

112 *Gênesis* 1, 27-28.

113 *Gênesis* 2, 18-24. De acordo com a tradição rabinica, há uma explicação para o fato do livro do Gênesis apresentar dois relatos sobre a criação do casal original apresentando a existência de duas mulheres no início dos tempos: Lilith e Eva. Lilith, a esposa rebelde que brigou com Adão devido as posições amorosas durante o ato sexual. Já Eva teria sido criada com a condição da submissão. Ainda hoje, entre as comunidades mais tradicionais, é costume cercar o berço da criança com amuletos para não deixar que Lilith mate a criança.

dá-se á entender que a vida ao primeiro casal humano deva ser entendida como a mais íntima comunidade de amor, que tenham cooperado em harmonia perfeita das forças; assim como, antes da queda, em cada um deles, individualmente, todas as forças eram cheias de harmonia, os sentidos e a mente na proporção certa, sem possibilidade de antagonismos. Por isso mesmo, nem conheciam o desejo desordenado pelo outro. É isso que está expresso nas palavras: Estavam nus e não se envergonhavam”¹¹⁴.

Já Eliade detectou no mesmo relato do Gênesis outros elementos:

“A criação da mulher a partir de uma costela retirada a Adão pode ser interpretada como indicadora da androginia do Homem primordial. Concepções similares são atestadas em outras tradições, inclusive as transmitidas por alguns *midrashim*. O mito do andrógino ilustra uma crença bastante difundida: a perfeição humana, identificada no Antepassado mítico, encerra uma unidade que é, simultaneamente, uma totalidade. (...). Convém frisar que a androginia humana tem por modelo a bissexualidade divina, concepção compartilhada por muitas culturas”¹¹⁵.

O ser humano não foi criado para viver só, necessita de um ser que o complete nos aspectos sociais, familiares, afetivos e sexuais. Se a atividade sexual é parte do plano divino de administração do mundo, outras atividades como comer, trabalhar, estudar também são divinas, não existindo trabalhos medíocres ou desprezíveis¹¹⁶. Em contraponto a essa santificação da vida ordinária, Eliade alerta que o homem moderno já não vive essa harmonia cotidiana com o cosmos. Aqui Eliade pensa de forma análoga ao conceito de *desencantamento e racionalização do mundo* de Max Weber, onde as atividades humanas passam sob o crivo do racionalismo e do utilitarismo, em um crescendo que atinge seu ápice nos dias atuais.

114 STEIN, Edith. *A mulher – sua missão segundo a natureza e a graça*. Trad.: Alfred Keller. Bauru - SP, EDUSC. p. 77.

115 ELIADE, Mircea. *História das crenças e das idéias religiosas. Tomo I, Vol. I*. Trad.: Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1978. p. 196.

116 ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano – a essência das religiões*. Trad. Rogério Fernandes. Lisboa, Ed. Livros do Brasil. p.175-176.

Voltando ao Gênesis, Eliade encontra pontos fundamentais entre judaísmo e cristianismo:

“Esse relato bíblico apresenta uma estrutura específica: 1) criação pela Palavra; 2) de um mundo que é ‘bom’; e 3) da vida (animal e vegetal), que é ‘boa’ e que Deus abençoa (I: 10, 21, 31 etc.); 4) finalmente a obra cosmogônica é coroada pela criação do homem. No sexto e último dia, Deus diz: ‘Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, o qual presida aos peixes do mar, às aves do céu, às bestas’ etc. (I: 26). Nenhuma façanha espetacular (combate tipo Marduk-Tiamat), nenhum elemento ‘pessimista’ na cosmogonia ou na antropogonia (o mundo formado a partir de um Ser primordial ‘demoníaco’ - Tiamat -, o homem modelado com o sangue de um arquidemônio, Kingu). O mundo é ‘bom’ e o homem é uma *imago dei*; ele habita, tal como o seu Criador e modelo, o Paraíso. Entretanto, como o Gênesis não tarda a salientar, a vida é penosa, apesar de ter sido abençoada por Deus, e os homens não habitam mais o Paraíso. Mas tudo isso é o resultado de uma série de erros e de pecados dos antepassados. Foram eles que modificaram a condição humana. Deus não tem nenhuma responsabilidade nessa deterioração da sua obra-prima. Assim como para o pensamento indiano pós-upanixádico, o homem, mais exatamente a espécie humana, é o resultado dos seus próprios atos”¹¹⁷.

O pensamento de Eliade aqui coincide com a teologia católica do livre arbítrio. (Alguns críticos diriam o contrário: o pensamento de Mircea Eliade procuraria coincidir com a doutrina cristã, pelo menos em sua vertente ortodoxa grega, que ele teria seguido pelo menos durante a juventude). O homem é responsável pelos seus atos perante Deus, não impostos por uma vontade divina arbitrária como diz a doutrina evangélica da *predestinação*, mas ao contrário o homem se encontraria livre para aderir a um plano divino pré-determinado ou para fugir dele. A exegese católica chega a usar um termo interessante para explicar a tendência humana em cometer erros, pecados em uma acepção moral: *mysterium iniquitatis*, o mistério do mal. O homem, consciente do que

117 ELIADE, Mircea. *História das crenças e das idéias religiosas. Tomo I, Vol. I*. Trad.: Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1978. p. 195.

deve fazer de bom, pode optar por fazer o mal, e Deus permite que isso aconteça. Tal seria a dimensão da liberdade humana. Uma expressão mais recente, mas que toca neste mesmo ponto é a de que: “Depois de Auschwitz, não há como crer em Deus!”. Essa afirmação parte do seguinte pressuposto: se Deus é a Suprema Bondade, se criou o mundo para a perfeição no Bem, como permitiu e continua a permitir as maiores abominações e violências da parte dos homens? A explicação da exegese católica é a de que o homem pode optar pelo erro e pela violência como demonstração de seu livre arbítrio. Se Deus interditasse cada um de nós no momento em que cometêssemos faltas, incorreria em duas incoerências: primeiro, passaria a seguir os ditames de consciência limitados, parciais e falíveis de suas criaturas, os homens. (Um exemplo bem simples: se o time de futebol A ganhasse o título X, o que impediria do time B de contestar o título perante a divindade onipotente? Ambos não são feitos de “filhos de Deus”?); segundo: o homem seria uma marionete divina, sem opção de pensar. Nada mais o diferenciaria de pássaros, cachorros e gatos.

Para a exegese cristã, o relato da criação procura igualar homem e mulher como filhos de Deus, com as mesmas oportunidades e garantias - a mesma liberdade - que o *pecado original* teria desvirtuado, introduzindo a morte e o sofrimento na história humana, refletindo-se na harmonia das próprias relações conjugais:

“A serpente, o mais astuto de todos os animais dos campos que o Senhor Deus fizera, disse à mulher: ‘É verdade que Deus vos proibiu comer o fruto de alguma árvore do jardim?’. A mulher respondeu-lhe: ‘Podemos comer o fruto das árvores do jardim, mas, quanto ao fruto da árvore que está no meio do jardim, Deus disse: Nunca o deveis comer, nem sequer tocar nele, pois, se o fizerdes, morrereis’. A serpente retorquiu à mulher: ‘Não, não morrereis; mas Deus sabe que, no dia em que o comerdes, se abrirão os vossos olhos e sereis como Deus, conhecedores do bem e do mal’”.

“Vendo a mulher que o fruto da árvore devia ser bom para comer, pois era de atraente aspecto, e precioso para esclarecer a inteligência, agarrou o fruto, comeu, deu dele a seu marido, que estava junto dela, e ele também comeu. Então, abriram-se os olhos aos dois e, reconhecendo que estavam nus, prenderam folhas de figueira umas às

outras e colocaram-nas como se fossem cinturões, à volta dos seus rins”¹¹⁸.

O relato bíblico comenta que nesse momento Deus passeava pelo jardim do Éden e, ao conversar com Adão e Eva percebeu que eles haviam comido o fruto proibido:

“Depois, [Deus] disse à mulher: ‘Aumentarei os sofrimentos da tua gravidez, os teus filhos hão de nascer entre dores. Procurarás com paixão o teu marido, a quem serás sujeita’.

“A seguir, disse ao homem: ‘Porque ouviste as palavras da tua mulher e comeste o fruto da árvore a respeito da qual eu te havia ordenado: ‘Nunca deveis comer o fruto desta árvore’, maldita seja a terra por tua causa. E dela só arrancarás alimento à custa de penoso trabalho, em todos os dias da tua vida. ‘Produzir-te-á espinhos e abrolhos, e comerás a erva dos campos. Comerás o pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de onde foste tirado: porque tu és pó e em pó te hás de tornar’”¹¹⁹.

Essa rebelião do homem rompeu a harmonia na Criação, que logo em seguida se refletiria no relacionamento homem-mulher e no de pais e filhos. A tensão entre homens e mulheres chegava ao mundo. Diante dessa nova realidade havia a possibilidade do fracasso do casamento. A solução apontada pelos antigos hebreus era o divórcio:

“Se um homem escolher uma mulher, coabitar com ela e depois ela deixar de lhe agradar, porque descobriu nela qualquer coisa de inconveniente, lhe escreverá uma carta de divórcio, lha entregará na mão e a despedirá de sua casa, e uma vez saída da casa conjugal, desposar outro homem, este último também a aborrecer, lhe escreverá uma carta de divórcio, lha entregará na sua mão, e a despedirá de sua casa. Se o segundo marido vier a falecer, o primeiro marido, que a repudiou, não poderá voltar a recebê-la, porque ficou contaminada. Isto

118 Gn 3, 1-7.

119 Gn. 3, 16-19

seria uma abominação aos olhos do Senhor, e não deves fazer pecar a terra que o Senhor, teu Deus, te der em herança”¹²⁰.

Outras passagens no Antigo Testamento também condenavam o casamento de israelitas com pessoas de outras etnias, o que sem dúvida era visto como um perigo a unidade do povo eleito:

“(…) os chefes vieram ter comigo e disseram-me: ‘O povo de Israel, os sacerdotes e os levitas não se afastaram dos habitantes deste país. Imitaram as abominações dos cananeus, dos hiteus, dos ferezeus, dos jebuseus, dos amonitas, dos moabitas, dos egípcios e dos amorreus. Tomaram, entre as filhas deles, mulheres para si e para os seus filhos. Assim, a raça santificada misturou-se com a dos habitantes do país. Os chefes e magistrados foram os primeiros a cometer este pecado’. Ao ouvir estas palavras, rasguei a minha túnica e a capa, arranquei os cabelos da cabeça e da barba, e sentei-me desolado. Ao redor de mim reuniram-se todos aqueles que temiam a palavra de Deus de Israel, por causa das prevaricações dos filhos do cativo. Quanto a mim, estive desolado até ao sacrifício da tarde”¹²¹.

Mas por outro lado, localizamos trechos onde o divórcio era desestimulado:

“Porventura, não temos nós um pai único? Não foi o mesmo Deus que nos criou? Por que razão, pois, somos nós pérfidos uns para com os outros, profanando a aliança de nossos pais? Judá prevaricou: foi cometida a abominação em Israel e em Jerusalém. Porque Judá profanou o santuário caro ao Senhor. Desposou a filha dum deus estrangeiro. O homem que assim age, seja qual for, que o Senhor o extermine das tendas de Jacó e do grupo daqueles que apresentam a oferta ao Senhor dos exércitos! Eis ainda outra maldade que cometeis; inundais de lágrimas o altar do Senhor, com lamentos e gemidos,

120 *Deuteronomio* 24, 1-4.

121 *Esdras* 9, 1-4. Aqui vale uma pequena explicação sobre o significado de se “rasgar as roupas e arrancar os cabelos e barbas”. Segundo os costumes israelitas esses atos tinham o significado de demonstrar a mais profunda indignação perante uma ofensa ou blasfêmia. Logo, o que teria provocado esse acesso de ira seria extremamente grave. Ação idêntica ocorre nos relatos do julgamento de Jesus perante o Sinédrio judaico (Sinedrim – o Senado da Província da Judéia, copiado do Senado Romano): os sumos sacerdotes do templo de Jerusalém rasgam suas vestes ao ouvirem a proclamação de Jesus como o Messias esperado pelo povo judeu (cf. Mt. 26, 65; e Mc. 14, 63).

porque ele se recusa a aceitar a vossa oferta e não se compraz com o que lhe apresentais com as vossas mãos. E vós dizeis: Por quê? - Porque o Senhor foi testemunha entre ti e a esposa da tua juventude para com a qual te mostraste pérfido, embora ela fosse a tua companheira e a mulher da tua aliança. Porventura não fez ele um só ser que tem carne e sopro de vida? E este ser único que procura afinal? Uma posteridade dada por Deus! Respeitai, por conseguinte, a vossa vida e para com a mulher da sua juventude ninguém seja infiel. Porque eu odeio o repúdio, diz o Senhor, o Deus de Israel, e que alguém cubra de injustiças as suas vestes, diz o Senhor dos exércitos. Respeitai, portanto, a vossa vida e não cometais esta infidelidade”¹²².

No *Livro de Isaías* a reconciliação entre casais se confundia com o relacionamento com o próprio Deus:

“Com efeito, o teu esposo é o teu Criador, o seu nome é Senhor dos exércitos; o teu redentor é o Santo de Israel, chama-se o Deus de toda a terra”.

“Sim, o Senhor te chamou como uma mulher abandonada e angustiada, como à esposa da juventude, repudiada, - diz o Senhor, teu Deus”.

“Por um momento eu te abandonei, mas, no meu grande amor, volto a chamar-te. Num acesso de ira escondi de ti a minha face; mas no meu eterno amor me compadeci de ti, diz o Senhor, teu redentor”.

“Vou fazer hoje como no tempo de Noé, em que jurei que nunca mais o dilúvio se abateria sobre a terra; do mesmo modo juro nunca mais me irritar contra ti, nem te atemorizar”.

122 *Malaquias* 2, 12-16.

“Ainda que os montes sejam abalados e tremam as colinas, o meu amor jamais se apartará de ti, a minha aliança de paz não vacilará,- diz o Senhor, compadecido de ti”¹²³. (...).

“Não mais serás chamada a ‘Desamparada’ nem a tua terra, a ‘Deserta’; antes, serás chamada: ‘Minha diletta’, e a tua terra a ‘Desposada’, porque o Senhor se comprazerá em ti e a tua terra terá esposo”.

“Assim como o jovem desposa a donzela, assim o teu construtor te desposará; e assim como a esposa faz a felicidade do seu marido, assim tu serás a alegria do teu Deus”¹²⁴.

O casamento é utilizado como uma parábola que nos ajuda a compreender a relação da divindade com o povo eleito. Muitos exegetas viam apenas essa função alegórica no casamento, relegando aos aspectos mais humanos (o sexo) um papel secundário. Por mais exclusivista que essas concepções sejam, é preciso levá-las em consideração quando pensarmos no desafio dos casamentos entre católicos e luteranos, já que o cristianismo é um herdeiro das concepções do judaísmo antigo. Importantes mudanças seriam introduzidas nas questões matrimoniais com o *Novo Testamento*. O casamento seria considerado indissolúvel em boa parte dos casos:

“Alguns fariseus, para o experimentarem, aproximaram-se dele e disseram-lhe: ‘É permitido a um homem repudiar sua mulher por qualquer motivo?’ Ele respondeu: ‘Não lestes que o Criador, desde o princípio, fê-los homem e mulher, e disse: Por isso, o homem deixará o pai e a mãe, e se unirá a sua mulher, e serão os dois uma só carne? Portanto, já não são dois, mas uma só carne. Pois bem, o que Deus uniu, não o separe o homem’. ‘Por que foi então, perguntaram, que Moisés preceituou dar-lhe carta de divórcio ao repudiá-la?’; respondeu Jesus: ‘Por causa da dureza do vosso coração, Moisés permitiu que repudiásseis as vossas mulheres; mas ao princípio não foi assim. Ora, eu vos digo: Se alguém repudiar sua mulher - exceto em caso de adultério - e se casar com outra comete adultério”

123 *Isaias* 54, 5-9.

124 *Isaias* 62, 4-5.

“Os discípulos disseram-lhe: ‘Se é essa a situação do homem perante a mulher, não é conveniente casar-se!’. Respondeu-lhes: ‘Nem todos compreendem esta linguagem, mas apenas aqueles a quem isso é dado. Há eunucos que nasceram assim do seio materno, há os que se tomaram eunucos pela interferência dos homens, e há aqueles que se fizeram eunucos a si mesmos por amor do Reino dos Céus. Quem puder compreender, compreenda’”¹²⁵.

Essa passagem do Evangelho segundo s. Mateus já provocou muita discussão. Afinal, o casamento é dissolúvel como na passagem já citada de Dt. 24, 1-4 ou não seria possível o divórcio em caso de adultério? Neste ponto catolicismo e protestantismo divergem fortemente. Para alguns autores, Mt. 19, 1-15 deve ser lido da seguinte forma: a separação não implica na possibilidade de um novo casamento, pois a união é indissolúvel¹²⁶. Já segundo Capparelli¹²⁷ a chave interpretativa estaria na expressão hebraica traduzida por *adultério*. Segundo este autor, o adultério aqui estaria relacionado a deturpação cometida por marido ou esposa com relação a prática da religião judaica, e não se referindo a infidelidade conjugal. Apesar desse ponto de vista não ser consenso entre ortodoxos gregos e protestantes em geral, partindo do pressuposto que essa abordagem esteja correta compreendemos melhor o assombro dos discípulos de Jesus diante de uma doutrina totalmente nova dentro do judaísmo de

125 *Mateus*, 19, 1-15.

126 Cf.: Ronald Knox, *A torrente oculta*. Trad.: Manuel Emídio. Lisboa, Portugal. Editorial Áster. 1958.

127 “O contexto a partir da pergunta dirigida a Jesus pelos fariseus sobre a instituição do repúdio, no intento de provocar no Senhor uma adesão a uma ou outra escola rabínica e a alusão do Mestre à passagem do Gênesis não condizem com uma exceção à indissolubilidade (Mt. 19). Por sua vez, tampouco o anúncio da novidade cristã coincide com a adesão ao divórcio, à maneira como se concebia no Antigo Testamento (Mt. 5,32)”.

“O próprio texto, contudo, apresenta sérias dificuldades, constituindo uma verdadeira *crux interpretum*”.

“Segundo certa interpretação, ‘salvo em caso de fornicação’ representaria, na concepção rabínica, uma referência aos impedimentos matrimoniais que estavam em vigor para os judeus e que não concerniam aos gentios. Nesse sentido, comportaria que se traduzisse aquela expressão por ‘salvo em caso de impedimento’, ou de qualquer outra relação vedada por lei, em cujo caso seria lícito o repúdio justamente para afastar a transgressão proveniente de união ilícita”.

“Outros entendem no sentido de que seria uma verdadeira isenção do princípio da indissolubilidade admitido pela primitiva Igreja, visto que, segundo essa interpretação, a ‘pornéia’, ou transgressão sexual, destruiria a sacralidade do matrimônio, ficando supressa nesse caso a obrigação. Nessa direção, alinham-se as Igrejas do Oriente, daí a práxis que adotam”. (...).

“Frente a essa práxis – que de certa forma se assemelha às das Igrejas da Reforma - , a Igreja Católica, não obstante certas práticas isoladas anteriores ao século III, definiu sua posição, exposta substancialmente em Trento”. (...).

“Segundo os interpretes, o que aí [Concílio de Trento] se define é a autoridade da Igreja para ensinar em matéria matrimonial e a infalibilidade de que goza a respeito. Como se vê, não é condenada uma doutrina, mas o que está dito é que a Igreja [Católica] não erra ao sustentar isso”, in: CAPPARELLI, Julio César. *Manual sobre o matrimônio no direito canônico*. Trad.: Armando Braio Ara. São Paulo, Paulinas. 2004. 2ª Edição. p. 180-182.

então. Já para os luteranos essa não seria uma conclusão possível, já que a matéria do adultério seria o suficiente para a separação do casal. Como o leitor pode perceber estamos realmente diante de um ponto extremamente polêmico da doutrina cristã, que encontra soluções diferentes de acordo com a metodologia de análise utilizada e a doutrina que se professa¹²⁸. Há apenas um caso de divórcio em que católicos e luteranos concordam: o *privilégio paulino*:

“E aos outros, digo eu, não o Senhor: Se algum irmão tiver uma mulher descrente, e ela consentir em habitar com ele, não a deixe. E se alguma mulher tiver um marido descrente, e ele consentir em habitar com ela, não o deixe. Porque o marido descrente é santificado pela mulher; e a mulher descrente é santificada pelo marido; de outro modo, os vossos filhos seriam impuros, quando, na realidade, são santos. Se, porém, o descrente quer separar-se, que se separe, porque, neste caso o irmão ou a irmã estão sujeitos à servidão. Deus chamou-vos para a paz. Sabes tu, porventura, ó mulher, se salvarás o teu marido? E tu, ó marido, se salvarás a tua mulher?”¹²⁹.

Para compreendermos as colocações de São Paulo Apóstolo é preciso recordar a condição das primeiras comunidades cristãs. Contando ainda com poucos adeptos oriundos do judaísmo da *Palestina*, com o tempo foram feitos esforços para a conversão dos judeus da diáspora, em especial as comunidades existentes no Egito, Ásia Menor,

128 O então cardeal Ratzinger comentou anos atrás em uma entrevista: “A Escritura vive em uma comunidade e necessita de uma linguagem. Toda tradução é também, em alguma medida, interpretação. Existem trechos (todos os estudiosos hoje em dia estão de acordo nisso) em que, mais do que a Bíblia, quem fala é o seu tradutor. Há partes da Escritura que exigem uma escolha precisa, uma nítida tomada de posição, não se pode misturar ou tentar ocultar as dificuldades através de subterfúgios. Alguns quereriam fazer crer que os exegetas, com seus métodos histórico-críticos, teriam encontrado a solução ‘científica’, portanto acima das partes. Enquanto que não é assim; cada ‘ciência’ depende inevitavelmente de uma filosofia, de uma ideologia. Não pode haver neutralidade, muito menos nisso. De resto, posso compreender muito bem por que os luteranos alemães são tão apegados à Bíblia de Lutero: ela, precisamente na sua forma lingüística, é a verdadeira força unificante do luteranismo; abandoná-la significaria, de fato, atingir o núcleo de sua identidade. Essa tradução tem, pois, na sua comunidade, uma função completamente diversa da que uma tradução qualquer possa ter entre nós, católicos. Graças à interpretação que encerra, em um certo sentido, a tradução de Lutero põe limites ao princípio da *Sola Scriptura*, tornando, assim, possível uma compreensão comum da Bíblia, um ‘patrimônio eclesial’ comum”.

“Acrescenta: ‘Devemos ter coragem de voltar a dizer claramente que, tomada em sua totalidade, a Bíblia é católica. Aceitá-la como está, na unidade de todas as suas partes, significa aceitar os grandes Padres da Igreja e a leitura deles; significa, portanto, entrar no catolicismo’”, in: RATZINGER, Joseph. – MESSORI, Vittorio. *A fé em crise? O cardeal Ratzinger se interroga*. Trad. Pe. Fernando José Guimarães CSSR. São Paulo, EPU. 1985. p. 126-127.

129 *1 Coríntios* 7, 12-16.

Grécia e Itália. Até este momento pouco diferenciava judaísmo e cristianismo, pois mesmo os cristãos da palestina exigiam dos fiéis a circuncisão. Isso começou a mudar com a conversão dos “gentios”: sírios, fenícios, gregos, romanos, o que colocou dois problemas: o status de inferioridade desses novos fiéis sem circuncisão (cf. At. 15, 1-35), e o casamento entre cristãos e gentios, problema que surgiu com toda a força a partir das viagens missionárias de São Paulo. Diversas comunidades surgiram com maioria de fiéis de origem gentia, embora ainda fossem poucos diante da totalidade das populações dessas regiões. Em pouco tempo surgiram casamentos entre os dois grupos (cristãos e não-cristãos) e simultaneamente o problema do relacionamento entre eles. As recomendações de São Paulo refletiam a preocupação de preservar a integridade na fé das jovens comunidades, excluindo do convívio os pagãos que não queriam permitir a vivência da fé dos cristãos.

Segundo Capparelli poderíamos falar ainda de um *Privilégio Petrino* (de S. Pedro Apóstolo – o Papa). No caso, o direito de escolher a esposa ou marido legítimo entre povos onde a *poligamia* ou *poliandria* são regra, como ainda ocorre entre certos povos africanos, indianos, asiáticos, e americanos, que sofreram contato com europeus a partir dos sécs. XV-XVI. No caso, o Direito Canônico dá preferência a esposa (ou marido) mais antigo (por ordem de celebração das núpcias), além de recomendar uma série de cuidados a tomar com as demais esposas (ou maridos).

As ciências sociais (sociologia e antropologia) também buscam a compreensão da instituição casamento a partir de seus próprios instrumentais. Essa abordagem é necessária a fim de podermos compreender o modelo familiar que surgiu em São Paulo desde sua fundação no século XVI. Aqui nos baseamos nos estudos de diversos especialistas em história que utilizaram o instrumental sociológico e antropológico para compreenderem como os paulistas casavam. Utilizamos os trabalhos das Profa. Dra. Maria Beatriz Nizza da Silva e Alzira Lobo de Arruda Campos a fim de recriar a imagem que a família possuía nos tempos coloniais, ao longo do Império e da República. Apesar de suas obras terem sido originalmente publicadas, respectivamente, nas décadas de setenta e oitenta do século XX, ainda direcionam as pesquisas atuais. Na leitura atenta dessas duas autoras, percebemos que a família colonial era mais complexa do que imaginávamos. Buscamos a definição de alguns termos chave sobre o nosso assunto. O mais básico de todos os termos localizados foi o de *família*:

“Corriqueiramente, o termo designa: pessoas que vivem na mesma casa; pessoas do mesmo sangue, vivendo em comum; descendência; linhagem. Essas acepções todas - família, parentela, descendência, linhagem - não têm necessariamente igual conteúdo. Contêm, pelo contrário, cargas semânticas diversas, ainda mais diversas no passado. Devem, ademais, ser tomadas no sentido estrito e no sentido amplo, referindo-se, em ambos os casos, a realidades diferentes”¹³⁰.

Todo o tipo de pessoas com quem se mantinha algum contato, fosse social ou profissional poderia ser agregado ao termo família. Mas a questão da *limpeza de sangue*, a ausência de ascendência hebréia, árabe ou de um descendente que tivesse exercido trabalhos manuais, era valorizada:

“Em sentido amplo, a família pode ser conceituada como uma organização de vários indivíduos, constituída por uma descendência comum e destinada a conservar e a transmitir no tempo certos caracteres, disposições, habilidades e tipos de vida física, mental e moral. É uma unidade de pessoas vivendo em interação, procedente, por geração, de um tronco comum”¹³¹.

Esse modelo familiar era mais complexo que o criado por Gilberto Freyre em sua obra *Casa grande e senzala* pelo simples motivo de não estar circunscrito ao universo patriarcal do senhor de engenho, mas permitir a presença de homens livres e escravos. Mas aonde essa família vivia, circulava, exercia sua intimidade?

“‘Casa’ compreendia, à luz da documentação, uma realidade maior do que a residência. Daí as referências ‘às casas de morada’, dos inventários e testamentos. Daí, também, as alusões que se referem ao termo como totalizador da moradia e mais a área de sua influência geográfica e econômica”¹³².

130 CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. “Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos”, in: *Col. São Paulo, Vol. 6*. São Paulo, Ed. Paz e Terra – Grupo Santander Banespa. 2003. p. 237-238.

131 Idem, *ibidem*. p. 240.

132 Idem, *ibidem*. p. 239.

A família paulista vai surgindo diante de nossos olhos como uma realidade complexa, mesmo se comparada com as modernas combinações afetivas do século XXI. A autora nos alerta que esses modelos de família paulista se mantiveram intactos até meados do século XX:

“Apesar da amplitude das transformações entre os vários estádios históricos, existe um fenômeno de continuidade muito importante para que se possa dizer que a família em São Paulo não passou por crises estruturais. Apesar das transformações nas diversas fases, a família conservou, enquanto instituição, suas características estruturais e fundamentais básicas, decorrentes, essencialmente, das soluções precárias de sobrevivência inventadas por uma população apartada das correntes mercantis da época. Por isso, projetada na miséria e no isolamento, por mais de três séculos, e sangrada de seus homens válidos, empenhados nas correrias do sertão e na aventura das minas”¹³³.

Campos nos lembra que a família paulistana era marcada pela ausência dos homens, a chefia das mulheres, a educação espartana das crianças, criando um paralelo com a família moderna, onde nas periferias das grandes cidades as mulheres tornam-se chefes devido o abandono de seus companheiros por briga, morte, gravidez indesejada, entre outros. Nas duas obras as autoras contrapõem a imagem da família tradicional com a família real. Frequentes vezes a mulher vivia apartada do companheiro com o qual não havia casado. A poligamia não era uma exceção¹³⁴. Por outro lado, havia uma enorme pressão social a favor dos casamentos devido a escassez de mulheres brancas e da mesma condição social, o que abria a aceitação social de uniões com índias e negras, diversas vezes condenadas pela Igreja Católica, e chamada neste caso de *casamentos mistos*. Alzira nos introduz na questão das normas eclesiásticas que desencorajavam casamentos oficiais. Outro ponto relevante eram os ajuntamentos inter-raciais, congregando negros, índios e brancos, o que tornava ainda mais difícil regularizar a união dentro da Igreja Católica.

133 Idem, *ibidem*. p. 237-242.

134 Idem, *ibidem*. p. 55-59.

Os casamentos nessa época eram exclusivamente controlados pela Igreja Católica e pelo Estado Português. Interessante é notar que o casamento misto, conforme abordamos aqui em nossa tese de união de católicos e não católicos era desconhecido. Essa aparente uniformidade denominacional era explicada pela proibição de entrada de não católicos na Colônia. Seria preciso esperar até o Império e a chegada dos imigrantes alemães para que o casamento de pessoas não católicas passasse a ser uma realidade. A passagem de uma sociedade baseada amplamente no trabalho manual agrícola para a realidade da industrialização, o crescimento do setor de serviços, a conquista de direitos civis pelas mulheres transformaram a família brasileira e paulistana.

Apesar das mulheres freqüentemente chefiarem os lares, e a sua condição a partir da implantação da República ter melhorado sensivelmente, a ascensão social das mesmas era malvista, valendo ainda a imagem da dona de casa circunscrita ao lar. O discurso oficial da sociedade era embasado pelo código civil:

“Vários preceitos do *Código Civil de 1916* sacramentavam a inferioridade da mulher casada ao marido. Ao homem, chefe da sociedade conjugal, cabia a representação legal da família, a administração dos bens comuns do casal e dos particulares da esposa segundo o regime matrimonial adotado, o direito de fixar e mudar o local de domicílio da família. Ou seja, a nova ordem jurídica incorporava e legalizava o modelo que concebia a mulher como dependente e subordinada ao homem, e este como senhor da ação. A esposa foi, ainda, declarada relativamente inabilitada para o exercício de determinados atos civis, limitações só comparáveis às que eram impostas aos pródigos, aos menores de idade e aos índios”.

“(…) No Código de 1916, a manutenção da família passou a ser responsabilidade dos cônjuges. Uma perversão jurídica, no entanto, perpetuava a submissão da esposa ao marido: o direito da mulher casada ao trabalho iria depender da autorização dele ou, em certos casos, do arbítrio do juiz”.

“Usos e costumes, porém, revelam que o âmbito do poder do marido ia mais longe do que o previsto pela lei. A ele cabia deliberar sobre as questões mais importantes que envolviam o núcleo familiar: a

apropriação e a distribuição dos recursos materiais e simbólicos no interior da família, o uso da violência considerada ‘legítima’, cujos limites eram debilmente contornados por aquilo que se considerava excessivo, e o controle sobre aspectos fundamentais da vida dos familiares, como as decisões sobre a escolha do tipo e local da formação educacional e profissional dos filhos”¹³⁵.

Mais que a manutenção de usos e costumes patriarcais, poderíamos dizer que a legislação queria dar sobrevida ao domínio masculino no lar, já que mudanças significativas já se encontravam em andamento, dentro e fora do Brasil¹³⁶. Mas essas transformações só se tornariam visíveis no Brasil a partir dos anos 1930 devido ao incentivo a industrialização promovido pelo regime de Getúlio Vargas (1930-1945) com a conquista pelas mulheres de direitos civis: o direito de voto a partir de 1932 a criação da *Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)*, que também abrangiam as mulheres. Apesar da sociedade ainda pressionar por restrições ao trabalho feminino, a partir dos anos quarenta esse processo de modernização já era irreversível:

“Este quadro de transformações não poderia deixar de repercutir intensamente no seio da família. O próprio casamento romântico supõe um desenvolvimento na direção de uma maior igualdade entre os cônjuges e no direito de cada um à felicidade pessoal. Este desenvolvimento foi impulsionado, da classe média para cima, pelo acesso mais amplo da mulher à universidade, pela aceleração de sua entrada no mercado de trabalho, pela disponibilidade da pílula anticoncepcional - já difundida nos países desenvolvidos a partir de 1960, mas que só chegou ao Brasil quatro ou cinco anos depois -, e pelo avanço do ceticismo e mesmo do ateísmo. Há, nestes ambientes sociais, uma valorização do prazer sexual e do amor-paixão; a educação dos filhos torna-se mais liberal. É evidente que essa tendência se articula à ‘revolução sexual’ que estava ocorrendo nos países desenvolvidos nos anos 60. Dos estratos sociais ‘superiores’, a

135 MALUF, Marina. – MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”, in: *Col. História da vida privada no Brasil. Vol. 03*. São Paulo, Cia das Letras. 1999. p. 367-422. p. 375-376.

136 MALUF, Marina. – MOTT, Maria Lúcia. Op. Cit. p. 400.

modernização da família e da moral sexual vai se espraiando para a base da sociedade”¹³⁷.

O casamento arranjado pelos chefes de família nas salas de estar, a revelia da vontade dos noivos deixava de fazer parte do cotidiano para integrar o enredo das novelas do rádio e da televisão, dos livros de banca de jornal como *Sabrina*, *Bianca*, etc. Por outro lado, o noivado, o casamento, a gestação e a criação dos filhos passaram a depender cada vez mais das decisões e vontades pessoais, e menos de costumes e do pátrio poder dos pais, mães, avós, avôs, padres, pastores. Marshall Berman, baseando-se nas metáforas de Goethe, traçou um paralelo com essa nova realidade e o casamento “por amor”:

“A esmagadora maioria das pessoas vive ainda em ‘pequenos mundos’, como o de Gretchen, e esses mundos, como vimos, são extremamente fortes. No entanto, essas pequenas cidades celulares começam a ruir: primeiro, através do contato com explosivas figuras marginais, de fora - Fausto e Mefisto, acenando com dinheiro, sexo e idéias, são os clássicos ‘agitadores alienígenas’ tão caros à mitologia conservadora -, mas, acima disso, através da implosão, acionada pelo incipiente desenvolvimento interior que seus próprios filhos, como Gretchen, começam a experimentar. A draconiana resposta do meio ao anseio espiritual e sexual de Gretchen constitui, na verdade, a declaração de que os velhos não pretendem adaptar-se ao desejo de mudança de seus filhos. Os sucessores de Gretchen irão direto ao ponto: eles arrancarão e viverão a partir do ponto em que ela parou e morreu. Nos dois séculos entre o tempo de Gretchen e o nosso, centenas de ‘pequenos mundos’ serão esvaziados, transformados em conchas vazias, e seus jovens partirão na direção de grandes cidades, fronteiras mais amplas, novas nações, em busca da liberdade de pensar, amar e crescer. Ironicamente, portanto, a destruição de Gretchen pelo pequeno mundo revelará ser um momento-chave no processo de sua própria destruição. Relutante ou incapaz de se desenvolver junto com

137 MELLO, João Manuel Cardoso de. – NOVAIS, Fernando A. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”, in: *Col. História da vida privada no Brasil. Vol. 04*. São Paulo, Cia das Letras. 2000. p. 559-658. p. 643.

seus filhos, a cidade fechada se converterá em cidade-fantasma. Os fantasmas de suas vítimas serão abandonados com uma última gargalhada”¹³⁸.



(SOD)

As igrejas destacam-se sempre das moradias modestas e da paisagem, e conservam até hoje, quase sempre, o mesmo estilo. Esta foto é da Picada Café, próximo a Nova Petrópolis.

139

Com essa longa citação de Marshall Berman chegamos ao tempo presente, um tempo em que a família sofre novas metamorfoses. Se a família patriarcal foi a norma no Brasil entre os sécs. XVI-XIX, e a presença do homem como chefe predominou (pelo menos no seu modelo de família burguesa) na virada dos sécs. XIX-XX, a partir dos anos quarenta do séc. XX assistiu-se a lenta implosão da família nuclear (pais e filhos naturais), até chegarmos as mães e pais solteiros, casais homossexuais (masculinos e femininos) com filhos, embora no período por nós estudado (1958-1978) o divórcio ainda era uma novidade, aprovado apenas em 1977, não tendo influenciado a composição das famílias católicas. Para os que não queriam mais viver juntos, havia apenas a opção do desquite.

138 BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade*. Trad.: Carlos Felipe Moisés – Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo, Cia. Das Letras. 1993. 10ª Reimpressão. P. 59.

139 *Studio Os Dois*, Porto Alegre, extraído do livro ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul – Vol. I e II*. Trad.: Emery Ruas. Porto Alegre – RS, Ed. Globo. 1969. Antecipando a discussão dos capítulos posteriores, esta ilustração quer dar um exemplo desses “mini-mundos” explodidos pela modernidade de Berman, no caso, as colônias de imigrantes alemães do sul do Brasil.

A literatura nos descreve de forma alegórica as profundas transformações das instituições religiosas e matrimoniais no séc. XX. Em sua obra mais conhecida, Aldous Huxley descrevia um mundo futurista onde as pessoas trabalhariam apenas para se divertirem e se drogarem esquecendo todo tipo de dores e frustrações. Nesse mundo o sexo seria totalmente liberado, com a constante troca de parceiros sexuais – sendo as pessoas que não trocassem incessantemente de parceiros malvistas.

Nesse universo não tão fantástico assim, pois já se assemelha ao nosso, vivem três personagens: Lenina, Marx (representantes da sociedade “evoluída”) e “o selvagem”, homem que cresceu em uma colônia indígena no México, ou seja, “fora” da modernidade. Em uma determinada parte do livro o Selvagem decide declarar a Lenina seu amor por ela. A reação dela é interessante por soar moderno e caricato:

“Escute, Lenina, em *Malpais*¹⁴⁰ as pessoas casam-se”.

- As pessoas... o quê? - A irritação recomeçara a invadir sua voz. De que estaria ele falando agora?

- Para sempre. Fazem-se a promessa de viverem juntos para sempre.

- Que idéia horrorosa! - Lenina ficou sinceramente chocada.

- Durando mais que o brilho exterior da beleza, com uma alma que se renova mais depressa do que o sangue se empobrece e se fana.

- O quê?

- Também é assim em Shakespeare: “Mas, se romperes o nó virginal antes que todas as santas cerimônias, na plenitude de seus ritos sagrados...”

- Pelo amor de *Ford*¹⁴¹, John, fale direito. Não compreendo uma única palavra do que você está dizendo. Primeiro você me vem

140 Obs.: O nome dado a colônia indígena do romance onde o Selvagem havia crescido.

141 Obs.: O nome dado ao supremo “líder-guru material” do futuro. Provável referencia ao empresário Henry Ford, ao significar um mundo rotinizado e robótico.

com aspiradores, depois com um nó. Você está me deixando louca!

Levantou-se de um salto e, como se receasse que ele pudesse fugir-lhe fisicamente, como o fazia em espírito, segurou-o pelo pulso.

- Responda a esta pergunta: Você gosta realmente de mim, ou não?

Houve um momento de silêncio; depois, em voz baixa, ele disse:

- Eu a amo mais do que tudo no mundo.

- Mas então por que não dizia?¹⁴² (...).

A estranheza de Lenina vinha de que ela vivia imersa em um mundo onde era incompreensível a existência de laços de fidelidade conjugal, demonstrações de afeto, etc. Já na parte final do livro, Marx e o Selvagem se encontram frente a frente com o governador administrativo, responsável pela “moralidade” da Inglaterra futurista. O diálogo entre os três homens é interessante, pois representa o embate entre o representante do mundo antigo e sentimental contra o mundo evoluído, com extensas comparações entre as qualidades novas contra as antigas, como religião, moral, economia. No final do diálogo o administrador dá a chave interpretativa do novo mundo:

“- Meu jovem amigo, a civilização não tem nenhuma necessidade de nobreza ou de heroísmo. Essas coisas são sintomas de incapacidade política. Numa sociedade convenientemente organizada como a nossa, ninguém tem oportunidade para ser nobre ou heróico. É preciso que as coisas se tornem profundamente instáveis para que tal oportunidade possa apresentar-se. Onde houver guerras, onde houver obrigações de fidelidade múltiplas e antagônicas, onde houver tentações a que se deva resistir, objetos de amor pelos quais se deva combater ou que seja preciso defender, aí, evidentemente, a nobreza e o heroísmo terão algum sentido. Mas não há guerras em nossos dias. Toma-se o maior cuidado em

142 HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Trad. Vidal de Oliveira – Lino Vallandro. Porto Alegre – Rio de Janeiro, Ed. Globo. 1982. 10ª Edição. p. 183.

evitar amores extremados, seja por quem for. Não há nada que se assemelhe a obrigações de fidelidade antagônicas; todos são condicionados de tal modo que ninguém pode deixar de fazer o que deve. E o que se deve fazer é, em geral, tão agradável, deixa-se margem a tão grande número de impulsos naturais, que não há, verdadeiramente, tentações a que se deva resistir. E se alguma vez, por algum acaso infeliz, ocorrer de um modo ou de outro qualquer coisa de desagradável, bem, então há o *soma*¹⁴³, que permite uma fuga da realidade. E sempre há o soma para acalmar a cólera, para nos reconciliar com os inimigos, para nos tornar pacientes e nos ajudar a suportar os dissabores. No passado, não era possível alcançar essas coisas senão com grande esforço e depois de anos de penoso treinamento moral. Hoje, tomam-se dois ou três comprimidos de meia grama, e pronto. Todos podem ser virtuosos agora. Pode-se carregar consigo mesmo, num frasco, pelo menos a metade da própria moralidade”.

“O cristianismo sem lágrimas, eis o que é o soma”¹⁴⁴.

Um leitor atento percebe que Huxley foi visionário ao escrever Admirável mundo novo em 1927. Em muitos aspectos, o livro soa muito atual, principalmente ao nos mostrar uma sociedade atéia e hedonista ao extremo, e sua completa estranheza diante de temas como moral e religião. As situações a que o livro se refere são caricaturescas, mas hoje causam cada vez menos estranheza, pelo simples fato de que muitas situações nele descritas são quase comuns em nossos dias.

Agora vamos abordar como o casamento é encarado pelos luteranos, nas formas habituais e ecumênicas.

143 Obs.: No livro é o nome dado pra uma droga alucinógena e afrodisíaca usada por todos para relaxar, aumentar o prazer sexual ou simplesmente esquecer os problemas do dia a dia. É livremente distribuída pelo governo futurista.

144 HUXLEY, Aldous. Op. Cit. p. 229.

O casamento luterano



145

Nesta parte final, e para nos elucidar sobre o casamento dentro da IECLB, localizamos um documento já considerado um clássico para a vida dos casais, em particular o casamento entre cristãos, a brochura *Nossa fé – nossa vida*, que apresenta um resumo da doutrina e atuação da Igreja no Brasil até meados dos anos setenta do século XX. Seus redatores procuraram vincular a inserção da Igreja na sociedade brasileira com a participação no movimento ecumênico, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial¹⁴⁶. A IECLB não se encontraria mais isolada nas suas colônias ou em suas comunidades, mas integrada ao restante da sociedade brasileira. Vamos analisar agora a visão sobre casamento. Primeiro, é preciso entender o que a IECLB entende por membro ativo de sua Igreja:

145 *Museu Histórico Visconde de São Leopoldo*, São Leopoldo; extraído do livro ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul – Vol. I e II*. Trad.: Emery Ruas. Porto Alegre – RS, Ed. Globo. 1969.

146 IECLB. *Nossa fé – nossa vida: um guia de vida comunitária em fé e ação*. São Leopoldo, RS, Sinodal. 1975. p. 6.

“O membro de outra igreja cristã, retamente batizado, será admitido mediante a sua profissão de fé. A pessoa não batizada será admitida pelo Batismo. Ambos devem ter recebido a necessária instrução na doutrina da nossa Igreja. A admissão de menores de catorze anos, deverá ser requerida pelo responsável por sua educação. Todos os membros serão inscritos no quadro de membros da Comunidade do lugar de sua residência”¹⁴⁷.

São esses os procedimentos a fazer para tornar-se um luterano. Agora entendemos a frase de certo pastor luterano que nos disse que os católicos complicam demais as coisas ao desaconselharem os casamentos ecumênicos. Notemos que a IECLB não pede abertura de processos ou intervenção de Tribunais Eclesiásticos diocesanos, no máximo a reunião dos fiéis mais destacados na própria comunidade resolvem as coisas. Um eminente teólogo luterano assim descreveu o casamento:

“Deus não dá, em primeiro lugar, a lei, mas a vida. O principal não é o que ele exige, mas o que concede. Como Criador nos dá a vida e o mundo com todos os seus bens. Suas ordens, inclusive, são graça. É dádiva sua que há homem e mulher, que foram criados tão milagrosamente um para o outro, que só podem ser felizes na mútua dedicação. O matrimônio é santo, porque é um milagroso presente divino. Deus não dá leis para demonstrar que pode mandar. Seus mandamentos não são outra coisa do que explicações das suas ordens, que, por sua vez, são uma dádiva”¹⁴⁸.

Um leitor católico e apressado poderia pensar que Brunner acredita no matrimônio como sacramento, assim como os católicos. Mas uma leitura mais atenta na verdade mostra que ele quis apresentar a beleza e pureza do casamento. Ao referir-se ao casamento como “santo”, Brunner apenas quis dizer que ele deve ser casto. Para os luteranos, a santidade nunca é entendida como os católicos fazem – perfeição sobrenatural de vida, mas apenas como algo que se espera de quem procura a perfeição. A partir daí, fica fácil entender a definição de casamento da IECLB:

147 IECLB. Nossa fé... p. 9.

148 BRUNNER, Emil. *Nossa fé*. Trad. Helberto Michel. São Leopoldo-RS, Sinodal. 1978. 3ª edição. p. 53.

“Realizamos a bênção matrimonial quando os nubentes estão habilitados para o casamento pela lei civil. Ambos os nubentes, ou um deles, devem ser membros comungantes da nossa Igreja”¹⁴⁹.

No trecho acima, algumas colocações devem ser feitas. A primeira é a questão da necessidade do casamento civil ter sido celebrado primeiro, pois para os luteranos o casamento não é um sacramento, mas um contrato civil. É papel do Estado definir o que é matrimônio, e o encaminhamento acerca dos divórcios e uniões legais. Assim compreendemos porque luteranos e metodistas não criam impedimentos para o divórcio e outros temas sobre a moral como o uso de contraceptivos. Por outro lado, lembra também que basta um dos cônjuges ser da IECLB para que o casamento possa ser celebrado. Isso dificulta a identificação dos “casamentos mistos”, que, nas comunidades luteranas serão registrados como casamento simplesmente. Por outro lado:

“O presbitério com o pastor podem negar a realização da bênção matrimonial, quando solicitada sob condições que contrariam a mensagem cristã ou venham em seu prejuízo. Negarão a realização da bênção matrimonial quando os nubentes não estão habilitados para o casamento pela lei civil e, quando nenhum dos dois é membro comungante da nossa Igreja”.

“Realizamos em nossa Igreja a bênção matrimonial ecumênica, quando solicitada por nubentes dos quais um pertence a outra igreja cristã. É aconselhável, sem dúvida, para a plena comunhão de vida e a educação dos filhos, que ambos os cônjuges pertençam à mesma igreja. É necessário, no entanto, que, onde isto não for o caso, os cônjuges encontrem uma maneira autêntica de viverem sua fé cristã em seu meio ambiente, no convívio do dia a dia, aceitando e levando a sério a fé e o modo de crer do outro. Por parte da Comunidade devemos assisti-los concretamente nesta missão. O ‘casamento ecumênico’ pela simples participação de dois ministros de confissões diferentes, não é uma solução autêntica para a situação confessional dos nubentes”¹⁵⁰.

149 IECLB. Nossa fé... p. 37.

150 IECLB. Nossa fé... p. 38-39.

Para os luteranos o matrimônio misto é designado como matrimônio ecumênico. Para ser considerado válido, basta o cônjuge de outra Igreja ser validamente batizado e professar a fé luterana. Para os eventuais filhos pede-se que sejam educados no luteranismo. Outro ponto em comum é a condenação da benção dos dois oficiantes (por ex.: católico e luterano) ser considerada ritual de casamento pura e simplesmente. Também para os luteranos isso não é condição suficiente para dizer que ali foi oficiado um casamento, já que para os luteranos (e metodistas) primeiro deve ser oficiado o casamento civil, ou pelo menos que o casamento religioso tenha efeitos civis, conforme a legislação brasileira.

Não nos alongamos mais na definição luterana do casamento por ela demonstra ser simples. Diferentemente da católica, como já pudemos intuir das páginas anteriores. Para bem compreendermos as posições católicas será preciso uma longa viagem rumo as origens do direito canônico.

A evolução do casamento: do Novo Testamento aos dias atuais

Aqui é preciso fazer um parêntesis, e explicar porque nossa análise dos cânones sobre o casamento abrangeram os últimos mil anos de história da Igreja Católica, deixando praticamente na penumbra os primeiros mil anos de história eclesiástica. Os manuais de direito canônico pouco ou nada falam a respeito da legislação anterior ao séc. XI. O que podemos dizer é que mesmo os apóstolos, São Paulo, os *Padres da Igreja*¹⁵¹ e seus sucessores, bispos, padres e religiosos em geral, trataram de questões referentes a família e ao casamento, mas não possuíam a pretensão de criarem um código de leis ou não abrangiam a universalidade do catolicismo. Assim, por causa dessa formidável lacuna bibliográfica, não poderemos esclarecer mais sobre os primeiros mil anos de Direito Canônico dentro da Igreja Católica. Por exemplo,

151 Nome genericamente dado aos bispos e teólogos cristãos que viveram entre os séculos I a VIII da era cristã e que em momentos e lugares diferentes ajudaram a plasmar a doutrina cristã. Devido a diversidade de pensamento e temas é difícil falar de uma linha de pensamento homogênea, mas podemos apontar algumas pistas, como por exemplo a influencia do platonismo tardio; a preocupação em polemizar com autores críticos do cristianismo; o combate a heresias e a definição de dogmas. Para o melhor entendimento desse complexo movimento, recomendo: BETTENSON, Henry. *Documentos da Igreja Cristã*. Trad.: Helmuth Alfredo Simon. Revisão: Gerson Correia de Lacerda. São Paulo, ASTE. 2001. 4ª Edição; DANIEL ROPS. *A Igreja dos apóstolos e dos mártires*. Vol. I. São Paulo, Quadrante. 1989; NAVARRO, Juan Bosch. *Dicionário de ecumenismo*. Trad. Pe. Ivo Montanhese, CssR. Aparecida – SP, Editora Santuário. 2002.

quando lemos as passagens em que São Paulo Apóstolo tratava do papel da mulher na Igreja primitiva não há como supor que não tivesse efeitos na vida conjugal:

“(...) calem-se as mulheres nas assembléias, pois não lhes é permitido falar; mostrem-se submissas, como diz a própria Lei. Se querem aprender alguma coisa, perguntem-no em casa aos seus maridos, porque não é decente que a mulher fale na Igreja”¹⁵².

“Que a mulher ouça a instrução em silêncio e em espírito de submissão. Não permito que a mulher ensine nem que se arrogue autoridade sobre o homem; convém que permaneça em silêncio, pois Adão foi formado primeiro e depois, Eva”¹⁵³.

“Felicitto-vos, irmãos, porque em tudo vos lembrais de mim e guardais as instruções como eu vo-las transmiti. Mas quero que o saibais: a cabeça de todo o homem é Cristo, a cabeça da mulher é o homem e a cabeça de Cristo é Deus. Todo o homem que reza ou profetiza, tendo a cabeça coberta, desonra a própria cabeça”.

“E toda a mulher que reza ou profetiza, com a cabeça descoberta, desonra a própria cabeça, porque é como se estivesse rapada. Se uma mulher não se cobrir, corte também os cabelos. E se é vergonha para a mulher ter os cabelos rapados, então que se cubra. O homem não deve cobrir a cabeça, porque é imagem e glória de Deus; a mulher, porém é glória do homem. O homem não foi tirado da mulher, mas a mulher do homem; nem o homem foi criado para a mulher, mas a mulher para o homem”.

“Por isso, a mulher deve trazer sobre a sua cabeça um sinal de sujeição, por causa dos anjos. Não obstante, nem a mulher se compreende sem o homem nem o homem sem a mulher, aos olhos do Senhor. Pois, assim como a mulher foi tirada do homem, assim

152 1 Cor. 14, 34-35.

153 1 Tim. 2, 11-12.

também o homem existe por meio da mulher, e ambos vêm de Deus”¹⁵⁴.

Não há como negar que essas palavras chocam um leitor moderno e muitas mulheres. Vale lembrar que a condição da mulher na antiguidade era deveras ruim. Mas algumas pistas de uma abordagem mais benigna podem ser vislumbradas. No primeiro trecho, S. Paulo comenta que essas restrições se devem ao imperativo da Lei. Ora, Aqui fica claro que se trata da Lei Mosaica, que era, como se sabe, terrivelmente misógina. É interessante constatar que S. Paulo se dirigia aos judeus de Corinto, e não a um público mais amplo. Já no último trecho, após uma longa digressão sobre o lugar da mulher na igreja, S. Paulo lembra que sem a mulher não haveriam homens, pregando uma verdadeira igualdade de gêneros. O desafio aqui é separar usos e costumes da época da epistola do entendimento universal sobre o papel dos gêneros humanos na história¹⁵⁵.

A origem do Código de Direito Canônico – Codex Iuris Canonici

Desde a cristianização do Império Romano surgiu a necessidade de se padronizar as normas e leis da Igreja, as atas, epístolas e encíclicas que papas e bispos emitiam. O aumento de controvérsias e temas de discussão só aumentou com o tempo. Os códigos de Justiniano (*Corpus Iuris Civilis* - séc. VI) e *Carolíngio* (sécs. VIII e IX) tratavam de aspectos da vida da Igreja, mas não chegavam a ser classificados como Direito Canônico pelo fato de não tratarem exclusivamente do assunto. A união entre Igreja e Estado levava a confusão entre os limites do poder eclesiástico e o poder civil. Cada vez mais se sentia a necessidade de existir uma organização das normas que regiam a Igreja Cristã.

O primeiro Código de Direito Canônico foi o de Graciano (séc. XII), que era uma compilação de diversas determinações que remontavam aos inícios do Cristianismo. A novidade foi a sistematização e organização de normas emitidas através

154 1 Cor. 11, 2-12.

155 Uma autora que refletiu sobre o papel da mulher – e do homem – dentro da Igreja Católica foi Edith Stein em sua obra *A mulher*. Para a filósofa o fato de Cristo ter optado por encarnar na forma de um homem, ter assumido o papel de um rabino, ter se cercado de Apóstolos e discípulos, demonstram que caberia ao sexo masculino o papel docente dentro da Igreja. As colocações de Stein somente são compreendidas dentro de um ponto de vista filosófico metafísico.

de encíclicas, decretos e normas. De acordo com Giorgio Feliciani¹⁵⁶ o Corpus Júris Canonici foi adotado a partir do séc. XIII, sofrendo ao longo da Baixa Idade Média amplia es. O primeiro Corpus pode ser dividido nos seguintes grupos: o *Decretum* de Graciano, também conhecido como *Concórdia ou Concordantia discordantium canonum*: “(...) se propõe concordar os cânones discordantes, isto é, reduzir à unidade o sistema jurídico da Igreja, como vinha se delineando nos 11 séculos precedentes”¹⁵⁷; a cole o das decretais do papa Gregório IX – *Decretales Gregorii IX – ou Liber extra*: “(...) reúne os textos estranhos   ‘Concórdia’ de Graciano, é subdividida em 5 livros (juiz, juízo, clero, matrimônio, delito)”¹⁵⁸, e publicada oficialmente em 1234; o *Liber sextus* de Bonifácio VIII; as *Clementinae*, reunindo atos do papa Clemente V. De acordo com Feliciani toda essa massa de documentos, desigual e surgida em épocas diversas, era fruto da necessidade da Igreja medieval de se colocar perante o poder de reis e imperadores, desejosos de controlar a Igreja:

“(...) a partir da segunda metade do século XII, por causa da crescente autoridade de Roma e da maior sensibilidade pelas questões jurídicas, os pontífices são frequentemente chamados a resolver autoritariamente as controvérsias que surgem”¹⁵⁹.

É sabido que desde a luta entre o Imperador Henrique II do *Sacro Império Romano Germânico*, e o papa Gregório VII (*Querela das Investiduras - 1073*) a Idade Média européia assistiu ao embate entre o poder laico e o poder espiritual, também denominada luta entre *Guelfos* (pr -Papado) e *Gibelinos* (pr -Imperador). As publica es dos documentos can nicos apenas refletiam o recrudescimento dessa luta que não se limitou ao ep sodio da Querela e ao seu aparente término na *Concordata de Worms (1122)*¹⁶⁰, mas perdurou por toda a Baixa Idade Média, chegando ao apogeu com o *Cativeiro de Avignon (1309-1377)*, quando o papado entrou na esfera de influência do rei Filipe, o Belo da França. Essa dependência frente aos poderes reais refletiu-se na nacionalidade francesa dos papas desse período. A partir de 1377 os papas voltaram a residir na cidade de Roma, mas no ano seguinte (1378) ocorreu o *Cisma do*

156 FELICIANI, Giorgio. *As bases do direito da Igreja - comentário ao Código de Direito Canônico*. Trad.: Tarcísio Machado Rocha. São Paulo, Paulinas. 1994.

157 Idem, ibidem. P. 14.

158 Idem, ibidem. P. 15.

159 Idem, ibidem. P. 15.

160 A Concordata estabelecia a divisão por igual entre Império e Papado com rela o ao número de bispos que cada autoridade poderia eleger para o Império Alemão. Esses entendimentos não foram capazes de impedir que os embates entre Império e Sacerdócio se prolongassem pelo restante do período medieval.

Ocidente (1378-1417) quando o rei de França e o Imperador do Sacro Império não quiseram reconhecer o novo papa romano. Alguns historiadores¹⁶¹ apontam o desprestígio da Igreja Católica a partir do Cisma¹⁶² como um dos fatores preparatórios da *Reforma Protestante (1517)*. Entre os séculos XIV e XV lideranças religiosas como John Wycliffe¹⁶³ e John Huss¹⁶⁴ já defendiam propostas de Reforma semelhantes a dos reformadores do século XVI. Não é exagero supor que a Reforma Protestante do século XVI só conseguiu sucesso e difusão devido ao clamor popular por reformas que repercutiram na instituição eclesiástica.

O *Concílio de Trento (1545-1563)* não propôs modificações no Direito Canônico, concentrado como estava em condenar o pensamento reformado, mas reiterou o pensamento tradicional católico, em particular sobre os sacramentos. Os padres-conciliares em Trento abordaram as principais críticas protestantes ao catolicismo: a necessidade dos sacramentos para a salvação do fiel e a subjetividade da salvação, procurando negar que os sacramentos instituídos fossem apenas dois: o Batismo e a Eucaristia, excluindo os demais por não terem sido citados nas Escrituras¹⁶⁵. Nas determinações do concílio especificamente sobre o matrimônio lemos:

“971. Cân. 1. Se alguém disser que o Matrimônio não é a verdadeira e propriamente um dos sete sacramentos da Lei Evangélica, instituído por Nosso Senhor Jesus Cristo, e [disser] que

161 Jean Delumeau. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo, Pioneira; Daniel Rops. *A Igreja da Reforma Protestante I. Vols. IV e V*. São Paulo, Quadrante. 1999; Luis Suarez. *Humanismo y reforma católica*. Madri, Espanha. Libros MC. 1987.

162 É conhecido o encontro entre S. Catarina de Sena (ou Siena) e o papa Gregório XI, onde se decidiu pelo retorno dos papas a Roma. Mas com o início do Cisma Ocidental, nem mesmo a presença de *La mantellata* foi capaz de trazer ordem, pois cada um dos papas na ocasião possuía o apoio de pessoas que a Igreja Católica, anos depois, elevaria aos altares. Catarina morreu em 1380.

163 Wycliffe ou Wyclif (1320-1384) nasceu na Inglaterra, onde lecionou teologia na *Universidade de Oxford*. Fundador do movimento dos Lollards, hoje é caracterizado como pré-reformador por traduzir a Bíblia para o Inglês, atacando o monopólio do uso do latim na liturgia, e tendo pessoalmente traduzido os quatro evangelhos.

164 Huss (1373-1415) nasceu na Boêmia, e cursou teologia na *Universidade de Praga*, chegando a ser reitor da Universidade. Após ter contato com o pensamento de Wycliffe passou a traduzir as obras do teólogo inglês para o tcheco. Huss argumentava que o clero não estaria capacitado para ministrar os sacramentos, além de criticar a falta de definição sobre o papado legítimo provocado na época pelo Cisma do Ocidente, sendo assim colocado entre os precursores da Reforma. Condenado pelo *Concílio de Constança (1415)* foi queimado como herege em praça pública.

165 Cf. Concílio de Trento (1545-1563). *Contra as inovações protestantes*. Petrópolis, Vozes. 1953. Nos. 844-851.

foi inventado pelos homens na Igreja e que não confere graça – seja excomungado”. (...).

“974. Cân. 4. Se alguém disser que a Igreja não pode estabelecer impedimentos dirimentes do matrimônio, e que errou ao estabelecê-los – seja excomungado”.

“975. Cân. 5. Se alguém disser que o vínculo do matrimônio pode ser dissolvido pelo cônjuge por motivo de heresia, de molesta coabitação ou de ausência afetada – seja excomungado”.

“976. Cân. 6. Se alguém disser que o matrimônio contraído, mas não consumado não se dirime pela solene profissão religiosa de um dos esposos – seja excomungado”. (...).

“978. Cân. 8. Se alguém disser que a Igreja erra, quando determina que por muitos motivos se pode fazer [licitamente] separação entre os consortes quanto ao tálamo e coabitação, por tempo certo ou incerto – seja excomungado”. (...).

“981. Cân. 11. Se alguém disser que a proibição da solenidade dos desponsórios em certos tempos do ano é uma superstição tirânica derivada das superstições pagãs; ou condenar as bênçãos e outras cerimônias que a Igreja usa neles – seja excomungado”.

“982. Cân. 12. Se alguém disser que as causas matrimoniais não são da competência dos juízes eclesiásticos – seja excomungado”¹⁶⁶.

Poderíamos dizer que Trento não abordou a questão do casamento misto, mas uma leitura mais atenta vislumbra pistas. O cânone 975 diz implicitamente que a disparidade de denominação em princípio não seria motivo suficiente para anular um casamento, automaticamente abre-se a possibilidade do casamento misto na Igreja Católica. A seguir, veremos como essas linhas de pensamento sofreram desenvolvimento com diversos papas.

166 Idem, ibidem. No. 970-982.

Pio IX (1846-1878) foi um dos papas mais importantes da História da Igreja. Sofreu duras críticas de intelectuais liberais por ter se colocado contra as grandes jornadas revolucionárias dos anos de 1848 (*Primavera dos Povos*) e de 1871 (*Comuna de Paris*), além de ter redigido o *Syllabus* (1864) onde procurou apontar os erros filosóficos, históricos e teológico-doutrinários. No *Syllabus*, o papa Pio IX teceu alguns comentários¹⁶⁷ sobre casamentos:

“65°. Não há razão alguma para julgar que Cristo elevasse o matrimônio à dignidade de sacramento”.

“66°. O sacramento do matrimônio é apenas um acessório do contrato de que se pode separar, e o mesmo Sacramento consiste tão somente na Bênção nupcial”.

“67°. Pelo direito natural o vínculo matrimonial não é indissolúvel, e em muitos casos pode a autoridade sancionar o divórcio propriamente dito”.

“68°. A Igreja não tem poder de estabelecer impedimentos dirimentes ao casamento; pertence isso à autoridade civil, pela qual os impedimentos existentes têm de ser tirados”.

“69°. A Igreja, no decurso dos séculos, começou a introduzir os impedimentos dirimentes, usando, não de um direito seu próprio, mas de um direito concedido pelo poder civil”.

“70°. Os Cânones do Concílio de Trento, que pronunciam anátema contra os que negam a faculdade de estabelecer os impedimentos dirimentes, ou não são dogmáticos, ou devem ser considerados em relação ao poder concedido pela autoridade civil”.
(...).

“73°. Um contrato meramente civil pode, entre os cristãos, tornar-se um verdadeiro matrimônio; e é falso ou que o contrato matrimonial entre os cristãos sempre seja Sacramento, ou que esse contrato seja nulo, se não houver Sacramento”.

167 Vale alertar que o *Syllabus* apresentou proposições condenadas pela Igreja Católica, sendo esse ponto de vista sua chave de leitura.

“74°. As causas, matrimoniais e esponsalícias pertencem, por sua natureza, à jurisdição civil”¹⁶⁸.

Como o leitor pode perceber questões referentes a divórcio e a interferência do Estado no casamento se sobrepunham às questões mais diretamente referentes ao matrimônio. Nesse momento despontava a separação do Estado Laico e a Igreja. Mais conhecida hoje pelo título de *laicismo*, prega o afastamento da Igreja da sociedade, onde ela não deveria mais interferir, pois a religião deveria ficar circunscrita a intimidade do fiel, sem demonstrações externas. No caso, o Estado Laico arroga-se o arbítrio final sobre as discussões sobre o matrimônio. Em particular os pontos 65, 66 e 67 procuravam demolir os defensores do direito familiar civil.

Mas novamente percebemos alguns pontos para discussão. Note o leitor que o ponto 73° do §VIII do Syllabus pode ser relacionado ao ponto 975 § 5 de Trento, pois genericamente trata do casamento entre cristãos, não diferenciando os católicos. A intenção do Syllabus era demonstrar que mesmo o casamento entre ateus confessos seria um casamento de fato, garantido pelo direito natural e livre de interferências do Estado. Apesar dessa evolução no conceito de casamento, que já atingira a idéia de casamento natural (o casamento como instituição natural, concernente a natureza do homem), o Direito Canônico ainda se baseava nas compilações medievais. Mas já na época do *Concilio Vaticano I (1869-1870)*:

“(...) não poucos bispos que participam do Vaticano I julgam indispensável uma *reformatio iuris* que ponha termo a uma situação já considerada intolerável por causa dos graves inconvenientes que provoca na vida da Igreja”¹⁶⁹.

O sucessor de Pio IX, Leão XIII (1878-1903) hoje mais conhecido como o papa da *questão social* por ter publicado a primeira encíclica exclusiva sobre o assunto, *Rerum novarum (1891)*, contundente condenação do socialismo, crítica ao capitalismo e defesa do relacionamento entre a moral religiosa e o mundo do trabalho. Mas Leão XIII também fez pronunciamentos acerca da família e do casamento:

“(...) visto que o próprio Deus instituiu o matrimônio, e visto que este foi desde o princípio como que uma imagem da Encarnação

168 Pio IX. *Carta encíclica Quanta cura – Silabo*. Petrópolis, Vozes. 1951. 2ª Edição. § VIII, No. 65-74.
169 FELICIANI. Op. Cit. P. 17.

do Verbo divino, segue-se daqui que há no matrimônio alguma coisa de sagrado e de religioso, que nada tem de adventícia, mas é inata; que não lhe procede dos homens, mas da sua própria natureza. Por isso Inocêncio III (Cap. 8 de divort.) e Honório III (Cap. II de transact.), nossos Predecessores, puderam afirmar sem temeridade e com razão ‘que o sacramento do matrimônio existe entre os fiéis e entre os infieis’. Tomamos para testemunho os monumentos da antiguidade, os usos e as instituições dos povos que mais se aproximaram da civilização e que mais célebres se tornaram pelos seus conhecimentos mais perfeitos do direito e da equidade: no espírito de todos esses povos, em conseqüência de uma disposição habitual e anterior, todas as vezes que pensavam no casamento sempre se lhes apresentava a idéia do mesmo sob a forma de uma instituição ligada com a Religião e com as coisas santas. Por isso, entre eles os casamentos não se celebravam nunca sem cerimônias religiosas nem desacompanhados da autoridade dos pontífices e do ministério dos Sacerdotes. Tanta força tinha sobre os espíritos, ainda mesmo desprovidos das doutrinas celestes, a natureza das coisas, a lembrança das origens, a consciência do gênero humano! Sendo, portanto, o matrimônio sagrado por sua essência, por sua natureza, por si mesmo, é racional que seja regulado e dirigido não pelo poder dos príncipes, dos soberanos, mas pela autoridade divina da Igreja, porque só ela tem o magistério das coisas sagradas”¹⁷⁰.

Para o catolicismo, o casamento é inerente à natureza do homem, seja cristão ou não, e deve receber salvaguardas que impeçam sua anulação. Assim, a encíclica passava a se revestir de um teor polêmico atacando a adoção do divórcio pelos protestantes e os casamentos mistos em todos os sentidos:

“Cumprе também velar por que não sejam facilmente celebrados matrimônios entre católicos e não católicos, porque, desde o momento em que as almas vivam dissidentes em matéria religiosa, dificilmente pode esperar-se que os cônjuges vivam concordes em

170 Leão XIII. *Carta encíclica Arcanum divinae sapientiae*. Petrópolis, Vozes. 1946. No. 11.

tudo o mais. Antes, pelo contrário, cumpre que se abominem casamentos semelhantes, sobretudo pelo motivo de que proporcionam ocasião de se viver numa sociedade e de se participar de práticas religiosas proibidas, que são uma causa de perigo para a religião do cônjuge católico; que são, além disso, um obstáculo à educação dos filhos e muitas vezes conduzem os espíritos a considerar todas as religiões como iguais, sem fazerem diferença alguma entre a verdade e o erro”.

“Finalmente, como nós muito bem sabemos que ninguém deve ser estranho à Nossa Caridade, recomendamos, Veneráveis Irmãos, à Vossa autoridade, fé e piedade esses, em verdade muito infelizes, que, arrastados pela estuacão das paixões e completamente esquecidos da sua salvação, passam uma vida contrária às leis divinas nos laços de uma união ilegítima. Empregue-se a vossa hábil atividade em reconduzir esses homens á senda do dever e, já por vós mesmos, já por intermédio de homens virtuosos, procurai todos os meios de lhes fazer compreender que são criminosos, que devem fazer penitência das suas culpas e dispor-se para contrair um matrimônio legítimo, segundo o rito católico”¹⁷¹.

Voltando a história do Direito Canônico, é durante o pontificado de Pio X (1903-1914) que os trabalhos para o novo Código se iniciaram. O papa publicou o motu próprio *Arduum sane múnus* pedindo a criação de uma comissão encarregada de prepará-lo. Essa comissão no dia 06/04/1904 enviou uma carta às Universidades Católicas pedindo sugestões. A carta mostrava que era intenção do pontífice basear a estrutura geral do CIC nos códigos civis em vigor em todo mundo de então, revelando que sua sistemática iria se basear na repartição das matérias em *pessoas, coisas e ações*, como era ensinado nas Universidades de então. Outra indicação era a preocupação em redigir o texto em Latim. Uma primeira versão do Código foi enviada aos bispos de todo o mundo entre os anos de 1912-1914, sendo os pedidos de modificações analisados pelos cardeais e prelados da Cúria Romana. O código foi finalmente promulgado por

171 Idem, ibidem. No. 28.

Bento XV através da Constituição *Providentissima Mater Ecclesia* (27/05/1917) e publicada no dia 28/06/1917.

Sobre o código em si vale dizer que ele não possui universalidade absoluta, pois se referia apenas a Igreja Latina, o que deu uma característica ecumênica ao código, permitindo preservar a identidade das Igrejas não latinas ligadas a Roma: “São enfim tolerados os costumes contrários centenários ou imemoriais, que não sejam expressamente reprovados e não possam ser prudentemente abolidos”¹⁷². Outro ponto relevante sobre o Código de 1917 era o seu conteúdo: “(...) nunca havia conhecido uma legislação que absorvesse, de um modo total, a disciplina precedente, abolindo formalmente todas as coleções anteriores”¹⁷³. Agora é o momento apropriado para nos debruçarmos sobre o código de 1917.

O Código de Direito Canônico - 1917

Usamos a tradução espanhola da *BAC (Biblioteca de Autores Cristianos)*, a única que conseguimos adquirir por se tratar de uma publicação que há décadas não é reeditada. A edição conta com uma série de informações adicionais como apresentação, notas explicativas, além dos anexos onde encontramos documentos que aperfeiçoaram o CIC até o momento da edição.

Para podermos compreender a visão de casamento misto do velho código, precisamos ter sempre em vista que os sete sacramentos, para os católicos, foram instituídos pelo próprio Cristo e precisam ser cercados de todo o tipo de cuidados. O principal desses cuidados é evitar a irreverência para que não fossem administrados a pessoas despreparadas: loucos, crianças pequenas, hereges e cismáticos. No caso dos não cristãos a recepção dos sacramentos é designada como *communicatio in sacris – intercomunhão*. Aqui já residia um problema: se havia essa proibição formal, como pensar casamento entre católicos e protestantes? A resposta a essa objeção estava no fato de que para o catolicismo mesmo ateus e não cristãos celebravam casamentos válidos.

O CIC 1917 a partir de seu cânon 1026 tratava dos aspectos formais do casamento. Em primeiro lugar a questão dos proclamas, avisos lidos ou afixados na

172 FELICIANI, Giorgio. *As bases do direito da Igreja - comentário ao Código de Direito Canônico*. Trad.: Tarcísio Machado Rocha. São Paulo, Paulinas. 1994. p. 22-23.

173 FELICIANI, Giorgio. Op. Cit. p. 23.

entrada das paróquias católicas. Na IECLB temos um equivalente no *Aijfgebot* (*proclamação*), que é lido pelo menos uma semana antes do casamento.

“1026 No se deben proclamar los matrimonios que se celebren con dispensa del impedimento de disparidad de cultos o de mixta religión, a no ser que el Ordinario del lugar, según su prudencia y evitando el escándalo, juzgue oportuno permitir que se proclamen, y con tal que se haya obtenido ya la dispensa apostólica y no se haga mención de la religión de la parte no católica”¹⁷⁴.

O cânon 1026 insistia na questão de se evitar o escândalo dos fiéis católicos evitando os proclamas do casamento, a não ser em caso de necessidade. Mas mesmo em caso de proclamação, pedia-se que a denominação da parte não católica não fosse divulgada. No cânon 1043 abriam-se exceções aos casamentos mistos em caso de perigo de morte, mas a partir do cânon 1060 o CIC se estendia a uma serie de restrições:

“1060 La Iglesia prohíbe severísimamente en todas partes que contraigan entre sí matrimonio dos personas bautizadas, una de ellas católica, y la otra afiliada a una secta herética o cismática; y si hay peligro de perversión del cónyuge católico o de la prole, también la misma ley divina prohíbe el casamiento”¹⁷⁵.

O cânon 1060 é bastante claro, ao revelar que o único casamento realmente válido era o que se celebrava entre dois católicos praticantes. A seguir seguiam-se numerosos cânones que definiam as restrições as dispensas para os casamentos mistos, e que poderiam ser agrupadas da seguinte maneira:

a) Garantias de que o cônjuge não católico não tentaria converter o cônjuge católico, nem seus filhos para sua denominação. Essas garantias eram definidas através de um juramento por escrito, lavrado e arquivado na Paróquia onde se celebraria o casamento (Cân. 1061);

b) O cônjuge católico deveria se esforçar em converter o não católico para a Igreja Romana (Cân. 1062);

174 DOMINGUEZ, Lorenzo Miguelez (org). *Código de derecho canónico*. Madri, Espanha. BAC. 1952. p. 380. Cânon 1026.

175 DOMINGUEZ, Lorenzo Miguelez (org). Op. Cit. p. 392-394. Cânon 1060.

c) O casamento celebrado perante o sacerdote não deveria ser repetido na outra denominação, justamente para não caracterizar intercomunhão (Cân. 1063).

Não nos deve espantar aparecerem na seqüência uma série de cânones que orientam os párocos, bispos e demais autoridades eclesiais a desestimular os casamentos mistos¹⁷⁶.

Os cânones 1070-1071 tratavam do matrimônio com disparidade de cultos. Nesse caso específico, havia a estrita necessidade de dispensa do bispo local, não cabendo sequer a possibilidade de o pároco por conta própria definir a questão.

O CIC 1917 demonstrava sua vertente tolerante eximindo os não-latinos de seguirem o Código. Ele valeria apenas para os casamentos em que um dos cônjuges era católico, ou havia se convertido ao catolicismo. Por outro lado, a partir do momento em que um dos cônjuges decide manter-se católico, uma série de restrições deveriam ser obedecidas com relação a celebração desses casamentos:

“1102, § 2. Pero están prohibidos todos los ritos sagrados; y si se prevé que de esta prohibición se han de seguir males más graves, puede el Ordinario autorizar algunas de las ceremonias eclesiais acostumbradas, excluida en todo caso la celebración de la Misa”¹⁷⁷.

O conteúdo do cânon 1102 era o mais polêmico do CIC 1917. Impedia que houvesse celebração durante um casamento misto. Nesses casos a celebração era realizada na sacristia, longe da vista dos fiéis. O tema do sermão, conforme já vimos, era um pedido de conversão do acatólico e a promessa de oferecer educação católica aos filhos. Para progressistas e protestantes essa era a imagem que ficou desses casamentos, o que alimentou o sentimento anti-católico nas gerações seguintes. O cânon 1109 dava mais informações a respeito dessas restrições:

“1109 § 1 El matrimonio entre católicos debe celebrarse en la iglesia parroquial; en otra iglesia, o en oratorio público o semipúblico, sólo puede celebrarse con licencia del Ordinario local o del pároco”.

“§ 2. Los Ordinarios locales pueden permitir que el matrimonio se celebre en casas particulares, pero sólo en algún caso

176 DOMINGUEZ, Lorenzo Miguelez (org). Op. Cit. p. 392-394. Cânones 1060-1066.

177 DOMINGUEZ, Lorenzo Miguelez (org). Op. Cit. p. 413. Cânon 1102.

extraordinario y siempre con causa justa y razonable; mas en las iglesias u oratorios de los Seminarios o de religiosas no deben los Ordinarios permitirlo, a no ser en un caso de necesidad urgente, y empleando las cautelas oportunas”.

“§ 3 Por el contrario, los matrimonios entre parte católica y parte acatólica deben celebrarse fuera de la iglesia; y si el Ordinario juzga prudentemente que no puede cumplirse esto sin que de ahí se sigan mayores males, se deja a su prudente arbitrio el dispensar acerca de este punto, quedando en su vigor lo que se prescribe en el canon 1102, § 2”¹⁷⁸.

Resta saber o que estava reservado aos casais que desobedecessem:

“2319 §1 Caen en excomunión *latae sententiae* reservada al Ordinario los católicos:

1º Que contraen matrimonio ante un ministro acatólico, quebrantando lo que se manda en el canon 3063, §1;

2º Que se unen en matrimonio con pacto explícito o implícito de educar todos o algunos de los hijos fuera de la Iglesia católica;

3º Que tienen la osadía de presentar a sabiendas sus hijos a ministros acatólicos para que éstos los bauticen;

4º Los padres o los que hacen sus veces que entregan a sabiendas sus hijos para que sean educados o instruidos en alguna religión acatólica”¹⁷⁹.

O descumprimento seria punido com a excomunhão eclesiástica. Mas notemos que a preocupação maior era com os filhos. Seria interessante saber se denúncias de descumprimentos dos juramentos eram ou não freqüentes. As normas católicas visavam evitar situações limite como as descritas abaixo com muita plasticidade por Henry Morton Robinson no seu livro mais conhecido, *O cardeal*. No livro um jovem padre, Stephen Fermoye, católico norte-americano filho de irlandeses e recém chegado de

178 DOMINGUEZ, Lorenzo Miguelez (org). Op. Cit. p. 416. Cânon 1109.

179 DOMINGUEZ, Lorenzo Miguelez (org). Op. Cit. p. 838. Cânon 2319.

Roma passa a cooperar em uma paróquia onde ele confronta a alta doutrina aprendida nos seminários romanos com o dia a dia dos fiéis. No trecho a seguir encontramos o jovem padre no confessionário:

“Assim que abriu o postigo puxando-o para o lado esquerdo, um ligeiro perfume de cravo lhe chegou às narinas. E logo a voz delicada de uma jovem começou em *pianíssimo* a recitar uma série de pecados comuns. Inteligente, um pouco esquisita. Mas logo sem grande hesitação disse sem ar de orgulho nem de pejo:

_Durante os últimos seis meses tenho tido relações sexuais com um homem. Uma porção de vezes.

Steve fez a pergunta natural:

_Por que motivo não se casa com ele?

_Não é católico; pertence à Igreja Batista, e minha família não quer que eu me case fora do catolicismo.

_Pedi a esse homem para se tornar católico?

_Roguei-lhe isso, padre. Mas ele execra a Igreja, diz coisas terríveis sobre ela.

_E ainda assim continuou a se encontrar com ele?

_Continuei, padre. – E declarou com ar obstinado: **_Eu o amo tanto!** – Depois a teimosia cedeu um pouco e ela perguntou com tom aflito: **Que devo fazer? (...).**

_Por mais difícil que lhe seja romper relações com esse homem, deve desistir dele. Não existe outro meio de preservar uma felicidade duradoura para ambos. Caso se case com ele fora da Igreja, isso significará uma existência de gravames espirituais, sem falar nos antagonismos emotivos que estragam tantos casamentos desiguais. – Fez uma pausa. **_E, naturalmente, tem que parar com essas relações ilícitas. São perigosas, imorais... e baixas.**

Insubmissa a jovem ergueu o queixo.

_Não são baixas absolutamente, padre!

_Mas está decidida a parar, não está?

_Não posso, - disse a jovem, meneando a cabeça.

_Neste caso, - declarou Stephen, _ não está dentro do meu poder ministrar-lhe a absolvição. Não pode receber o sacramento da penitencia senão após haver resolvido firmemente desistir do seu modo pecaminoso de vida.

_Para que, afinal, eu vim aqui? – disse a jovem, levantando-se. E, em tom zangado: _Já devia esperar por isso!...
– Deixando em volta do confessionário um halo de perfume de cravo, retirou-se. Stephen teve o instinto de correr atrás dela, agarrá-la pelo braço, pedir-lhe que fosse paciente com ele e com a Igreja. Mas não podia fazer tal coisa. Tinha certeza de que agia corretamente recusando-lhe a absolvição, mas também se dava conta de que tinha sido demasiado brusco, taxativo sem muito tato. Sua atitude categórica fizera uma alma aflita lhe deslizar pelos dedos”¹⁸⁰.

Aqui temos confrontados os dois campos do problema dos casamentos mistos na Igreja Católica da primeira metade do século XX: de um lado as novas formas de relacionamento amoroso entre pessoas de Igrejas diferentes que freqüentes vezes não cogitam oficializar suas uniões perante padres e pastores; de outro a monumental estrutura doutrinal e teológica do CIC aparentemente impotente para moderar essa nova realidade.

O Código de 1917 permaneceu como referencia para o Direito Canônico até a celebração do *Concílio Vaticano II (1962-1965)*, o que não significou que nesses cinquenta anos não tivessem ocorrido importantes mudanças. Durante os pontificados de Pio XI (1922-1939) e Pio XII (1939-1958) algumas encíclicas vieram somar conhecimentos a ciência eclesiástica da época, em particular as encíclicas *Divino afflante spiritu (1943)* e *Humani generis (1950)* que renovaram os estudos sobre a

180 ROBINSON, Henry Morton. *O cardeal*. Trad. José Geraldo Vieira. São Paulo, Ed. Mérito. 1956. p. 82. Os grifos são meus.

Sagrada Escritura e a relação entre Igreja e mundo moderno, verdadeiras antecessoras das discussões conciliares.

Desde Pio IX também houveram tentativas de se retomar o Concílio Vaticano I. Os defensores da retomada argumentavam que o papel dos bispos estava insatisfatoriamente definido, diante da clareza do papel do bispo de Roma (o Papa). Segundo alguns autores, documentos referentes ao papel dos bispos teriam sido preparados para serem apreciados e debatidos em plenário, mas a eclosão da *Guerra Franco-prussiana*¹⁸¹ (1870) encerrou o concílio. Prematuramente encerrado os pontífices seguintes alimentaram o plano de retomar o Vaticano I¹⁸², mas nenhum deles chegou a concluir o plano. A exceção ficou com Pio XII, que empreendeu um plano sério de concluir o Concílio Vaticano I entre os anos de 1948 a 1951, mas que não passou da fase de consulta¹⁸³. Devido a esse histórico, podemos dizer que foi com surpresa que o papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano II:

“No discurso pronunciado a 25 de janeiro de 1959, João XXIII anuncia, além da próxima convocação do Concílio, sua intenção de proceder à revisão do Código de Direito Canônico”¹⁸⁴.

Mas, apesar do apelo do Papa o Vaticano II não promoveu de imediato uma reforma do Direito Canônico, embora tenha promovido o diálogo com o mundo moderno, superando a tendência secular em anatematizar as conquistas seculares como se viu na redação final dos documentos o Vaticano II:

“(...) visa a privilegiar a ‘pastoralidade’ sobre a ‘juridicidade’ – não implica a falta de normas jurídicas, mas impõe ao intérprete a sua existência, baseado sobre uma atenta análise do conteúdo de cada um dos documentos conciliares que, uma vez aprovados pelos Padres

181 Guerra que envolveu França e Prússia em torno da unificação da Alemanha, da Itália e a manutenção dos Estados Pontifícios. O início das hostilidades provocou a saída dos cardeais e bispos franceses de Roma, o que decretou o encerramento do *Concílio Vaticano I*.

182 “(...) podemos afirmar que os diversos sucessores de Pio IX pensaram numa possível retomada do concílio Vaticano. Embora fracos sob Pio X e Bento XV, são particularmente claros sob Pio XI e Pio XII os indícios dessa preocupação, a ponto de se pôr em andamento um processo de relançamento que, sob esses dois últimos papas, irá bastante longe”, in: ALBERIGO, Giuseppe. (dir) *História do Concílio Vaticano II, Vol.I*. Petrópolis, Vozes. 1996. p.76.

183 “En 1948 Pío XII lo vuelve a tomar, pues no ignora nada de las necesidades de reforma en la Iglesia. Los trabajos preparatorios son confiados al Santo Oficio y a varias Comisiones, de las que es elegido secretario general el jesuita belga P. Charles”.

“En secreto, son elaborados diversos proyectos referentes a temas doctrinales, a la asunción de la Virgen, a la guerra, a la reforma del derecho canónico y de la curia, a las misiones, a la Acción católica, a la cultura. Los trabajos se prosiguen hasta 1951, pero todo es finalmente suspendido a causa de las divergencias llegadas de todas partes”, in: SERROU, Robert. *Pío XII – el Papa rey*. Madrid, Ediciones Palabra. 1997. pp. 312-313.

184 FELICIANI, Op. cit. P. 34.

e promulgados pelos Pontífices, são todos capazes de conter disposições de tal natureza”¹⁸⁵.

Esse espírito dialogal também contribuiu para tornar o velho código obsoleto. Rapidamente vamos ver como os documentos emitidos no período pelos papas e pelo Vaticano II trataram das questões familiares e matrimoniais. Em 1961 o papa João XXIII publicou a encíclica *Mater et magistra*, uma encíclica social. Mas nela lemos a seguinte passagem:

“Temos de proclamar solenemente que a vida humana deve ser transmitida por meio da família, fundada no matrimônio uno e indissolúvel, elevado para os cristãos à dignidade de sacramento. A transmissão da vida humana foi confiada pela natureza a um ato pessoal, consciente, sujeito, como tal, às leis sapientíssimas de Deus; leis invioláveis e imutáveis, que é preciso acatar e observar. Por isso, não se podem usar aqui meios, nem seguir métodos, que serão lícitos quando se tratar da transmissão da vida nas plantas e nos animais”.

“A vida humana é sagrada: mesmo a partir da sua origem, ela exige a intervenção direta da ação criadora de Deus. Quem viola as leis da vida, ofende a Divina Majestade, degrada-se a si e ao gênero humano, e enfraquece a comunidade de que é membro”¹⁸⁶.

João XXIII já utilizava as linhas de raciocínio que, anos depois, iriam condenar os métodos contraceptivos para regulação da natalidade, poucos anos depois do início da comercialização da pílula anticoncepcional. Sua outra encíclica, *Pacem in terris*, possuía uma maior dimensão ecumênica, pois tratava da harmonia entre todos os homens. Aliás, foi a primeira encíclica a abordar o gênero humano dessa forma. Sobre o relacionamento dos católicos com os não-católicos, João XXIII comentou que:

“Não se deverá jamais confundir o erro com a pessoa que erra, embora se trate de erro ou inadequado conhecimento em matéria religiosa ou moral. A pessoa que erra não deixa de ser uma pessoa, nem perde nunca a dignidade do ser humano, e portanto sempre merece estima. Ademais, nunca se extingue na pessoa humana a

185 FELICIANI, Op. cit. P. 29.

186 João XXIII. *Mater et magistra*. São Paulo, Paulinas. 1975. 5ª. Edição. No. 191-192.

capacidade natural de abandonar o erro e abrir-se ao conhecimento da verdade”¹⁸⁷.

Nos documentos do Vaticano II a abertura aos crentes e não-crentes em Deus só aumentou, assim como uma nova maneira de se entender a unidade da Igreja. Essas mudanças de perspectiva são fundamentais para entendermos como e porque mudou o olhar da direção da Igreja Católica aos fiéis de outras Igrejas, tanto com relação ao relacionamento ecumênico quanto o relacionamento dos católicos em matrimônio com cristãos dessas Igrejas. Uma primeira mudança clara foi a auto-definição da Ig. Católica, base primeira para todo o tipo de entendimentos:

“Esta é a única Igreja de Cristo, que no símbolo professamos una, santa, católica e apostólica, e que o nosso Salvador, depois de sua ressurreição, confiou a Pedro para que ele a apascentasse (Jo 21,17), encarregando-o, assim como aos demais apóstolos, de a difundirem e de a governarem (cf. Mt 28, 18ss), levantando-a para sempre como ‘coluna e esteio da verdade’ (1Tm 3,15). Esta Igreja, como sociedade constituída e organizada neste mundo, *subsiste na* Igreja católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele, ainda que fora do seu corpo se encontrem realmente vários elementos de santificação e de verdade, elementos que, na sua qualidade de dons próprios da Igreja de Cristo, conduzem para a unidade católica”¹⁸⁸.

O trecho acima possui insuspeitas aberturas ecumênicas. A famosa expressão *subsiste in* até hoje gera muitas polêmicas devido a sua interpretação (conforme vimos na Apresentação desta tese), pois dependendo como interpretamos essas afirmações reconhecemos ou não a *Igreja Católica Apostólica Romana* como a única capaz de redimir e salvar a humanidade. É lembrado que mesmo fora da Igreja Católica é possível salvar-se, o que permite concluirmos que a Igreja reconhece o valor das demais denominações cristãs e mesmo das outras religiões. A constituição dogmática possui importância para o movimento ecumênico devido a sua classificação peculiar, que significa que é a chave para a leitura de todos os outros documentos conciliares, o

187 João XXIII. *Pacem in terris*. São Paulo, Paulinas. 1995. 3ª. Edição. p. 78.

188 Concílio Vaticano II. *Constituição dogmática Lumen gentium (De ecclesia) sobre a Igreja*. São Paulo, Paulinas. 1977. 9ª. Edição. No. 8.

primeiro entre todos os documentos que devem ser lidos¹⁸⁹. Em outro lugar, os padres conciliares complementam que:

“A esta unidade católica do povo de Deus, que prefigura e promove a paz universal, são chamados todos os homens: a ela pertencem ou para ela se orientam, embora de maneira diferente, tanto os católicos como todos os cristãos, e mesmo todos os homens em geral, chamados pela graça de Deus à salvação”¹⁹⁰.

O Concílio lembra que todos os seres vivos são chamados a participar da obra redentora do mundo, embora muitos de maneiras desconhecidas e misteriosas, conhecidas apenas por Deus. Uma conclusão possível dessas afirmações seria de que todos os cristãos já se encontrariam unidos em uma catolicidade ainda não visível:

“Por múltiplas razões a Igreja reconhece-se unida aos batizados que se honram do nome de cristãos, mas não professam integralmente a fé, ou não mantêm a unidade de comunhão sob o sucessor de Pedro. Há muitos que veneram a Sagrada Escritura como norma de fé e de vida, manifestam sincero zelo religioso, crêem de todo o coração em Deus-Pai Onipotente e em Cristo Filho de Deus e Salvador, são marcados pelo batismo que os une a Cristo, e admitem mesmo outros sacramentos e recebem-nos nas suas igrejas próprias ou nas suas comunidades eclesiais. Vários dentre eles possuem também o episcopado, celebram a sagrada eucaristia, e cultivam a devoção pela Virgem Mãe de Deus. A isto se junta ainda a comunhão de orações e de outros benefícios espirituais; e mesmo certa união verdadeira no Espírito Santo que, também neles, opera com o seu poder santificante por meio de dons e graças, e a alguns fortaleceu até à efusão do sangue. (...)”.

189 Para uma melhor compreensão da classificação dos documentos do Vaticano II, recomendo a leitura do prefácio do livro de Boaventura Kloppenburg *Compêndio do Vaticano II – constituições, decretos, declarações*. Petrópolis. Vozes. 1967.

190 Concílio Vaticano II. *Constituição dogmática Lumen gentium (De ecclesia) sobre a Igreja*. São Paulo, Paulinas. 1977. 9ª. Edição. No. 13.

“Por último, também aqueles que ainda não receberam o Evangelho estão destinados, de modos diversos, a formarem parte do povo de Deus”¹⁹¹.

Os dois longos trechos acima demonstram o novo espírito da Igreja Católica com relação aos não-católicos e não-cristãos. Todos teriam chance de entrar no Reino dos Céus, assim como os católicos fervorosos. Note o leitor a deixa do No. 15 ao comentar que poderiam haver mártires e santos mesmo entre os protestantes, o que poderia abrir para a possibilidade de um devocionário protestante, idéia que foi novamente ventilada mais recentemente pelo Papa João Paulo II na encíclica *Ut unum sint* (1995) mas rejeitada por praticamente todas as denominações em diálogo oficial com Roma por passar a impressão de se converter o protestantismo ao catolicismo.

A partir do encerramento do Concílio começou a surgir toda uma legislação que procurava atualizar o Direito Canônico dentro do novo espírito. No caso específico da celebração dos matrimônios mistos, a novidade foram, respectivamente: *Instrução Matrimonii Sacramentum sobre os casamentos mistos* (18/03/1966); *motu próprio Matrimonia mixta* (31/03/1970); e *motu próprio Causas matrimoniales* (28/03/1971), para os processos matrimoniais.

A Instrução tratava das recomendações frente aos casamentos mistos, algumas já presentes no código de 1917 como a manutenção da fé do cônjuge e de sua prole; o juramento do cônjuge não católico em respeitar a fé da parte católica; a manutenção do registro paroquial do processo (Nos. 1-4). A seguir determinava que:

“IV. - Quanto à forma litúrgica, derogados os cânones 1102 § 2 e 1109 § 3, concede-se aos Ordinários dos lugares a faculdade de permitir, na celebração dos próprios matrimônios mistos, os ritos sagrados com as costumeiras bênçãos e homilia”. (...).

“VII. - Fica ab-rogada a excomunhão prevista no cân. 2319 § 1, n. 1 contra os que contraem matrimônio perante um ministro acatólico. Os efeitos desta ab-rogação valem também para o passado”¹⁹².

191 Concílio Vaticano II. *Constituição dogmática Lumen gentium (De ecclesia) sobre a Igreja*. São Paulo, Paulinas. 1977. 9ª. Edição. No. 15-16.

192 Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. “Instrução Matrimonii Sacramentum sobre os casamentos mistos (18/03/1966)”, in: *REB – documentação. Vol. 26, fasc. 02*, Junho de 1966. Petrópolis, Vozes. 418-419.

A novidade da Instrução residia na suspensão da proibição da celebração na igreja, acabando com uma das restrições mais visíveis acerca dos casamentos mistos, embora a proibição para a *communicatio in sacris - intercomunhão* estivesse mantida. Outra grande novidade era o cancelamento da excomunhão dos que casavam fora da Igreja Católica. O casamento misto não sofria mais a restrição de um *impedimento impediante*, mas o de *impedimento dirimente* (que pode ser dirimido – tratado), permitindo que fosse celebrado desde que recebesse a dispensa do bispo local. Além disso essas medidas tinham caráter retroativo, ou seja, os casais que haviam sido condenados segundo o Código de 1917 já não estavam mais afastados da Igreja Católica, podendo retomar, se quisessem, a prática religiosa.

Foi nesse momento que um precioso documento do então cardeal de São Paulo, D. Agnelo Rossi, sobre os casamentos mistos veio à luz: *Diretrizes gerais sobre os sacramentos do batismo, confirmação e matrimônio* (12/1969). Nele, D. Rossi mostrava-se atento as mudanças conciliares. Por exemplo, a possibilidade da presença do ministro não católico na cerimônia (No. 01), lembrando que os acordos com as demais denominações cristãs, os casamentos mistos ainda eram considerados ilícitos (No. 02). Mas o cardeal reconhecia que esses impedimentos não iam refrear os casos de casamentos mistos:

“(...) cresce o número dos matrimônios ecumênicos, com o comparecimento e a participação do ministro não católico. (...). Deveras, muitos estão sendo feitos sem o preparo dos cursos ou aditamentos, e buscados só por espírito de novidade ou vaidade, sem que se faça deles prova, sinal e meio para a aproximação entre as Igrejas”¹⁹³.

Note o leitor que o cardeal engrossava o rol daqueles que alimentava alguma esperança de que esses enlances matrimoniais aumentassem os diálogos entre as Igrejas, um ponto que até o Vaticano II era considerado absurdo. Aqui se percebe que o cardeal de S. Paulo implicitamente queria ser um interlocutor no diálogo ecumênico e inter-religioso. Já nos No. 04 e 05 o cardeal cobrava amadurecimento dos noivos em escolher um local digno para realizarem a celebração, encerrando suas considerações com uma chamada a tolerância e ao ecumenismo:

193 ROSSI, Agnelo. *Diretrizes gerais sobre os sacramentos do batismo, confirmação e matrimônio*. Dezembro de 1969. No. 03.

“Convidamos todos a tratarem os irmãos separados com amor, delicadeza e verdadeira estima, isto levará a compreendermos os problemas especiais e difíceis que ainda hão de surgir quanto aos matrimônios mistos”¹⁹⁴.

Pouco depois em 1970 o motu próprio *Matrimonia mixta*¹⁹⁵, preparado pela Secretaria pela Unidade dos Cristãos, tratava exclusivamente dos casamentos mistos. Nesses primeiros anos após o encerramento do Vaticano II noticiavam-se casamentos mistos como meio legítimo para promover a unidade dos cristãos. O motu próprio via essa iniciativa como positiva, algo que já não apareceria com a mesma ênfase posteriormente. A Igreja Católica observava com preocupação o crescimento desses relacionamentos afetivos entre seus fiéis devido as facilidades para a celebração de casamento fora do catolicismo com a possibilidade do divórcio. Recomendava-se o desencorajamento desses casamentos, pedia-se a educação católica da prole, a preservação da fé do cônjuge católico, etc. (Nos. 1- 6). A novidade era o detalhamento para a ação de sacerdotes e bispos:

“7) Pertence às Conferências Episcopais, dentro do território da competência de cada uma delas, estabelecer o modo como essas declarações e promessas, em qualquer caso necessárias, devem ser feitas: se apenas oralmente, ou se também por escrito, ou se, ainda, na presença de testemunhas; depois, devem determinar a maneira como esses atos devem constar no foro externo, ou ser comunicados à parte acatólica e, do mesmo modo, se deverão ser exigidas outras condições conforme os casos”. (...).

“9) Caso se oponham graves dificuldades, que impeçam de respeitar a forma canônica obrigatória, os Ordinários do Lugar têm o direito de dispensar dessa forma canônica para o matrimônio misto; é, contudo, atribuição das Conferências Episcopais estabelecer normas que regulem o exercício lícito e uniforme do referido direito, na sua região, ou no seu território, procurando que exista sempre uma celebração em forma pública”.

194 ROSSI, Agnelo. Op. Cit. No. 06.

195 Motu próprio *Matrimonia mixta*, in: *REB. Vol. 30, fasc. 118, junho de 1970*. Petrópolis, Vozes. p. 401-405.

“10) Deve procurar-se que todos os matrimônios, validamente contraídos, sejam registrados nos livros prescritos pelo Direito Canônico. Esforcem-se os pastores de almas por que também os ministros não-católicos colaborem, pela sua parte, registrando nos próprios livros os casamentos contraídos com uma parte católica”.

Outra novidade com relação a Instrução era a busca pela colaboração ecumênica com os pastores de outras denominações cristãs, não só com relação aos registros dos casamentos mistos, mas também para o desenvolvimento pastoral de todas as comunidades, fossem católicas, cristãs ou mesmo não cristãs (No. 14). O motu próprio cobrava dos padres e bispos uma postura dialogal, menos polêmica com os irmãos de outras denominações. Outra modificação substancial com relação ao velho código de 1917, era a possibilidade do pároco em pessoa realizar o levantamento de dados do cônjuge (item 16), algo que o código de 1917 originalmente não permitia.

Um mês depois da promulgação de Matrimonia mixta, a CNBB publicou um documento¹⁹⁶ onde estabelecia mais critérios para a celebração dos casamentos inter-confessionais. No geral essa nota apenas regularizava as diretrizes já presentes nos documentos anteriormente citados, insistindo no estabelecimento de contatos com os dirigentes de outras Igrejas, em prol do ecumenismo e da correta celebração dos casamentos inter-confessionais. Em fins dos anos setenta um outro documento resumia bem as normas e diretrizes sobre os casamentos inter-confessionais para a Igreja Católica.

“Oportunidade de uma pastoral ecumênica dos matrimônios mistos e da elaboração de um rito comum do casamento.

“Dioceses ou Regiões, onde for o caso, promovam também entendimentos com as direções de outras Igrejas ou Confissões Religiosas sobre uma pastoral conjunta dos casamentos mistos e sobre outras providências cabíveis’ (cfr. Normas complementares da CNBB de 1970, 1.2). Entre essas providências desejáveis, assinala-se a oportunidade de preparar um ritual ecumênico para a celebração do matrimônio misto, ao menos com aquelas Igrejas que mais se abrem

196 Publicado em CEDOC (Centro de Documentação da CNBB) 3, Nov. 1970. Petrópolis, Vozes. p. 625-626.

ao relacionamento ecumênico e se dispõem a caminhar em direção de uma unidade sempre mais estreita”¹⁹⁷.

O estudo não arredava pé da importância da educação católica dos filhos originados nos casamentos mistos, ponto pacífico dos católicos, que em tempos mais recentes alimentou o debate em documento do CONIC sobre os casamentos interconfessionais onde, pelo contrário, o tom de ressentimento com a posição católica é sentida.

A gestação do código de 1983 – confronto com o Código de 1917.

No dia 17/04/1964 foi criada uma comissão que deveria iniciar os trabalhos de revisão do código de Direito Canônico. Foi realizada uma ampla consulta a todas as conferências episcopais em busca de sugestões. Procurou-se o máximo de transparência nos debates e comunicações, abolindo-se o segredo absoluto que havia percorrido a preparação do CIC 1917, substituído por boletins regularmente publicados.

No caso das Igrejas Orientais, o papa Paulo VI instituiu a *Comissão Pontifícia para a revisão do código oriental* (10/06/1972). Mas como estabelecer um Código Canônico comum para as Igrejas de tradição latina, grega e demais comunidades ligadas a Roma? Para resolver esse impasse, desde a alocução do papa Paulo VI em 25/11/1965 foi criada uma comissão para preparar esse esquema ecumênico. Depois de emendado com base nas observações de cardeais da Comissão original, *Comissão Teológica Internacional e Congregação para a Doutrina da Fé* o esquema foi enviado no dia 10/02/1971 aos bispos do mundo inteiro para uma primeira apreciação.

Percebeu-se que a repulsa ao esquema era grande. O *Sínodo dos Bispos* de 1971 confirmou essa tendência, percebendo-se que mudanças radicais no esquema teriam de ser feitas. Assim em 1974 procedeu-se a revisão do esquema, só concluída em 1980. Nesse ano o papa João Paulo II pediu que se ampliasse a comissão de revisão para setenta e quatro peritos. Essa nova comissão foi oficialmente apresentada no início de 1981 juntamente com suas observações por escrito. Em reunião de Outubro do mesmo ano, decidiu-se encaminhar o Código revisado para apreciação do Papa, que o recebeu no dia 22/04/1982. Nesse momento foi decidido que, além da análise pessoal do papa,

197 CNBB. “Pastoral da família”, in: *Col. Estudos da CNBB, No. 20*. São Paulo, Paulinas, 1979. No. 131-135.

duas comissões, uma de peritos e outra de bispos aprofundasse os temas de discussão. No dia 25/01/1983 o novo Código foi promulgado através da *constituição apostólica Sacrae Disciplina Leges* para toda a Igreja Latina, o que denota o espírito tolerante e ecumênico que perpassou todo esse longo debate. No ano seguinte (02/02/1984) foi constituída uma comissão pontificia específica para a autêntica interpretação do Código.

É interessante apresentar os contrastes entre o CIC de 1983 e o de 1917, já que, apesar de sua promulgação e aplicação extrapolarem os limites de nossa tese, podemos perceber a reorientação sofrida pelos casamentos mistos a partir de 1970 e que aparecem no atual CIC. De um modo geral podemos dizer que os tópicos sobre o casamento estão entre as maiores mudanças canônicas ao aprofundar a compreensão acerca das finalidades do matrimônio; ao apontar a satisfação sexual, juntamente com a geração e a educação dos filhos, como fins em si mesmos do casamento. Como já tratamos no início deste texto dos pontos principais do CIC de 1983, vamos agora nos concentrar em estabelecer as diferenças entre os dois.

O manual utilizado por nós nesse trabalho de comparação foi o livro *Novo direito matrimonial canônico*¹⁹⁸, de D. Rafael Llano Cifuentes, bispo de Nova Friburgo, RJ. Especialista em Direito Canônico, espanhol de nascimento, porém há longos anos radicado no Brasil, onde desenvolve profundo trabalho de orientação as famílias sobre moral e sexualidade, além de desenvolver a capelania universitária na UFRJ. Logo de cara Cifuentes nos alerta para a tentação de implantar a estrita proibição dos casamentos mistos, em nome da defesa do espírito de comunidade e a manutenção da integridade da fé. Pelo contrário:

“(...) a falta de fé ou a existência de uma fé apenas larvada, imperfeita, misturada com outros credos ou não professada explicitamente, não representa um impedimento ou uma incapacidade para contrair matrimônio”¹⁹⁹.

Cifuentes nos apresenta o problema dos casamentos inter-confessionais em suas linhas mais gerais, lembrando que agora eles são casamentos válidos. Antes de comentarmos sobre as características dos matrimônios mistos, precisamos compreender o conceito de impedimento matrimonial:

“O c. 1073 do novo Código (...) assume uma posição concreta dizendo que ‘o impedimento dirimente torna a pessoa inábil

198 Rio de Janeiro - RJ, Marques Saraiva. 1988.

199 CIFUENTES, Rafael Llano. Op. Cit. p. 135.

para contrair matrimônio válido'. Portanto parece que define a natureza jurídica do impedimento como incapacidade subjetiva para contrair matrimônio" (...).

“No código atual (...) o conceito de impedimento ficou reduzido ao de impedimento dirimente, que torna o matrimônio ilícito e inválido. Já não existe na legislação canônica o impedimento impediante, que apenas torna o matrimônio ilícito”²⁰⁰.

Essa nova distinção facilitava a obtenção da dispensa pelos noivos que queriam celebrar casamentos mistos. Segundo Cifuentes o matrimônio misto caracterizaria um impedimento de incompatibilidade jurídica do mesmo nível dos impedimentos de parentesco e idade: “No Código atual só há impedimentos dirimentes. Portanto o impedimento de religião mista, que era impediante, deixa de ser impedimento como figura jurídica, mas continua sendo proibido”²⁰¹. De um modo geral, o autor aponta o pluralismo religioso e social, o ecumenismo e a liberdade religiosa como motivadores principais para as mudanças introduzidas no CIC 1983.

As mais recentes determinações da CNBB dividem as Igrejas de acordo com a validade do batismo: a) batizam, sem dúvida, validamente: Igrejas Orientais; *Igrejas vétero-católicas*; *Igreja Episcopal Anglicana do Brasil* e todas as Igrejas que formam parte da Comunhão Anglicana; *Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil* (IECLB); *Igreja Evangélica Luterana do Brasil* (IELB); *Igreja Metodista*. b) quando o fazem, batizam validamente: Igrejas presbiterianas; Igrejas batistas; Igrejas congregacionais; Igrejas adventistas; a maioria das Igrejas pentecostais; *Exército de Salvação*. c) Igrejas cujo batismo se pode duvidar: Igrejas pentecostais que utilizam a fórmula ‘eu te batizo em nome do Senhor Jesus’, como a *Igreja Pentecostal Unida do Brasil* ou a *Congregação Cristã no Brasil*; ‘Igrejas Brasileiras’ derivadas da *Igreja Católica Apostólica Brasileira* (ICAB). d) Igrejas que com certeza batizam invalidamente: *Mórmons*; *Testemunhas de Jeová*; *Ciência Cristã*; *Umbanda*²⁰². A eventual conversão do cônjuge não católico cessa automaticamente o processo de mixta matrimonia.

Por fim, vamos abordar a questão do casamento inter-confessional, conforme a abordagem do *CONIC* (*Conselho Nacional de Igrejas Cristãs*) aperfeiçoando

200 CIFUENTES, Rafael Llano. Op. Cit. p. 201-202.

201 CIFUENTES, Rafael Llano. Op. Cit. p. 234-235.

202 Para mais informações, verbete “Batismo”, in: *CNBB. Guia ecumênico. Col. Estudos da CNBB 21*. São Paulo, Paulus. 2003. 3ª Edição.

documento anterior, de 1984. As principais mudanças notadas na versão de 1984 e a de 2007 referem-se a prática dos casamentos, o que comprova aumento no seu número. A preocupação maior ainda é a educação dos filhos e o risco da confusão entre formas de celebração dos casamentos e de inter-comunhão (*communicatio in sacris*). Para os redatores do documento, a barreira confessional deveria ser ultrapassada em nome de algo maior, a atração mútua:

“Devemos afirmar, em primeiro lugar, que alguns aspectos positivos dessa situação [casamentos inter-confessionais] são inegáveis. Assim, constatamos um respeito mais profundo pela fé do parceiro no casamento. Por razões que nem sempre pareciam claras, um dos cônjuges do matrimônio interconfessional era obrigado a ‘virar de religião’. Às vezes, era a mulher que sofria as imposições do marido; às vezes, a família mais fechada ao diálogo prevalecia sobre a de mentalidade mais aberta. Hoje, compreendemos que uma mudança de adscrição confessional não pode ser fruto de conveniências sociais e que só se justifica por um convencimento pessoal e profundo. A fé não brota de imposições externas; ela é fruto de uma resposta livre ao chamado de Deus”.

“Além disso, a convivência, no mesmo lar, de cristãos de diversas confissões pode ser a base para o conhecimento mútuo maior e, em muitos casos, para um respeito mais profundo da fé e da prática religiosa do outro cônjuge. Preconceitos e falsas concepções ruem mais facilmente na convivência cotidiana do que no esporádico e superficial. Nesse sentido, podemos afirmar que os casais interconfessionais podem ser uma verdadeira escola de ecumenismo prático. O desejo de unidade entre os cristãos brota espontaneamente em seu seio, e o caráter dramático da separação entre os que invocam o mesmo Cristo se torna experiência vivida no dia-a-dia”.

“Não podemos silenciar, porém, as dificuldades que também derivam da multiplicação dos matrimônios interconfessionais. Não é raro encontrar, nestes lares, um menor senso de identificação confessional; não precisamente por um progresso para unidade

autêntica em Cristo, mas pela descaracterização da fé de cada um dos parceiros. É até frequente que certo indiferentismo, ou pelo menos uma diminuição do fervor de ambos os cônjuges, seja constatado nessas uniões. E esse indiferentismo atinge também, numa porcentagem significativa, os filhos desses casais interconfessionais”²⁰³.

Nesse longo trecho, a declaração apresenta três constatações: a oposição de uma ou de ambas as famílias pode ser um grave empecilho ao casamento interconfessional. O casamento pode servir para fortalecer a identidade religiosa de cada um dos esposos, mas também acirrar a separação e a desunião. Além desses problemas, a declaração lembra que as Igrejas divergem também com relação ao próprio conceito de casamento, o que diretamente vai interferir no tramite desses casamentos. A declaração primeiramente lembra os pontos de entendimento entre as denominações, para depois inserir as questões de divergência: “A doutrina exposta pode, pois, ser considerada comum a todas as nossas Igrejas. As divergências doutrinárias ulteriores não anulam essa concordância”²⁰⁴.

Um ponto de relevo na declaração é a constatação de que os acordos devem levar em conta o papel da Igreja Católica, que insiste na indissolubilidade do casamento. A declaração lembra também que há a tendência atual em facilitar a anulação dos casamentos católicos, o que permite uma nova celebração matrimonial. A declaração apresenta quatro dificuldades para a plena compreensão do casamento nos matrimônios inter-confessionais: casamentos onde nenhum dos noivos é cristão praticante, mas que pedem a cerimônia religiosa por motivos de conveniência social; casamentos onde um dos noivos é praticante e o outro indiferente ou não praticante; casamentos onde ambos os noivos são praticantes; e por fim casamentos onde haja a consciência sobre a educação religiosa dos filhos. Mais que apontar eventuais falhas, a declaração procura conscientizar os casais sobre a seriedade do casamento, seja ele inter-confessional ou não:

“A tomada de consciência das dificuldades apontadas não significa que não possam ser superadas. O que não se pode admitir é

203 CONIC. *Os casamentos interconfessionais – uma visão teológica – pastoral*. São Paulo, Paulinas. 2007. p. 7-9.

204 CONIC. *Op. Cit.* p. 10.

que os matrimônios interconfessionais sejam contraídos na inconsciência dos possíveis problemas futuros”²⁰⁵.

A declaração lembra que a questão da educação dos filhos não deve ser planejada para depois do nascimento, mas já a partir da decisão do casamento. Um detalhe interessante é a parte final do parágrafo onde a declaração lembra que a decisão da educação religiosa dos filhos é do casal e de mais ninguém. Aqui padres e pastores devem aconselhar e exortar, não proibir ou impor a sua vontade. Nesse ponto o CONIC concorda com as decisões do magistério católico sobre a natureza e características do matrimônio. O documento fecha suas considerações admitindo sua precariedade devido as posições das Igrejas membros:

“(…) a legislação católico-romana levanta sérias objeções da parte das outras Igrejas cristãs. No documento católico-luterano-reformado, citado no item dois, aparece um desejo de que essa legislação seja modificada, no sentido da norma da Igreja Metodista que acabamos de transcrever. Enquanto isso não acontecer, é possível, como fizemos, tentar uma interpretação da lei em vigor, guiada por um espírito ecumênico e que vá, com compreensão e caridade, ao encontro dos problemas concretos do casal”²⁰⁶.

A declaração fecha suas considerações teológicas polemizando com a preocupação dos católicos em educar os filhos nascidos de casais interconfessionais no catolicismo. Para os autores da declaração, essa proibição é excessiva, cabendo aos noivos, após profunda reflexão, decidir pela educação, tenham assinado o juramento ou não.

Na parte final do presente capítulo vamos recapitular rapidamente os passos no diálogo católico-luterano no período por nós estudado, elemento importante para entendermos a mudança de postura entre as Igrejas escolhidas por nós para análises.

Breve relato da evolução do diálogo católico-luterano

205 CONIC. Op. Cit. p. 16.

206 CONIC. Op. Cit. p. 22.

Aqui queremos brevemente mostrar as origens desse relacionamento entre católicos e luteranos. Para isso é preciso remontar até a *Reforma Luterana* e descobrir os motivos que levaram Lutero a iniciar esse movimento que mudou os destinos espirituais do ocidente. A questão que atormentou o monge agostiniano foi a questão da salvação da humanidade e do homem:

“O problema da salvação se torna portanto sua grande angústia. Como escreve Lucien Febvre, ‘o que importa a Lutero, de 1505 a 1515, não é a reforma da Igreja. É Lutero, a alma de Lutero, a salvação de Lutero. Apenas isso’²⁰⁷.

Lutero não encontrava uma saída para a situação pecaminosa dos homens, esmagados, segundo ele, pela Justiça de Deus. A solução de Lutero teve um sabor francamente otimista: a bondade de Deus, que distribui a sua Graça para todos aqueles que o pedirem. É o que costuma ser definido como *Doutrina da Justificação pela Fé*:

“Em vez de persistir em vão e de fatigar a sua vontade fraca, o cristão que se deixe levar simplesmente, com uma indizível mistura de alegria e de terror, apenas pela ação poderosa de uma vontade sobrenatural, infinitamente santa e verdadeiramente regeneradora; o pecador, que, desesperando totalmente de si e das suas obras, não se esgotaria mais a tentar fugir do Inferno, mas acabaria por aceitá-lo, como mil vezes merecido, e em vez de combater para se tornar vencedor, refugiar-se-ia ‘debaixo das asas da galinha’, implorando à plenitude divina o dom daquilo que lhe falta, não conheceria esse, finalmente, a paz e a consolação?’²⁰⁸.

Assim, compreendemos noções como a inutilidade das boas obras, das indulgências e da presença dos clérigos nos serviços religiosos – por serem segundo Lutero obstáculos entre o fiel e seu Deus - além da valorização da Sagrada Escritura como única fonte da Revelação Divina e da Salvação. Lemos na *Confissão de Augsburgo*²⁰⁹, documento que cristalizou a doutrina evangélica luterana:

207 DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo. Editora Livraria Pioneira. 1989. p.86.

208 FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero: um destino*. Trad. Maria Elisabeth Cabral. Lisboa, Portugal. Livraria Bertrand. 1976. p. 55.

209 A confissão é apontada por muitos especialistas o marco do nascimento oficial da Igreja Luterana, pois cristalizou as posições doutrinárias do que hoje, genericamente, denominamos protestantismo. Em sua redação nota-se a influência de Melancton, humanista e principal colaborador de Lutero.

“VII. DA IGREJA”

“Ensinam que a única Igreja permanecerá para sempre. Esta Igreja é a congregação dos santos na qual o Evangelho é corretamente ensinado e os sacramentos são corretamente administrados”.

“E para essa verdadeira unidade da Igreja basta ter unidade de fé com referência ao ensino do Evangelho e à administração dos sacramentos. Não é necessário que em toda parte haja a mesma tradição de homens ou os mesmos ritos e cerimônias feitas pelos homens...”²¹⁰.

Em Augsburg os luteranos procuraram deixar claro que discordavam da uniformidade católica em torno de um único chefe (o Papa), entre outros pontos como a existência de apenas dois sacramentos (a Santa Ceia e o batismo), e a Bíblia como única fonte da revelação divina.

Vejamos, em um velho hinário luterano, como essas divergências se cristalizaram e chegaram aos luteranos de meados do séc. XX no Brasil:

“O CULTO PRINCIPAL [do católico] é a missa. O sacerdote está vestido pomposamente, dirigindo-se, a maior parte, ao altar. O que ele diz, apenas se ouve. Também não se compreenderia, pois ele fala latim. Mediante determinadas palavras a hóstia, nas mãos do sacerdote consagrado, se transforma no corpo de Cristo, e Cristo, diante de Deus, é sacrificado pela comunidade. Repete-se o sacrifício na cruz de Gólgota”. (...).

BEM DIFERENTE É A NOSSA FÉ EVANGÉLICA

“Também na Igreja Evangélica, a substância e a doutrina da Igreja lhe deram a sua forma exterior. Uma igreja evangélica é o singelo lugar para as reuniões da comunidade. Sobre o altar acha-se a cruz indicando que a morte do Redentor nos dá o acesso a Deus. No altar está deitada a Bíblia. Pois, na palavra de Deus baseia-se a nossa

210 “Confissão de Augsburg (1530). *Corpus reformatorum*, XXVI, 263 ss”. In: BETTENSON, Henry. *Documentos da Igreja Cristã*. Trad.: Helmuth Alfredo Simon. Revisão: Gerson Correia de Lacerda. São Paulo, ASTE. 2001. 4ª Edição. P. 318.

fê. Por sua palavra Deus quer falar conosco. Em lugar do sacrifício da missa no altar, temos a prédica no púlpito. Aí nos é pregada a palavra de Deus em nossa língua, e para nosso tempo. A comunidade, em suas mãos, não tem o rosário, mas o hinário. Pois quer, com o seu cantar, responder à palavra de Deus”²¹¹.

Infelizmente o documento não tem data, mas podemos perceber que foi escrito antes de 1965, já que faz referencia a liturgia católica anterior ao Concilio Vaticano II e que foi abolida. O autor do Hinário queria demonstrar que o cristianismo evangélico era o verdadeiro por estar munido de austeridade litúrgica e baseado na Bíblia Sagrada, ou seja, é uma direta referencia a doutrina da *Sola scriptura* (apenas a Bíblia) de Lutero. Em um livro de orações mais recente, que tratava do proselitismo luterano, lemos o seguinte:

“PELA DIVULGAÇÃO DO EVANGELHO”.

“Senhor e Salvador de todos os homens. Conheces as multidões humanas que, afastadas de Tua comunidade, trilham seus próprios caminhos, sem viva esperança, indo de encontro à morte eterna. Rogamos-Te por todos os pregadores e missionários de Teu Evangelho: queiras provê-los de força e alegria e abençoar seu trabalho com fruto abundante. Ajuda-nos que, cada um em seu lugar, sejamos testemunhas de Teu amor. Ensina-nos a viver de acordo com Tua vontade, para que por nós muitos sejam conduzidos a Ti e assim sejamos obreiros úteis em Tua seara, para louvor de Tua glória no derradeiro dia. Amém”.

(1 Timóteo 2, 4 -6)²¹²

Notemos que o autor da brochura chama os evangélicos luteranos à missão aos não cristãos, demonstrando suas claras implicações conversionistas. Mas também

211 Sínodo Rio-grandense. *Livro de doutrina*. Porto Alegre – São Leopoldo, Ed. Metrópole S. A. s/d. 19ª edição . p. 139-140.

212 *Orações*. Ed. Sinodal. 1976. 5ª edição. p. 74. O trecho do evangelho citado é o seguinte: “Que quer que todos os homens se salvem, e venham ao conhecimento da verdade. Porque há um só Deus, e um só Mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo homem. O qual se deu a si mesmo em preço de redenção por todos, para servir de testemunho a seu tempo”.

conseguimos no mesmo documento localizar passagens de um sabor mais tolerante, defendendo a unidade de todos os luteranos em torno de sua Igreja, e a dos cristãos:

“Senhor, nosso Deus, que buscas os perdidos, reúnes os dispersos e os guardas, unidos, pedimos-Te: Realiza sempre mais a unidade de fé em Tua Igreja, para que, obedientes à Tua verdade, vivamos em comunhão, nos sirvamos uns aos outros e, unânimes, confessemos e louvemos Teu nome. Reúne Teu povo de todos os recantos da terra. Senhor, desejamos que todos sejam um, os que escolheste para a comunidade de Teu Filho Jesus Cristo. Desperta em nossos corações o desejo ardente pela comunhão da fé e do amor fraternal. Une toda a Tua cristandade. Rompe as paredes que nos separam e reprime os que promovem discórdia. Senhor, nós Te rogamos: Venha o dia em que haverá um só rebanho e um só pastor. Venha o Teu reino. Amém. (João 17)”²¹³

Os trechos acima citados mostram que ao longo dos séculos houve uma evolução na consciência luterana sobre seu relacionamento com os demais cristãos. Desde os inícios do século XX, mas principalmente a partir do Vaticano II começaram a se desenvolver iniciativas favoráveis a maiores entendimentos entre luteranos e católicos através dos chamados *diálogos bilaterais* entre as duas denominações. Nos primeiros documentos, datados de meados dos anos sessenta, ainda transparecia a novidade e o assombro perante o choque da modernidade²¹⁴. Isso dentro de uma etapa preliminar, quando a única preocupação era preparar o terreno para futuros entendimentos. A partir do reconhecimento de um denominador comum, pode-se começar a mapear os pontos de conciliação já existentes para, a partir daí, reconhecer as grandes diferenças. Reconhecer as diferenças, ressaltar a própria unidade como Igreja é uma atitude fundamental em busca do diálogo, mas apenas prepara o terreno para a busca de meios para superar as diferenças, tema para as etapas seguintes dos diálogos bilaterais e núcleo duro de discussões.

213 *Orações*. Ed. Sinodal. 1976. 5ª edição. p. 77.

214 “The development of the natural sciences compels us to see the traditional problems in a new setting. The expanded knowledge of the universe today, the growing secularization of the modern world, and the difficulties of faith in God for contemporary man put the anthropological problem in an acute new way”, in: April 13-15, 1966 - Strasbourg, France. Further study on projected dialogue; establishment of Roman Catholic - Lutheran Working Group - [JOINT REPORT](#). *First Official Report of the Joint Working Group between the Roman Catholic Church and the Lutheran World Federation*. No. 5.

Em 1972 surgiu um primeiro grande documento, o *Relatório de Malta*, que representou um avanço no relacionamento entre católicos e luteranos por apresentar diversas afinidades entre as duas Igrejas, que até aquele momento não se admitiam oficialmente. O documento mostrava que o diálogo somente se tornou possível depois da abertura católica ao ecumenismo:

“In evaluating the present report it is important to recognize that it was not the task of the study commission to deal with the theological controversies of the 16th century as such; rather the commission was to examine once again the confessional differences in the light of contemporary biblical theology and church history as well as of perspectives opened up by the Second Vatican Council”²¹⁵.

Partindo desse primeiro ponto, o documento passa a arrolar uma série de problemas que atravancam o diálogo entre católicos e luteranos, como a diferente terminologia utilizada pelas Igrejas (No. 11). As diferenças aparecem quando contrapomos as maneiras de apresentar a doutrina com relação a sacramentos, concepções de Deus, autoridade dentro da Igreja. Mas mesmo assim, para os redatores do documento, essas polêmicas já não caberiam mais, mesmo em se tratando da questão central de reconhecer apenas a Bíblia como fonte da revelação divina:

“Not only have there been changes in the historical situation in which these arose, but also theological methods and ways of stating questions have been profoundly altered by modern biblical and historical research. A new view of the confessional differences has developed. Therefore the question of the gospel must be raised anew from the perspective of contemporary theology and ecclesiology”²¹⁶.

O documento ressalta a importância da Tradição como meio para conhecermos a Revelação de Deus. Tradicionalmente os protestantes negam o valor da Tradição, argumentando que é uma característica católica atribuir parte fundamental da mensagem de salvação a ensinamentos que se encontram fora da Bíblia. A partir do momento em que o documento reconhece que o Evangelho é oriundo de uma tradição oral, nascida

215 Report of the Joint Lutheran - Roman Catholic Study Commission on "The Gospel and the Church" 1972 ("Malta Report"), No. 07.

216 Report of the Joint Lutheran - Roman Catholic Study Commission on "The Gospel and the Church" 1972 ("Malta Report"), No. 16.

fora da Bíblia e posteriormente inserida na Bíblia, esse ponto de discussão deixa de existir, desaparecendo o conceito da Bíblia como única fonte de mensagem de salvação (*Sola scriptura*). Na sua parte final o documento trata das questões da intercomunhão e do casamento interconfessional:

“At present it should already be recommended that the church authorities, on the basis of what is already shared in faith and sacrament and as sign and anticipation of the promised and hoped for unity, make possible occasional acts of intercommunion as, for example, during ecumenical events or in the pastoral care of those involved in mixed marriages. Unclarity concerning a common doctrine of the ministerial office still makes for difficulties in reciprocal intercommunion agreements. However, the realization of Eucharistic fellowship should not depend exclusively on full recognition of the offices of the ministry”²¹⁷.

O Relatório de Malta incentivava a prática da intercomunhão, tendo em vista a maior promoção do ecumenismo. O antigo Diretório Ecumênico (1967-1970) mantinha a questão em aberto ao dizer que a caridade recomendava e o zelo pastoral condenava. Dos anos setenta do século XX até o nosso tempo pouco se avançou neste sentido, já que a intercomunhão continua sendo uma prática proibida pela Ig. Católica.

Dentro da periodização de nossa pesquisa localizamos outro documento nascido da comissão bilateral, que tratava exclusivamente dos casamentos interconfessionais com o título *The Theology of Marriage and the Problems of Mixed Marriages*. Aqui a comissão bilateral selecionou três problemas acerca dos casamentos interconfessionais:

“(a) Satisfactory agreements on a regional level are often made more difficult by factors dependent on local conditions - such as ecclesiastical minority situations, lack of ecumenical stimuli and of the opportunities of dialogue - ; they may be promoted by exchange and consultation on a world-wide level”.

217 Report of the Joint Lutheran - Roman Catholic Study Commission on "The Gospel and the Church" 1972 ("Malta Report"), No. 73.

“(b) The problem of interconfessional marriages is fundamentally and ultimately due to the differences in the theological understanding of marriage. These theological questions are equally valid throughout the world and have thus a universal character”.

“(c) The endeavor to reach a common understanding between the Roman Catholic Church and the Churches of the Reformation ought to make a helpful contribution to the overcoming of the world-wide crisis with regard to the understanding and the function of marriage”²¹⁸.

Os redatores lembraram que a instituição casamento sofre pressões do mundo moderno. O envolvimento de pessoas de denominações diversas ganhava uma nova dimensão, esbarrando em diferentes concepções de casamento. Os redatores reconheciam a falta de uma profunda concepção sobre o casamento e se contentavam em sinalizar normas de conduta a serem seguidas por ambas as denominações (No. 12-13). As diferentes concepções doutrinárias sobre o papel do casamento eram (e ainda são) obstáculo na busca da unidade. Em passagem particularmente profunda do documento, onde se discutia o conceito de Graça e sua relação com Casamento, lemos o seguinte:

“(...) the biblical term ‘Covenant’ truly characterizes the mystery of marriage. It is this Covenant that the Catholic Church calls a sacrament. The Reformation Churches prefer not to employ this term chiefly because of their definition of what a sacrament is, because of the special character of marriage in relation to the sacraments of baptism and Eucharist, and finally because of the controversies and misunderstandings of the past. We believe, however, that in the light of our different mentalities and historical situations, we can have a view of marriage which is in a profound sense a common one”²¹⁹.

218 April 25 - May 2, 1976 - Venice, Italy. "Review of the Work of the Commission and the Final Report" - [FINAL REPORT: The Theology of Marriage and the Problems of Mixed Marriages](#). 1976. p. 03-04.

219 April 25 - May 2, 1976 - Venice, Italy. "Review of the Work of the Commission and the Final Report" - [FINAL REPORT: The Theology of Marriage and the Problems of Mixed Marriages](#). 1976. No. 17-18.

O documento, apesar de reconhecer as enormes dificuldades que essas diferentes visões sobre o casamento produzem, mantinha o otimismo ao insistir que essas diferenças não devem desanimar a busca por entendimentos entre os casais e entre suas Igrejas. O documento tecia críticas ao catolicismo por insistir em condenar os divórcios e em interditar a frequência aos sacramentos àqueles que insistirem em manter segundas uniões. Mas também descobria concordâncias com a abordagem católica:

“(...) we all need to answer a question which should exclude the possibility of any complacency: how are we serving, and do we truly serve, or do we serve as much as we should, the truth of Christian marriage through our different practical approaches to this matter, above all at a time when this spiritual service, both in regard to marriage and to love, is more than ever necessary in society?”.

“And so we are led to Him whom we have never ceased to discover at the heart and source of Christian marriage: the Christ whose mystery of life and salvation we want to make shine out among us: something we are never completely certain that we are doing, but also never give up hope of doing. It is in any case this desire which should inspire the attitude we have to adopt toward mixed marriages, without minimizing or overstating either our points of agreement or our points of dissent”²²⁰.

O documento reverenciava a atitude católica de sacramentalizar o casamento, privando-o de vulgarizá-lo. Mas por outro lado, criticava a posição católica por ser um posicionamento cristalizado, impedindo qualquer possibilidade de desquite. A comissão já percebia que apesar dos inegáveis avanços atingidos sobre o casamento interconfessional o abismo entre o acordo entre teólogos e lideranças pouco ou nada mudaria na vida dos fiéis. A partir deste ponto, o documento tratava dos aspectos práticos dos casamentos interconfessionais, divididos em três pontos básicos: o cuidado com as crianças, os adolescentes, e orientação para os noivos, sendo que estes últimos terão maiores cuidados de nossa parte, já que pelas atas de casamento por nós analisadas não é possível mensurar os cuidados com as crianças e adolescentes. Num parágrafo

220 April 25 - May 2, 1976 - Venice, Italy. "Review of the Work of the Commission and the Final Report" - [FINAL REPORT](#): *The Theology of Marriage and the Problems of Mixed Marriages*. 1976. No. 42-45.

particularmente longo a comissão refletia sobre desdobramentos positivos dos casamentos mistos:

“(62) The Commission has been heartened by the new insights which have come to it through its work together and which hold out to it the hope of even greater understanding of the nature of marriage under the Lordship of Christ. It is the hope of the Commission that through its work this gift of understanding may be reflected day by day in the Churches’ pastoral care of the People of God. The Commission also hopes that through the common work of the pastors of the various Churches, the Churches themselves may be brought into a closer fellowship with one another. As the Churches make joint provision for training their pastors, as pastors work together across denominational lines in the case of particular couples and particular families who are involved in mixed marriages, it may be that these instances can point us towards oneness which is God’s will for his Church. Already little ecumenical groups are emerging in places where pastors are discovering that they are already one in understanding the sacramental and life-long character of marriage and one in the call they have from God to minister to his people as they attempt to live out their lives under his Lordship. It may be that the consequences of our work as a commission may bring healing to individuals and families but may also seem in some measure to bring our Churches into a unity that is visible to the world”²²¹.

O documento nos lembra que os desdobramentos do casamento misto não terminavam após a cerimônia matrimonial, mas seguiam ao longo da vida, em particular com relação à educação dos filhos, desde a infância e adolescência até o momento em que os filhos decidem sair de casa e casar. O documento procurava driblar a questão da educação religiosa dos filhos falando sobre respeito e tolerância acerca da liberdade dos pais e o livre arbítrio dos filhos na escolha de sua religião. Nas partes finais apareceram comentários dos especialistas luteranos que participaram da redação do documento:

221 April 25 - May 2, 1976 - Venice, Italy. "Review of the Work of the Commission and the Final Report" - [FINAL REPORT](#): *The Theology of Marriage and the Problems of Mixed Marriages*. 1976. No. 54-62.

“(93) Against this historical background the Lutheran and Reformed Churches welcome the changes in the legal norms which have taken place in recent years and which are expressed in *Matrimonia Mixta*; and they appreciate the intention of the Catholic Church to seek the Christian good of the whole family. The Lutheran and Reformed Churches recognize further that the legal norms seek to express a pastoral concern and that they have their roots in underlying theological convictions regarding such topics as the nature of the Church and of divine revelation”.

“(94) It is necessary, however, to affirm that the legal norms continue to create problems especially in connection with the provisions concerning the promises and the canonical form. We must raise the question whether especially at these two points the legal norms do not hinder a fully ecumenical solution to the problem of mixed marriages. In other words, in view of the undoubted intention of the Catholic Church to seek the Christian good of the whole marriage and in view of the pastoral concern behind the Canon Law we would ask whether that pastoral concern is fully and adequately expressed by the legal norms. It is significant to note that the conversations on marriage between Anglicans and Catholics found difficulties at the same points and we venture to suggest that the question may be raised whether the degree of consensus which our own dialogue has achieved does not justify some modification of the legal norms”²²².

Como podemos ver, para o especialista luterano a visão católica do casamento como sacramento é o *nó górdio* que ainda separa visivelmente as denominações cristãs. A necessidade de educar os filhos no catolicismo, a proibição do divórcio, a necessidade de dispensa para os casamentos de misto matrimônio são desafios para o movimento ecumênico e para todas as pessoas envolvidas no processo dos casamentos mistos ou interconfessionais. E para os católicos em São Paulo – SP, filhos ou netos de italianos,

222 April 25 - May 2, 1976 - Venice, Italy. "Review of the Work of the Commission and the Final Report" - [FINAL REPORT](#): *The Theology of Marriage and the Problems of Mixed Marriages*. 1976. No. 93-94.

portugueses, espanhóis; e luteranos das serras gaúchas, catarinenses, do interior do Paraná (fronteira com Argentina e Paraguai) o drama não foi menor.

Capítulo 2
O imigrante alemão no
Brasil:
imaginário e adaptação

O imigrante alemão no Brasil: imaginário e adaptação

Neste capítulo vamos tratar do choque entre o imaginário do imigrante alemão, a realidade por ele encontrada e o lento trabalho de adaptação ao Brasil.

Boa parte dos problemas encontrados pelos imigrantes alemães extrapolaram o meio onde eles viveram.

Em primeiro lugar é preciso lembrar que durante todo o período colonial havia uma proibição sobre a presença, culto e o apostolado dos protestantes. Famoso foi o episódio ocorrido em inícios do séc. XIX com o naturalista Alexander Von Humboldt que, ao realizar seu famoso giro pela América do Sul foi impedido pelas autoridades portuguesas de visitar o Brasil por ser luterano. Somente com a vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil (1808) e a subsequente Abertura dos Portos às nações amigas (1810) é que passaria a ser tolerada a presença de não católicos no Brasil, com ressalvas.

Em um segundo plano a vinda dos alemães ao Brasil fazia eco de uma preocupação das elites brasileiras a partir da Independência do Brasil de europeizar o povo, embranquecê-lo e educá-lo, torná-lo letrado e refinado. Para isso era preciso liberalizar as relações de trabalho, combater a escravidão, além de iniciar toda uma campanha imigrantista e abolicionista. Neste aspecto a contribuição de diversos pensadores brasileiros e cronistas estrangeiros, os chamados Viajantes, ao condenar a escravidão, fora fundamental.

Por fim, esses polemistas tinham que destacar a Alemanha como a fonte mais importante de mão de obra européia para o Brasil, e batalhar pela aceitação das religiões cristãs não católicas no Império Brasileiro, o que perdurou ao longo do séc. XIX até a Proclamação da República (1889)²²³.

Agora é preciso tratar do imaginário do imigrante no Brasil, já que a IECLB possui a peculiaridade de ser simultaneamente uma Igreja de luteranos e de imigrantes

223 Para mais informações, recomendo: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco – o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987; BASTIAN, Jean Pierre (compilador). *Protestantes, liberais y francmasones – sociedades de ideas y modernidad en América latina, siglo XIX*. México, México D. F. CEHILA-Fondo de Cultura Económica. 1990; REILY, Duncan Alexander. *Historia documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo, ASTE. 2003. 3ª edição.

alemães. Falaremos de casamento dentro da perspectiva do imigrante alemão, além de nos debruçarmos sobre as peculiaridades dos imigrantes no Brasil: suas dificuldades, alegrias, tristezas, conquistas, a história familiar de muitos de nós. E essa história passa pelo cotidiano, pelas relações tramadas no dia a dia:

“(…) religião, língua e comida - não são veículos de um circuito doméstico fechado. Eles fazem parte da interação entre o mundo da casa e uma esfera de socialização mais ampla, incidindo com maior amplitude em um ou em outro, de acordo com sua natureza, as circunstâncias e o correr do tempo. Em regra, a religião constitui um fator que tende a demarcar fronteiras, enquanto a comida revela uma tendência oposta”²²⁴.

O casamento seria um fato interno da vida das famílias, já as festas com (muita) comida seriam o momento de exteriorização das famílias, com vistas a socialização. Essa prática, aplicada em um país onde a norma é a *cordialidade* nas atividades humanas explica o porquê da difusão de pratos típicos e estrangeirados na mesa de boa parte dos brasileiros. Devemos lembrar que o casamento é um dos atos mais públicos da vida privada dos casais e de suas famílias: todas as pessoas estão vendo e participando da festa. Aqui lembro o costume nipônico do *Miai*, onde os pais dos noivos escolhiam o cônjuge através de fotografias, combinavam a data do casório e tudo o mais. Muitas vezes o esposo (a) vinha diretamente do Japão para se casar. Segundo me consta, os judeus também mantêm esse costume:

“Essa publicização de um ato privado simboliza ‘uma alteração irreversível da situação social do casal que, proveniente de duas famílias ou de dois ramos da família, une-se para formar uma terceira. Em grande parte, o casamento está mais ligado à passagem da moça donzela a esposa e anjo tutelar de nova linhagem’. A performance que subjaz ao rito matrimonial, salvo pequenos aspectos litúrgicos e lingüísticos, é comum às diferentes comunidades religiosas que se instalaram no Brasil e se apresentava amplamente codificada: a

224 FAUSTO, Boris. “Imigração: cortes e continuidades”, in: *Col. História da vida privada no Brasil. Vol. 04*. São Paulo, Cia das Letras. 2000. p. 13-62. p. 37.

composição e a ordem do cortejo, a indumentária dos noivos, os gestos do ‘sim’, a troca de alianças”²²⁵.

Mas o casamento religioso dos imigrantes não obedecia completamente a ordem da sociedade ou religião dominante. Aqui é preciso fazer algumas distinções: no caso de imigrantes oriundos de países de maioria católica, como portugueses, espanhóis, italianos, a estranheza era causada pela maneira diversa de celebrar ritos, orações, além da barreira lingüística, mas se sabia que o fundo doutrinal das cerimônias era o mesmo.

No caso de alemães, sírio-libaneses, japoneses, a diferença de religião já se colocava como divisor de águas, respectivamente as denominações luterana, ortodoxa grega, ou mesmo de religiões não cristãs, como a muçulmana, budista e xintoísta. Não apenas com relação ao casamento, mas a própria dinâmica da vida desses imigrantes é diferente. Por exemplo, o fato dos muçulmanos descansarem às sextas feiras, judeus aos sábados, e os cristãos aos domingos, obrigam os moradores dos bairros onde essas comunidades estão instaladas a se amoldarem a esses ritmos. O mesmo deve ser dito de festas ou feriados religiosos, como por exemplo, *Hanucá e Yom Kippur*, para os judeus, ou o *Tanabata Matsuri*, no caso dos japoneses, ou mesmo o período do *Hamadã* para os muçulmanos. Para o imigrante recém chegado, o novo país mostrava-se como uma terra de oportunidades e desafios:

“Esse mundo imaginário de um Brasil afável, gentil, onde tudo se multiplicava à larga, permeou parte do campo europeu do século XIX. Algumas máximas foram constantes nessas canções, como a de uma natureza luxuriante e benfazeja, da qual seria possível extrair alimentos à vontade, a dicotomia entre ricos e pobres e, finalmente, a idéia de que seria fácil enriquecer. É evidente que tais canções nada mais eram do que a expressão do modo como viviam os homens e mulheres que as entoavam. É também claro que durante o período emigratório os agenciadores de mão-de-obra promoveram a multiplicação dessas imagens, mas não foram seus criadores. O ideário da abundância dos trópicos introduzido na Europa pelos

225 SCHAPOCHNIK, Nelson. “Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade”, in: *Col. História da vida privada no Brasil. Vol. 03*. São Paulo, Cia das Letras. 1999. p. 423-512. p. 475.

inúmeros relatos de descobridores e viajantes a partir do século XVI fizera escola”²²⁶.

Os primeiros imigrantes fixaram-se no campo, onde essa imagem idílica do Brasil desaparecia diante da hostilidade do novo mundo: maus tratos infligidos pelos patrões, isolamento geográfico, dificuldade de comunicação com os brasileiros, fome, doenças. Não deve nos impressionar o fato do imigrante, após um primeiro momento de vivência no campo, rumar para as cidades, em busca de melhores condições de vida para si e para sua família. Histórias de imigrantes que percorriam esse itinerário são numerosas, e as histórias de sucesso mais ainda. Os norte-americanos tem uma expressão peculiar para esse fenômeno: *Self made man* ou *Self made America*. Claro que não se leva em conta a rede de contatos dessas comunidades que existiam justamente para servir de amortecedores a essas situações limite:

“Nas cidades, ainda, o mundo privado permaneceu por algum tempo como uma extensão do trabalho familiar, à semelhança do campo, evidentemente com características bastante diversas, pois não mais se trabalhava para a melhoria econômica da família, e sim para um patrão. Entretanto, era usual nas indústrias as operárias empregarem-se e logo em seguida conseguirem trabalho para seus filhos, podendo assim exercer atividades conjuntas. O mesmo ocorria no terciário, no qual a rede de parentesco em algumas atividades era norma. (...)”²²⁷.

Quando se acusam certas comunidades maldosamente de ladras, fechadas, etc., como as comunidades judaicas ou italianas, em particular eram pejorativamente apelidadas de *Carcamanas*, daquele que “carcavam” a mão na balança para roubar, não se queria ver que nada mais ocorreu do que o acionamento dessas redes de contatos. A partir da Segunda Guerra mundial, a diversificação de atividades no Brasil passou a beneficiar os estrangeiros fixados no Brasil com bons empregos. Mas seriam seus descendentes que colheriam os plenos benefícios desse processo:

“O imigrante, italiano, sírio, libanês, espanhol, japonês, judeu etc., não poderia deixar de ser o grande vencedor desta luta selvagem

226 ALVIM, Zuleica. “Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo”, in: *Col. História da vida privada no Brasil. Vol. 03*. São Paulo, Cia das Letras. 1999. p. 215-288. p. 219.

227 ALVIM, Zuleica. Op. Cit. p. 286.

pelas novas posições sociais que a industrialização e a urbanização iam criando. O dono do pequeno negócio, até o mascate, torna-se médio ou grande empresário, na indústria, no comércio, nos serviços em geral. Muitos dos que já eram trabalhadores especializados convertem-se em donos de pequenas empresas. Pais e mães ficam orgulhosos com seus filhos ‘formados’, médicos, dentistas, engenheiros, jornalistas, advogados, economistas, administradores de empresa, publicitários etc., e acompanham suas carreiras, muitas delas meteóricas, como funcionário de empresa ou profissional liberal”²²⁸.

O imaginário do imigrante alemão X choque com a realidade

Já tratando dos alemães luteranos no Brasil, é preciso lembrar que os anos cinqüenta, sessenta e setenta do século XX foram anos em que os luteranos passaram a se enxergar como brasileiros de origem germânica, e não como defensores da *Germanidade*²²⁹ nas colônias alemãs. A Germanidade seria a preocupação de preservar e defender as características alemãs dos imigrantes diante da cultura brasileira. Esse sentimento de *gueto* pode ser detectado nas diversas comunidades imigrantes espalhadas pelo Brasil. A preservação da língua, da vestimenta, dos hábitos alimentares, muitas vezes foi vista como sentimento de repulsa pelo Brasil.

No caso que me toca, os japoneses, até nos dias de hoje causa estranheza em muitos *gaijins* (*não nikkeis – não japoneses*) que numerosos imigrantes com seus oitenta, noventa anos não falem bem português, e mesmo aqueles hoje na casa dos cinqüenta e sessenta anos falem com claro sotaque o português. Além disso, a existência de escolas de japonês para crianças e entidades de preservação dos costumes japoneses para cada uma das regiões ou cidade de origem do imigrante servem ainda hoje para selar a identidade dos netos e bisnetos dos imigrantes. Mas voltando aos imigrantes alemães...

228 MELLO, João Manuel Cardoso de. – NOVAIS, Fernando A. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”, in: *Col. História da vida privada no Brasil. Vol. 04.* São Paulo, Cia das Letras. 2000. p. 559-658. p. 584.

229 Cf. DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade – estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.* São Leopoldo, EST - Sinodal. 2003. 2ª. Edição revista e ampliada.

Quando falamos do sul do Brasil imagens estereotipadas surgem em nossas mentes. Frio, vinhos, *top models*, pessoas que falam cantando, gremistas provocando colorados (e vice-versa), bandeiras do RS nos estádios, churrasco no chão, chimarrão. O sulista se enxerga como um desbravador, como o gaúcho da fronteira, mesmo que nunca tenha montado num cavalo ou deteste carne. Esse estereótipo do sul e dos sulistas remete aos tempos coloniais quando PR, SC e RS formavam uma zona problemática para a coroa portuguesa e para o Império Brasileiro, pois havia grande disputa pela região do *Rio da Prata* e as fronteiras de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

A partir do séc. XVIII a Coroa portuguesa procurou incentivar a colonização das terras entre o Paraná e o Rio da Prata. Marco desses primeiros tempos foi, além da criação da *Colônia do Sacramento* (1680), a colonização da ilha de *Florianópolis* (antiga *Desterro* - 1675) por portugueses açorianos, sempre com a preocupação de demarcar a presença portuguesa nessas terras. Além dos conflitos armados com nossos vizinhos, havia a necessidade de se desbravar florestas e combater índios. Um destacado geógrafo assim descreveu o tipo ideal do gaúcho, motivo de admiração e piadas dos demais brasileiros:

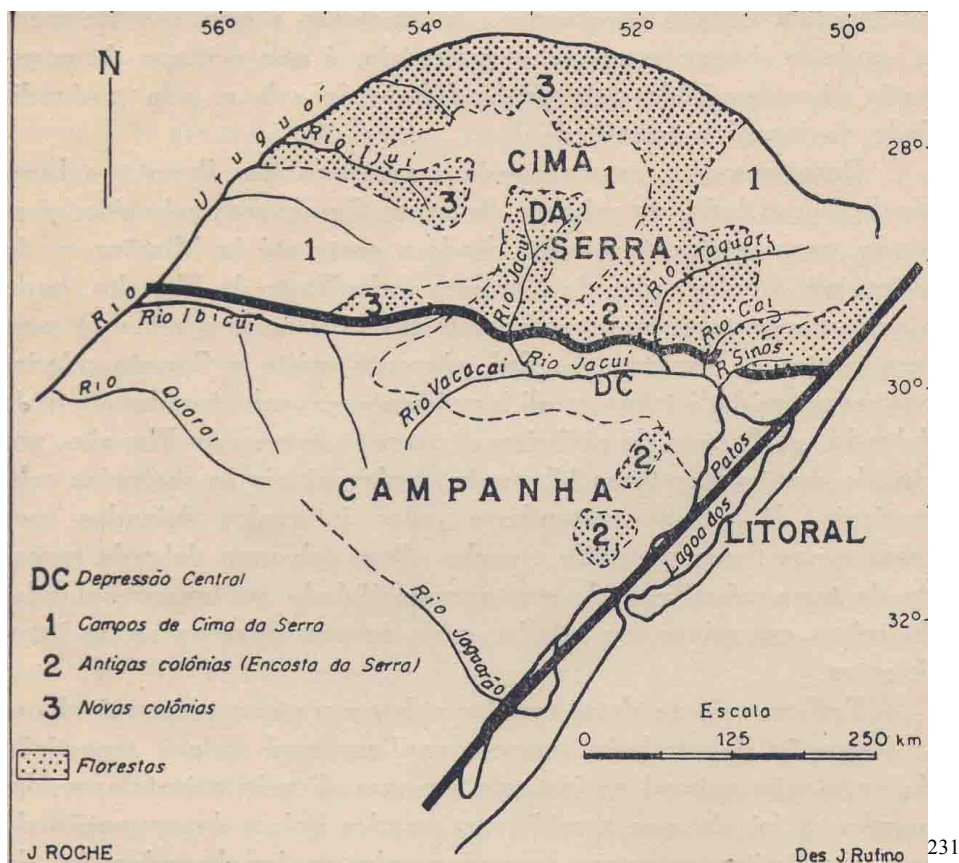
“(...) a alimentação (...) era abundante e forte, à base de churrasco (carne assada sobre brasas), de farinha de mandioca e de chimarrão, infusão do erva-mate cujo amargor passa por combater os excessos de carne desse regime. Nem açúcar, nem sal, inexistentes no Pampa. O único ‘doce’ era o cigarro ‘crioulo’(...). O que, com efeito, distinguia o rio-grandense dos habitantes do resto do Brasil, era sua aliança com o cavalo. Montava-o com destreza, atravessando o imenso pampa (...)”.

“(...) as próprias roupas eram ordinariamente modestas e, às vezes, singulares: calças que terminavam por franjas acima do tornozelo; nas regiões próximas das Missões, era um pedaço de pano que passava entre-pernas e cujas abas flutuavam (chiripá); nenhum casaco, uma camisa com mangas arregaçadas, um lenço ao pescoço, um outro em volta da cabeça, uma grande faca à cintura (...)”.

“À medida que a prosperidade aumentava, a roupa evoluía para o que subsistiu até os nossos dias: chapéu de feltro, de abas

largas, mantido por um barbicacho, calças amplas e fofas (bombachas), botas de couro trabalhado, esporas e bainha de faca de prata, poncho de lã ou grande capa escura, forrada de cores vivas, ordinariamente vermelho-amarelo-verde, as cores da República Farroupilha”²³⁰.

É esse tipo bravo, rude e destemido do gaúcho que vemos até os dias de hoje nas suas festividades e no dia a dia, e os imigrantes alemães absorveram essa mentalidade. A variável geografia da região, em particular do Rio Grande do Sul, sempre foi obstáculo natural para a penetração do homem, o que ajudou ainda mais a solidificar a imagem de isolamento, de um lado, e a bravura dos gaúchos, de outro. Jean Roche, em outro estudo sobre o RS ainda podia escrever em meados dos anos sessenta do século XX:



230 ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul – Vol. I e II*. Trad.: Emery Ruas. Porto Alegre – RS, Ed. Globo. 1969. p. 26.

231 ROCHE, Jean. “As bases físicas da ocupação do solo no rio Grande do Sul”, in: UFRGS. *Três estudos rio-grandenses*. Porto Alegre, RS. Ed. UFRGS. 1966. p. 30-64.

“Apesar do desenvolvimento da rede de estradas de ferro, em seguida da rede rodoviária, e da multiplicação dos veículos motorizados, a imensidade de seu espaço continua a prejudicar o Brasil, o Rio Grande do Sul, em particular suas colônias, mormente as da zona pioneira”²³².

O sul do Brasil até imediatamente antes da época de nossas análises ainda era uma zona de fronteira agrícola.

A imigração alemã para o Brasil fora incentivada desde os inícios do séc. XIX por vontade do rei D. João VI. Mas foi apenas no *Primeiro Reinado (1822-1831)* que uma tentativa de imigração alemã foi implantada. Nessa época os diversos Estados alemães atravessavam grave crise econômica e social. Milhares de camponeses, militares desmobilizados com o fim das *Guerras Napoleônicas* e pequenos burgueses de todos os *Landes* alemães formavam uma massa de desocupados que sonhavam com uma vida melhor nas Américas. Para a defesa das fronteiras mais problemáticas do Império Brasileiro D. Pedro I nomeou Jorge Antonio Von Schaeffer, misto de aventureiro, estudioso e escroque para contratar colonos que ao mesmo tempo pudessem servir como recrutas mercenários nas diversas guerras que o Brasil atravessava como as *Guerras de Independência (1822-1823)*²³³ e a *Guerra da Cisplatina (1825-1828)*²³⁴.

232 ROCHE, Jean. “As bases físicas da ocupação do solo no rio Grande do Sul”, in: UFRGS. *Três estudos rio-grandenses*. Porto Alegre, RS. Ed. UFRGS. 1966. p. 30-64. p. 33.

233 Ao contrário do que os livros didáticos ensinam aos alunos, nossa Independência não foi tranqüila e pacífica. Tropas portuguesas aquarteladas em diversas regiões do país não aceitaram D. Pedro I (D. Pedro IV para os portugueses) como governante legítimo. Vieram daí choques entre tropas mercenárias contratadas pelo governo Imperial e essas tropas leais a Coroa Portuguesa, que duraram até 1823. É desse período que surge a heroína da Independência, a baiana Maria Quitéria. Ao mesmo tempo, D. Pedro I enviou emissários as diversas províncias do Império para consolidar e garantir a fidelidade dos presidentes de Província ao novo governante. Devido a fragilidade dessas alianças é que, com a saída de D. Pedro I através de sua abdicação (1831), e a posse dos chamados governos regenciais, a década entre 1831-1840 assistiu a eclosão de diversas revoltas, que somente foram sufocadas nos primeiros anos do reinado de D. Pedro II (1840-1889). E a região sul do Brasil não ficou imune a essa efervescência. Desentendimentos entre presidentes de província com a Regência, em particular devido ao imposto sobre o charque, a interferência dos caudilhos argentinos, levaram o Império ao mais longo embate da Regência: a *Revolução Farroupilha (1835-1845)*, que temporariamente criou duas Repúblicas separatistas: a *República Rio-Grandense (RS)* e a *República Juliana (SC)*. A posse de D. Pedro II (1840) além da anistia dada aos revoltosos e a repressão efetivada pelo futuro Duque de Caxias levaram ao fim das rebeliões.

234 A Cisplatina comporta, grosso modo, o território do atual Uruguai, e sempre foi alvo de disputas entre portugueses e espanhóis ao longo de toda a história da colonização (sécs. XV-XIX), devido a importância do *Rio da Prata*. Os Tratados de Limites celebrados respectivamente em 1750 (*Madri*), 1777 (*Santo Ildefonso*) e 1801 (*Badajós*) não foram capazes de apaziguar os ânimos. Em 1821 D. João VI ordenara a ocupação da Cisplatina. Mesmo com a Independência do Brasil (1822) a ocupação continuou, até que em 1825 começou um movimento de independência na Cisplatina que ameaçava justificar um

“Esta colônia ou estas colônias (...) seriam compostas: a) de ‘indivíduos puramente Colonos’ que só ‘em tempo de guerra deviam servir como militares recebendo então o mesmo soldo como os milicianos portugueses’ (sic!) e b) de ‘atiradores’ que, já fardados e armados na Europa à maneira dos cossacos com ‘sabre, pistola, espingarda e lança’, seriam transportados ‘debaixo do disfarce de Colonos’ para o Brasil, onde deviam servir como ‘Militares pagos, ou Soldados, pelo espaço de seis annos’, entrando em seguida na primeira categoria”²³⁵.

Hoje acusam Von Schaeffer de ter sido mau caráter, de enganar o casal imperial, colonos e autoridades na Europa, além de cobrar excessivamente dos imigrantes. Pelo contrário, Oberacker Jr., um de seus biógrafos, procurou reabilitar a imagem desse personagem. Para Oberacker, Von Schaeffer conseguiu vender uma imagem do Brasil como uma terra onde havia terras e trabalho a vontade, que apenas esperavam um ambicioso imigrante chegar:

“(...) nascera verdadeiro movimento de emigração com destino ao Brasil. Em breve tempo se apresentaram no seu escritório dezenas de representantes de milhares de alemães, em especial da Renânia prussiana, de Hesse, de Birkenfeld etc., desejosos de se estabelecer no Brasil, já que as notícias favoráveis do sul do País, de São Leopoldo particularmente, frustraram toda a contrapropaganda. De Baden, por exemplo, queria emigrar uma comuna inteira, Haagen, com todos os seus habitantes e indústrias (Soares de Souza); mas como a sua condição era a viagem gratuita para todos, Schäffer não podia aceitar a proposta, já que o transporte adicional de algumas famílias em cada expedição lhe criava tantos aborrecimentos. Richter (p. 66s) observa que a propaganda principal era feita por meio de cartas de colonos emigrados que chegavam a ser copiadas de 100 a 1000 vezes. Os desejosos de emigrar faziam manifestações públicas com bandeiras e

conflito entre Argentina e Brasil. Para evitar um possível conflito, em 1828 a diplomacia inglesa intermediou o conflito e criou a Banda Oriental do Uruguai, o Uruguai atual, separando as duas nações em processo de litígio.

235 OBERACKER JR, Carlos H. *Jorge Antonio Von Schaeffer – criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre, RS. Ed. Metrópole. 1975. p. 8.

cantos de que ficou conhecido ‘O Brasil não fica longe daqui!’. As medidas repressivas dos governos foram consideradas chicaneiras e admitia-se que só queriam frustrar a verdadeira felicidade dos súditos”²³⁶.



237

O imaginário da imigração somado a falta de perspectivas dos alemães, que nem mesmo a unificação alemã (1870) foi capaz de solucionar, explicam o fluxo de imigrantes para o sul do Brasil. Desde cedo se colocou o problema do atendimento religioso desses imigrantes. A solução, já pensada por Von Schaeffer, era a contratação de pastores luteranos para as regiões de colonização:

“O desejado decreto (...) deveria garantir a presença de eclesiásticos ‘daquella seita Cristã’ a que pertencessem os imigrantes, de um cirurgião ou médico, boticário, veterinário ou ferrador. (...) pastores protestantes que deviam ser ‘legitimamente ordenados e munidos de uma prova legal’; gozariam eles, além do ordenado pago pelo Estado (católico!), ‘dos direitos e Emolumentos do serviço que

236 OBERACKER JR, Carlos H. Op. Cit. p. 69.

237 *Enciclopédia Rio-grandense*, organizada pelo Dr. Klaus Becker, Editora Regional Ltda., Canoas, 1956, 2o volume; extraído do livro ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul – Vol. I e II*. Trad.: Emery Ruas. Porto Alegre – RS, Ed. Globo. 1969. O ar idílico transmitido no quadro pouco tinha relação com a rude realidade que os colonos encontraram.

correspondem ao seu estado'. Os pastores e padres seriam instalados na área reservada à comuna religiosa e à escola, 'para que a Mocidade fique instruída na Religião Christã e fiel e obediente a sua Magestade Imperial [isto é, ao Estado brasileiro], como também nos Custumes do paiz, na Lingoa Nacional, e aprenda a ler, a escrever contas, e instruídos em outras úteis e necessárias Sciencias, e a Igreja tomará hua particular inspecção das Aulas'. Todos os imigrantes serão [repete-o o projeto de Hanfft] 'effectivamente logo que cheguem Naturalizados' e considerados 'nossos novos súbditos', equiparados aos naturais, exigência para cuja realização os imigrantes praticamente teriam que esperar o advento da República"²³⁸.

A primeira leva destes imigrantes se estabeleceu em Nova Friburgo (RJ) em 1824, acompanhada de seu pastor. Duncan Alexander Reily, arquivista de boa parte das Igrejas protestantes brasileiras, assim resumiu a implantação dessas primeiras comunidades luteranas:

“A primeira leva de imigrantes alemães radicou-se em Nova Friburgo, em 3 de maio de 1824, formando colônia de 334 imigrantes, acompanhados de seu pastor, Friedrich Oswald Sauerbronn (1784-1864)”.

“A parte preponderante da imigração alemã, no entanto, se radicou nas províncias do Sul, particularmente no Rio Grande do Sul. (...) quando os alemães começaram a chegar, a partir das 13 famílias que se fixaram no Vale dos Sinos, a 25 de julho de 1824, o Rio Grande do Sul estava ainda por ser desbravado e cultivado. As mais importantes colônias dos primeiros anos de colonização, nas outras regiões, são as das províncias de São Paulo (1827-29), Santa Catarina (1828-30) e Paraná (1829)”.

“Aproximadamente 4800 alemães chegaram ao Rio Grande do Sul até 1830, e logo fundaram suas igrejas e escolas. As primeiras destas comunidades e seus respectivos pastores foram: São Leopoldo (1824), sendo Johann Georg Ehlers pastor de 1826 a 1844; Três

238 OBERACKER JR, Carlos H. Op. Cit. p. 79-80.

Forquilhas (1826), sendo Karl Leopold Voges pastor de 1826 a 1829; Campo Bom (1829), sendo Friedrich Christian Klingelhöfer pastor de 1829 a 1838²³⁹.

Mas esse fluxo migratório foi interrompido por volta de 1828 devido, entre outras coisas, pelo fim da Guerra da Cisplatina e a Independência do Uruguai e, por outro lado, o desestímulo que as autoridades na Europa promoviam para evitar que seus súditos partissem para o Brasil. Tudo isso fez com que Von Shaeffer caísse em desgraça.

A partir dos anos quarenta do séc. XIX o panorama iria melhorar para a imigração. Após os anos de turbulência provocada pela renúncia de D. Pedro I (1831) e a subsequente *Regência (1831-1840)*, com a coroação de D. Pedro II (1840-1889) veio a estabilidade política possível graças a alternância de liberais e conservadores nos gabinetes ministeriais, o sufocamento das últimas revoltas (como a *Revolução Praieira* de 1848), a pressão nacional e internacional pelo fim da escravidão no Brasil, e a modernização das relações de trabalho no campo (provocadas pela promulgação das leis *Eusébio de Queiroz e de Terras* - 1850) vislumbravam uma mudança no perfil social do país.

É nesse contexto que devemos entender o novo ciclo de imigração no Brasil iniciado oficialmente no ano de 1844 pelo senador Campos Vergueiro na fazenda Ibiacaba – SP. O senador tentara introduzir colonos suíços através do regime de *parceria*, onde o colono imigrava para o Brasil à custa do fazendeiro, mas pagava seus custos com seu trabalho. Mas o paraíso terrestre se convertera num pesadelo onde os maus tratos, a falta de recursos e o meio ambiente inóspito levavam a essa conclusão: *não venham ao Brasil!* O problema é que os demais funcionários da fazenda, acostumados com os antigos escravos, passaram a maltratar os colonos. Fruto dessa falta de tato com os europeus foi o livro de Davatz, *Memórias de um colono no Brasil*²⁴⁰. Esse livro, nascido originalmente em língua alemã, contribuiu poderosamente

239 In: REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo. ASTE. 1984. . p.37-38.

240 “Depois de trabalhar por um ano e meio na fazenda Ibiacaba, de propriedade do Senador, Davatz liderou um movimento de reivindicação por melhores condições de trabalho e pelo fim da exploração dos colonos, o que provocou sua expulsão da fazenda e seu regresso à Suíça”; in: COHEN, Ilka Stern. “Thomaz Davatz revisitado: reflexões sobre a imigração germânica no século XIX”, in: *Revista de História, No. 144, 1º. Semestre*. São Paulo, DH-FFLCH-USP. 2001. P. 189-190.

para desestimular a imigração para o Brasil, assim como anos antes a má fama de Von Shaeffer. Mas, apesar desses dissabores:

“A despeito daquela regulamentação e da onda contra a emigração para o Brasil, a emigração alemã dirigida para cá, jamais sofreu solução de continuidade e até aumentava de modo considerável, numérica e gradativamente. Todavia, sem dúvida alguma, impedia-se que a emigração alemã para o Brasil assumisse proporções semelhantes àquelas para os Estados Unidos, isto é, que fosse uma emigração em massa. Apesar disso e da oposição formal e ostensiva dos círculos dos latifundiários, foi tolerada e conservada no Sul a colonização pelo sistema da pequena propriedade. Lá, tanto a política demográfica, como argumentos de ordem estratégica e econômica, tornaram aconselhável a continuidade do povoamento, por meio de propriedades rurais parceladas”²⁴¹.

Por outro lado, desde a Constituição de 1824 havia no Brasil toda uma legislação que tratava especificamente da implantação das Igrejas protestantes. Além de reconhecer o catolicismo como religião oficial do Império do Brasil, era determinado que os locais de culto protestantes não pudessem parecer com templos (com torres, sinos, pórticos), o casamento celebrado não teria reconhecimento oficial, assim como batizados e enterros. O *Regalismo* deixara profundas marcas na *Igreja Católica* no Brasil²⁴². O *Império*, sucessor do Reino, exerceu profundo controle sobre a Igreja. Para os protestantes, havia liberdade para o culto, com restrições:

“A religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”²⁴³.

241 OBERACKER JR, Carlos H. Op. Cit. p. 301.

242 “As origens do regalismo são distantes. Ele se estabeleceu, e se consolidou em Portugal, à custa de sucessivas concessões papais, a partir de 1319, quando João XXII, com a *Bula da Fundação*, instituiu a *Ordem de Cristo* para suceder a dos templários, sob o mestrado do Rei D. Dinis. A partir daí, foi dado aos reis portugueses o direito de apresentar diocesanos para as sedes vacantes das conquistas, o de proceder à colação, além da apresentação dos curas e, à união pessoal e perpétua do grão-mestrado à Coroa” In: RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no Brasil Monárquico (1822-1889)*. São Paulo. Editora Livraria Pioneira. 1973. p.35.

243 “Constituição Imperial de 1824, Art. 5º”, in: RIBEIRO, Boanerges. Op. Cit. p. 32.

Mas isso em um plano mais oficial, já que na prática:

“[Os católicos já] consideram os protestantes como bons cristãos; admitem que estes possuem várias qualidades particulares em comparação à Igreja Católica; vivem com eles em boa amizade, casam-se com eles, deixando batizar os filhos de matrimônios interconfessionais ora na Igreja Protestante, ora na Católica, sempre conforme lhes convém; a Igreja não é mais motivo de discórdia. O sacerdote católico inicialmente resistiu ao casamento de pessoas de confissões diferentes, mas cedeu logo, realizando todos os casamentos que houve. Os católicos alemães mostraram-se muito mais teimosos que os brasileiros”²⁴⁴.

Esse documento localizado por Duncan Alexander Reily é precioso para nós pois demonstra que havia diferenças entre a norma jurídica - canônica e a prática diária. Mas se existia um ambiente irênico em vilarejos e sítios, restava o problema da falta de respaldo oficial para esses casamentos e para os filhos que eventualmente nasceriam dessas uniões de fato, já que os filhos nascidos desses casamentos “ilegais” também eram considerados ilegítimos. Esse problema somente começaria a se resolver na segunda metade do século XIX. Primeiramente com o reconhecimento oficial do casamento dos protestantes:

“O decreto n° 1.144, de 11 de setembro de 1861, regulamentado pelo de n° 3.069, de 17 de abril de 1863, permitia que os pastores protestantes, devidamente registrados, realizassem casamentos com efeito civil. Por causa de arbitrariedades praticadas por alguns sacerdotes católicos contra imigrantes alemães, a legação do Império alemão interveio junto ao governo brasileiro, que finalmente resolveu proteger de tais abusos o casamento de acatólicos”²⁴⁵.

244 “Hamburger Zeitung für Auswanderungs- und Kolonisationsangelegenheiten”, 1858, número 1-3, citado em Ferdinand Schroder, *Brazilien und Wittenberg. Ursprung und Gestaltung deutschen evangelischen Kirchentums in Brazilien*, Berlin-Leipzig, de Gruyter, 1936, pp. 56-60, in: REILY, Duncan Alexander. *Historia documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo, ASTE. 2003. 3ª edição. p. 65.

245 REILY, Duncan Alexander. Op. Cit. p. 68. Léonard completa nos lembrando que essa questão seria até mesmo mais antiga, remontando aos primórdios do Estado Brasileiro: “No Brasil, como no resto da cristandade na época da Reforma, assim como na França depois da revogação do Edito de Nantes, o único casamento existente era o católico. Não obstante a liberdade de consciência prevista pela Constituição,

Resolvido o problema dos casamentos protestantes, restava o problema dos casamentos mistos, na época considerados desafio maior ainda do ponto de vista jurídico, que precisou esperar o fim do Império e a criação do casamento civil para se tornar realidade. Um primeiro decreto de 1863 procurou regularizar a situação, mas:

“Não se referia, naturalmente, aos casamentos mistos: ‘avisos’ de 21 e 25 de outubro de 1865 precisaram que não seriam considerados válidos os casamentos em que a igreja já não houvesse tomado parte, e que os contratos puramente civis eram considerados sem efeito”²⁴⁶.

Outro autor por nós localizado completou dizendo que:

“Através de decreto de 21 de outubro de 1865, o governo estabelecia que todas as crianças nascidas de matrimônios mistos deveriam ser educadas dentro da fé católica romana. Foi somente a República (1889) que, introduzindo separação de Igreja e Estado, trouxe a igualdade de direitos para os protestantes”²⁴⁷.

Como podemos ver, desde os primórdios da presença protestante no Brasil, o problema do casamento misto já estava colocado. Leonard nos lembra que em caso de divórcio todos saíam perdendo pois o casamento misto não possuía nenhum tipo de aparato legal, embora possamos dizer que a parte católica ainda poderia contar com o apoio da Igreja institucionalizada, o mesmo não ocorrendo com a parte protestante²⁴⁸. Mesmo aceitando o casamento entre pessoas de outras denominações a lei não protegia os nubentes de denominações diversas:

nada autorizava aos não-católicos a fundação de uma família legítima sem uma cerimônia e as promessas que eles não poderiam aceitar. Da mesma maneira, aliás, nada se previa com relação ao registro de seus filhos ou o sepultamento de seus mortos. Os projetos de casamento civil apresentados em 1829 por Vergueiro e, em 1833, sob a influência de Feijó foram de encontro à oposição da Santa Sé e à indiferença da opinião pública”, in LÉONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro - estudo de eclesiologia e história social*. Trad. Linneu de Camargo Schützer. São Paulo, ASTE. 2002. 3ª edição revisada. p. 58.

246 LÉONARD, Émile G. Op. Cit. p. 60.

247 DREHER, Martin Norberto. Op. Cit. p. 26.

248 LÉONARD, Émile G. Op. Cit. p. 315-317. É preciso alertar o leitor que o Prof. Léonard era um crítico do ecumenismo, desnudando os seus limites em numerosas passagens do referido livro. Segundo Léonard, para as denominações cristãs presentes no território nacional, o Brasil ainda era um vasto campo missionário. Logo, não haveria lógica nos colóquios de unidade, que o autor chega a chamar de confusão. Para Leonard, o único ecumenismo possível é o que nasce dentro do protestantismo, entre denominações doutrinariamente muito próximas, descartando a possibilidade de diálogo com o catolicismo romano.

“Mesmo sendo tolerados no Império do Brasil, a situação dos evangélicos era delicada no tocante aos matrimônios mistos. O matrimônio com parceiro católico-romano significava para eles, automaticamente, a conversão à Igreja católica bem como a educação dos filhos nesse rito. Por esse motivo, a Igreja evangélica perdeu muitos dos seus membros; os pastores tinham, pois, grande interesse em evitar tais matrimônios. Dois eram os seus argumentos neste tocante: tal atitude significaria negação da fé e, além disso, o matrimônio misto também implicaria negação da própria etnia. É certo que também havia católicos de ascendência teuta, mas, argumentava-se do lado evangélico, com seu internacionalismo a Igreja católica não teria nenhum interesse na preservação da germanidade. A imagem que nos apresenta o catolicismo brasileiro do século XIX é pouco alentadora. Os próprios sacerdotes católicos, emigrados da Alemanha e da Itália ao Brasil, antes de 1900, procuravam ligar os católicos alemães e italianos às suas respectivas tradições culturais para evitar o esvaziamento de sua fé. Eram de opinião que a perda da língua alemã ou italiana e a adoção da língua portuguesa também significaria a adoção dos costumes e tradições do catolicismo brasileiro e temiam que, com isso, viria a perda de valores da fé. O mesmo pode ser dito a respeito dos pastores evangélicos. Para preservar a fé evangélica, acentuava-se a peculiaridade dos evangélicos frente ao meio ambiente os quais, concomitantemente, eram alemães ou descendentes de alemães”²⁴⁹.

Como o leitor pode perceber da legislação vigente no Brasil em meados do séc. XIX, o Império não utilizava o conceito canônico de pleno poder de escolha dos pais na educação religiosa de seus filhos, conforme vimos no capítulo 1. Claro que aqui estamos nos referindo as altas hierarquias do império brasileiro e da Ig. Católica. Como acabamos de ver no tocante as localidades alemãs no sul e as paróquias de vilarejo, a história foi outra. Católicos e luteranos se conheciam e se amavam livremente, embora, como veremos logo a seguir, citando outros autores, esses relacionamentos só em época muito tardia poderiam ser considerados majoritários.

249 DREHER, Martin Norberto. Op. Cit. p. 85-86.

A *Igreja Luterana*, conforme comentamos há pouco, possuía uma forte característica alemã, que acabou se tornando um elemento de identidade do grupo. A organização dos primeiros sínodos procurava justamente manter esse modo de ser²⁵⁰. A organização das comunidades em sínodos foi um grande passo para que a Igreja Luterana se organizasse. Após uma fracassada tentativa entre os anos 1864-1870 Rotermund, pastor especialmente enviado para organizar os luteranos em sínodos, atinge esse objetivo, a partir de 1886²⁵¹. Devido a posição de clara desvantagem frente aos católicos, havia a preocupação em adotar a postura de defesa, o que consideramos natural dadas as circunstâncias. Dreher apresenta a relação Igreja Luterana – Germanidade como característica *sine qua non* do luteranismo²⁵². Lembrando as colocações do Prof. Leonard, notemos que o desafio do abasileiramento da pregação não foi exclusividade dos luteranos. Entre presbiterianos, metodistas, episcopais e batistas, o mesmo problema apresentou-se.

A preservação da germanidade luterana foi apenas uma das soluções possíveis. A outra – a nosso ver mais traumática – era o cisma, como o que rachou o presbiterianismo no ano de 1903, dando lugar a *Igreja Presbiteriana Independente* de Eduardo Carlos Pereira, que insistia na formação de uma Igreja de brasileiros, onde brasileiros participassem da destinação dos recursos financeiros, humanos e educacionais, entre eles, o *Mackenzie College*, hoje *Universidade Mackenzie*²⁵³.

250“As comunidades alemãs assim estabelecidas, eram tipicamente igrejas de imigrantes. Usavam a língua materna nas igrejas e escolas, e muitos entenderam que a manutenção do idioma era essencial à conservação da fé evangélica. Viveram à margem da vida e cultura brasileiras e, por força das condições da vida rural, muitos tinham oportunidade de participação regular na vida da igreja. Nesse caso, dependiam da leitura da Bíblia e do culto doméstico para a preservação da fé. Outras igrejas evangélicas só se estabeleceram no Rio Grande na década de 80, portanto, nos anos da sua formação, tendo inexistido qualquer intercâmbio trans-confessional. A construção do sínodo Rio-Grandense, em 1886, sob a liderança de Rotermund, foi um grande passo à frente”. DREHER, Martin Norberto. Op. Cit. p.38.

251 “Pastor em São Leopoldo de 1864 a 1870, Borchard reuniu nove pastores e nove delegados leigos em São Leopoldo, os quais fundaram, em fevereiro de 1868, um sínodo, que durou até 1875. A segunda tentativa, coroada de êxito, foi iniciativa do Dr. Wilhelm Rotermund (1843-1925), enviado ao Brasil em 1874 pelo Comitê para os Alemães Protestantes no sul do Brasil. Convidados e presididos por ele, reuniram-se em São Leopoldo, a 19 e 20 de maio de 1886, doze pastores, nove delegados leigos das diversas comunidades e dois professores, na assim chamada ‘Assembléia Preparatória’. No segundo dia da reunião sete comunidades, representados por pastores e delegados leigos, fundaram o Sínodo Rio-grandense, sendo Rotermund eleito presidente”. DREHER, Martin Norberto. Op. Cit. p. 50.

252 DREHER, Martin Norberto. Op. Cit. p. 99-100.

253 Para mais informações a respeito do cisma presbiteriano, recomendamos as seguintes obras: BASTIAN, Jean Pierre. *Protestantismos y modernidad latinoamericana – historia de unas minorías religiosas activas en América Latina*. México, DF. Fondo de Cultura Económica. 1994; CAMPOS JÚNIOR, Heber Carlos de. *A reação da Igreja Presbiteriana do Brasil ao “Modernismo” dentro de seus seminários nas décadas de 1950 e 1960*. São Paulo, Mackenzie. 2003. Dissertação de mestrado; LÉONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro - estudo de eclesiologia e história social*. Trad. Linneu

Foi a partir das levas de imigrantes que a região sul do Brasil começou a ganhar os contornos pelos quais a conhecemos atualmente.

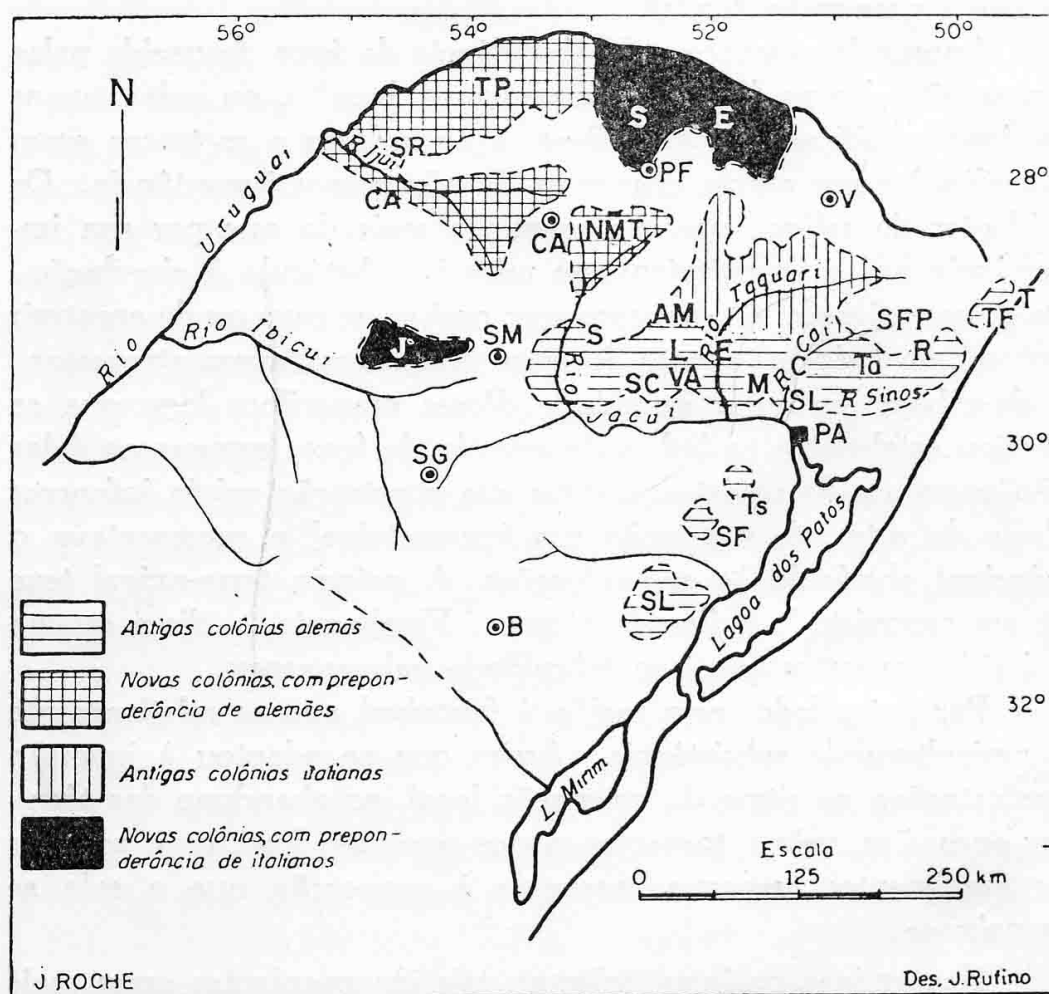


Fig. nº 6

REGIÕES NATURAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Antigas colônias alemãs: SL — São Leopoldo; Ta — Taquara; R — Rolante; — C — Caí; M — Montenegro; E — Estrêla; AM — Arroio do Meio; L — Lajeado; VA — Venâncio Aires; SC — Santa Cruz do Sul; S — Sobradinho; TF — Três Forquilhas; T — Tôrres; SL — São Lourenço; SF — São Feliciano; Ts — Tapes.

Novas colônias alemãs; NMT — Não me Toque; I — Ijuí; P — Panambi; CA — Cêrro Azul; SR — Santa Rosa; TP — Três Passos.

Novas colônias mistas, com preponderância italiana; J — Jaguarí; S — Sarandí; E — Erechim.

254

A presença dos colonos europeus foi fundamental para a modernização dos sistemas de produção e trabalho agrícolas na região sul do Brasil²⁵⁵. Esse

de Camargo Schützer. São Paulo, ASTE. 2002. 3ª edição revisada; MENDONÇA, Antonio Gouvêa. — FILHO, Prócoro Velásquez. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo. Loyola — Ciências da Religião. 1990; REILY, Duncan Alexander. *Historia documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo, ASTE. 2003. 3ª edição.

254 ROCHE, Jean. “As bases físicas da ocupação do solo no rio Grande do Sul”, in: UFRGS. *Três estudos rio-grandenses*. Porto Alegre, RS. Ed. UFRGS. 1966.

empreendedorismo é explicado pelo desejo dos alemães, assim como os demais imigrantes, de “fazer a América”:

“Além das profissões liberais (farmacêuticos, médicos, dentistas, agrimensores, arquitetos), nas quais estavam representados em número bem considerável e disseminados por todo o país, eram as atividades dos 2500 alemães de São Paulo (em uma população total estimada em 50000) pelos anos de 1890, nos setores do artesanato, indústria e comércio, do que contribuíram respectivamente com 18%, 19% e 7%. No interior da província, os meeiros germanos liberados e que comumente dispunham de conhecimentos nos ofícios, fixaram-se em número tão considerável nas pequenas cidades de Campinas, Rio Claro, Jundiaí, e Piracicaba, na época ainda de pouca importância, que, em algumas delas até se falava de bairros alemães”²⁵⁶.

Após a fixação desses colonos e a ascensão social desses grupos era natural que também comesçassem a interferir na vida política brasileira, primeiro nas suas vilas e cidades, no sul, e posteriormente nas demais regiões do país, chegando a presidência da República em meados dos anos setenta do século XX com o General Ernesto Geisel, durante o período militar brasileiro (1974-1979)²⁵⁷. A presença de descendentes de imigrantes alemães na política foi acompanhada de uma melhor escolaridade. Oberacker Jr. ao tratar dos estabelecimentos luteranos de ensino reforça ainda mais essa preocupação com a instrução dos jovens membros das comunidades, preocupação essa ligada a catequese:

“Em regiões mais ou menos extensas, eram as igrejas evangélicas as únicas organizações que podiam libertar os filhos dos imigrantes das trevas do analfabetismo e que se preocupavam com a organização de escolas, contribuindo desta maneira,

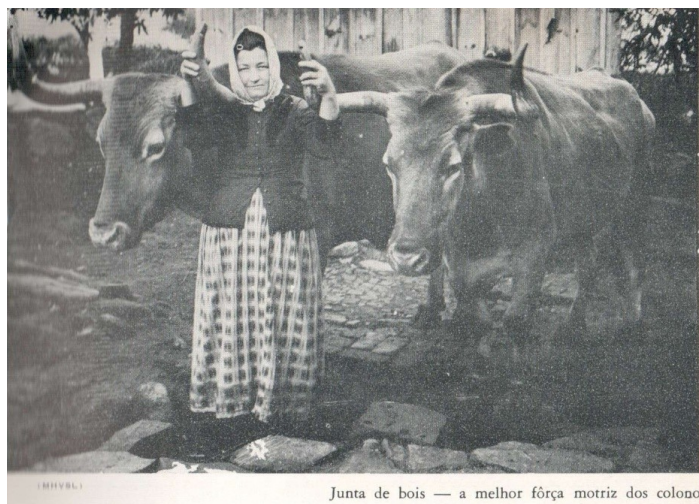
255 OBERACKER JR, Carlos H. Op. Cit. p. 333.

256 OBERACKER JR, Carlos H. Op. Cit. p. 339.

257 “Em todos os setores, no exército, nos partidos, nas administrações municipal, estadual e federal, começavam a atuar varões de origem alemã, na estruturação e complementação da federação republicana e seus órgãos”, in: OBERACKER JR, Carlos H. Op. Cit. p. 412.

consideravelmente, para o levantamento do nível intelectual das populações rurais”²⁵⁸.

Do campo para as cidades: transformações na vida dos teuto-brasileiros



Junta de bois — a melhor força motriz dos colonos. 259



260

O imigrante alemão trouxe para o Brasil uma série de elementos característicos de seu país de origem. Mas, segundo diversos autores por nós consultados não podemos concluir que eram alemães radicados no Brasil, mas brasileiros com características germânicas. Essa sutil distinção, que para um leitor apressado nada poderia significar, traz uma série de conseqüências:

“Pode-se dizer que todos os imigrantes alemães que, no século XIX, entraram no Rio Grande do Sul, foram tantos habitantes ganhos, pois se instalaram sem intenção de retorno. O Rio Grande do Sul teve a oportunidade de acolher sobretudo alemães originários de zonas rurais, mas de zonas rurais diferentes, de sorte que apresentavam grande variedade de tipos. Por outro lado, recebeu certo número de antigos cidadãos que possuíam técnicas mais avançadas ou tinham outra cultura e um mais vivo espírito de iniciativa”.

258 OBERACKER JR, Carlos H. Op. Cit. p. 464.

259 *Museu Histórico Visconde de São Leopoldo*, São Leopoldo; extraído do livro ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul – Vol. I e II*. Trad.: Emery Ruas. Porto Alegre – RS, Ed. Globo. 1969.

260 *Studio Os Dois*, Porto Alegre, extraído do livro ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul – Vol. I e II*. Trad.: Emery Ruas. Porto Alegre – RS, Ed. Globo. 1969.

“(…) houve, portanto, entre os imigrantes citadinos, diversidade de profissões, desigualdade de nível cultural e diferença de mentalidade. Chegados ao Rio Grande do Sul, a maior parte deles custou adaptar-se à vida rural; foram os primeiros a desejar estabelecer-se nas cidades, ou após um estágio nas colônias agrícolas, ou mesmo desde o desembarque. (...)”.

“Os imigrantes de origem rural, por sua vez, partiram de regiões muito diversas. Os primeiros que se fixaram no Rio Grande do Sul, provinham de Holstein, de Hanover, de Mecklembourg. Seguiram-nos, logo depois camponeses originários de Hunsruck; estes últimos, em maior número, ‘assimilaram’ os que procediam de Saxe, de Württemberg ou de outras regiões. Os vestfalianos concentraram-se, a partir de 1868, de preferência em Estrela, os pomeranianos em Santa Cruz ou em São Lourenço, os naturais de Schwaben, mais tarde, em Panambi. Física e mentalmente, os imigrantes rurais apresentavam grande variedade de traços: os renanianos eram considerados mais inteligentes, os pomeranianos, mais trabalhadores”²⁶¹.

Apesar de virem de regiões e em momentos tão diferentes, aqui no Brasil eles eram genericamente chamados de “alemães”, independente das classificações de Jean Roche. Aqui nos deparamos com uma definição de tipo ideal: quem é esse “alemão brasileiro”? Roche trabalha duas categorias: primeiro; ele distingue colonização alemã do modelo tradicional de colonização – como a do Império Romano, por exemplo. Segundo: para Roche o alemão não veio ao Brasil para civilizar uma terra de bárbaros, mas para trabalhar essa terra. Assim, ele era mais um pioneiro do que um civilizador. Roche se distancia de Oberacker Jr. que defendia a tese de um “milagre alemão no Brasil”, um exagero segundo Roche, ou nas suas próprias palavras:

“Entenderemos por teuto-brasileiros os brasileiros cujo pai e mãe são de origem alemã. É a definição que nos parece melhor: repousa na certeza que estabelece a consulta dos registros de estado

261 ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul – Vol. I e II*. Trad.: Emery Ruas. Porto Alegre – RS, Ed. Globo. 1969. p. 157-158.

civil. Embora pareça restritiva, engloba de fato a quase totalidade dos descendentes de imigrantes, pois a distribuição das colônias e sua evolução favoreceram a endogamia quando não a impuseram. Certamente existem cada vez mais rio-grandenses que têm só pai ou mãe de origem alemã. Mas pudemos determinar no ano de 1949, em Porto Alegre, onde são mais numerosos, que não representavam senão 80% dos teuto-brasileiros estritamente definidos. Sendo bem mais raros nas zonas rurais, representam, no total, por certo menos de 5% do contingente teuto-rio-grandense”²⁶².

Roche nos apresenta uma informação preciosa: com os dados de que dispõe, até 1950, a maior parte dos descendentes de alemães tem pais da mesma etnia, ou seja, implicitamente reconhece os poucos casamentos mistos nesse momento (1950). Mas é claro que as pessoas que estudamos num momento posterior dessa época (anos entre 1940 a 1950) ainda eram crianças ou adolescentes, e assim não entrariam nessas estatísticas. Outro ponto relevante que Roche nos revela é a criação dessas pessoas em cidades pequenas:

“Contudo, mesmo se, pelo aspecto, tendem a aproximar-se das outras aglomerações do Rio Grande, as cidades teuto-brasileiras conservam-se profundamente diferentes das aglomerações da Campanha. (...). As cidades teuto-brasileiras são cidades pequenas, não atingindo nenhuma delas 20000 habitantes: três têm 10000 a 20000, quatro possuem de 5000 a 10000, e as outras, menos de 5000. Cada uma representa uma baixa parcela da população de seu município (30% no Rio dos Sinos, 14% nas outras velhas colônias, 7,5% no Planalto). Mas estão voltadas para a população rural (...)”²⁶³.

Nossos casais ecumênicos, em uma parte considerável de seus casos, vinham do meio rural, de cidades que não ultrapassavam 20 mil habitantes, o que esclarece uma série de questões, como por exemplo uma mentalidade mais conservadora com relação a religião, a transmissão das tradições de pai para filho nas colônias e vilas, a intimidade

262 ROCHE, Jean. Idem, ibidem. p. 173.

263 ROCHE, Jean. Idem, ibidem. p. 223.

entre os fiéis. Mas por outro lado a maioria já morava em São Paulo – SP na época de seu casamento. O que aconteceu para esses colonos terem vindo para a metrópole paulistana? Roche enumera uma série de problemas enfrentados pelos colonos ao longo da primeira metade do século XX que iriam desembocar no êxodo rural.

- a) O uso intensivo dos solos por técnicas rudimentares, e a falta de rotação de culturas:

“A queimada anula, em algumas horas, os princípios fertilizantes acumulados durante séculos no humo: os sais minerais, os microrganismos ficam destruídos, perde-se o azoto da folhagem e da erva. Na terra calcinada, resta apenas uma tênue camada de cinza, cuja escassa contribuição em potássio não compensa de forma alguma as perdas causadas pelo fogo”. (...).

“(...) a agricultura dos colonos, condenada a procurar sempre outras terras virgens deslocou-se, cada vez mais depressa, através do espaço rio-grandense, cujos limites agora atinge. A grossa produção encontra-se no último degrau conquistado pela agricultura, enquanto os dois precedentes apenas desempenham um papel secundário na economia rural do Rio Grande do Sul”²⁶⁴.

O esgotamento dos solos aparece como elemento de pressão no camponês: ele precisa encontrar novas terras para morar, o que faz com que os membros mais jovens ou partam para novas localidades em áreas pioneiras, ou para as cidades, o que parece ter sido a escolha dos mais jovens estudados por nós entre os anos 1958-1978. Mas fatores culturais também influenciaram para a decadência dos minifúndios gaúchos.

- b) Questões de herança

“A divisão da propriedade de uma geração a outra, que se mantivera lenta no século XIX, acelerou-se desde o começo do XX. Isso pode parecer paradoxal, visto que a natalidade era mais alta outrora, mas se explica pela dimensão dos lotes concedidos anteriormente e, sobretudo, pela facilidade com que se encontravam

264 ROCHE, Jean. Idem, *ibidem*. p. 294-295.

à pequena distância, terras virgens e devolutas. Depois, quando estas se tornaram raras, ativou-se cada vez mais a divisão das terras; ela é tanto mais sensível quanto mais antiga a colônia”²⁶⁵. (...).

“O regime da pequena propriedade, promovido, de início, pelo Governo, adquirira bastante força para impor-se em todas as colônias rio-grandenses.(...) Hoje, em todo caso, está excessivamente subdividida. Apesar da proteção dos poderes públicos, entrou numa fase crítica, do ponto de vista técnico e social”²⁶⁶.

Segundo Roche, a existência de terras ainda intactas ajudou a impulsionar os jovens colonos cada vez mais longe de suas terras de origem. Mas, a medida que essas terras se esgotavam, a pressão sobre as terras já disponíveis aumentou cada vez mais. A alta natalidade passou assim definitivamente a ser um problema, já que ao invés de existirem mais braços para o trabalho passaram a haver mais bocas para alimentar. A consequência final foi a saída desses pioneiros do Rio Grande do Sul, passando pelo Paraná até chegarem ao Mato Grosso, e mais recentemente até Rondônia, e mais além.

Um desdobramento desse êxodo populacional para zonas pioneiras foi o envelhecimento da população nas antigas colônias, com a permanência de pessoas de trinta e quarenta anos, pra cima, o que afetou ainda mais a economia dessas localidades. Roche, geógrafo de formação, apontou como elemento positivo a lenta saída de pessoas para as cidades, o que permitiu um equilíbrio populacional entre as diversas regiões. Outro desafio aos colonos alemães era a baixa remuneração pela sua produção nos mercados locais e regionais, o que pressionava pela saída dessas populações de suas localidades de origem.

- c) Baixa remuneração do colono pela sua produção – surgimento de uma classe média

“Em todas as zonas pioneiras, o colono constantemente se encontrou, e ainda se encontra, no limite em que o custo dos transportes internos pode impedi-lo de usufruir a vantagem dos progressos realizados nas comunicações a grande distância. Na

265 ROCHE, Jean. Idem, ibidem. p. 321-322.

266 ROCHE, Jean. Idem, ibidem. p. 331.

economia do Rio Grande do Sul, o colono de ontem foi um ‘pioneiro’, o de hoje permanece um ‘marginal’. Depois de ter trabalhado durante todo o ano, ainda corre o risco de ver oferecerem-lhe um preço degradante por seus produtos, quando não o de vê-los recusados pelo comerciante local, cujo papel mais importante é dar um valor às colheitas, sob a abundância das quais o agricultor logo seria sufocado, pelo menos enquanto as terras são férteis”²⁶⁷.

Aqui Roche já nos alerta para a proeminência econômica do atravessador, o comerciante local, sobre os colonos. Roche chega a nos mostrar que esses comerciantes locais, além de estipularem os preços das mercadorias do camponês e o valor de troca das mesmas acabava até mesmo servindo de banco local, já que adiantava dinheiro aos colonos e mesmo recebia valores para serem guardados, que em seu poder eram (re) investidos em outras atividades. Não nos espanta depois Roche nos revelar que muitas ricas famílias gaúchas terem iniciado suas fortunas em modestas vendinhas no meio do mato. Roche revela o papel chave do caixeiro viajante, intermediário entre o lojista da cidade e o comerciante local, peça fundamental do sistema de distribuição, atendendo a esparsa demanda. Já sobre as firmas citadinas, origem das mercadorias dos mascates:

“(…) exercem crescente influência sobre o comércio rio-grandense: enquanto os primeiros chefes eram alemães, freqüentemente voltavam à Alemanha e permaneciam alemães de coração e de fato, os de hoje são, antes de tudo, rio-grandenses. Certamente, mantêm estreitas relações profissionais com a Alemanha e dedicam-lhe sincera afeição, mas participam estreitamente de todos os empreendimentos econômicos, sociais e culturais, que são, ao mesmo tempo, a medida e o aguilhão do progresso desse Estado brasileiro. Assim, fazem-se eles próprios os agentes da transformação de sua nova pátria”²⁶⁸.

Roche mais tarde vai estender esta discussão ao lembrar que o *pan-germanismo*, a exaltação exacerbada da raça alemã vai ecoar mais fortemente entre estes ex-colonos enriquecidos. No momento em que escreve sua obra, Roche detecta a predominância da

267 ROCHE, Jean. Idem, ibidem. p. 410.

268 ROCHE, Jean. Idem, ibidem. p. 466.

indústria nascente sobre a agricultura já secular no RS. Mas o pioneirismo teuto no RS na agricultura, no comércio e na indústria teve um preço: a dissolução da *germanidade*.

“Contrariamente ao que se poderia pensar, nem a vida do pioneiro na frente florestal, nem a do técnico no meio citadino favorecia o desabrochar das individualidades, pois a elevação era o isolamento, e o isolamento, o desaparecimento. A célula social que protegeu o indivíduo foi a família, que muito tempo se protegeu a si própria na medida em que podia escolher esta ou aquela arma por tabu, por palavra de ordem, por uma severa disciplina”.

“Entretanto, à proporção que as condições se transformavam, essa mesma célula evoluía, e a endogamia diminuía. Aliás, é permitido perguntar se ela foi tão geral e tão durável como se tem pretendido. Há, talvez, mais rio-grandenses do que se crê, que têm nas veias um quarto de sangue alemão e existem certamente muito menos germanófonos que rio-grandenses de origem germânica. As trocas entre as duas culturas, como entre as duas etnias, seriam, pois, mais consideráveis do que se tem por várias vezes afirmado de um e outro lado”²⁶⁹.

Roche faz um contraponto entre essa classe média em ascensão, ciosa de sua cultura germânica e aberta inclusive ao pan-germanismo e ao nacional-socialismo alemão (Nazismo), e a classe operária nas cidades, mais aberta ao contato social afetivo aos não teutos.

d) O nascimento de uma nova mentalidade social

Nos bairros operários os descendentes de alemães viviam lado a lado com portugueses, italianos, e pessoas das mais diversas nacionalidades, o que iria se refletir na divisão do trabalho nas fábricas e na formação das famílias, o que Roche chama de *casamento misto*. Aqui é preciso fazer uma ressalva: a definição de casamentos mistos de Roche difere da nossa pois ele entende como misto o casamento entre pessoas de origem racial diferente, tratando como ponto de discussão menor as questões de

269 ROCHE, Jean. Idem, *ibidem*. p. 558-559.

diferença de religião. Os casamentos mistos, do modo como nós entendemos como união de pessoas de denominações e religiões diversas, estão dissolvidas aqui mas para Roche, apesar da vida comum entre teutos, portugueses, italianos, polacos, eslavos, brasileiros natos, a questão religiosa ainda era ponto de separação. A afinidade de grupo social ou de localidade espacial era mais fácil. Reproduzimos o quadro montado por Roche abaixo, para tentar facilitar a compreensão do leitor. Rapidamente esclarecendo as siglas que aparecem abaixo: L. B.: Luso Brasileiro; T. B.: Teuto brasileiro; I. B.: Ítalo brasileiro; P. B. Polaco brasileiro; D. V.: Diversos.

OPERÁRIOS		ORIGEM DOS CÔNJUGES				
Sexo	Etnia	L. B.	T. B.	I. B.	P. B.	D. V.
		%	%	%	%	%
Homens	L. B.	92	5	3		
	T. B.	17	73	5		5
	I. B.	7	4	89		
	P. B.	12	9		55	24
	D. V.	25				75
Mulheres ...	L. B.	81	13	2	4	
	T. B.	19,3	70,2	3,5	7	
	I. B.	18,7	12,5	65,6	3,2	
	P. B.	19	4,9		57,1	19
	D. V.	16,7				83,3

“Os homens são mais fiéis à sua etnia que as mulheres, salvo os poloneses e os outros estrangeiros minoritários. As mulheres desposam mais facilmente homens de outra origem, e é nesse sentido que a usina desenvolve a exogamia - as operárias de origem germânica casam-se mais comumente que as de origem lusitana, fora

de sua etnia, as de origem italiana ainda mais, e as de origem polonesa mais ainda. Desposam, de preferência, luso-brasileiros. Há relativamente poucos casamentos entre descendentes de alemães e de italianos, fato que merece não ser esquecido; mas realizam-se numerosos casamentos mistos. A usina, portanto, parece um ‘melting pot’”.

“Não é preciso, no entanto, superestimar esse papel, pois o grau de endogamia se mantém mais elevado entre esses operários do que na totalidade dos casais que se uniram em Porto Alegre na mesma data. É verdade que o quadro acima tem por objeto famílias às vezes constituídas há muito tempo, e não os casamentos do ano. As percentagens de endogamia operária correspondem em grosso às de 1910 no que respeita ao conjunto da população porto-alegrense. Esse ‘atraso’ é, sem dúvida, causado pela reação que, entre os ex-camponeses, provocam os primeiros contatos com outras etnias”²⁷⁰.

Roche não pensa em termos de afinidades religiosas. Para ele o que realmente diferencia seus casamentos mistos dos nossos são os casamentos inter-raciais. Para Roche, a religião ainda era um elemento intransponível que separava os homens, mas a afinidade de raças não mais. Interessante a constatação de Roche de que os homens casam menos fora de sua etnia do que as mulheres. Mas de qualquer modo, a tabela de Roche mostra que em mais da metade dos casos, era a afinidade de raça que ainda definia a escolha do par no ambiente de trabalho fabril.

Se o ambiente fabril irmanava, o mesmo se teria que dizer do local de moradia desses trabalhadores, também plural. Para Roche as porcentagens seriam idênticas das localizadas nas fábricas, de pessoas racialmente diferentes morando nas mesmas ruas. Isso num primeiro momento. Posteriormente, esses ex-colonos procuraram se adaptar melhor a vida urbana, constituir família, um patrimônio, etc. E para seus filhos, o incentivo aos estudos, e ao mesmo tempo a gradativa abertura a elementos de outras nacionalidades, e mesmo outras religiões. Outro ponto interessantíssimo levantado por Roche é de que esse fenômeno não era exclusivo das cidades, mas também da zona

270 ROCHE, Jean. Idem, *ibidem*. p. 588-590.

rural, dos pequenos vilarejos e colônias:

“Na totalidade das colônias e no período considerado, os teuto-brasileiros que contraíram casamentos mistos estão na proporção de 55% para o sexo feminino e na de 45% para o sexo masculino. O número de teuto-brasileiras que esposaram um alógeno representa 125% do número de teuto-brasileiros que se casaram com mulher de outra origem: isso explica, de certo modo, porque o coeficiente de endogamia diminuiu mais depressa que a percentagem dos agricultores. A maioria das mulheres exógamas é, aliás, mais evidente nos distritos puramente rurais do que nas vilas, onde praticamente há igualdade entre os dois sexos. Não é o desejo de fugir à condição de agricultor que faz essas jovens procurarem esposo fora de sua etnia”.

“Realmente, constatamos que só 39% de seus cônjuges são agricultores, isto é, apenas 1 de 3. Quanto aos teuto-brasileiros que desposaram mulheres alógenas, não são agricultores senão na proporção de 37%. Os agricultores, que, ainda assim, constituem 73% dos teuto-brasileiros que contraem núpcias, casam-se mais facilmente dentro de sua etnia. As outras profissões que compõem somente 26,5% dos cônjuges, ou seja, apenas mais de 1/4, fornecem 63% dos homens exógamos, vale dizer, quase 2/3 em algarismos redondos”²⁷¹.

A explicação de Roche para este fenômeno é interessante. Segundo ele, em colônias mais jovens, recentemente fundadas, os colonos casam apenas com pessoas da mesma localidade. Some-se isso ao isolamento de uma região de fronteira agrícola quase inabitada, e teremos um contexto de “casamento endógamo”, na fala de Roche. Mas, em regiões mais antigas ou onde colonos de ascendência alemã vivem em conjunto com descendentes de outras etnias, a exogamia passa a crescer rapidamente, chegando em alguns casos a ser a maioria dos casamentos. Roche completa dizendo que:

271 ROCHE, Jean. *Idem*, *ibidem*. p. 609.

“(...) a nupcialidade é o fenômeno sobre o qual nem a propaganda, nem a pressão administrativa podem exercer grande influência, é o que mais naturalmente expressa a integração dos descendentes de imigrantes no país que os acolheu”. (...).

“Pelo contrário, a exogamia conquista, constantemente, até as colônias rurais logo que ultrapassam sua fase ascensional, e mais ainda as zonas em que houve mais de 20% de habitantes de outra origem²⁷².”

Para o eminente geógrafo, a escolha do parceiro é intrinsecamente ligada a liberdade pessoal. Influências externas seriam fatores secundários. Aqui percebemos que Roche concorda com as colocações que expusemos no capítulo 1 acerca do predomínio do casamento romântico na primeira metade do século XX. As constatações empíricas de Roche endossam aquelas colocações. Esses comentários referiam-se as colônias do interior do RS. Já na capital rio-grandense o mesmo processo se detectava:

272 ROCHE, Jean. Idem, *ibidem*. p. 609-612.

I Sexo	II Etnia	III Origem do cônjuge				
		L. B.	T. B.	I. B.	P. B.	D. V.
		%	%	%	%	%
Mulheres	L. B.	77	8,5	8,5	1	5
	T. B.	36,5	45,5	15,5	3,2	9,3
	I. B.	35,7	18,1	39,1	1,5	5,6
	P. B.	26,8	17,0	—	50,9	5,3
Homens	L. B.	80	7,8	6,6	0,8	4,8
	T. B.	39	39	14,8	2,5	4,7
	I. B.	45,9	16,1	37,1	0,7	0,2
	P. B.	29,7	23,4	—	42,5	4,4

273

Os dados da tabela são muito eloqüentes. Na metade do século XX a proporção de casamentos com pessoas de outras raças era muito grande, embora não chegasse a passar da metade, mas de qualquer modo era uma tendência irreversível. E, como Roche já nos havia alertado, alguns desses casamentos eram entre pessoas de religiões diferentes. Nas palavras do mesmo autor:

“Diferentemente do que se passou nas zonas rurais, onde haviam composto a totalidade ou a enorme maioria da população, não foi variação de sua percentagem que provocou a de sua endogamia”.

“Esta ainda é preponderante nas colônias, embora menos pronunciada que no século XIX. Decresceu mais ainda, embora recentemente, nas cidades: nelas caiu, em vinte anos, de 60% para 40% em algarismos redondos, isto é, de cinco cidadãos teuto-brasileiros que se casam, somente dois esposam um cônjuge da mesma origem, e três, um cônjuge oriundo de outra etnia. Mesmo se

é um pouco mais baixa que a de outros descendentes de imigrantes, a miscibilidade dos teuto rio-grandenses parece-nos incontestável atualmente”.

“A endogamia não foi apenas a medida do que se chama assimilação dos descendentes de imigrantes e que poderíamos chamar, seguindo a moda, atomização das etnias: pela fusão dos grupos étnicos constitui-se uma nova população rio-grandense, de origem lusitana certamente, mas transformada pelas contribuições alógenas. Essa transformação é ao mesmo tempo qualitativa e quantitativa, pois, pela multiplicação dos casamentos mistos, tende a uma outra homogeneidade. Os progressos da exogamia resultam, pois, de diversos fatores sociais ou culturais e, ultrapassando o domínio da família ou da profissão, atingem grupos cada vez mais extensos. Mas provocam, concomitantemente, transformações na vida mais cotidiana, bem como no patrimônio cultural dos descendentes de imigrantes e de todos os rio-grandenses”²⁷⁴.

Mas em interessante contraponto a impressão que as cidades ajudaram a miscigenar as raças, Roche defende a tese de que foi no campo, nas pequenas colônias que os teuto-brasileiros assimilaram mais aspectos da cultura gaúcha e brasileira²⁷⁵. Para Roche a miscigenação não necessariamente trouxe benefícios para a melhor assimilação do grupo teuto. Tal raciocínio faz sentido, já que adotar aspectos da cultura de um grupo permite que você possa abranger um universo muito maior de pessoas, casadas ou não com pessoas de fora do seu grupo étnico. Por outro lado, Roche defende a tese de que havia uma harmonia quase perfeita no relacionamento entre teutos católicos e evangélico-luteranos, já que, segundo ele, os dois grupos religiosos participariam das mesmas festividades religiosas, como a páscoa, o natal, etc. Mas novamente Roche insiste em dizer que isso não redundava em casamentos entre católicos e luteranos. Outro ponto que ainda despertava resistências era a questão dos vocabulários utilizados pelos descendentes de alemães, e em como isso marcaria a absorção desses grupos:

“A influência do meio rio-grandense não foi tão marcada pela

274 ROCHE, Jean. Idem, *ibidem*. p. 620-621.

275 ROCHE, Jean. Idem, *ibidem*. p. 634.

criação de palavras novas, com raízes alemãs, quanto pela adoção de palavras e giros de origem brasileira. Willems, que fez um estudo aprofundado do vocabulário brasileiro incorporado pelos colonos à sua língua, observa que quase todas as palavras se relacionam com a vida cotidiana: noções geográficas, animais, plantas cultivadas, alimentação, vestuário, casa e utensílios, pesos e medidas, profissão, administração, justiça e política. Isso corresponde a ‘uma população rural cujos interesses vitais gravitam em torno de elementos de cultura material’. Entretanto, a adoção de numerosos termos brasileiros, de parentesco e de amizade, revela nova função da vida social. Os canais dessa infiltração têm os contatos com os caboclos, as relações administrativas e políticas, as atividades profissionais. Em compensação, quase não há nenhum termo eclesiástico português no falar teuto-brasileiro: seria a prova de que a vida religiosa ficou isolada do meio brasileiro. Embora a sintaxe alemã tenha se conservado intata, pelo menos no conjunto, Willems pode falar de uma verdadeira hibridação do falar dos colonos, que se tornou realmente ‘uma língua teuto-brasileira’. Além disso, a pronúncia alterou-se pela influência fonética do português”.

“Mas Willems não pensa que o colono só tenha cedido à necessidade de adaptar sua linguagem aos elementos do gênero de vida; está seguro de que a língua nacional foi adotada voluntariamente pelo teuto-brasileiro, a quem seduzia o tríplice prestígio do português: era para o colono-agricultor o símbolo do meio pastoril; para o colono-camponês, o símbolo da civilização urbana; para o colono-cidadão, o símbolo do poder político pertencente à classe dominante”²⁷⁶.

O português seria a língua da aceitação social, a língua que permitiria o colono ser aceito na alta sociedade e na vida em família, daí ser tão valorizada. Já as expressões germanizadas estariam em um patamar intermediário: seriam necessárias devido as necessidades práticas do trabalho no campo, onde o colono freqüentes vezes se via com

276 ROCHE, Jean. *Idem*, *ibidem*. p. 657-658.

seus pares. A constatação interessante fica para os termos religiosos, praticamente intocados pela miscigenação com o português. Por se relacionarem com o sagrado, com o diálogo com o Criador, se revestiam de maior importância sendo resguardados de quaisquer ameaças de contaminação com o meio não-luterano dominante. Roche nos apresenta para o caráter conservador dos colonos com relação a sua religião, onde não haveria espaços para miscigenações religiosas nem casamentos mistos²⁷⁷.

Mudanças na estrutura da Igreja Luterana

O ponto mais baixo da germanidade no Brasil, segundo Martin Dreher, foi o período do *Estado Novo* de Getúlio Vargas (1937-1945), devido a série de leis de restrição e mesmo de perseguição a estrangeiros: obrigatoriedade do uso do português nas pregações e escolas, batidas policiais, imposição de professores brasileiros e prisão dos estrangeiros, entre outros. Vale lembrar que essas restrições não foram privilégio dos alemães e seus descendentes. Italianos e japoneses também sofreram severas restrições. Lembramos aqui, no caso da cidade de São Paulo – SP da necessidade de mudança de nome e de diretoria do antigo *Palestra Itália*, localizado no *Parque Antártica* (Rua Turiassú), que foi o brigado a adotar o atual nome de *S. C. Palmeiras*. Outro caso similar se deu com o *Palestra Itália* da cidade de Belo Horizonte – MG, obrigado a se tornar o atual *Cruzeiro*.

Após a *Segunda Guerra Mundial* (1939-1945) os sínodos luteranos viram-se obrigados a aceitar a necessidade de abasileiramento de sua pregação e catequese. A abertura as outras denominações cristãs também começou a surgir:

“Além do desejo de colaborar com todo o protestantismo brasileiro, surgiu a disposição de, em diálogo, discutir também com a Igreja Católica. As teses de Dohms, no Primeiro Concílio, realizado em São Leopoldo, são expressão desse novo sentimento de responsabilidade ecumênica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Em 1950, a Federação Sinodal foi aceita no

277 ROCHE, Jean. Idem, ibidem. p. 682-683.

Conselho Mundial de Igrejas e na Federação Luterana Mundial e, desde 1958, ela também faz parte da Confederação Evangélica do Brasil”²⁷⁸.

A Igreja Luterana via como necessidade a adequação a realidade brasileira. É dessa época a filiação ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI) em 1959, e os contatos com os jesuítas em São Leopoldo, RS a partir do ano de 1957, considerada pela bibliografia especializada o primeiro diálogo ecumênico bilateral ocorrido no país, anterior ao Vaticano II. Só em 1968 os diversos sínodos se reuniram²⁷⁹, dando a *IECLB* uma feição mais próxima da atual. O concílio extraordinário da *IECLB* criou a atual estrutura da Igreja, mas também se preocupou em emitir uma nota sobre seu compromisso ecumênico:

“Mensagem às Comunidades da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (por ocasião do Concílio Eclesiástico Extraordinário (23-27/10/1968 na Igreja da Paz – SP))”.

“(...) Concluamos a todos, em especial: (...)”.

“_ Conservai-vos abertos para o diálogo especialmente com os irmãos das demais igrejas que confessam Jesus Cristo como Senhor e Salvador, na viva esperança de que se aproxime o dia em que haverá um só rebanho e um só pastor”²⁸⁰.

278 DREHER, Martin Norberto. Op. Cit. p. 227.

279 Assim se deu a reunião dos Sínodos: “Em 1938 os presidentes dos quatro sínodos se reuniram para coordenar suas atividades, mas, durante a segunda guerra mundial, a situação reinante não permitiu a realização desses planos. Depois da guerra reiniciou-se o processo, surgindo a federação sinodal cujos estatutos foram aprovados pelos sínodos, entrando em vigor a 26 de outubro de 1949. Na realidade, esta federação sinodal era a Igreja Luterana, como a sua liderança logo reconheceu. Firmada nessa convicção no seu primeiro concílio (1950), a federação sinodal pediu admissão ao Conselho Mundial de Igrejas. Em 1954, o segundo concílio da federação sinodal acrescentou ao nome o de ‘Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil’”. DREHER, Martin Norberto. Op. Cit. p.207-208.

280 “A Cruz no Sul”. *Número especial, Natal 1968, Ano XX (p.06-07)*. Consulta ao jornal Kreuz im Süden (A Cruz no Sul), periódico oficial da *IECLB* na região sudeste, no mês de Julho de 2002.



281



Um estilo europeu na terra das palmeiras...

282

Com a chegada dos militares no poder em 1964 se formam dentro da Igreja grupos que cobravam uma postura mais crítica diante dos casos de tortura, principalmente após os incidentes da transferência da *V Assembléia da Federação*

281 *Museu Histórico Visconde de São Leopoldo*, São Leopoldo, extraído do livro ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul – Vol. I e II*. Trad.: Emery Ruas. Porto Alegre – RS, Ed. Globo. 1969.

282 *Studio Os Dois*, Porto Alegre, extraído do livro ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul – Vol. I e II*. Trad.: Emery Ruas. Porto Alegre – RS, Ed. Globo. 1969.

Luterana Mundial (FLM) de Porto Alegre (RS) para Evian (França), sinal de que a FLM cobrava de seus membros brasileiros um posicionamento mais claro diante do regime de exceção brasileiro. Com a pressão vinda da FLM surgiu em 1970 o *Manifesto de Curitiba*, a partir do qual a IECLB passou a denunciar as arbitrariedades cometidas pelo Governo. Um documento posterior recapitulou esse período dos anos sessenta e setenta:

“A IECLB é uma Igreja caracterizada pelo seu passado de uma ‘Igreja de imigrantes’. A maior parte dos nossos membros ainda hoje consiste de pequenos agricultores, cuja maioria é integrada apenas passivamente na dinâmica sócio política do nosso país... Em 1968, os quatro sínodos, que se haviam formado independente um do outro, se integraram definitivamente na IECLB, aceitando uma nova constituição de Igreja. A preparação da 5ª Assembléia Geral da FLM e, especialmente, a transferência da mesma ajudou a aprofundar o processo para uma mentalidade e atuação eclesiásticas de âmbito geral e o tornou conhecido além dos nossos limites eclesiais. No VII Concílio Geral (1970) foi aceito unanimemente o ‘Manifesto de Curitiba’. No VIII Concílio Geral (1972) foi substituída a tradicional Ordem da vida eclesiástica. Em seu lugar foi aceito um ‘Guia para a atuação comunitária em fé e ação’ (‘Nossa Fé — Nossa Vida’). Este ‘guia’ certamente é, até agora, a manifestação comum e autônoma mais expressiva da nossa Igreja em relação à sua renovação interna. Ao mesmo tempo este concílio colocou mais duas prioridades: ‘Novas áreas de atuação’ (incluindo... as novas áreas de colonização no norte e noroeste do país) e ‘autonomia financeira’²⁸³.

Recapitulamos em linhas gerais a epopéia dos imigrantes em terras brasileiras, em especial a implantação de sua Igreja. Vimos como foi difícil para esses alemães abandonar familiares, amigos, trabalhos para se aventurarem em uma terra absolutamente desconhecida e fantástica; depois, como foi difícil trabalhar e constituir família em um país onde não falavam a mesma língua dos naturais, nem mesmo seguiam – no caso dos luteranos – a mesma religião; mais a frente as dificuldades inerentes ao relacionamento dos diferentes grupos entre si; e por fim a aceitação da

283 “Quem assume esta tarefa?. São Leopoldo - RS, Ed. Sinodal. 1977”, in: REILY, Duncan Alexander. *Historia documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo, ASTE. 2003. 3ª edição. p. 356-357.

língua, dos costumes e até mesmo a preocupação com as mazelas dos não teuto-brasileiros.

Vimos como as concepções de casamentos mistos variam bastante de autor para autor. Dreher, Reily e Schünemann trabalham a concepção teológica do casamento misto – ecumênico – inter-confessional como união de pessoas de denominações diferentes, não contemplando diferenças de raça ou nacionalidade, o que não deveria nos espantar já que os três são pastores: o primeiro e o terceiro, luteranos, e o segundo metodista.

Já Roche, citado exaustivamente nas linhas acima discorda deles ao apresentar o casamento misto como a união de pessoas de etnia diferente, e mesmo assim o conceito de Roche de etnia é *sui generis*: pessoas de tipo físico diferente, no caso o tipo mediterrâneo – italiano e português, em confronto com o tipo caucasiano ou germânico dos alemães, contra o de eslavos e outras etnias que compõe o tipo atual do gaúcho.

Outra linha interpretativa por nós recapitulada tratava do papel dos alemães na modernização agrícola e social do Brasil. Oberacker Jr. não tinha “papas na língua” ao afirmar um absoluto papel inovador dos imigrantes. Já Roche matizou essas colocações, mostrando que houve simultaneamente dois movimentos: de inovação nas relações de trabalho e sociais, por um lado; e acomodação dos imigrantes frente a sociedade dominante, por outro.

Outro termo esgrimido nas linhas anteriores referia-se a germanidade dos imigrantes. Dreher foi o que mais se aprofundou nos desdobramentos teológicos e espirituais dessa vontade de preservar uma identidade peculiar luterana; já Roche pensou a germanidade como um excrescimento da imigração alemã, uma tentativa de setores letrados de se destacar no grupo e na sociedade brasileira, com conseqüências trágicas para o grupo.

Por fim a concepção do descendente de alemães no Brasil. Roche chamou de teuto-brasileiros os filhos de imigrantes alemães no Brasil, o que implicitamente mostra que os netos e bisnetos já estariam excluídos dessa definição. Já Dreher utiliza uma concepção mais ampla, centrada em sua definição de germanidade: para esse autor, mesmo netos e bisnetos de imigrantes, identificados com o grupo fechado poderiam ser identificados como membros da germanidade.

Agora é tempo de entrarmos em cheio no tema da nossa tese: os casamentos mistos – ecumênicos – inter-confessionais na cidade de São Paulo – SP.

Capítulo 3
O casamento
inter-confessional
na cidade de
São Paulo - SP

O casamento inter-confessional na cidade de São Paulo - SP

Depois de refletirmos acerca de uma definição sobre o casamento inter-confessional, sua aplicação e contextualização na Introdução e capítulos 1 e 2, agora é o momento de tratarmos do coração de nosso trabalho: a vivência desse casamento nas comunidades por nós escolhidas.

a) Apresentação da Igreja da Paz – luterana



Fundada pelo Pastor Friedrich Zander em 1954 a comunidade do Campo Belo, São Paulo-SP, se reunia na casa do pastor para desenvolver projetos apostólicos na região além de ministrar a educação das crianças da comunidade. Desde essa época, os fieis sentiam a necessidade de um local próprio para as celebrações, que nessa época eram realizadas simultaneamente em uma Igreja metodista local e na Igreja Matriz da IECLB (Av. Rio Branco, 34 – Centro), o que revela uma interessante interação ecumênica entre as duas Igrejas.

Em fins de 1957 um terreno no bairro de Granja Julieta, São Paulo-SP foi doado para a construção da nova igreja, cuja pedra fundamental foi lançada em fins de 1958. Pouco mais de um ano depois, em novembro de 1959, já funcionavam na igreja grupos de senhoras e da Juventude Evangélica Luterana.



No. 1 Torre da igreja da Paz



2



3

Fotos 1–3: Fachada, porta de entrada para a nave da igreja, e portão de acesso da Igreja da Paz. Edison Minami. 09-2007.



No. 4

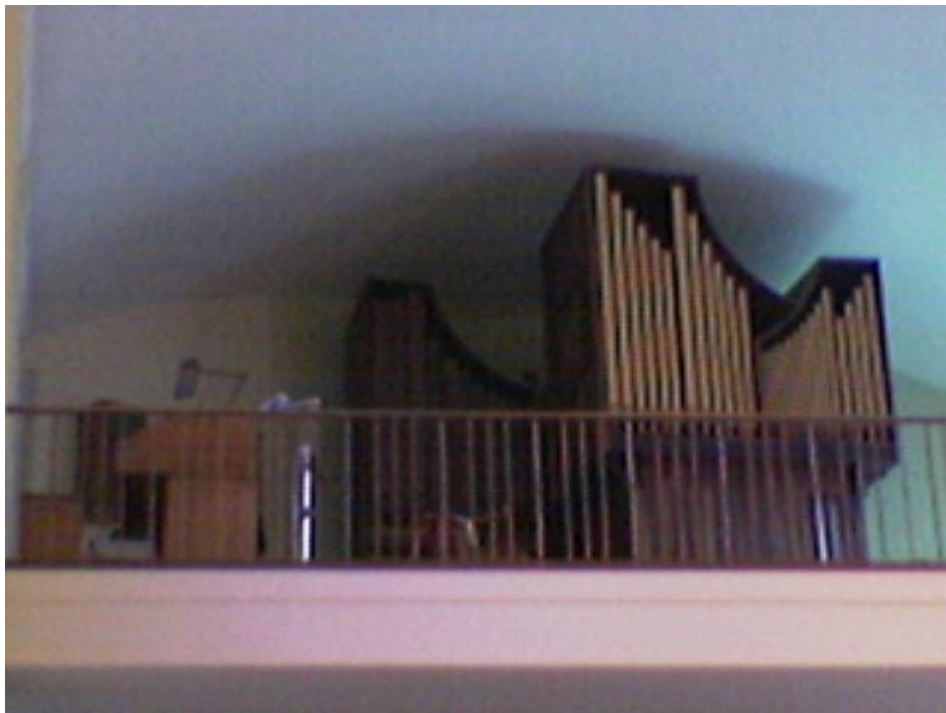
Nave da igreja



No. 5 Altar



No 6 Vitrais



No 7 Órgão da igreja no mezanino

Fotos 4-7: Interior Ig. da Paz – corredor, altar, vitrais e órgão. Edison Minami. 03-2007.

Em 1970, Pastor Ulrich Sperb chegou para auxiliar o trabalho na comunidade, permanecendo até 1977. Já Pastor Zander permaneceu como primeiro pastor até 1975.

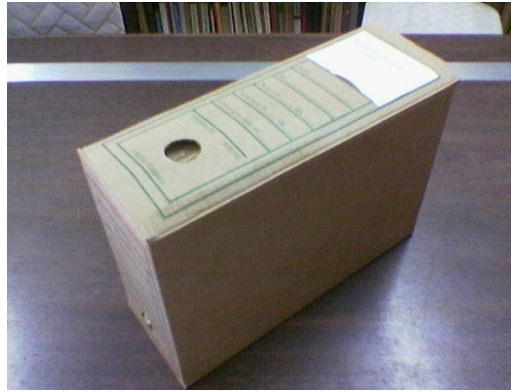
Como substitutos chegaram os pastores Martin Hiltel, Waldir Schubert, e Carlos Möeller, este último chegado no ano de 1981. Os demais pastores seriam auxiliares, sinal de que a comunidade era rica, e crescia continuamente tanto no número de fiéis brasileiros quanto alemães, já que era a própria igreja quem devia arcar com as despesas dos pastores: alimentação, moradia, filhos dos pastores, transporte, etc. Em 1982 o Pastor Hermann Wille assumiu o primeiro pastorado, seguido em 1985 pelo pastor Walter Rosebaum. O aumento de responsabilidades levou a chegada, no ano de 1991, de um quarto pastor a igreja.

A igreja da Paz se encontra localizada na zona sul de São Paulo, no bairro de Santo Amaro, em uma região valorizada da cidade. Seus moradores hoje são de classe alta e média alta, e a área é bem estruturada, com asfaltamento, arborização e diversos equipamentos urbanos como linhas de ônibus, pistas expressas como a Marginal Pinheiros, escolas, supermercados, lojas e comércio em geral. Ou seja, trata-se de uma igreja com freguesia de alto poder aquisitivo.

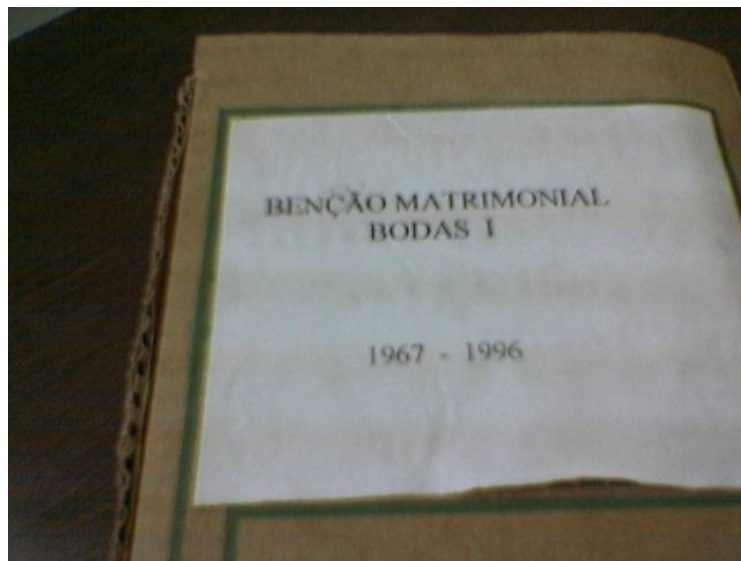
Já falando da estrutura da igreja em si, ela é muito boa. A igreja é limpa, asseada e está em bom estado de conservação, espaçosa, cabendo nela mais de cem pessoas por celebração. Possui vitrais coloridos, órgão e um pequeno altar. Na entrada lateral há um closet com uma rampa que permite o acesso de cadeirantes, deficientes físicos e idosos, além de uma livraria paroquial.



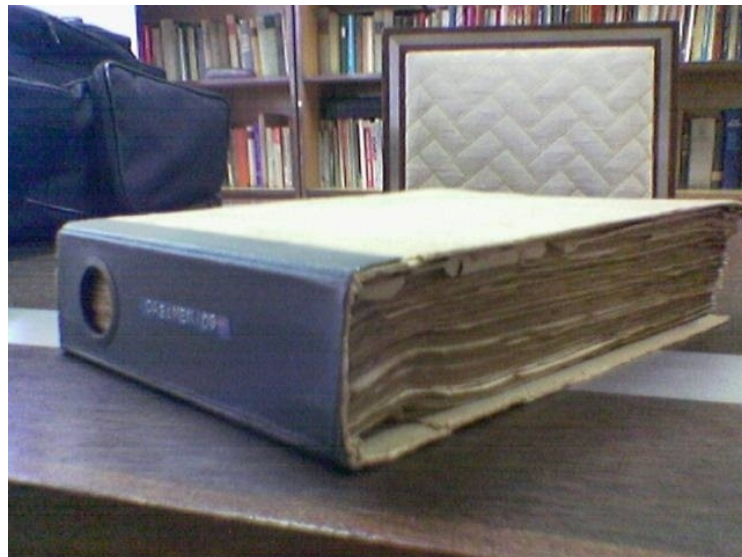
Foto 8: Secretaria da igreja da Paz (porta à esquerda). Edison Minami. 03-2007.



9



10



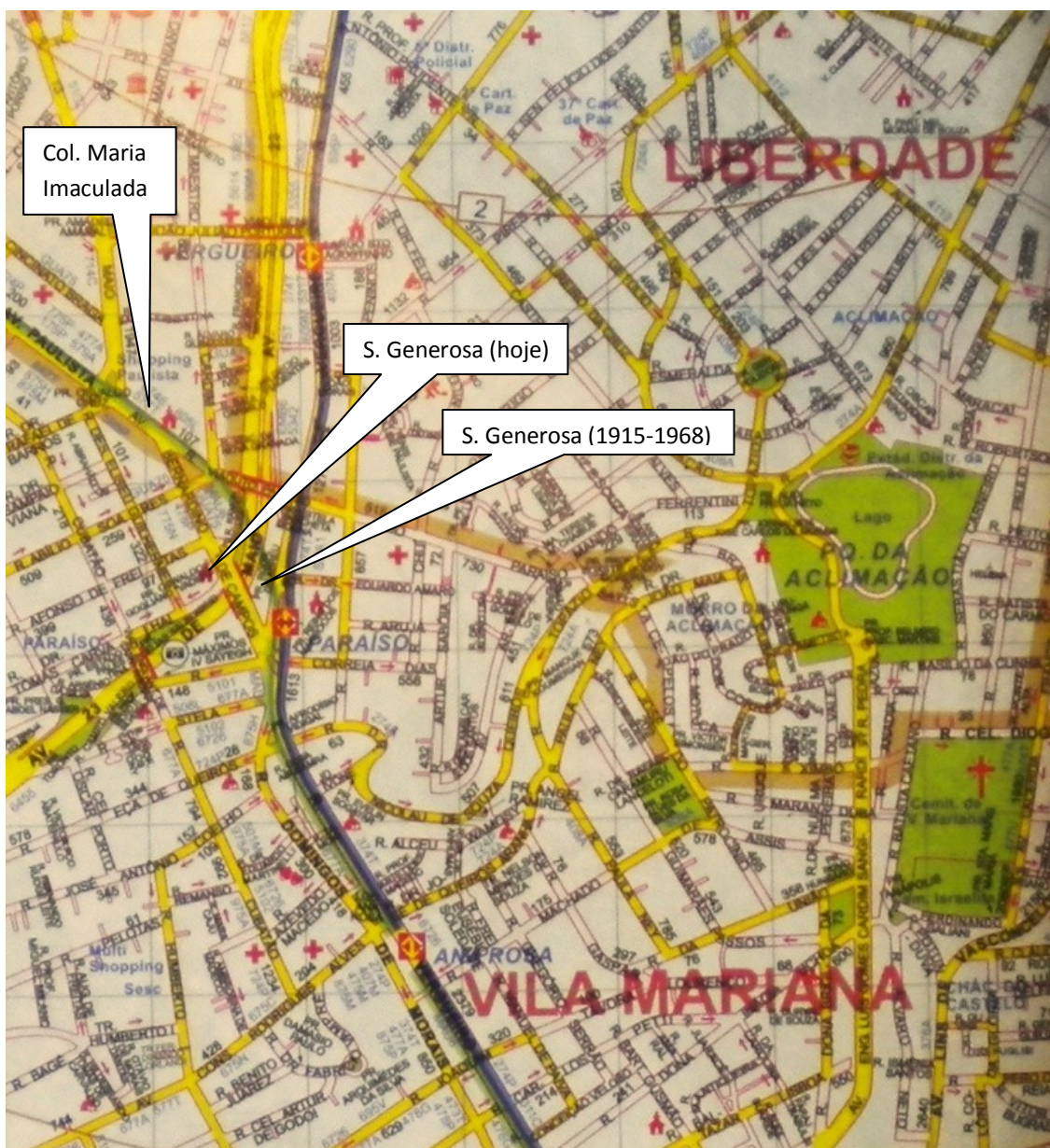
11

Fotos 9-11: Caixa e documentos da Ig. da Paz. Edison Minami. 03-2007.

A igreja da Paz possui anexos como um salão para festas, salas de aula para crianças, biblioteca, banheiros, e até um sebo com livros em alemão com preços em

conta. No lado oposto, de frente a um jardim bem cuidado, uma árvore frondosa nos apresenta uma “casa na árvore” para as crianças, e ao seu lado um caminho de pedras nos leva aos anexos mais respeitados da igreja: as residências dos pastores. Duas casas geminadas com dois andares cada, janelas quadradas de frente das quais o cão do pastor brinca com seu dono.

B) Apresentação da Paróquia de Santa Generosa – católica



Aqui é preciso um alerta. Infelizmente uma paróquia com quase 100 anos de vida como S. Generosa ainda não teve sua historia escrita. Tive que me valer de boletins paroquiais que estavam em meu poder, dos anos de 1999-2009. O uso dos boletins acarreta uma série de problemas com relação à objetividade e idoneidade dos dados informados pelo cônego José Mayer Paine que reiteradamente consulta e reconta fatos relacionados à igreja, muitos presenciados por ele, e os insere na *História de nossa paróquia* (coluna regular dos boletins). Assim devemos ver diversos fatos aqui descritos como testemunhos pessoais baseados em documentos de arquivo.

Antes de mais nada, porque a igreja se chama S. Generosa? Devido a homenagem dada a mãe do vigário geral da Arquidiocese em 1915, ano de criação da paróquia. O decreto de criação da paróquia afirmava que ela originalmente seria denominada *Paróquia de Vila Mariana*, sob a égide de S. Generosa:

“(...) em homenagem a Sra. Generosa Liberal Pinto, de importante e tradicional família paulistana, mãe de D. Gastão Liberal Pinto, vigário geral da arquidiocese e, posteriormente, Bispo de São Carlos”²⁸⁴.

Ou seja, S. Generosa – a paróquia nasceu antes mesmo de se saber ao certo quem era sua padroeira. Mas quem foi S. Generosa?

Infelizmente existem poucas informações a respeito de S. Generosa, a mártir, até mesmo de sua terra de origem. É difícil dizer com exatidão os limites da província romana da *Numídia*, que hoje abrangeria territórios da Tunísia e da Argélia. O que sabemos é que por volta do ano 180 d. C já havia cristãos na região de Cartago, norte da África. Podemos concluir isso da *Ata dos mártires de Scili*, considerado um dos mais autênticos relatos de martírio da antiguidade cristã.

Brevemente devemos tratar do complexo tema do culto imperial na Roma antiga e sua conflituosa relação com os cristãos. O choque entre a universalidade da mensagem cristã derivada do monoteísmo judaico e o politeísmo oficial do Império Romano que além de oferecer um amplo leque de divindades abria espaço para a possibilidade de se cultuar novas divindades das diversas províncias desde que esse novo culto permitisse o culto oficial ao Imperador de Roma, *Pontifex Maximus*, em determinadas ocasiões. Essa curiosa pluralidade religiosa era representada pelo Pantheon, edifício onde havia altares para todos os deuses, até mesmo os desconhecidos. Segundo o que podemos ler em At. 17, 23²⁸⁵ as diversas cidades do Império possuíam altares e locais similares.

Com o radicalismo da mensagem cristã fica fácil entender que os cristãos eram acusados de ateísmo e desobediência civil, já que sua prática os segregava da maioria da

284 *A paróquia de Santa Generosa*. Ano XL, No. 1460, Abril de 1999.

285 “Percorrendo a vossa cidade [Atenas] e examinando os vossos monumentos sagrados, até encontrei um altar com esta inscrição: ao Deus desconhecido. Pois bem! O que venerais sem conhecer, é que eu vos anuncio”. Essa passagem faz parte de um discurso maior de São Paulo apóstolo, parte de um formato primitivo de catequese aos pagãos. O resultado foi decepcionante: os atenienses fizeram troça das palavras de Paulo.

população pagã, e os via como potenciais desordeiros, pois além de ignorarem o culto oficial o cristianismo aceitava em suas fileiras homens e mulheres de todas as condições: meretrizes, escravos, libertos, crianças, velhos, pobres, ricos, doentes, etc. Era nesse contexto que Santa Generosa foi presa, julgada e executada. O episódio do martírio teria ocorrido assim:

Um grupo de cristãos teria sido denunciado pelo crime de “Lesar majestade divina” por não terem cultuado a imagem do imperador de Roma. Diante do juiz eles não temeram a pena de morte, e repetidamente confessaram sua fé cristã, até que:

“O pro cônsul Saturnino mandou então anunciar pelo arauto:
‘Mando que conduzam ao suplício Esperato, Natzalo, Citino,
Vetúrio, Aquilino, Lactâncio, Januária, *Generosa*, Véstia, Donata e
Secunda’”.

“Todos – Graças a Deus”²⁸⁶.

Apenas a referência do nome nos indica que a mártir existiu. Existem mais paróquias dedicadas à santa mártir. Além de uma basílica na Itália, existe uma capela na Espanha, a Capela de Santa Generosa na *igreja arciprestal de San Pedro y San Pablo de Ademuz* - Valencia, Espanha. Haveria também em Roma, na *Ig. S. Gioacchino ai Prati* uma capela em honra a Santa Generosa.

Essa lacuna na biografia de S. Generosa cria um problema particularmente grave referente a devoção popular: ela não é palpável, não se sabe se viveu as agruras do cotidiano, e nem mesmo qual foi o meio usado para supliciá-la. Assim a devoção popular não pode trabalhar a imagem da santa no sentido de se criar uma empatia em torno de pedidos concretos como o que ocorre com S. Judas Tadeu (Causas impossíveis), S. Rita de Cássia (Desesperados), e menos ainda com os chamados “Santos canonizados pelo povo” como S. Antoninho da Rocha Marmo, as *13 almas* do Edifício Joelma, santificados pelo catolicismo popular por terem experimentado agruras durante suas vidas terrenas como fome, sofrimentos de queimaduras, agressões,

286 In: ROPS, Daniel. *A Igreja dos apóstolos e dos mártires. Vol. I*. São Paulo, Quadrante. 1989. p. 184-185. O Grifo é de minha autoria.

violências físicas ou morais. O fato de uma pessoa ser canonizada pela Instituição Católica não significa que a devoção a ele ou ela será popular²⁸⁷.



Anfiteatro dos mártires – Cartago, Tunísia.



Santa Generosa - †180 d. C.

No altar principal da igreja paulistana existe uma imagem similar a da estampa. A paróquia até hoje possui uma relíquia autêntica de osso de Santa Generosa:

“(...) trazida de Roma, com o respectivo documento de sua autenticidade, ‘pelos bons ofícios do Revdo. Pe. Francisco Freire de Moura filho, Capelão Militar da Força Expedicionária Brasileira, quando da 2ª Guerra mundial”²⁸⁸.

287 Para mais informações, recomendo: FAUSTINO, Evandro. *O renitente catolicismo popular*. São Paulo, FFLCH-USP. 1996. Tese de doutorado.

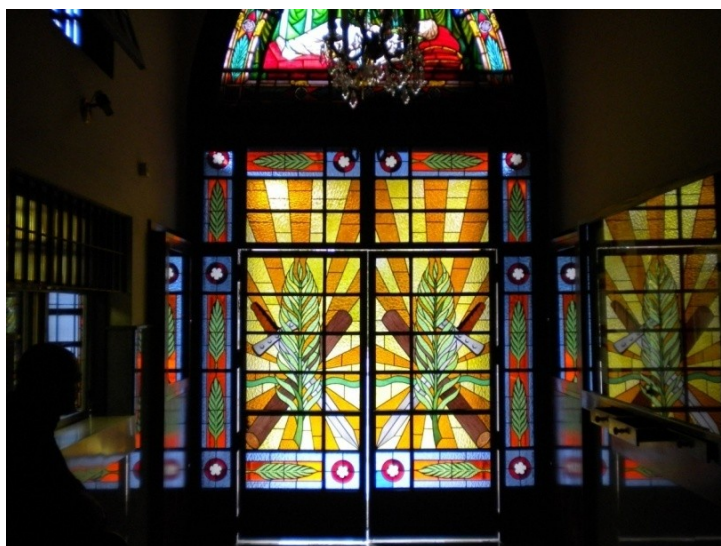
288 *A paróquia de Santa Generosa*. Ano XXX, No. 1348, Julho de 1999.



Atual igreja. Edison Minami. 03-2007.



Nsa. Sra. das Graças - Entrada da atual igreja. Edison Minami. 07-2009

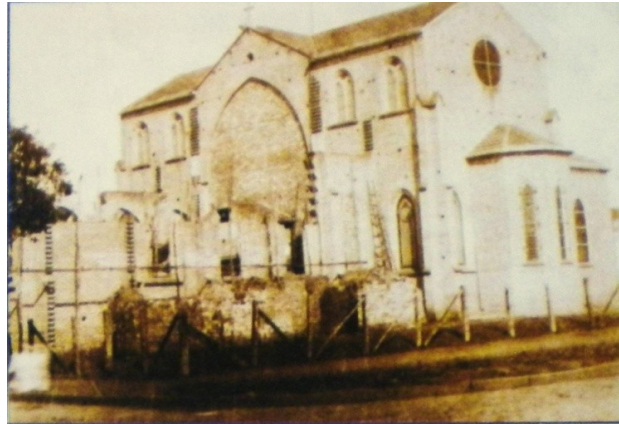


Entrada da atual igreja. Edison Minami. 07-2009.

Do lado esquerdo da foto está a secretaria paroquial, onde estão guardados os Livros de Tombo, e a direita o painel de avisos e a porta da sala do pároco.

Origens da paróquia

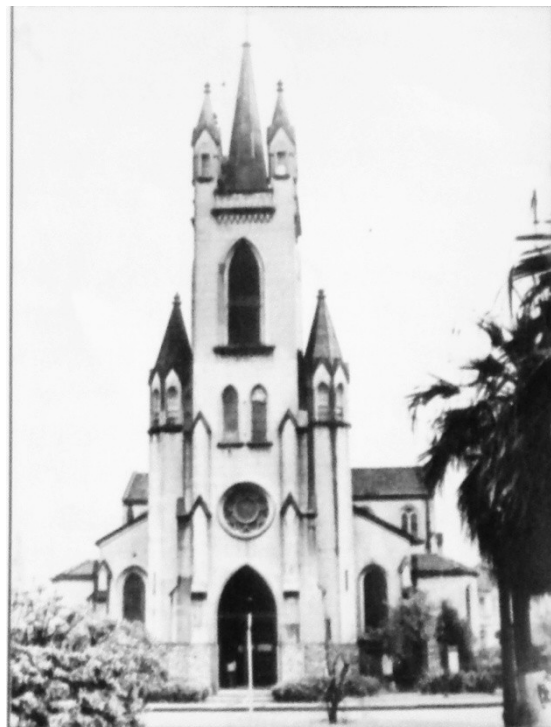
De acordo com os boletins paroquiais, há uma pré-história da paróquia. No dia 21/02/1890 o então bispo de S. Paulo D. Lino Deodato teria recebido um requerimento para transformar em igreja matriz uma capela no bairro de Vila Mariana. Anos depois, em 27/04/1912 teria sido formada uma comissão de membros encarregada das obras para a criação da Ig. Matriz no bairro. Finalmente, no dia 04/04/1915 foi criada a paróquia por ordem do então cardeal D. Duarte Leopoldo e Silva, no antigo *largo Guanabara*. Seu primeiro pároco foi Mons. Marcelo Franco, que assumiu a paróquia quatro dias depois (08/04/1915). Ao longo desses anos sua área foi bastante reduzida. Até o ano de 1915, conforme falamos acima havia apenas uma pequena capela em honra a mártir.



1924 - Paroquiato Mons. Marcello Franco

289

Em 1924 era oficialmente inaugurada a nova Igreja Matriz de Santa Generosa, que seria sucessivamente ampliada até fins dos anos sessenta. Mas em 1943 Cônego Pedro Gomes, 2º vigário da paróquia, recebeu um comunicado da Prefeitura de São Paulo dizendo que em razão das obras de urbanização da cidade a igreja deveria ser desapropriada. Em vista disso Côn. Pedro paralisou as obras de ampliação que somente seriam retomadas anos depois. Em 1948 tendo tomado posse o 3º vigário, Cônego Alberto Baccili reiniciou as obras, inaugurando uma nova igreja em 1950.



1950 - Paroquiato Côn. Alberto Baccili

290

289 *A Paróquia de Santa Generosa*. Ano XXXIII, No. 1370, Julho de 2001.
290 *A paróquia de Santa Generosa*. Ano XXX, No. 1345, Abril de 1999.

Em 06 de fevereiro de 1955 tomou posse o atual pároco: Cônego José Mayer Paine. Nesse mesmo ano de 1955 saiu o primeiro folheto – jornal da paróquia com uma periodicidade mais ou menos regular até hoje. Em maio de 1968 o boletim *A paróquia de Santa Generosa* foi o primeiro a publicar em português as partes móveis da missa, seguindo as novas determinações do Vaticano II. Somente em 1993, por determinação do então Cardeal Arns, o folheto *O povo de Deus em São Paulo* foi adotado na Paróquia, deixando o Boletim de publicar o missal²⁹¹. O cônego, bastante conhecido pela sua obediência aos superiores – no caso o cardeal arcebispo – aceitou sem reclamações, embora ainda hoje possamos encontrar paroquianos antigos²⁹² que lembram que até esse ano a igreja adotava a liturgia de São Pio V²⁹³.

Em 1967 a Prefeitura decidiu desapropriar e demolir a igreja devido às obras de construção do metrô. A atual igreja foi construída onde era o salão e a casa paroquial, na rua Afonso de Freitas, 49. Durante o tempo em que estava sendo construída a nova igreja a Paróquia de Santa Generosa funcionou na capela do *Colégio Maria Imaculada*, próximo a Av. Paulista.



294

291 *A paróquia de Santa Generosa*. Ano XXX, No. 1345, Abril de 1999.

292 Por exemplo, o Sr. Sydney Coelho, de quem colhemos esse depoimento.

293 O atual papa Bento XVI restaurou o uso dessa liturgia para alguns grupos conservadores que se recusavam a adotar a missa em vernáculo. Através do *Motu próprio Summorum pontificium*, de 07/07/2007 a missa Tridentina ou de S. Pio V pode ser novamente celebrada. Em São Paulo capital duas igrejas celebram regularmente missas “em Latim”: *Ig. Menino Jesus e Santa Luzia* (R. Tabatinguera 104), e a *Ig. Nsa. Sra. da Boa Morte* (R. Tabatinguera 301). Segundo soubemos através de contato telefônico, nos finais de semana essas missas são muito frequentadas, por católicos conservadores ou não, e até mesmo simples curiosos.

294 *A paróquia de Santa Generosa*. Ano XXXVI, No. 1412, Abril de 2005.



295

Fotos 09 e 10: Demolição da antiga igreja.

No local da antiga igreja foram feitas uma praça e acessos da atual estação Paraíso do Metrô.

O atual cônego reiteradamente refere-se ao episódio da demolição da antiga igreja como uma grande provação dada a ele por Deus. Todos os anos ele repete sua versão dos fatos, em especial durante as solenidades da padroeira (14/07) ou nas datas referentes a acontecimentos referentes a ele, como seu aniversário, ordenação, eleição para pároco, entre outros. Os boletins cumprem a missão de resgatar a memória do esquecimento, de mostrar aos novos paroquianos que a história da igreja confunde-se com a de sua padroeira. Assim como Santa Generosa recusou-se a prestar o culto ao Imperador romano e morreu por isso, a Ig. de S. Generosa poderia ter escolhido um caminho mais fácil e de menos sofrimento, mas não o quis. O pároco, excelente arquivista, procura manter a história da paróquia.

Uma pequena historieta ilustra bem isso. Nos primeiros estágios desta pesquisa, fomos ao *Arquivo Metropolitano da Cúria de São Paulo*, na Av. Nazaré 993, Ipiranga – S.P. Conversamos com o diretor do Arquivo e explicamos os objetivos de nosso trabalho. Quando falamos que havíamos procurado o cônego Paine sobre liberação de documentação, ele (o diretor) nos falou que éramos privilegiados, já que o cônego nunca havia liberado documentação para o Arquivo da Cúria, apesar da insistência da diretoria do arquivo. Posteriormente comentamos com um dos funcionários da igreja o

295 *A paróquia de Santa Generosa*. Ano XXXVI, No. 1410, Fevereiro de 2005.

ocorrido, e esse funcionário nos falou que o cônego vê nos arquivos da paróquia a prova de anos e anos de sofrimentos em prol da paróquia e da Igreja. De fato, pelo menos no que se refere a atas matrimoniais podemos atestar que estão guardados todos os processos de casamentos desde 1915 no arquivo morto em perfeita ordem e estado de conservação, apenas esperando o dia em que serão estudados. No presente momento (08/2010) está em andamento um trabalho de limpeza, restauração, re-encadernação e reorganização do arquivo morto da paróquia.



Placa originalmente existente no viaduto S. Generosa, colocada após a demolição da igreja e furtada pouco depois.

Voltando a história da paróquia, em 27/09/1970 o Cardeal D. Agnelo Rossi inaugurou a atual igreja, celebrando a primeira missa no novo templo. Ainda hoje muitos objetos, móveis, lustres, objetos de culto, que sobreviveram à demolição da antiga igreja, são utilizados ou estão guardados em um pequeno museu dentro da igreja. Nos anos seguintes, mais e mais melhorias foram sendo acrescentadas: enfermaria, cozinhas, dispensa (para a distribuição de cestas básicas para os pobres), salões de festas. Podemos dividir os diversos paróquiatos do seguinte modo:

1º Vigário - Mons. Marcello Franco 08/04/1915 a 06/05/1932

2º Vigário: Mons. Pedro Gomes 25/06/1932 a 28/12/1947

3º Vigário: Côn. Alberto Baccili 01/01/1948 a 31/01/1955

4º Vigário: Côn. José Mayer Paine. A partir de 06/02/1955.

Segundo informações extraídas do Boletim Paroquial, até o ano de 1999, 58 sacerdotes e três diáconos exerceram suas funções em Santa Generosa, entre eles 10 vigários paroquiais (coadjutores) e 44 auxiliares²⁹⁷.

Hoje raros são os transeuntes que percebem a pequena entrada da igreja, espremida entre uma oficina de balanceamento de pneus, uma loja de camas, uma doceria e uma rádio (*rádio Capital*) de um lado, e um terreno murado e um prédio do outro. Desses raros espectadores, pouquíssimos percebem os dizeres em latim na fachada da igreja: *Deo in honorem Beatæ Generosæ*, ou entram para uma visita, já que as portas de vai-vem criam a ilusão de que a igreja vive fechada. E aqueles privilegiados que param para admirar talvez não desconfiem da história longa de suas fachadas.



Painel existente na entrada da igreja sobre sua história. Julho de 2009. Edison Minami.

297 *A paróquia de Santa Generosa*. Ano XXXII, No. 1356, Abril de 2000.



Atas de casamento de S. Generosa - Arquivo morto. Julho de 2009. Edison Minami.

O cônego Paine não dá mostras de querer se aposentar. Continua celebrando quase diariamente e confessando, às vezes horas a fio, em especial nos domingos e dias de festa todos aqueles que pedem orientação. E agora conta com o auxílio de um novo colaborador, Pe. José Antonio Xiao, que desde agosto de 2009 reside nas dependências da paróquia.

Próxima do “Centro Velho” da cidade de São Paulo, a paróquia se encontra em uma das regiões mais movimentadas da metrópole. Sendo o seu endereço (Av. Bernardino de Campos) uma extensão da Av. Paulista e cruzando a Av. 23 de maio pelo seu viaduto, o tráfego de carros é intenso o dia todo, chegando a atrapalhar a celebração

de missas. Por isso a necessidade das portas de vai e vem. Procissões e outros atos externos se vêem prejudicados pelas buzinas apressadas de quem não entende ou não quer entender o que se passa.

O público que frequenta a igreja é mais heterogêneo que o da igreja da Paz, constituído de pessoas de passagem para a Av. paulista ou ao metrô; moradores da região e mesmo de locais distantes que pegam um ônibus ou metrô para vir até a igreja. No geral, são pessoas de classe média e média alta identificadas com o catolicismo tradicional. Digo isso porque a ausência de violões, missas “carismáticas” e celebrações ruidosas acabaram por atrair católicos que optam por rezar em silêncio. Outro atrativo segundo me confidenciaram diversos fiéis, é a presença de sacerdotes nos confessionários durante as missas e mesmo outros horários, artigo raro em outras freguesias.

A maior diferença entre a ig. da Paz e a paróquia de S. Generosa talvez resida aqui: enquanto que no portão de entrada da ig. luterana se vê um interfone, na ig. católica as portas de vai e vem esperam qualquer um que adentre. Aqui repete-se o fenômeno a que nos referimos páginas atrás: o catolicismo possui o conceito de pastoralidade, a vontade de congregar todos os seres humanos como fiéis, organizados em atividades comuns, algo ainda estranho a mentalidade individualista do protestantismo de um modo geral²⁹⁸.

Atas de casamentos / estudo de casos - a documentação de Santa Generosa

Na Paróquia de S. Generosa para identificarmos a denominação do cônjuge não católico foi necessário consultar os processos dos casamentos, localizados no *Arquivo Morto* da paróquia (vide fotos acima). Nos processos analisados na paróquia de Santa Generosa a totalidade dos casamentos de mista religião apresentavam a *dispensa de proclamas*. Relembrando que:

“A dispensa é a liberação do cumprimento de uma lei, de caráter puramente eclesiástico, e será concedida num caso concreto por quem possui atribuição legal para isso”.

298 Cf.: RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. – FILHO, José Bittencourt. *Por uma nova teologia ecumênica – a teologia da proscricção*. São Paulo, Paulinas-Koinonia. 1996. Diversos artigos.

“A lei continua em vigor e obriga a todos, menos a quem tenha sido beneficiado pela dispensa, com o intuito de prover seu bem particular. Pressupõe que exista justa causa de dispensa, uma vez observadas às circunstâncias do caso e a norma em questão”.

“Não são passíveis de dispensa as leis de direito divino, mas apenas as de natureza eclesiástica”.

“As razões da existência desse instituto da dispensa são de índole pastoral. As particularidades de cada caso justificam a dispensa do cumprimento da lei geral”²⁹⁹.

No caso dos “casamentos mistos” o que ocorre é que a disparidade entre denominações é um *impedimento dirimente*, ou seja, ele é proibido pelo costume e pelo direito canônico, mas basta a dispensa do bispo ou do cônego responsável (aquele que dirige) para que o casório possa ocorrer. Essa foi uma das maiores mudanças ocorridas no Direito Canônico entre 1917 até 1983, já que além de permitir casamentos que até então eram desaconselhados, oficializou todos aqueles que haviam sido celebrados sem dispensa de bispo e/ou ordinário católicos, perdoando todos os casais que até então viviam em matrimônio mas não haviam regularizado sua união.

Voltando as atas de casamento da Paróquia de S. Generosa, notamos a minúcia com que o cônego Paine levantou as informações: quanto tempo o noivo(a) morava na paróquia (aqui se procurava saber sobre os últimos dez anos de vida da pessoa); em que paróquia foi batizado e crismado; se havia realizado o curso de noivos; se os pais dos noivos eram católicos; além dos já citados pedidos de educação católica dos filhos, de respeito pela liberdade religiosa do cônjuge católico, e de empenho da parte católica em converter a não católica.

Encontramos diversos processos onde cônego Paine cobrou do cônjuge o compromisso de voltar a freqüentar a Igreja e educar os filhos no catolicismo. No geral a resposta era afirmativa, embora no momento não tenhamos informações complementares que nos revelem se esses compromissos eram cumpridos ou não. Em

299 CAPPARELLI, Julio Cesar. *Manual sobre o matrimônio no direito canônico*. Trad.: Armando Braio Ara. São Paulo, Paulinas. 2004. 2ª Edição. p. 56.

conversa com cônego Paine em 2006 ele nos confidenciou que boa parte dos casamentos mistos terminavam com o cônjuge católico abandonando a Igreja Católica.

Já casamentos com *Disparidade de cultos* (o casamento entre um católico e um cônjuge não cristão), eram menos freqüentes que os mistos. A benção nupcial era dada *Extra missam* (fora da missa), o que, conforme vimos anteriormente era a praxe determinada pelo Direito Canônico quando o cônjuge não católico optava pela benção do representante de sua denominação.

Por outro lado, raros eram os processos matrimoniais onde não constava dispensa de proclamas. Os demais juramentos a que o cônjuge acatólico estava obrigado eram anotados por escrito freqüentes vezes nas margens do processo. No caso da paróquia de S. Generosa, junto com o interrogatório do Cônego Paine era acrescentada a dispensa do arcebispo de São Paulo protocolada na cúria ou de outro membro da cúria metropolitana, o que tornava o processo mais lento, é verdade, mas dava ao mesmo uma roupagem mais completa e livre de dúvidas. Aliás, uma curiosidade: em boa parte dos processos analisados, os documentos foram encadernados quase sempre na mesma seqüência: fichas de casamento, entrevistas, declarações de batismo, declarações de dispensa matrimônias, e documentos da cúria. Encontramos dois documentos anexos aos livros de registro de casamentos que endossam as afirmações acima:

“Declaração”

Ao tomar posse desta Paróquia de Santa Generosa – 5 de fevereiro de 1955 – não existia no Arquivo paroquial este livro de casamentos, datando o último de 1954. Adquirindo-o na Cúria Metropolitana, cataloguei os processos encontrados, tanto quanto me foi possível, e lancei-os neste livro, assinalando os termos com a rubrica pelo Pároco (?) Paine, uma vez que não podia assumir a responsabilidade de tais assentamentos. Da página 25⁰⁵ em diante começa o meu paroquiato como vigário ecônomo e da página 124⁰⁰ para a frente como Pároco. Em consciência procurei fazer os assentamentos o mais perfeito possível, o que nem sempre consegui, sobretudo quando se tratou de casamentos religiosos fora,

e porque os responsáveis tardavam em remeter a ata ou porque não a remeteram ou porque fizeram-na incompleta. Fiz o que estive ao meu alcance.

S. Paulo, na festa de N. S. de Lourdes

1963

José Mayer Paine

Pároco”³⁰⁰.

Sobre o segundo livro lemos o seguinte:

“Nota”

1) Há neste livro alguns assentamentos incompletos por falta de (?). Não obstante vários pedidos feitos às paróquias onde foram celebrados os casamentos, conforme consta de cópias de cartas anexadas aos processos arquivados nesta paróquia de Sta. Generosa. Não obtivemos respostas.

2) Outros assentamentos estão fora de ordem cronológica pelo atraso que no processo devolvidas as respectivas atas.

José Mayer Paine

30/09/1982³⁰¹.

A seguir transcrevo resumidamente um modelo de ata de casamento misto registrado na paróquia de Santa Generosa, e outro da igreja da Paz.

300 Arquivos da Paróquia de S. Generosa. *Livro “Casamentos” – No. 09. (29/05/1954 – 29/10/1960)*. Registrado no dia 11/02/1963 (dia de N. S. de Lourdes).

301 Arquivos da Paróquia de S. Generosa. *Livro 11 (16/09/1971 – 16/12/1981)*. Registrado no dia 30/09/1982.

No caso da Paróquia de Santa Generosa, dividi as anotações em duas: primeiro as anotações que constam no Livro de Tombo, e depois um resumo com as principais informações obtidas nas pastas encadernadas no Arquivo Morto. Para visualizar um modelo mais completo, conferir o Anexo 3 no final desta tese.

Livro “Casamentos” – No. 09. (29/05/1954 – 29/10/1960).

No. 150

Nubentes: FESJ – AB

Nacionalidade: brasileiros

Residência: Caxingui – S. Generosa

Ato civil: Sim

Com dispensa de impedimentos? Sim

Com dispensa de proclamas? Sim (3)

Processo matrimonial: Livro 09; p. 138; No. 150

Aos vinte e nove de novembro de mil novecentos e cinqüenta e oito, na Igreja São José do Jardim Europa em presença do Reverendo Cônego Eugênio José Avivar y Avivar e das testemunhas APVS e CPVC receberam-se em matrimônio FESJ e AB.

Ele, filho legítimo de FES e BMS nascido na Paróquia de Bela Vista, diocese de São Paulo aos quatorze de março de mil novecentos e trinta e dois, residente na Bela Vista, São Paulo capital; ela, filha legítima de AB e AB, nascida na paróquia de Saúde, diocese de São Paulo aos dezessete de maio de mil novecentos e trinta e um, residente nos Jardins, São Paulo capital, receberam as bênçãos nupciais. E para constar lavrei o presente termo que assino.

Juramento do noivo:

(...)

2º: Religião: Evangélica Luterana. Profissão: arquiteto

3º: Em que diocese e paróquias tem morado, ao menos 6 meses depois dos 12 anos completos?: S. Generosa: ¹²/₁₅ (?) + Caxingüi: sim.

4º: Impedimento dirimente ou impediente?: Sim. Qual?: Religião mista.

5º: Abandonou manifestamente a religião católica?: Sim; não fez a primeira comunhão

Juramento da noiva

(...)

2º: Religião: Católica; Profissão: pe. dom (?)

3º: Em que diocese e paróquias tem morado, ao menos 6 meses depois dos 12 anos completos?: Sempre nesta paróquia.

4º: Impedimento dirimente ou impediente?: Sim.

5º: Abandonou manifestamente a religião católica?: nunca

Paróquia de S. José do Jardim Europa: (...).

Foi dada a benção “extra missam”.

Dispensa do Cardeal Arcebispo D. Carlos Carmello de Vasconcellos Motta:

(...) depois que a parte católica se confessar, receber a Sagrada Comunhão e rezar uma terça parte do Rosário e não constando haver qualquer inconveniente (...).

Dispensados “ad cautelam” no impedimento de disparidade de culto.

11/11/1958

†Paulo, bispo auxiliar.

O leitor vai notar que a estrutura do processo é dividida em quatro partes: na primeira procura-se levantar os dados mais genéricos dos noivos; depois as perguntas mais específicas sobre a vida profissional e religiosa de cada um deles; a dispensa emitida pela Cúria Metropolitana de São Paulo; e por fim a certificação emitida pela igreja escolhida para a celebração de que a mesma ocorreu. A principal diferença entre as pastas no arquivo morto e a ficha reproduzida no Anexo 3 é de que a ficha no Anexo está toda impressa em uma folha almaço de quatro páginas, enquanto que os documentos nas pastas continham folhas soltas datilografadas.

Atas de casamentos / estudo de casos - a documentação da igreja da Paz

Já na igreja da Paz, como o livro tombo na secretaria não trazia novidades com relação aos dados dos noivos, repetidos quase que exatamente que nas fichas. O leitor vai logo notar que os dados que se apresentavam eram mais vagos:

Livro Casamentos – 1. De. No. 1 – 1959- No. 90 – 1974

Reg: Pág. 44, no. 31

Noivo: VF

Nasc.: 13/05/1944 – Königsberg – Ostpr. (?), Alemanha.

Religião: Luterana. Batizado: sim. Confirmado: não

Casado: Não

Res.: V. Monumento, Ipiranga

Trab.: Cerqueira César, São Paulo – SP.

Pai: EF. Membro [da Ig. Luterana]: não

Mãe: EF. Nascida: H

Noiva: IML

Nasc.: 12/06/1945 – São Paulo

Religião: Católica. Batizada: sim. Confirmada: sim (obs.: 2 irmãos em casa – professora). (Rel. (?) Vocacional Osvaldo Aranha).

Res.: Alto do Ipiranga, São Paulo – SP

Pai: FMA. Membro [da Ig. Luterana]: não

Mãe: ILL. Nasc.:

Casamento: 30/12/1967 – 18:00Hs

Língua: Português. Pastor: Sr. Zander

Verso [bíblico, para ser usado no sermão do pastor]:

Aufgebot [“Proclamação”]: 25/12 – 8:30Hs. Ficou membro [da Ig. Luterana]?:

Sim

Novo [endereço dos noivos]:

(aqui seguem dados sobre o cartório de registro civil dos noivos)

Como o leitor pode perceber apesar das fichas serem bem mais resumidas era possível extrair delas informações mais interessantes sobre o andamento da vida espiritual dos noivos. O leitor pode ter ficado um tanto decepcionado com o clima lacunar que se percebe nos dois exemplos, mas isso em boa parte se deve a nossa política de sigilo com os dados analisados. Os dados no geral ficavam fora dos campos de preenchimento, nas margens das folhas.

Outro ponto foi a organização dos dados nas planilhas do Excel para a análise. Por exemplo, o leitor pode perceber que é possível averiguar o andamento da pessoa ao longo do tempo, as diferentes residências, etc. Aqui optamos por escolher para uso nas

tabelas dos endereços mais remotos e o mais recente até o momento do enlace matrimonial.

Entre 2007 e 2008 procedemos à coleta de dados sobre os casamentos inter-confessionais das duas comunidades. As massas de documentos utilizados foram os seguintes³⁰²:

1) Ig. da Paz:

Livro de registro de casamentos:

Igreja Evangélica Luterana de São Paulo – Igreja da Paz

Santo Amaro, Rua Silva Jardim, 125 (Granja Julieta)

Livro Casamentos – 1. De. No. 1 – 1959- No. 90 – 1974;

Livro Casamentos – II: de No. 1 – 1975 a No. 89 - 1990

Caixa Benção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).

2) S. Generosa:

Livro Casamentos

Livro 09 (29/05/1954-29/10/1960);

Livro 10 (29/10/1960 – 14/09/1971);

Livro 11 (16/09/1971-16/12/1981).

Selecionamos dados sobre data de nascimento, idade, local de origem, residência atual ou futura, profissão, em um primeiro levantamento. Em um segundo momento, procuramos selecionar dados como religião dos noivos e de seus pais, data de casamento, conversão de noivos e noivas, e outras informações. Esses procedimentos foram adotados pelos seguintes motivos: queríamos duas camadas de dados: primeiro, dados gerais sobre os cônjuges, como local de nascimento, residência, profissão, para

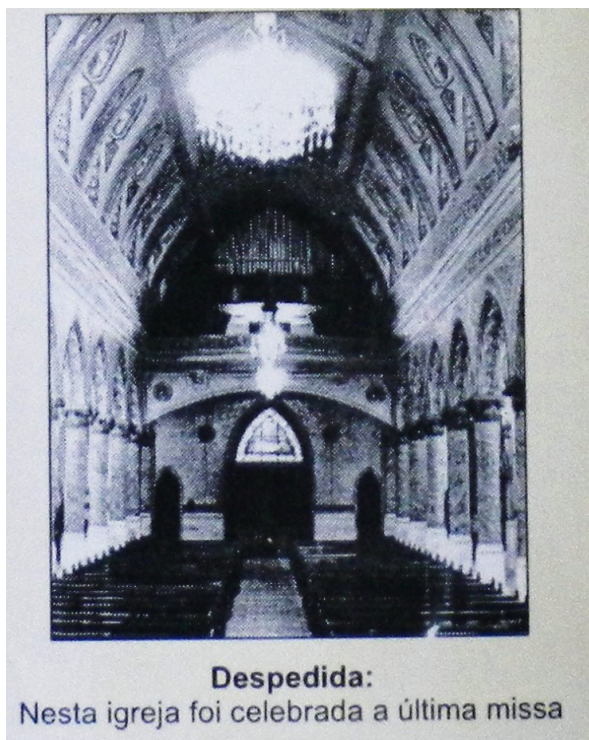
302 Para a relação completa das atas e fichas de casamentos, vide anexo no final.

com isso conseguirmos um perfil sócio-econômico dos homens e mulheres que optaram pelo casamento inter-confessional; em segundo lugar (mas não menos importante) os dados como religião de origem e religião atual dos pais, se houve conversão, em resumo os dados específicos sobre o fenômeno casamento inter-confessional. Essa abordagem possui finalidade didática, como uma espiral que lentamente nos aproxima do centro. Não queremos dizer com isso que os dados posteriores são mais importantes que os anteriores, mas que nessa ordem eles ficam compreensíveis.

No caso das atas de casamento de S. Generosa, o estado de organização dos documentos é muito bom, pois eles se encontram organizados e catalogados. Por outro lado, apresentavam algumas séries de dados que não aparecem nos arquivos da Ig. da Paz, como por exemplo, o fato do noivo ou noiva ser filho *legítimo, civil ou natural*; o tipo de benção dado pelo sacerdote durante a cerimônia, *normal, Extra missam, ou sem benção*:

- a) **Filho civil:** fruto de um casal que não é casado no religioso, apenas no civil. A principal dificuldade para o casamento misto com um noivo e noiva “civil” é que nem sempre a pessoa poderia apresentar comprovantes de batismo ou crisma com o nome do pais, o que complicava o processo matrimonial. A necessidade de se batizar o “cônjuge civil” poderia ser necessária.
- b) **Filho legítimo:** filho de pais casados regularmente na Igreja, seja essa Igreja católica ou não.
- c) **Filho natural:** pessoa “sem pais”. Melhor dizendo: o pai ou mãe biológico não reconhece o filho ou filha. Nestes casos, bastante dolorosos como se pode perceber, o documento de identidade (RG) da pessoa apresenta apenas o nome de um dos pais.

Essas divisões no status dos cônjuges de S. Generosa foram utilizadas exclusivamente pela paróquia onde os noivos e noivas se registraram, não correspondendo ao código civil da época nem ao atual. Percebemos que, além das certidões de batismo e crisma deveriam ser apresentados registros civis de nascimento, documentos de identidade e CIC, o atual *Cadastro de Pessoa Física (CPF)*.



Despedida:
Nesta igreja foi celebrada a última missa

303

Já as fichas cadastrais da Ig. Da Paz apresentam falhas de seqüência entre os anos de 1958-1966 e 1975-1978, nestas últimas a ausência é quase total. Na época de minha consulta (1º sem. 2007) fui informado que boa parte desse material havia sido descartado por ordem de terceiros. Outro problema são os diferentes dados apresentados, como por exemplo: se os noivos já eram casados, se houve conversão ao luteranismo, a língua usada, o verso bíblico escolhido pelos noivos para o sermão. Essas diferenças na amostragem e quantidade de material disponível apresentam-se como problemas muitos sérios para podermos confrontar nossas hipóteses de trabalho com o material disponível.

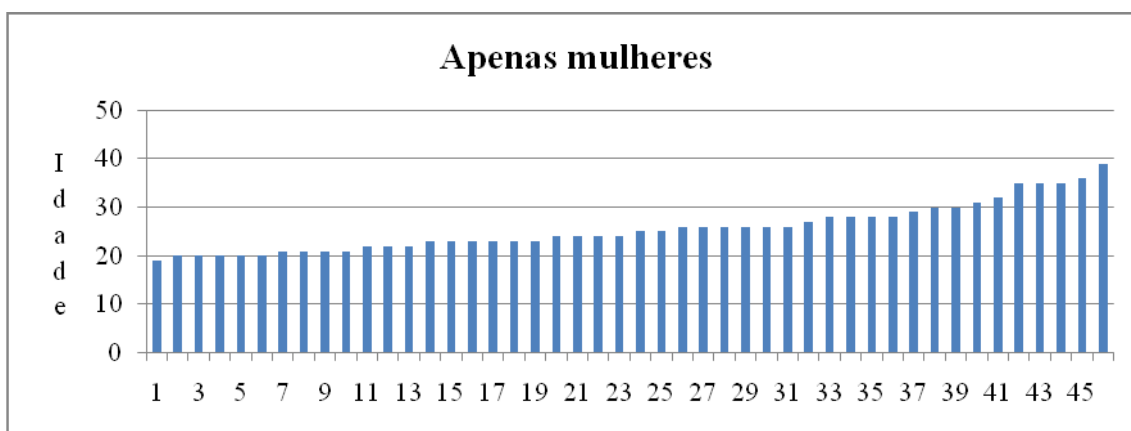
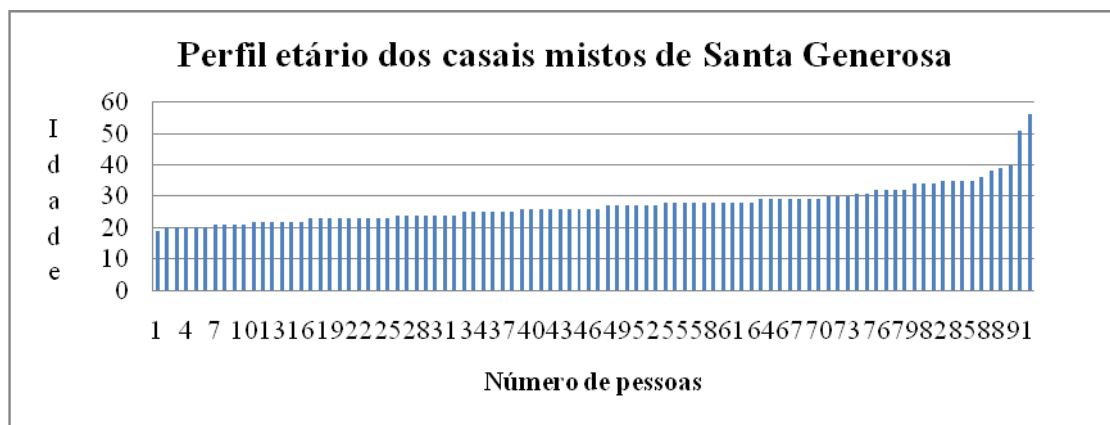
Análise dos documentos

Perfil etário

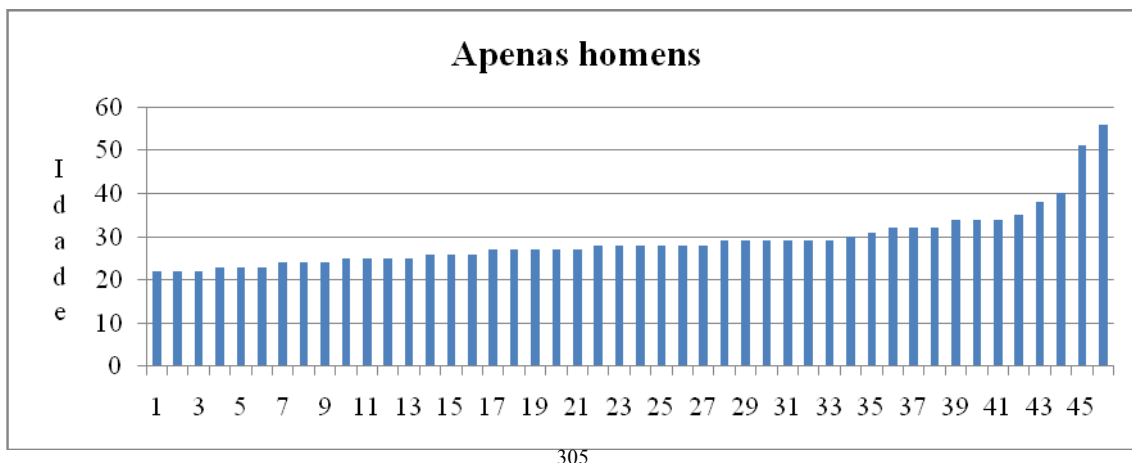
Vamos dividir a nossa análise em duas partes. Primeiro analisaremos os dados gerais dos cônjuges das duas igrejas: data de nascimento, idade na época do casamento, local de origem – nascimento, profissão na época do casamento, e se já era ou não casado.

303 *A paróquia de Santa Generosa*. Ano XXX, No. 1348, Julho de 1999.

Em uma segunda etapa analisaremos dados específicos sobre o nosso assunto: sexo do cônjuge, sua religião, a data de seu casamento, a religião de seus pais, a língua usada na celebração, se a pessoa se converteu ou não a nova religião (no caso de pessoa de outra religião que não a do local de celebração). Assim, pudemos chegar a algumas conclusões³⁰⁴:



304 Todas as tabelas a seguir foram elaboradas pelo autor.

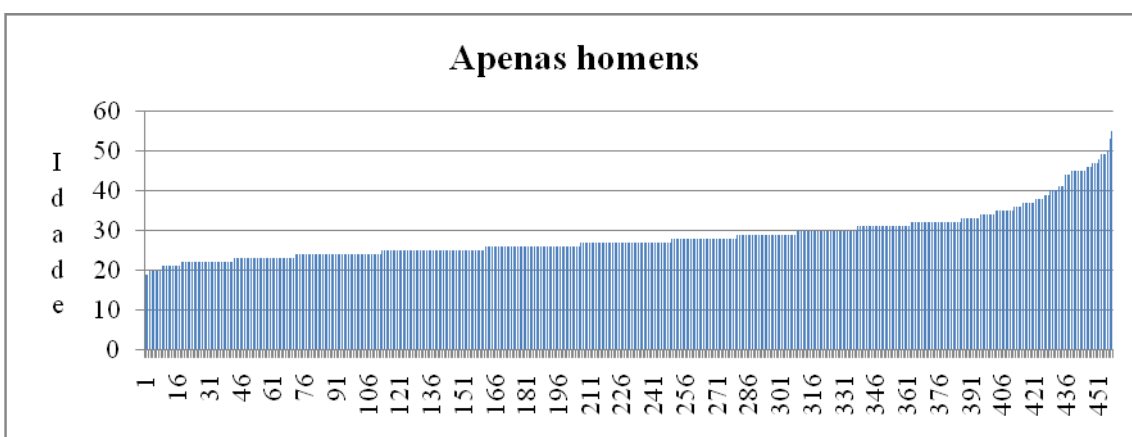
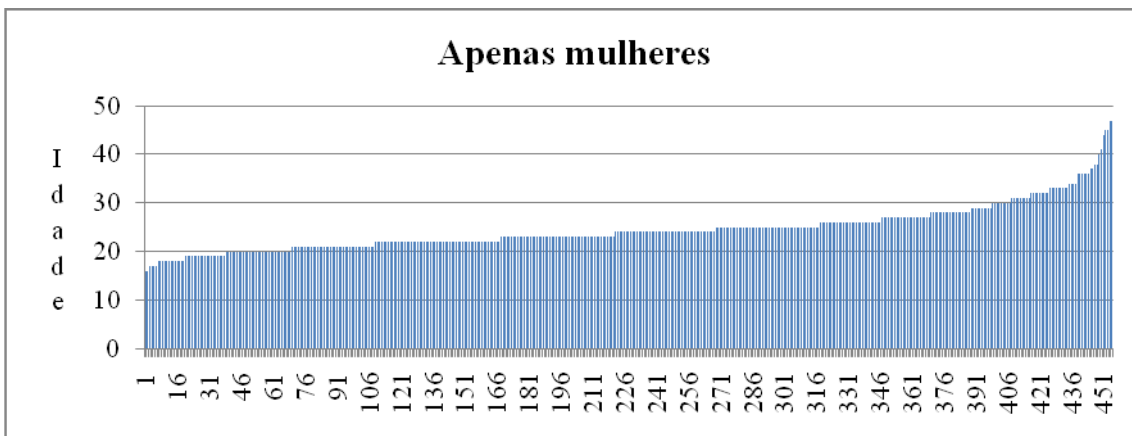
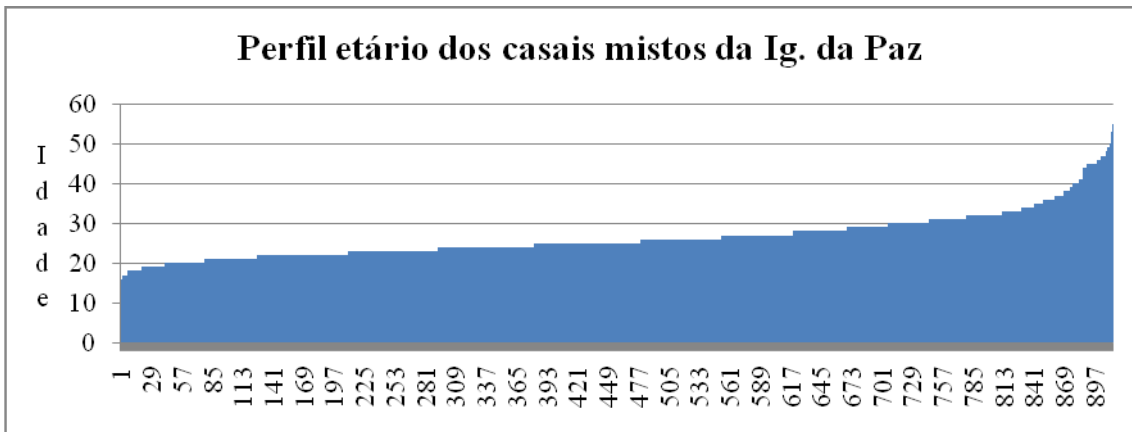


Como podemos ver, em S. Generosa, homens e mulheres envolvidos em casamentos mistos já são maiores de idade, com média entre 20-35 anos. Num primeiro momento poderia supor-se que esses dados por si sós demonstrariam que se trataria de um público que não se deixaria envolver pelo clima de “nada detém o amor”, que um casamento que rompe os padrões estabelecidos poderia supor. Mas essa seria uma conclusão apressada que estes dados não podem provar.

Por outro lado, outros dados por nós coletados mostram que a esmagadora maioria desses nubentes já exercia uma profissão, explicação fortalecida por um detalhe importante: a localização da paróquia, em um bairro central de São Paulo, SP. (Vide mapa no item apresentação da Paróquia). O fato é que entre os católicos de S. Generosa o casamento misto envolvia uma classe média ascendente.

Conforme vimos nos trabalhos sobre imigração no Brasil, como os do prof. Boris Fausto entre outros, o período por nos estudado viu recrudescer após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a saída de trabalhadores do campo para as cidades, tanto de imigrantes e descendentes quanto de caipiras, desterrados de suas localidades de origem pela modernização (liberalização) das relações de trabalho no campo. São esses mesmo que, nas cidades, engrossaram as massas de trabalhadores nas fábricas e nos serviços, formando uma nova classe média, no geral fotografada aqui no nosso trabalho, pelo menos uma pequena parte dela. Vejamos o mesmo gráfico aplicado para a Ig. da Paz:

305 Livro Casamentos: Livro 09 (29/05/1954-29/10/1960); Livro 10 (29/10/1960 – 14/09/1971); Livro 11 (16/09/1971-16/12/1981).



306

306 Livro Casamentos – I: do No. 1 – 1959 ao No. 90 – 1974; Livro Casamentos – II: de No. 1 – 1975 a No. 89 – 1990. Arquivo morto: Caixa Bênção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).

O gráfico apresenta similaridades com o de S. Generosa: o perfil de idade dos que buscam o casamento ecumênico. Novamente vemos poucos menores de 18 anos e uma grande proporção de cônjuges com 20 anos ou mais, repetindo-se a média de 25-35 anos para os que buscaram essa modalidade de casamentos, o que revela aquilo que falávamos anteriormente sobre uma maior formação profissional e intelectual dessa população. Como muitos desses trabalhadores viviam em condições humildes, nas colônias ou cidades do RS, era natural que se preocupassem primeiro em se estabelecer profissionalmente para, uma vez estabilizados, pensassem em contrair matrimônio. Outra consequência foi o aumento da faixa etária dos que contraíram casamento, característica do período (2ª metade do séc. XX), lembrando que, embora os estudos de Alzira Lobo de Arruda Campos³⁰⁷ sobre as famílias paulistas no período colonial tenham demonstrado que apenas as mais ricas famílias se preocupavam em casar filhos ainda jovens, entre 12 e 18 anos. Os pobres casavam, quando podiam arcar com as pesadas espórtulas eclesiásticas, mais tarde. Muitos não oficializavam suas uniões, vivendo sob comum acordo. No caso de nossos casais, pelo menos no quesito idade o padrão dos casamentos entre pessoas pobres se manteve.

No caso dos luteranos, outro detalhe reforça essa constatação sobre a maior escolaridade: um grupo relativamente grande de cônjuges era alemão, mas também localizamos austríacos, tchecos, eslovacos, poloneses, húngaros, além de pessoas oriundas de diversos continentes e regiões do Brasil.

Origem e residência dos cônjuges – estados brasileiros e países

Boa parte da identificação dos locais de origem e residência dos cônjuges da Igreja da Paz se valeu de pesquisa na internet através de ferramentas como *Google*. Surgiram dificuldades como a atual localização das cidades nos atuais estados do Brasil, ou pior, em qual país nasceram ou residiam os cônjuges. Essa dificuldade se mostrou insuperável em particular com os nascidos na Europa, em regiões que nem existem mais, como Pomerânia (norte da Alemanha) e Sudetos (região anexada da antiga Tchecoslováquia à Alemanha nazista), que até 1945 haviam sido anexadas pela Alemanha a seus territórios, e depois passaram a pertencer à Polônia, Tchecoslováquia e

307 “Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos”, in: *Col. São Paulo, Vol. 6*. São Paulo, Ed. Paz e Terra – Grupo Santander Banespa. 2003.

outros países do leste europeu. A Tchecoslováquia em especial tem um agravante: após 1989 foi desmembrada e formou dois novos países: a *República Tcheca e a Eslováquia*, no que foi conhecida como a *Revolução de Veludo*, pois foi feita amigavelmente após um plebiscito (1993).

Assim, após pesquisa na internet para tentar descobrir o nome atual da localidade e sua posição geográfica, adotei o nome mais moderno de sua localização, o que nem sempre foi fácil. Posteriormente contei com a inestimável ajuda de Rosa Aurora Ferreira Santana, estudante de alemão no *Departamento de Letras da USP* para traduzir os termos mais difíceis. Infelizmente, por problemas de dificuldade de identificação das palavras no momento da consulta da documentação, alguns termos ficaram incompreensíveis, escapando até mesmo desta segunda análise, mais detalhada. Isso não interferirá no balanço geral da pesquisa, já que os termos desconhecidos são poucos. Resta saber por que os responsáveis pela secretaria da Ig. da Paz adotavam uma terminologia obsoleta mesmo se levando em conta a época de produção dos registros (1958-1978). O mais provável é que se constituíam de pessoas de idade mais avançada que se deixaram levar pelo costume trazido da própria Alemanha, ou costumes dos cônjuges e seus familiares, hipótese mais provável.

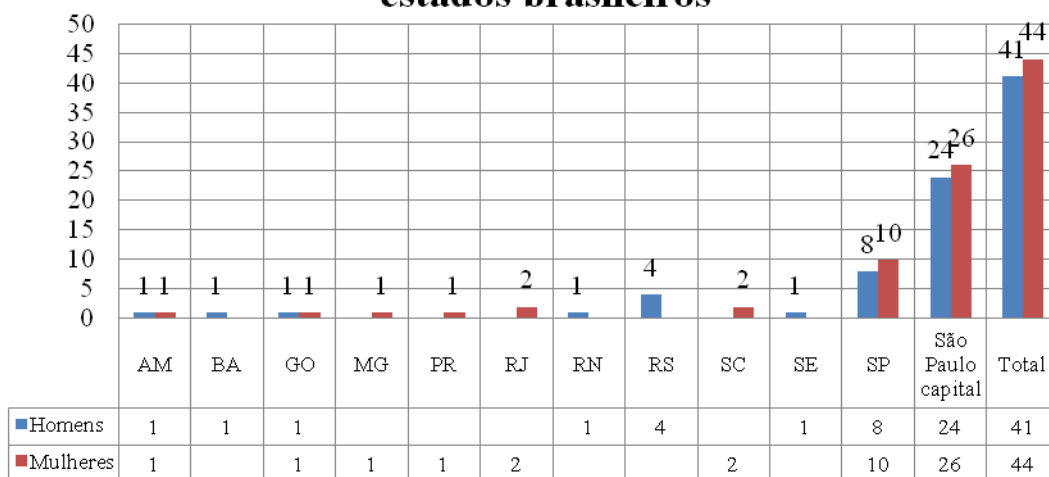
No caso dos estados brasileiros, o único dilema foi com relação à identificação do *Distrito Federal (DF)* que até 1976 podia ser identificado com a cidade do Rio de Janeiro e a partir daí passou definitivamente a ser identificado com a cidade de Brasília e redondezas. Outros casos referem-se aos estados do Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e Tocantins (TO), mais fáceis de resolver. Vale lembrar que esses problemas se deram com relação aos cônjuges da Igreja da Paz. Já a identificação dos seus pares de Santa Generosa foi muito mais fácil.

Como o leitor poderá perceber, primeiramente dividimos os dados entre as duas igrejas e a partir daí esses mesmos dados foram subdivididos da seguinte forma: estados da federação, em tabelas e gráficos; e países em tabelas e gráficos. Aqui subdividimos localidades de origem das de residência, procurando assim comprovar os deslocamentos dos dois grupos ao longo do tempo, católicos e luteranos. Dessa forma nós também subdividimos nossos casais em *nacionais e estrangeiros*, entendendo que a dinâmica dos dois grupos deve ser diferenciada.

Origem dos cônjuges de Santa Generosa (1): estados brasileiros

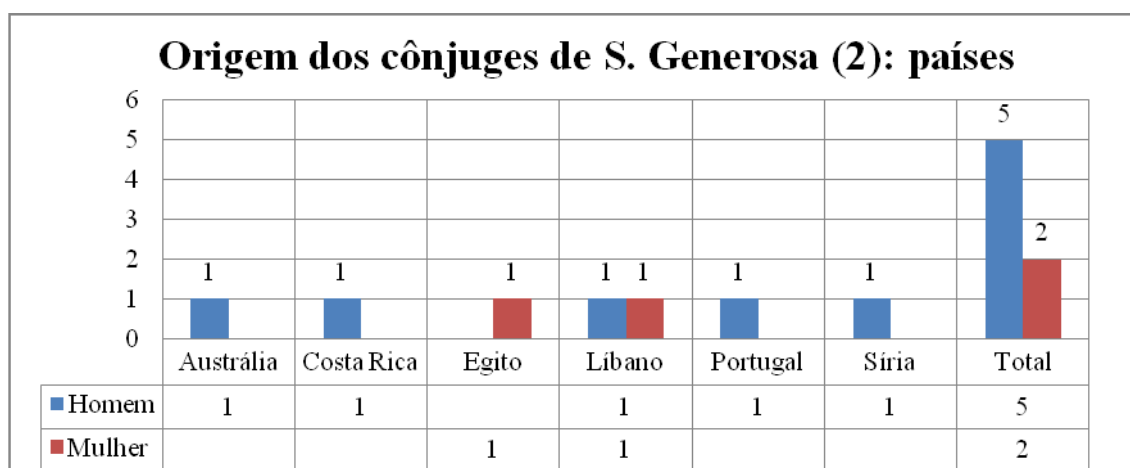
Estado da Federação	Homens	Mulheres
AM	1	1
BA	1	
GO	1	1
MG		1
PR		1
RJ		2
RN	1	
RS	4	
SC		2
SE	1	
SP	8	10
São Paulo capital	24	26
Total	41	44

Origem dos cônjuges de Santa Generosa (1): estados brasileiros



Origem dos cônjuges de S. Generosa (2): países

País	Homem	Mulher
Austrália	1	
Costa Rica	1	
Egito		1
Libano	1	1
Portugal	1	
Síria	1	
Total	5	2



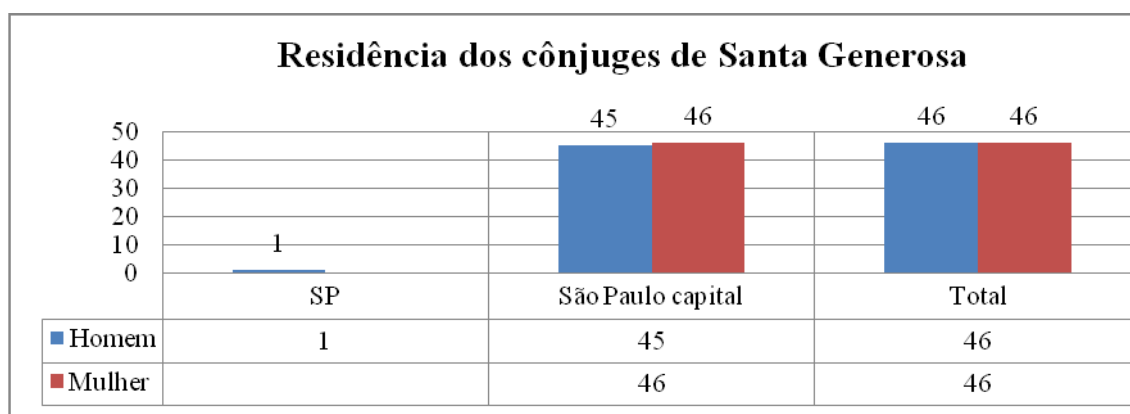
308

Uma constatação interessante é a presença maciça de pessoas originárias do estado de São Paulo e da própria capital paulista. Quando fizemos este levantamento esperávamos encontrar uma maior variedade na origem das pessoas, mas o mesmo não ocorreu. Há uma esmagadora maioria de paulistanos natos, e uma proporção um pouco maior de pessoas do interior de São Paulo (aqui incluídos os nascidos na região da Grande São Paulo). Outra constatação interessante é a baixa presença de estrangeiros entre os cônjuges, quebrando um paradigma nosso de que o casamento misto atrairia mais pessoas oriundas de países do exterior. Notamos por fim que o casamento misto realizado dentro da Igreja Católica e registrado na Paróquia de Santa Generosa era privilégio de brasileiros natos. Vejamos rapidamente o local de moradia desses homens e mulheres no momento do enlace matrimonial.

308 Livro Casamentos: Livro 09 (29/05/1954-29/10/1960); Livro 10 (29/10/1960 – 14/09/1971); Livro 11 (16/09/1971-16/12/1981).

Residência dos cônjuges de Santa Generosa

Estado da Federação	Homem	Mulher
SP	1	
São Paulo capital	45	46
Total	46	46



309

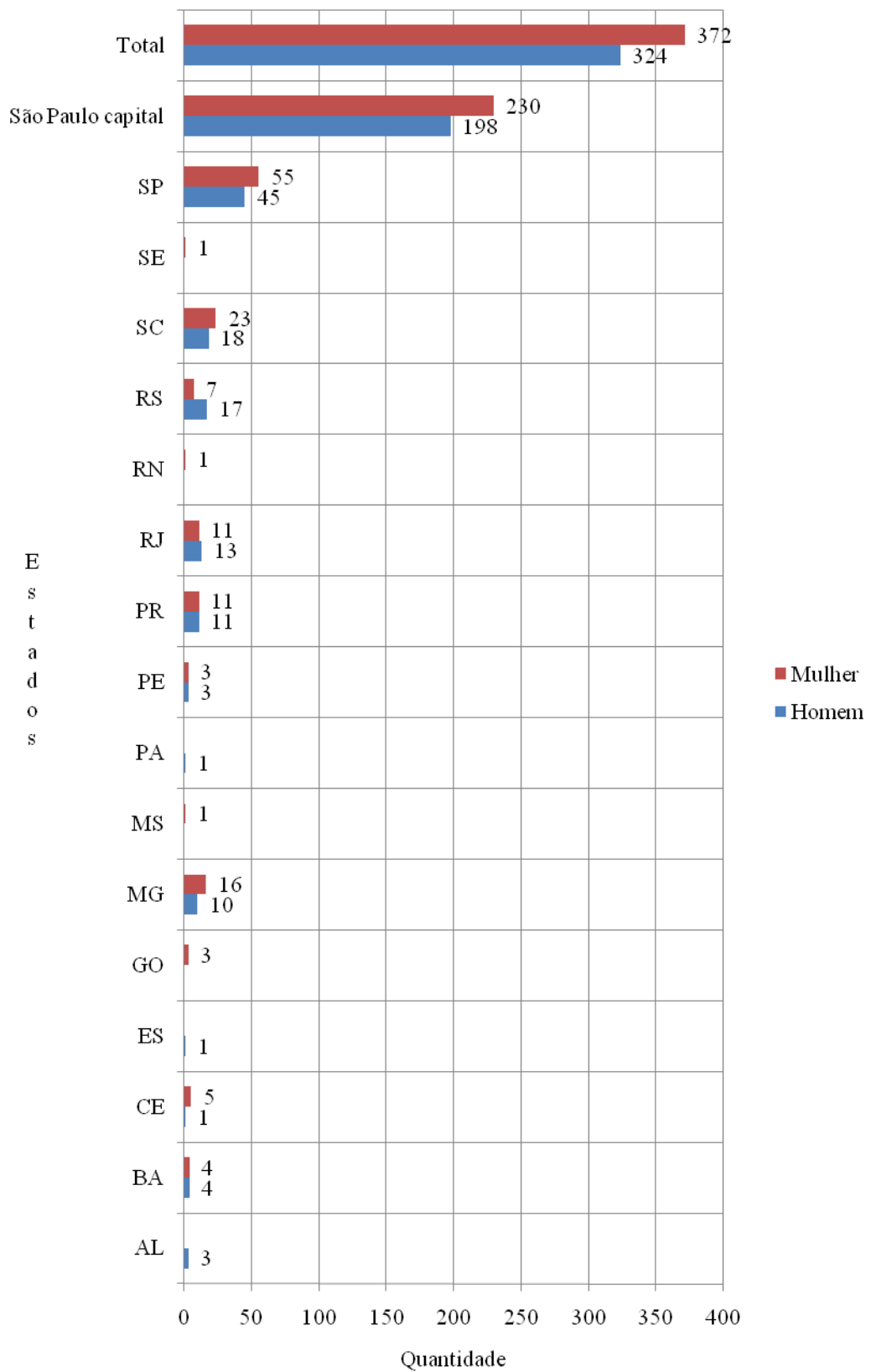
Quando confrontamos a origem dos cônjuges com a sua residência na época do casamento notamos uma homogeneidade nos dados. Praticamente 100% dos cônjuges moravam na região da cidade de São Paulo. Isso não deveria nos espantar: no período analisado a cidade já despontava como um grande pólo de atração de mão de obra, conforme vimos em capítulos anteriores. Uma explicação mais simples ainda seria a de que somente marcaram casamento em s. Generosa os residentes na área da paróquia, o que explicaria a existência de tantos registros de casamento em São Paulo capital em relação a outras regiões. Novamente é preciso lembrar que boa parte dos casamentos mistos apenas foram registrados em S. Generosa, tendo sido celebrado em outros locais. O mesmo não ocorreu na igreja da Paz: a maioria dos casamentos ocorreu lá.

Origem dos cônjuges da Ig. da Paz (1): estados brasileiros

309 Livro Casamentos: Livro 09 (29/05/1954-29/10/1960); Livro 10 (29/10/1960 – 14/09/1971); Livro 11 (16/09/1971-16/12/1981).

Estado da federação	Homem	Mulher
AL	3	
BA	4	4
CE	1	5
ES	1	
GO		3
MG	10	16
MS		1
PA	1	
PE	3	3
PR	11	11
RJ	13	11
RN		1
RS	17	7
SC	18	23
SE		1
SP	45	55
São Paulo capital	198	230
Total	324	372

Origem dos cônjuges da Ig. da Paz (1): estados brasileiros

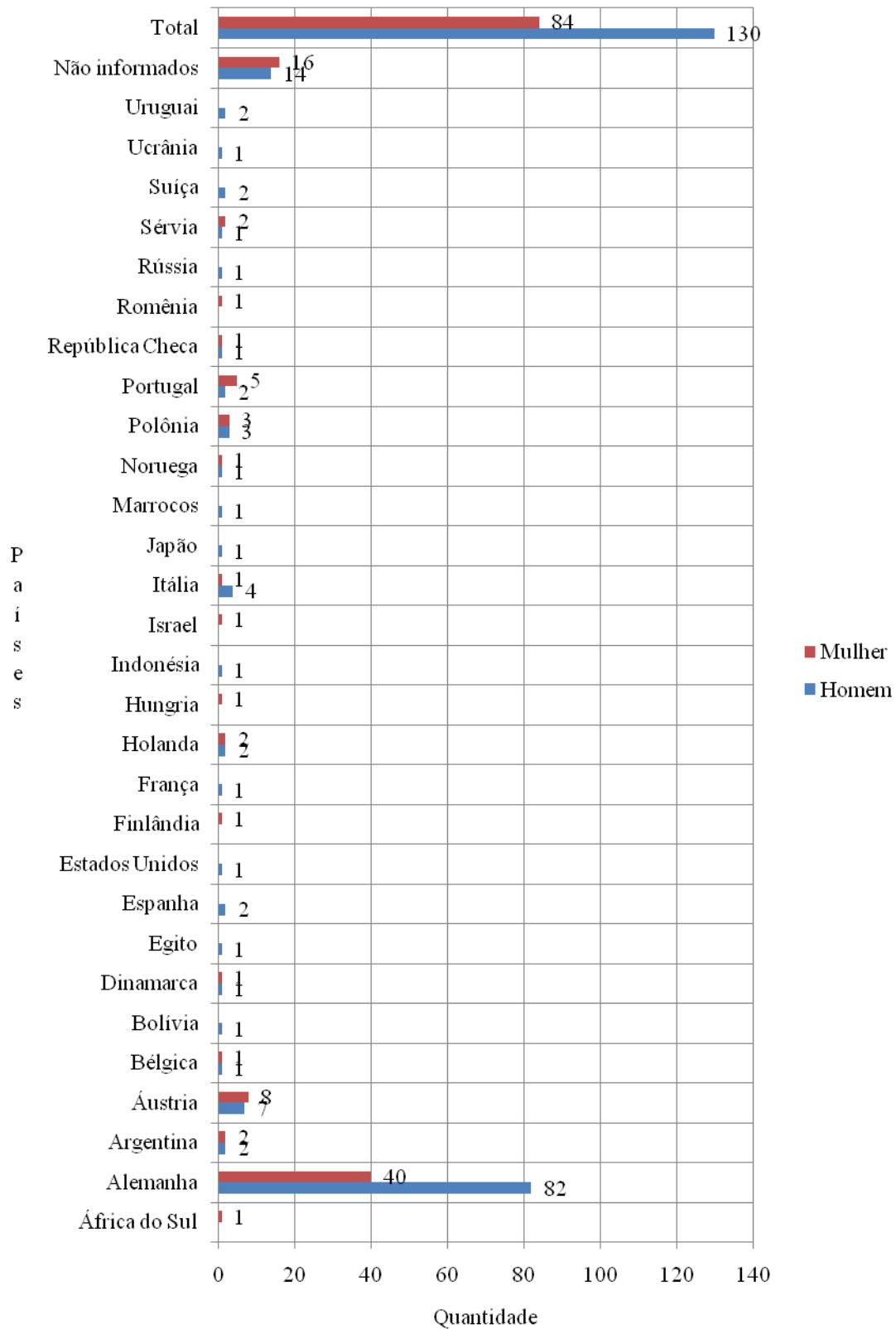


Origem dos cônjuges da Ig. da Paz (2): países

País	Homem	Mulher
África do Sul		1
Alemanha	82	40
Argentina	2	2
Áustria	7	8
Bélgica	1	1
Bolívia	1	
Dinamarca	1	1
Egito	1	
Espanha	2	
Estados Unidos	1	
Finlândia		1
França	1	
Holanda	2	2
Hungria		1
Indonésia	1	
Israel		1
Itália	4	1
Japão	1	
Marrocos	1	
Noruega	1	1
Polônia	3	3
Portugal	2	5
República Checa	1	1
Romênia		1
Rússia	1	
Sérvia	1	2
Suíça	2	
Ucrânia	1	
Uruguai	2	

Não informados	14	16
Total	130	84

Origem dos cônjuges da Ig. da Paz (2): países



310

Notamos diferenças com relação aos dados da paróquia de Santa Generosa. O primeiro deles é uma surpresa: apenas em trinta ocorrências de um total de novecentas e dez houve ausência ou não identificação dos dados de origem e residência dos cônjuges. Provavelmente estamos diante dos dados mais confiáveis de nossa pesquisa do ponto de vista dos luteranos. Nas fichas por nós consultadas essas eram algumas das primeiras informações colocadas nas fichas.

Outra constatação interessante é a presença de numerosos alemães que se fixaram no Brasil na primeira metade do século XX. Note o leitor que a presença masculina é maior que a feminina. Infelizmente não temos como saber o momento exato da chegada desses alemães já que os dados incompletos não nos permitem nem mesmo conjecturas. Estes homens e mulheres seriam fugitivos da crise econômica da *República de Weimar*³¹¹, ou do Nazismo hitlerista? Seriam elementos considerados perigosos ao “novo regime” (comunistas, liberais, agitadores políticos)? Não podemos concluir nada por enquanto.

Aqui a única saída seria um levantamento sistemático de todos os estrangeiros nas fichas das igrejas e depois cruzar estes nomes com as fichas do DEOPS existentes no Arquivo do Estado de S. Paulo. Mas devido a nossa política de privacidade dos cônjuges e seus dados pessoais, não poderemos fazer isso. Fica a dica para os historiadores do futuro.

Um ponto que fica fora de discussão é o de que estamos tratando de uma esmagadora maioria de brasileiros natos, em particular paulistas e paulistanos por um lado e de pessoas vindas de diversas regiões do Brasil e do mundo, de outro. Pelo menos no tocante aos casamentos ecumênicos, a ig. da Paz confirma em parte o estereótipo de “Igreja de estrangeiros”, já que boa parte dos casais era formada de naturalizados brasileiros ou de “teuto-brasileiros”, repetindo a fala de Jean Roche sobre a permanência de elementos culturais europeus na vida dos descendentes de estrangeiros. Tudo isso também confirma o adiantado processo de adaptação ou perda da “Germanidade” a que os membros da comunidade luterana estavam expostos em contato com grupos e culturas afins.

No. 89 – 1990. *Arquivo morto: Caixa Benção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996)*.

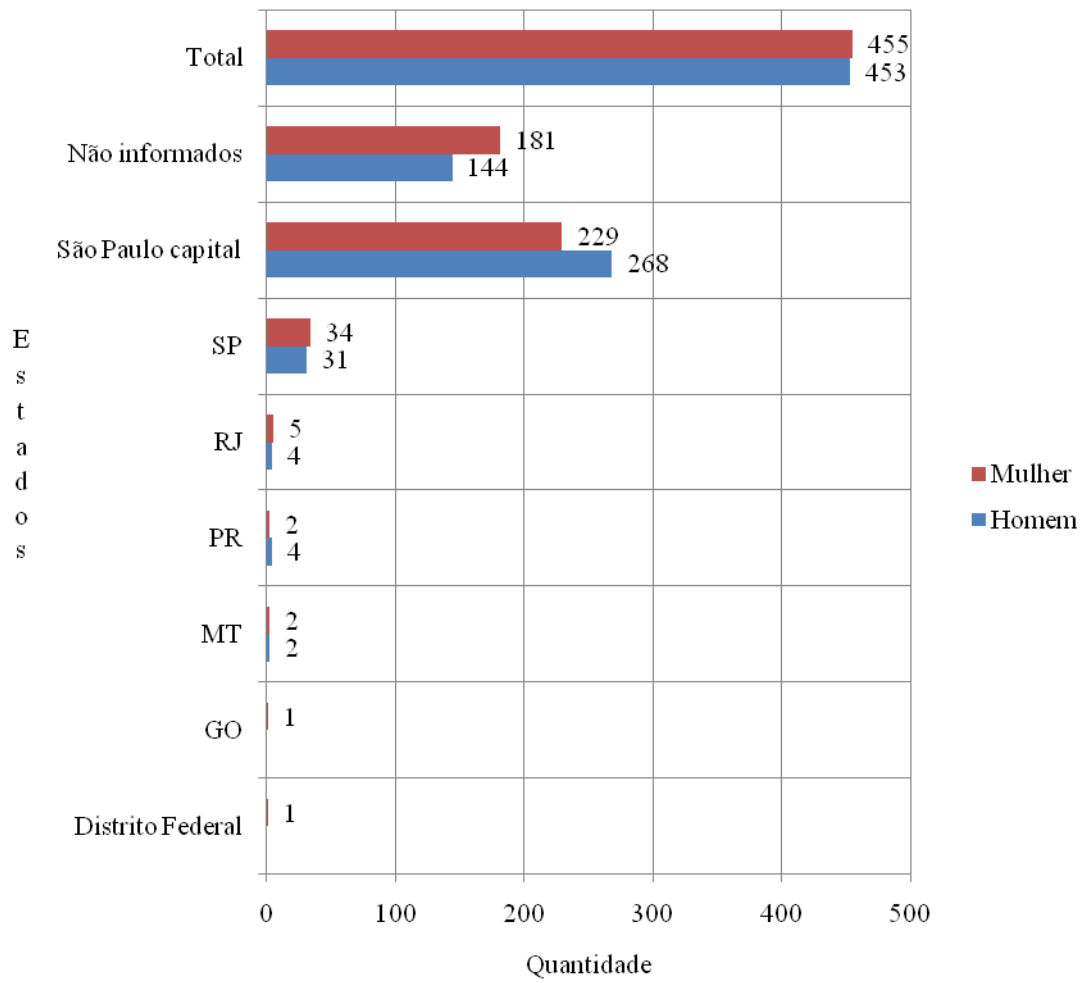
311 Após 1920 foi criada na Alemanha um experiência democrática conhecida como *República de Weimar (1920 – 1933)*.

E não podemos deixar de fora das contas os casamentos “normais”: novecentos e setenta e dois casamentos, sendo quatrocentos e cinquenta e cinco ecumênicos (46,81% do total). Ou seja, o casamento ecumênico no luteranismo é mais uma norma do que algo excepcional, o que não ocorre na paróquia de S. Generosa.

Residência dos cônjuges da Ig. da Paz (1): estados brasileiros

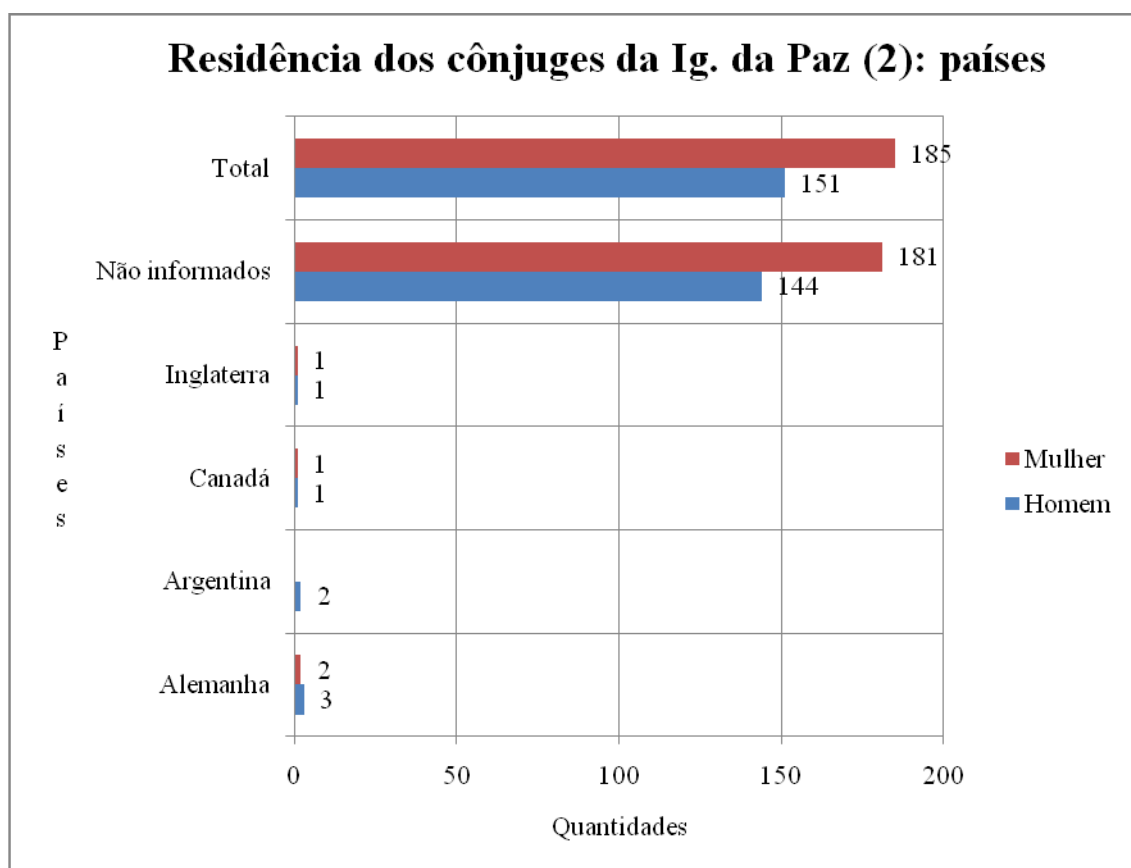
Estado da federação	Homem	Mulher
<i>Distrito Federal</i>		1
GO		1
MT	2	2
PR	4	2
RJ	4	5
SP	31	34
São Paulo capital	268	229
Não informados	144	181
Total	453	455

Residência dos cônjuges da Ig. da Paz (1): estados brasileiros



Residência dos cônjuges da Ig. da Paz (2): países

País	Homem	Mulher
Alemanha	3	2
Argentina	2	
Canadá	1	1
Inglaterra	1	1
Não informados	144	181
Total	6	4



312

Quando analisamos os dados referentes à residência atual destes cônjuges constatamos um padrão similar aos cônjuges de S. Generosa: a maioria vive no estado

312 Livro Casamentos – I: do No. 1 – 1959 ao No. 90 – 1974; Livro Casamentos – II: de No. 1 – 1975 a No. 89 – 1990. Arquivo morto: Caixa Bênção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).

de São Paulo e na capital paulistana. Aqui são precisos alguns reparos. O primeiro deles é o de que, ao contrário dos dados de S. Generosa, não temos como afirmar que todos os que fixaram residência em São Paulo o fizeram num prazo máximo de dez anos, como era o caso dos dados de S. Generosa. Apenas podemos afirmar que no momento do casório os cônjuges da Ig. da Paz estavam estabelecidos nessas localidades e se casaram na Rua Verbo Divino. De qualquer modo, é interessante perceber que a cidade de São Paulo era de fato o núcleo dessa população. Comprovar a relativa proximidade da igreja já era um dado esperado pelos mesmos motivos que motivaram os cônjuges em S. Generosa: o fato de morarem nas imediações da igreja. A pluralidade de origens da população residente em s. Paulo só comprova a atração que a grande cidade já exercia desde fins dos anos 1950.

Profissões dos cônjuges

Agora, um dado coletado e que pode esclarecer um pouco mais esse véu é o referente à profissão dos cônjuges, homens e mulheres. Nas listas a seguir o leitor irá notar uma grande quantidade de profissões listadas, nos diversos setores da economia: indústria e serviços; autônomos e assalariados; trabalhadores domésticos das mais variadas atividades.

Em parte isso era esperado, pois como dissemos anteriormente na grande cidade há uma grande variedade de atividades disponíveis, e uma premente necessidade por mão de obra qualificada.

O leitor irá perceber que não colocamos gráficos nas tabelas a seguir. Isso foi necessário porque não caberiam em uma folha de papel. Outro problema era agrupar as diversas profissões apresentadas, algumas de difícil identificação. Para amenizar pelo menos em parte esses problemas identifiquei algumas profissões que considerei mais problemáticas colocando o significado da profissão nas notas de rodapé. Pra isso utilizei um dicionário da época (1957) para tentar recriar ao máximo o entendimento da época para certas profissões.

Outro problema foi agrupar diferentes profissões, por exemplo *professor*. Para simplificar, agrupei tanto professores primários – normalistas quanto professores técnicos ou de ensino superior. No extremo oposto profissões como *técnico e auxiliar*

permaneceram tal e qual apareceram nas atas. Isso foi para evitar generalizações grosseiras em especial com os profissionais do comércio e da indústria.

Um ponto particular se deu com os cônjuges da ig. da Paz. Em alguns casos foi registrado o nome do escritório ou empresa em que a pessoa trabalhava e não a profissão. Desse modo, fui obrigado a manter esses dados como no original, fazendo apenas o trabalho de agrupamento dos dados para quantificação. No caso de pessoas que exerciam duas ou mais profissões, criei um campo exclusivo pra essa pessoa para evitar repetições no momento de quantificar os dados.

Profissões dos cônjuges de S. Generosa³¹³

Profissão	Homem	Mulher
Administrador de empresas	1	
Advogado	4	1
Aeroviário ³¹⁴	1	
Arquiteto	1	
Assistente financeiro	1	
Balconista	1	
Bancário	2	1
Cartonagem ³¹⁵		1
Comerciante	6	3
Costureira		1
Dentista	1	
Economista	1	
Empregada doméstica		4
Enfermeira		1
Engenheiro	3	
Escrevente ³¹⁶		1
Estudante	4	5
Funcionário público		2
Industrial	3	
Industriário ³¹⁷	1	

313 *Livro Casamentos: Livro 09 (29/05/1954-29/10/1960); Livro 10 (29/10/1960 – 14/09/1971); Livro 11 (16/09/1971-16/12/1981).*

314 “Empregado em empresas de transporte por meio de aeroplanos”. BUENO, Francisco da Silveira. Aeroviário. In: BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 2ª edição.* Rio de Janeiro: MEC, 1957. P. 50.

315 “Encadernação mais resistente; arte de fazer trabalhos de cartão”. BUENO, Francisco da Silveira. Cartonagem. In: BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 2ª edição.* Rio de Janeiro: MEC, 1957. P. 228.

316 “Amanuense; empregado de cartório”. BUENO, Francisco da Silveira. Escrevente. In: BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 2ª edição.* Rio de Janeiro: MEC, 1957. P. 423.

317 “Pessoa que trabalha em indústrias”. BUENO, Francisco da Silveira. Industriário. In: BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 2ª edição.* Rio de Janeiro: MEC, 1957. P. 580.

Inspeção/técnico	1	
Mecânico	1	
Médico	1	
Motorista	1	
Professor	1	8
Professor/secretário		1
Projetista ³¹⁸	1	
Psicólogo		1
Sapateiro	1	
Secretário		5
Técnico de laboratório		1
Técnico	1	
Técnico de som	1	
Vendedor	3	
Não informaram	4	10

A tabela acima se presta a uma série de explicações. A primeira delas é uma surpresa negativa: lacunas. Uma explicação razoável pode residir no fato de que, informações que não tratassem estritamente de questões religiosas, não merecessem uma atenção maior do Cônego Paine ou de suas secretárias, ficando em branco em um ou outro caso.

Outra hipótese, mais difícil de provar, seria a simples recusa da pessoa em declarar sua atividade, o que seria lógico se tratando de alguma profissão socialmente ou moralmente mal vista. Mas nesse caso, se fosse algo que ferisse a moral cristã, como a prostituição, o estelionato, ou o crime pura e simples, poderia se constituir em obstáculo por si só ao casamento. Mas como nada disso foi referido nas atas, nada sobre isso podemos (e devemos!) concluir.

Vemos em maior ou menor grau uma conformidade com o perfil de gênero que os anos cinquenta a setenta do século XX impingiam para diversas profissões: carreiras

318 “Pessoa que faz muitos projetos”. BUENO, Francisco da Silveira. Projetista. In: BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: MEC, 1957. P. 887.

com “sexo” e “idade”, como as de profissionais liberais. Médico, engenheiro, advogado, comerciante, seriam atividades reservadas aos homens. Já serviços domésticos, docência (professorado), secretariado, seriam atividades femininas. Nas demais atividades, houve certo equilíbrio entre homens e mulheres, embora na montagem dessas tabelas tenhamos utilizado alguns critérios de organização, conforme comentamos há pouco, e que devem ser levadas em consideração.

De qualquer forma, nossa tabela confirma a bibliografia consultada sobre o assunto ao indicar que homens e mulheres começavam já a atuar em todos os tipos de serviços e atividades na indústria de transformação. Essa informação é essencial para nós, pois demonstra que os cônjuges que procuravam casamentos inter confessionais eram pessoas com uma nova compreensão de sociedade, do papel dos sexos no trabalho, e possivelmente uma nova visão de Igreja(s) e de casamento na(s) Igreja(s), lembrando a “implosão dos mini-mundos tradicionais” de Marshall Berman.

Mesmo assim, note um detalhe importante, leitor: se as mulheres já haviam garantido espaços no mercado profissional, a presença de homens em boa parte das opções de trabalho demonstrava que muito ainda tinha que ser feito para que a mulher pudesse dizer que em matéria de oportunidades de emprego havia igualdade. Havia muito mais diversidade de empregos para homens do que para mulheres, e além disso notamos que os empregos mais socialmente valorizados apresentaram uma predominância dos elementos masculinos. Além disso os empregos exercidos dentro dos lares como costureira, empregada doméstica, aparecem apenas mulheres. Vejamos as mesmas tabelas referentes aos cônjuges da ig. da Paz:

Profissões/trabalhos dos cônjuges da Ig. da Paz (1): profissões³¹⁹

Profissão	Homem	Mulher
Administrador de empresas	5	2
Advogado	2	2
Aeroviário	4	2
Agro-pecuarista	1	
Ajudante de retelinista		1
Ajustador	1	
Analista	1	
Andista	1	
Arquiteto	1	
Assistente	3	
Auxiliar		1
Auxiliar de contabilidade		1
Auxiliar de custo	1	
Auxiliar de escritório	1	4
Auxiliar de produção		1
Avaliador/pesquisa de mercado	1	
Bancário	5	1
Bancário/estudante de economia	1	
Bioquímica		1
Cabeleireiro		4
Caixa de supermercado		1
Caldeireiro	1	
Chefe de produção	1	
Comércio	13	4
Comprador	2	
Contador	11	4

319 Livro Casamentos – I: do No. 1 – 1959 ao No. 90 – 1974; Livro Casamentos – II: de No. 1 – 1975 a No. 89 – 1990. Arquivo morto: Caixa Bênção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).

Controlador	1	1
Controle de qualidade	2	
Coordenador produção têxtil	1	
Copeiro		1
Corretor	3	
Costureiro		1
Decorador	1	
Dentista	2	1
Desenhista	6	2
Do lar		4
Dono de restaurante	1	
Economista	5	1
Eletricista	3	
Empacotador		1
Empregada doméstica		2
Encarregado de almoxarife	1	
Engenheiro	14	
Estudante	9	16
Estudante de adm./tem uma firma própria	1	
Farmacêutica		1
Ferramenteiro	4	
Fisioterapia		1
Funcionário público		2
Geólogo	2	
Gerente	3	
Gráfica		1
Gráfico	1	
Industrial	6	
Industrial/administrador de empresas	1	
Industriário	9	
Inspetor de qualidade	1	

Inspetor de vendas	1	
Jornalista	1	1
Laminador	1	
Manicure		4
Marceneiro	1	
Mecânico	6	
Médico	5	
Montador	1	1
Mora com a mãe		1
Mora com os pais		1
Motorista	3	
Não trabalha		7
Oficial de justiça	1	
Operador contábil	1	
Operário	1	
Pedreiro e mecânico	1	
Professor	3	25
Professor/estudante		2
Programador - analista	1	
Programador de produção	1	
Projetista mecânico	1	
Publicitário	2	1
Química		1
Recepcionista		2
Representante	4	
Restaurante	1	
Retificador	2	
Secretário		41
Serralheiro	1	
Téc. eletrônico/estudante de eng.	1	
Técnico	8	

Técnico eletrônico/estudante	1	
Telefonista		1
Torneiro mecânico	2	
Vendedor	2	
Veterinário		1
Não informado	230	276

Profissões/trabalhos dos cônjuges da Ig. da Paz (2): empresas³²⁰

Profissão	Homem	Mulher
<i>AEG</i>	1	
<i>Amortex</i>	1	1
<i>Atlas Copco Brasileira S.A.</i>	1	
<i>Barros Jordão S.A.</i>	1	
<i>Berlimed LTDA</i>	1	1
<i>Bosch</i>	1	
<i>Brasinet</i>	1	
<i>Bravox</i>		1
<i>Brown Boveri</i>	1	
<i>Carlo Enlsa</i>		1
<i>Carman Guia</i>		1
<i>Caterpillar Brasil S. A.</i>		1
<i>Cavallari S. A.</i>	1	
<i>Ciba Geugy</i>		1
<i>DER</i>	1	
<i>Ebimica Industrial</i>		1
<i>Eletrocloro</i>	1	
<i>Elfa Implementos Elétricos</i>	1	
<i>Feim do Brasil</i>		1
<i>Fillipe biscoitos</i>	1	
<i>FNW</i>		1
<i>Foto Schneps</i>	1	
<i>Halvalsin</i>		1
<i>Higy do Brasil</i>	1	
<i>IBM do Brasil</i>	1	
<i>Igreja da Paz</i>	1	1

320 Livro Casamentos – I: do No. 1 – 1959 ao No. 90 – 1974; Livro Casamentos – II: de No. 1 – 1975 a No. 89 – 1990. Arquivo morto: Caixa Bênção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).

<i>Kendall</i>		1
<i>Laborex (?)</i>	1	
<i>Laguna Pau Brasil</i>		1
<i>Mercedes Bens</i>	4	2
<i>Nestlé</i>		1
<i>Osram</i>	1	1
<i>Ourogama</i>		1
<i>Pça. Tcheco</i>		1
<i>Petersen Irmãos</i>		1
<i>Philips</i>	2	1
<i>Rheno</i>	1	
<i>Savena Veículos Com. E Rep.</i>	1	
<i>Soledor</i>	1	
<i>Sunbean do Brasil</i>	1	
<i>Tecelagem Lady</i>	1	
<i>Tinhem do Brasil</i>		1
<i>Uniferro Têxtil</i>	1	
<i>Villares</i>		1
<i>Voith</i>	1	
<i>VVD</i>	1	
<i>VW</i>	8	5
<i>Walita</i>	1	

O leitor, em um primeiro momento, deve se assustar com o tamanho das listas. De fato, elas são enormes. Fizemos o possível para reduzi-las, mas, conforme os critérios já anotados com relação à lista de profissões da paróquia de Santa Generosa optamos por não criar redundâncias com relação às diversas profissões. A enorme disseminação de profissões entre homens e mulheres demonstra a entrada dos luteranos na sociedade brasileira, conforme falamos. Mas uma análise mais atenta mostra outras peculiaridades. Por exemplo, a manutenção daquele padrão a que nos referimos sobre o “sexo” de certas profissões.

No caso dos homens, as que contaram com seis (6) ou mais profissionais demonstraram essas colocações, respectivamente: comércio, contador, desenhista, engenheiro, estudante (1º, 2º e 3º grau), industrial, industriário, mecânico, técnico, e VW (Volkswagen). Com exceção de estudante, as demais profissões contavam com maioria de homens com relação de mulheres, dobro ou triplo de homens para cada mulher.

Já entre as mulheres, vemos entre as mais freqüentes (6 ou mais referências): estudante, professor e secretária, sendo que nas demais, apareceram de 1 a 5 referências, sendo que aqui a proporção chegava a 10 vezes ou mais o número de homens.

Se contarmos apenas o número de opções e lugares de trabalho teremos uma grata surpresa: homens: 101 opções (já computadas empresas); mulheres: 66 opções (já computadas empresas). Ou seja, já podíamos encontrar mulheres em boa parte das profissões ocupadas por homens, pelo menos as referidas pela secretaria da Igreja da Paz. Essa constatação é interessante, pois demonstra que entre os anos 1958-1978 a inserção feminina já havia sido grande, embora seja preciso reconhecer que essa inserção não tenha sido acompanhada por uma distribuição equitativa de mulheres nas diversas atividades, conforme vimos acima. Daí a impressão de que o universo do trabalho ainda fosse masculino.

É claro que aqui estamos computando serviços como doméstica, do lar ou mesmo “sem profissão” como atividades regulares, embora as duas últimas não necessariamente fossem remuneradas. Mas não podemos concluir, pelo menos em nosso trabalho, que a mulher estava completamente restrita as profissões “condizentes” ao seu sexo. De qualquer modo, a maior variedade de profissões, no caso das mulheres, pode ser enganosa. O fato pode ser facilmente explicado pela maior quantidade de casais analisados comparado com a Paróquia de S. Generosa, em uma relação diretamente proporcional. Outro ponto: persistiu a concentração de mulheres em profissões “femininas”, como secretária, professora, estudante (ginasial, normalista ou superior), o que contrasta com a distribuição mais homogênea dos homens em suas profissões.

Por outro lado, o fato de estarmos computando as empresas e firmas como profissões podem estar mascarando os fatos. Afinal, muitas pessoas que declararam trabalhar na VW podem ter sido humildes faxineiros ao invés de serem engenheiros, vendedores...

Por fim, cabe aqui uma curiosidade. Note o leitor que entre as firmas, há muitas com nomes referentes à cultura alemã (sobrenomes, marcas famosas, locais), o que confirma as colocações da bibliografia consultada que apontava o clientelismo entre descendentes de alemães como uma das formas de inserção desses imigrantes no mercado de trabalho, em quase todos os setores da economia da época.

Estado civil dos cônjuges – igreja da Paz

A partir daqui nos colocamos diante do primeiro dos dados específicos da Ig. Luterana: o estado civil dos pleiteantes a casamento. Essa classificação é exclusiva para esta Igreja, já que a Ig. Católica não permite o casamento de divorciados.

Algumas explicações sobre os termos a seguir são necessárias:

Desquitado: é aquele que realizou desquite. Já *Desquite* é: “Ato de desquitar; separação judicial de cônjuges. O mesmo que desquitação. Divórcio incompleto”³²¹.

Divórcio: “Dissolução judicial do matrimônio; desunião, separação”³²².

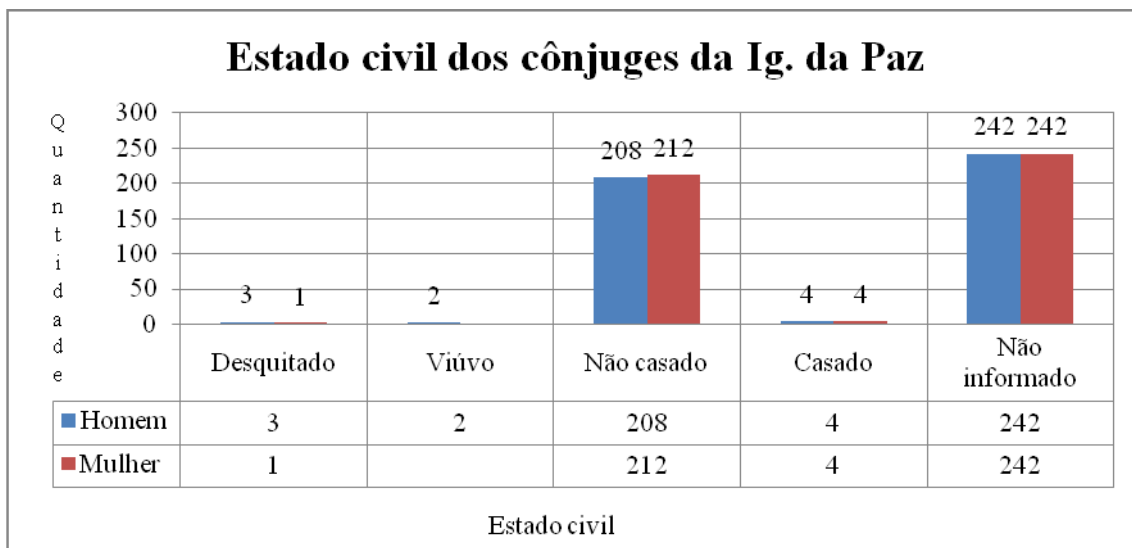
Esclarecidos estes pontos, podemos voltar as análises dos nossos casamentos:

Estado civil dos cônjuges da Ig. da Paz

Estado civil	Homem	Mulher
Desquitado	3	1
Viúvo	2	
Não casado	208	212
Casado	4	4
Não informado	242	242

321 Cf. verbete “Desquite”, in: BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, MEC. 1957. 2ª Ed. p. 351.

322 Cf. verbete “Divórcio”, in: BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, MEC. 1957. 2ª Ed. p. 368.



323

O levantamento surpreende quem associa trânsito religioso com busca de flexibilidade conjugal. O número de pessoas anteriormente casadas, viúvas ou desquitadas é praticamente desprezível, mal sendo perceptíveis nos gráficos de colunas. A norma dos casamentos ecumênicos luteranos envolvia pessoas que estavam passando pelo seu primeiro casamento. Não poderíamos concluir levemente que essas pessoas estivessem em busca de uma religião que permitisse o divórcio, que garantisse liberdade de rompimento do laço conjugal, mas pessoas que de fato amavam a pessoa com quem queriam se casar de papel passado. Partimos da seguinte premissa: como a norma social da época exigia um casamento duradouro, poderíamos supor que essas pessoas realmente vislumbravam um relacionamento sério, e não estavam “experimentando” viver juntos, embora no nosso levantamento em alguns casos percebêssemos que alguns desses casais já viviam uniões de fato nas casas de um ou do outro. Obviamente ocorriam cópulas, presumivelmente com o uso de métodos contraceptivos, pois não nos deparamos com cônjuges com filhos. Talvez uma explicação para essas eventuais lacunas seja o medo de que mães solteiras fossem expostas ao escárnio público, o mesmo valendo para as crianças. Mas isso é apenas uma hipótese, sem possibilidade de comprovação empírica, já que as fichas e atas nada dizem.

O baixo número de divórcios e desquites é facilmente explicado pelo fato de que até o ano de 1977 o divórcio não era permitido no Brasil, e mesmo a alternativa jurídica

323 Livro Casamentos – I: do No. 1 – 1959 ao No. 90 – 1974; Livro Casamentos – II: de No. 1 – 1975 a No. 89 – 1990. Arquivo morto: Caixa Bênção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).

disponível, o desquite, a declaração de cessação de comércio carnal entre marido e mulher, era uma alternativa muito precária e mesmo socialmente malvista. Era praxe se ver a mulher desquitada e/ou divorciada como uma mulher “fácil”, “disponível”, “da vida”, etc.

Algo parecido poderia ser levantado com relação aos viúvos. Muitos poucos procuraram os pastores luteranos em busca de uma segunda união, embora a lei e o costume em princípio não proibissem. O que poderia acontecer era a imposição aos viúvos de cuidar e de educar filhos e eventuais netos, não podendo “perder tempo” com namoricos, amenidades, amizades com pessoas do sexo oposto. Outra conclusão interessante é a indicação que o casamento “de papel passado”, mesmo sendo realizado em uma Igreja que não a de origem, gozava de aceitação entre os pais. Poderíamos dizer que aqui o incomodo de ver um filho e/ou filha fora da sua Igreja era superado pela satisfação em ter um filho (a) casado (a). Aqui lembramos das conclusões dos diversos autores consultados como Jean Roche e Boris Fausto, que nos alertaram acerca da disseminação de relacionamentos mistos (inter-raciais) de um lado, de outro o modelo de casamento romântico, que ultrapassava as barreiras etárias, sociais e religiosas, de outro. Não podemos nos esquecer que esses processos, que vinham num continuum desde fins do séc. XIX, também haviam influenciado os pais dos nossos noivos.

Religião dos cônjuges e dos pais dos cônjuges

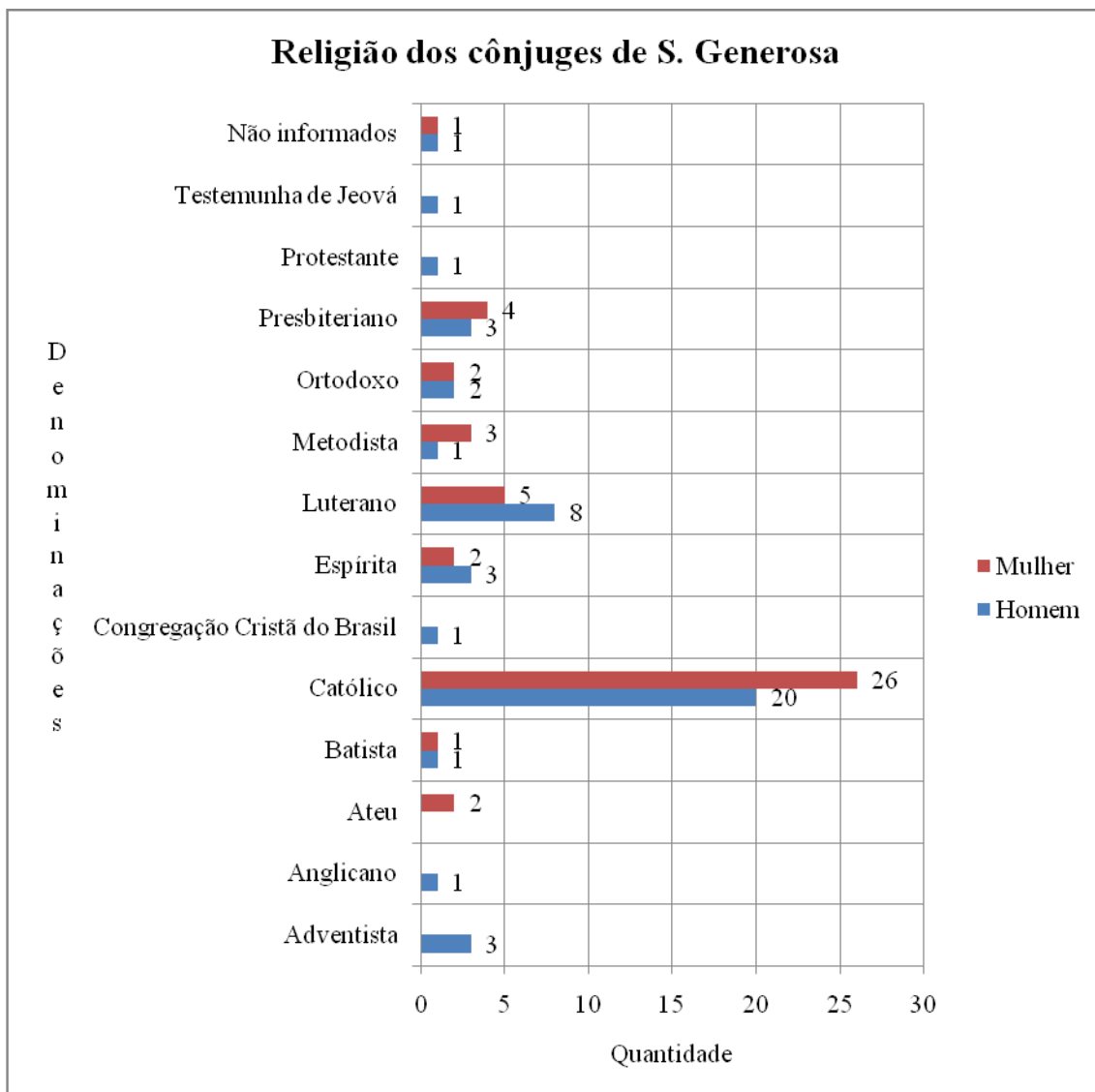
A partir daqui vamos passar a analisar os dados diretamente referentes ao problema dos casamentos mistos, a vida religiosa dos cônjuges por nós estudados e suas famílias. Para mais informações sobre as denominações cristãs que são citadas a seguir, recomendamos a consulta do glossário de denominações nos anexos.

No caso específico dos dados referentes a paróquia de S. Generosa, um problema inesperado surgiu. O cônego Paine e suas secretárias anotavam freqüentes vezes todo o percurso religioso do cônjuge, Por exemplo, quando o cônjuge era batizado na Ig. Católica, mas depois passava uma temporada no Centro Espírita, isso era informado. Neste caso, significava que o cônjuge no momento de seu casamento era espírita mas o casamento era possível. Por quê? Por que o referido cônjuge tinha sido batizado. O mesmo se aplicava para um cônjuge que era oriundo de uma família

católica, mas no momento de seu casamento se dizia ateu. Assim, optamos pela seguinte escolha: nas tabelas sobre religião o critério foi apontar a situação mais recente de cada cônjuge. Retomados os exemplos anteriores, os cônjuges aparecerão na tabela como espírita e ateu, respectivamente.

Religião dos cônjuges de S. Generosa

Religião/denominação	Homem	Mulher
Adventista	3	
Anglicano	1	
Ateu		2
Batista	1	1
Católico	20	26
Congregação Cristã do Brasil	1	
Espírita	3	2
Luterano	8	5
Metodista	1	3
Ortodoxo	2	2
Presbiteriano	3	4
Protestante	1	
Testemunha de Jeová	1	
Não informados	1	1



324

No início de nossa pesquisa, uma pergunta certamente perpassou na cabeça do leitor: quem são os paroquianos que se envolvem em casamentos mistos? As tabelas acima já nos dão uma resposta a essa pergunta. Ao nos depararmos com estes gráficos, somos forçados a reconhecer que limitar os casamentos a luteranos e católicos é complicado, já que pessoas ligadas a diversas denominações cristãs buscaram a paróquia para casar. Isso contando que não incluímos nessas listas as pessoas oriundas de religiões não cristãs, como o judaísmo, budismo e islamismo, que apareciam bem menos que os representantes das Igrejas.

324 Livro Casamentos: Livro 09 (29/05/1954-29/10/1960); Livro 10 (29/10/1960 – 14/09/1971); Livro 11 (16/09/1971-16/12/1981).

Por outro lado, uma análise detalhada das listas mostra que diversos cônjuges não-católicos enfrentavam problemas de disparidade de cultos, como adventistas, espíritas, testemunhas de Jeová e Espiritualistas cristãos, que não possuíam – e continuam a não possuir hoje – fórmulas de batismo concordantes com o catolicismo.

Adventistas do Sétimo Dia e Testemunhas de Jeová sequer crêem, como os católicos, de que Cristo é o Messias que trouxe a mensagem do Evangelho. O mesmo vale para Espíritas e Espiritualistas, que não crêem na fórmula trinitária do Cristianismo. Caso a parte é o dos Batistas, que não costumam batizar crianças como os católicos, mas quando batizam utilizam a fórmula trinitária. Nesse caso basta ao pároco verificar se o cônjuge foi batizado³²⁵.

Pensando em números absolutos, não nos deve espantar que boa parte dos cônjuges (mais de 40% do total) se diziam católicos, já que no geral pelo menos um dos cônjuges era católico. Aparecem também um número significativo de luteranos (cerca de 10% do total) o que se explica, pois nesses anos, a área da paróquia de S. Generosa estava muito próxima dos bairros abrangidos pela Ig. da Paz e outras comunidades luteranas da zona sul de São Paulo – SP.

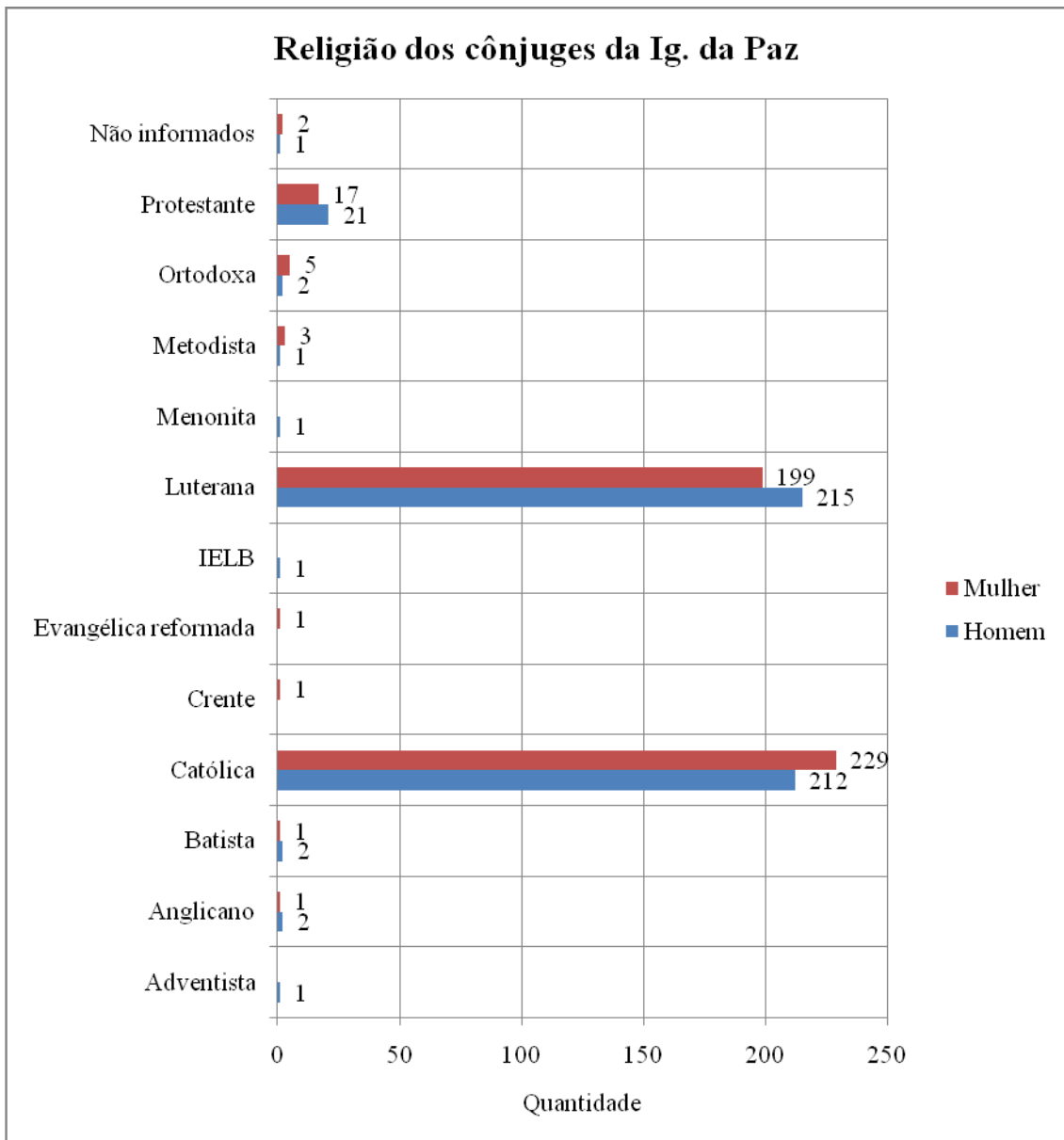
Nas tabelas a seguir veremos a distribuição das confissões religiosas dos noivos e noivas identificados por nós nas fichas e livros-tombo de casamentos da ig. da Paz – luterana. Novamente é preciso lembrar que agrupamos os dados tanto dos homens quanto das mulheres.

325 Para informações mais detalhadas sobre o ponto de vista católico das diversas Igrejas e denominações religiosas no Brasil, Cf. Estudos da CNBB 21. *Guia ecumênico*; também vale conferir Estudos da CNBB 53. *Guia para o diálogo inter-religioso*.

Religião dos cônjuges da Ig. da Paz³²⁶

Religião/denominação	Homem	Mulher
Adventista	1	
Anglicano	2	1
Batista	2	1
Católica	212	229
Crente		1
Evangélica reformada		1
IELB	1	
Luterana	215	199
Menonita	1	
Metodista	1	3
Ortodoxa	2	5
Protestante	21	17
Não informados	1	2

326 Livro Casamentos – I: do No. 1 – 1959 ao No. 90 – 1974; Livro Casamentos – II: de No. 1 – 1975 a No. 89 – 1990. Arquivo morto: Caixa Bênção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).



Quando equacionamos os dados sobre a religião declarada dos cônjuges da Ig. da Paz, foi preciso tomar alguns cuidados com relação a comparação com os seus similares de S. Generosa. O primeiro deles refere-se ao momento em que estes homens e mulheres declararam sua religião, no início do processo matrimonial. Não podemos esquecer que, ao longo do processo o cônjuge não luterano era convidado a se tornar “membro confessante da Igreja”. Ou seja, a declaração católica é mais decisiva que a luterana.

Um simples ponto serve de constatação dessas suspeitas: o número de declarantes católicos ser ligeiramente superior ao de luteranos. Como sabemos, para que

um casamento ecumênico pudesse ocorrer era necessário que pelo menos um dos cônjuges fosse da Ig. Luterana. Assim é inevitável supor que uma parte deles tenha optado por trocar de denominação, aqui no caso, o luteranismo.

Uma dificuldade colocada pela tabela acima é como definir *protestantes e crentes*. Tradicionalmente, protestante seria todo aquele que segue uma das denominações oriundas da Reforma do séc. XVI, englobadas as denominações mais novas, como as Igrejas Pentecostais; já crente seria mais especificamente uma das denominações mais recentes, em particular as de cunho pentecostal: *Assembléia de Deus, Deus é Amor, Evangelho Quadrangular, Universal do Reino de Deus, Renascer em Cristo*. Desde já é preciso alertar o leitor que essa terminologia hoje é considerada, pelos estudiosos de ecumenismo e de ciências da religião como superada e preconceituosa, além de pouco precisa. Termos como *crentes e seitas* devem ser substituídos por *Novos Movimentos Religiosos*³²⁷, termo mais neutro e aceitável.

Por outro lado, observando os dados de S. Generosa vemos necessariamente um cônjuge batizado na Ig. Católica casando com um cônjuge não católico, na Ig. Luterana poderia acontecer de duas pessoas não luteranas marcarem casamento. Nesse caso, pelo menos um dos cônjuges deveria optar por se converter ao luteranismo, em uma grau de probabilidade maior do que a conversão a Ig. Católica.

Como o leitor pode perceber os dados acima são altamente confiáveis já que apenas em quatro casos não foi revelada a religião que as pessoas professavam. Na etapa de formulação desta tese, lemos o interessante livro *Desafios do catolicismo na cidade – pesquisa em regiões metropolitanas brasileiras*³²⁸. Encomendado pelo CERIS, ele praticamente destrinchou o panorama religioso brasileiro na virada do milênio. Um dos capítulos do relatório referia-se ao trânsito religioso, e a volatilidade da identidade religiosa e moral no Brasil. Se utilizarmos esses mesmos critérios para nossa pesquisa, apesar do distanciamento temporal, já começamos a desconfiar que o ambiente seja muito similar, ou seja, a possibilidade de transito religioso já estava presente. O momento atual difere de cinquenta anos atrás apenas pela intensidade do fenômeno, mas ele já existia, e mesmo no caso de Jean Roche, poderíamos recuar ainda mais no tempo.

327 Para mais informações, recomendo a leitura dos No. 62, 69 e 71 da coleção Estudos da CNBB, que tratam exaustivamente do assunto. As coleções de Estudos e Documentos da CNBB hoje se encontram na íntegra no site da entidade: www.cnbb.org.br

328 SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. (et alii). *Desafios do catolicismo na cidade – pesquisa em regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo, CERIS - Paulus. 2002.

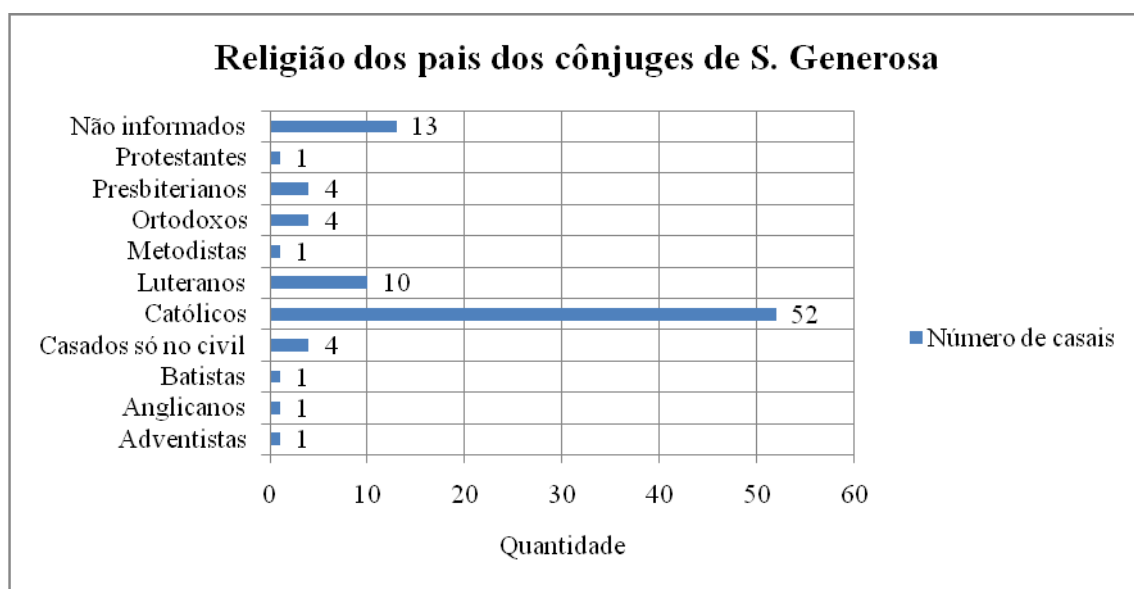
As Igrejas já não eram blocos monolíticos. O movimento e diálogo ecumênicos já estavam em pleno andamento.

Do mesmo modo que as Igrejas se comprometiam em enveredar pelos caminhos do diálogo e tolerância, do mesmo modo homens e mulheres davam cotidianamente sua contribuição para a superação de preconceitos de cor, nacionalidade, idade e religião, se conhecendo, se amando, casando, tendo filhos, etc. Não devemos esquecer este ambiente geral para compreendermos a particularidade dos casamentos inter-confessionais.

Vejamos agora as informações referentes aos pais dos cônjuges da igreja da Paz e da paróquia de S. Generosa, que podem comprovar essas colocações. Aqui é preciso um alerta devido as peculiaridades de cada documentação. Nas atas de casamento de S. Generosa raramente se distinguia a religião dos pais da religião das mães de cada um dos noivos. Assim, nas tabelas referentes a religião dos pais de S. Generosa deve-se ler cada número da tabela como a religião do casal. Ex: Adventista, significava que os pais eram dessa denominação. Já no caso da ig. da Paz surgiram diversos problemas: só se identificava a religião do pai e não da mãe. Além disso, a maioria das fichas não nos informa sobre nada.

Religião dos pais dos cônjuges de S. Generosa

Religião/denominação	Número de casais
Adventistas	1
Anglicanos	1
Batistas	1
Casados só no civil	4
Católicos	52
Luteranos	10
Metodistas	1
Ortodoxos	4
Presbiterianos	4
Protestantes	1
Não informados	13



329

Aqui estamos diante de dados altamente confiáveis, já que o processo matrimonial católico pede dados sobre os pais de ambos os cônjuges. Assim o fato dos dados estarem ausentes é uma exceção à regra, que no nosso levantamento correspondem a apenas 14,13% do total de casais. Outro ponto importante é perceber que, pelo menos no nosso levantamento há um entendimento entre os pais. Não encontramos pais de religiões diferentes, ao contrário do que detectamos na Ig. da Paz, onde pais de denominações diferentes geraram filhos que, anos depois se envolveriam em casamentos ecumênicos.

Como podemos perceber a variedade denominacional dos pais dos noivos refletia diretamente a variedade religiosa dos filhos. A maioria era esmagadoramente católica, o que já revela um dado interessante se lembrarmos dos dados referentes a “religião dos pais”: cônjuges que casaram interconfessionalmente já viviam uma situação de pluralidade religiosa dentro de suas próprias famílias. Aqui um padrão mais complexo que imaginávamos começa a se formar: famílias onde pais nem sempre seguem a religião escolhida pelos filhos, e vice versa, estariam mais propensos a presenciar casamentos mistos e ecumênicos e assim no futuro nada nos impede de imaginar os netos perpetuando esse padrão, formando um mosaico de filiações religiosas.

Notemos que, apesar das restrições que o Código de Direito Canônico criava, desaconselhando casamentos mistos, eles surgiam. Aqui fazem eco as palavras do cardeal Rossi quando disse que os casamentos mistos ocorreriam em número cada vez maior. Citamos novamente as colocações do Cardeal de São Paulo:

“(…) cresce o número dos matrimônios ecumênicos, com o comparecimento e a participação do ministro não católico. (...). Deveras, muitos estão sendo feitos sem o preparo dos cursos ou aditamentos, e buscados só por espírito de novidade ou vaidade, sem que se faça deles prova, sinal e meio para a aproximação entre as Igrejas”³³⁰.

330 ROSSI, Agnelo. *Diretrizes gerais sobre os sacramentos do batismo, confirmação e matrimônio*. Dezembro de 1969. No. 03.

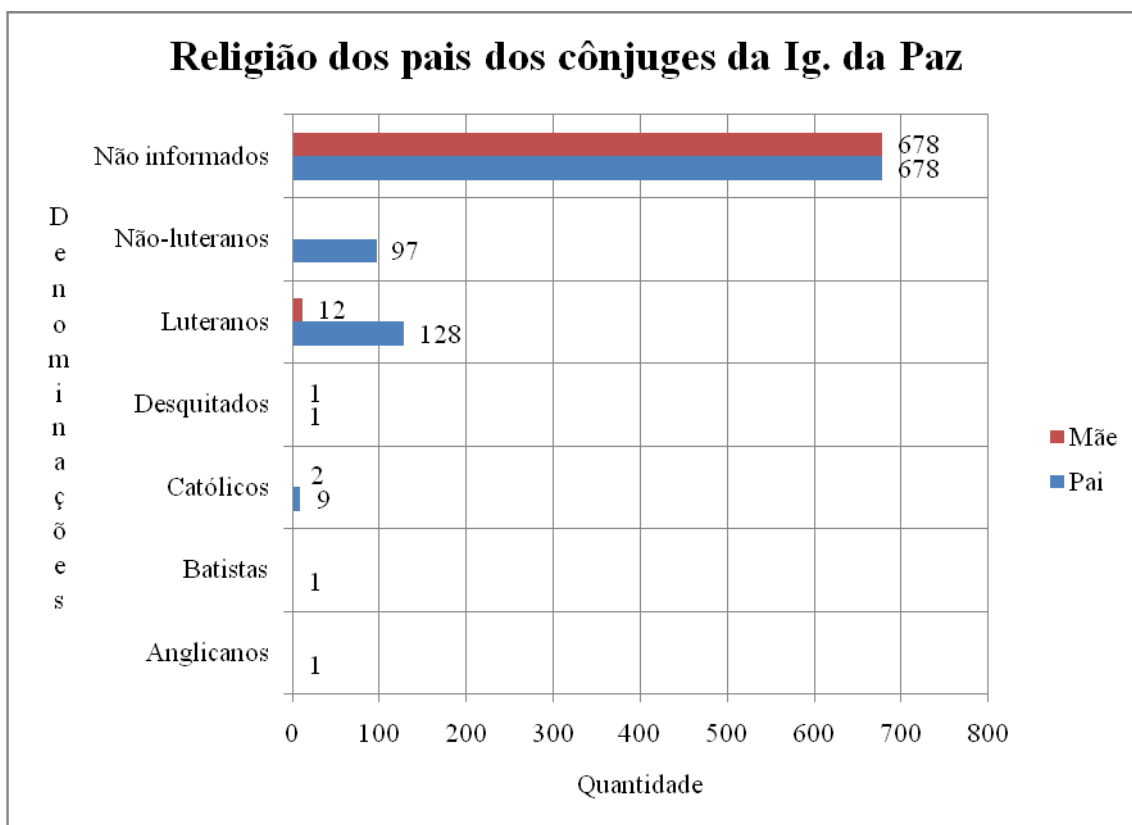
Elucidativas palavras do Cardeal de S. Paulo que já concordavam com as diversas colocações feitas por nós até este momento. Feitas as ressalvas sobre as falhas na documentação vamos aos dados equivalentes nas fichas de casamento da ig. da Paz.

Ao leitor, é preciso alertar que infelizmente, no caso da Ig. da Paz, os dados da religião dos pais dos noivos se encontram muito incompletos. Apenas ¼ das fichas apresentava algum tipo de informação referente a religião dos pais dos cônjuges, e mesmo assim as fichas da Ig. da Paz apenas privilegiavam dados referentes ao pai, deixando dúvidas com relação a filiação religiosa da mãe do cônjuge. Uma das poucas conclusões que podemos tirar com alguma segurança diz respeito a presença maior de luteranos.

Sobre os não luteranos também esbarramos com dificuldades. Haveria a possibilidade dos não-luteranos serem na realidade católicos romanos. Se isso for verdade a porcentagem de pais católicos subiria para 45%, quase de um para um com pais luteranos de cônjuges. Mas infelizmente faltam dados para endossar essa hipótese. Aqui sem dúvida nos encontramos com as maiores lacunas de nossa pesquisa. De qualquer forma a proporção *pai luterano X pai não luterano* na nossa amostragem é de 1-1, o que descarta a predominância de pais de religiões diferentes contra filhos de religiões diferentes. Entre os pais parece haver uma maior homogeneidade religiosa, que não apareceu por exemplo na paróquia de S. Generosa, onde a pluralidade religiosa dos pais católicos frente aos não católicos era perceptível. Mas as lacunas na documentação transformaram até mesmo essas colocações em dúvida. Vejamos:

Religião dos pais dos cônjuges da Ig. da Paz

Religião/Denominação	Pai	Mãe
Anglicanos	1	
Batistas	1	
Católicos	9	2
Desquitados	1	1
Luteranos	128	12
Não-luteranos	97	
Não informados	678	678



331

Filiação dos noivos quanto ao registro civil - *Santa Generosa*

Tratamos da religião de pais e filhos separadamente. A partir daqui vamos proceder ao cruzamento de dados sobre filiação X pais, o que vai esclarecer sobremaneira o grau de relacionamento afetivo e religioso entre gerações. Interessante notar que aqui vão aparecer em toda a sua crueza concordâncias, conflitos de gerações, além da pluralidade religiosa já referida páginas atrás, e que vamos repetir mais uma vez:

- a) Filho civil:** fruto de um casal que não é casado no religioso, apenas no civil. A principal dificuldade para o casamento misto com um noivo e noiva “civil” é que nem sempre a pessoa poderia apresentar comprovantes de batismo ou crisma com o nome dos pais, o que

331 Livro Casamentos – I: do No. 1 – 1959 ao No. 90 – 1974; Livro Casamentos – II: de No. 1 – 1975 a No. 89 – 1990. Arquivo morto: Caixa Bênção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).

complicava o processo matrimonial. A necessidade de se batizar o “cônjuge civil” poderia ser necessária.

b) Filho legítimo: filho de pais casados regularmente na Igreja, católica ou não.

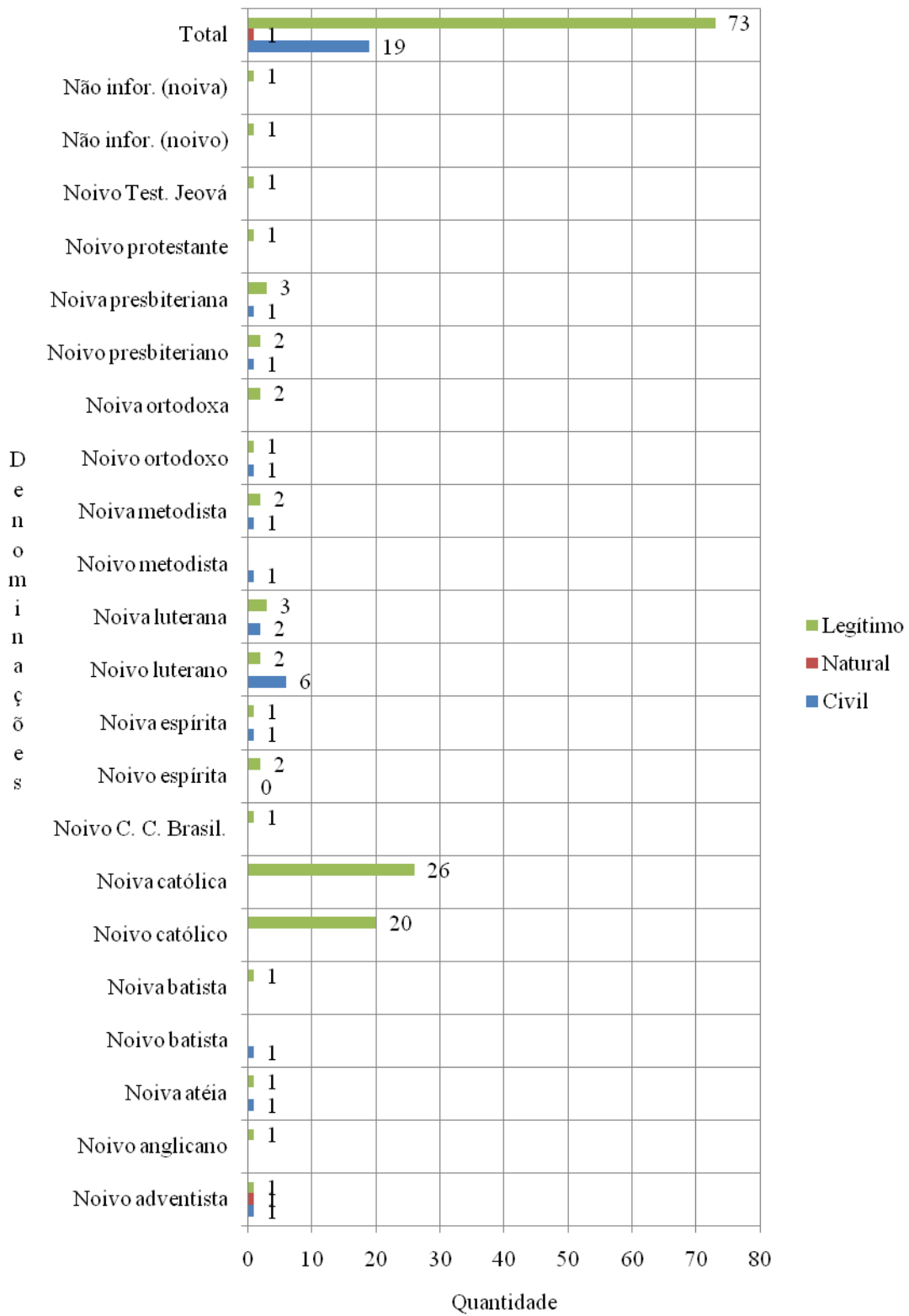
c) Filho natural: pai ou mãe biológica não reconhece o filho ou filha. Nestes casos, bastante dolorosos como se pode perceber, o documento de identidade (RG) da pessoa apresenta apenas o nome de um dos pais.

Novamente lembrando que essa divisão é exclusiva da ig. de S. Generosa por ser católica, independente do Código Civil da época e mesmo do atual. Outra diferença foi a necessidade de individualizarmos a filiação de noivos e noivas, algo que não seria possível com os dados da ig. da Paz.

Filiação dos noivos de S. Generosa – quanto ao registro civil

	Civil	Natural	Legítimo
Noivo adventista	1	1	1
Noivo anglicano			1
Noiva atéia	1		1
Noivo batista	1		
Noiva batista			1
Noivo católico			20
Noiva católica			26
Noivo C. C. Brasil.			1
Noivo espírita	1		2
Noiva espírita	1		1
Noivo luterano	6		2
Noiva luterana	2		3
Noivo metodista	1		
Noiva metodista	1		2
Noivo ortodoxo	1		1
Noiva ortodoxa			2
Noivo presbiteriano	1		2
Noiva presbiteriana	1		3
Noivo protestante			1
Noivo Test. Jeová			1
Não infor. (noivo)			1
Não infor. (noiva)			1
Total	19	1	73

Filiação dos noivos de S. Generosa registro civil



Como o leitor pode perceber, surgiu outro padrão com relação a filiação dos noivos. De todos os cônjuges que procuraram a S. Generosa os católicos apresentaram maior afinidade com a religião de seus pais. Mais da metade dos noivos eram filhos legítimos, sendo que as noivas chegaram a sobrepujar os noivos. Esses primeiros dados comprovam o perfil conservador da Paróquia, mesmo observada sob o prisma dos casamentos mistos. Aparece uma homogeneidade com relação as famílias, que se encaixam em boa parte das uniões “de papel passado” que a Ig. Católica recomendava e a sociedade da época cobrava.

Com relação as demais denominações notamos uma maior variedade. Aparecem mais noivos e noivas oriundas de outros tipos de uniões: filhos adotivos ou biológicos. Uma conclusão errada que seríamos tentados a tirar daqui seria a de que essas denominações não católicas favoreceriam a instabilidade afetiva e denominacional dos filhos-noivos. Na realidade a ínfima quantidade de dados impede maior abrangência nas conclusões. Infelizmente não temos dados equivalentes sobre a Ig. da Paz. De qualquer modo, quase 20% dos noivos de S. Generosa eram considerados filhos civis de seus pais, ou seja, não tinham pais casados no religioso.

Os dados comprovam um subproduto de nossa pesquisa no tocante ao formato das famílias. Vemos que setenta e três (73) noivos eram oriundos de famílias “bem constituídas”, nucleares: pais e filhos unidos e reconhecidos. Mas por outro lado, em vinte (20) casos os filhos viveram sob novas formações familiares de pais casados apenas no civil e que talvez praticassem religiões diversas. Essas novas estruturas apenas confirmavam ser aparentadas com a pluralidade religiosa das famílias apontadas por nós há pouco. Afinal, se poderia viver simultaneamente um casamento misto com outro tipo de filiação civil.

Religião dos noivos x religião dos pais

A próxima tabela se permite confirmar alguns pontos já tratados e formular novos questionamentos. Nela, confrontamos a religião dos noivos com a de seus respectivos pais e mães. Na coluna vertical a religião dos noivos e noivas, de acordo com a denominação declarada durante o processo matrimonial, e na coluna horizontal a

denominação dos pais. Nesta primeira tabela a religião dos pais não distingue pais de mães, já que se tratam dos casamentos mistos celebrados na Paróquia de S. Generosa, conforme já fizemos anteriormente. Devido a problemas de visibilidade e espaço, as duas próximas tabelas não contam com gráficos em colunas, além do que fui obrigado a abreviar bastante o nome das respectivas denominações.

No caso da tabela que confronta a religião dos noivos que casaram na ig. da Paz com os seus pais novamente surgiu o problema das lacunas na documentação, em especial sobre a religião das mães, já que os responsáveis pela secretaria da igreja faziam essa diferenciação.

Paróquia de S. Generosa - religião dos cônjuges X seus pais³³³

Noivos/ Pais	Angl.	Adv.	Bat.	Cat.	Lut.	Met.	Ort.	Pres.	Prot.	Ñ. Inf.	Casados no civil
♂ adventista		1		2							
♂ anglicano										1	
♀ atéia				1				1			
♂ batista			1								
♀ batista				1							
♂ católico				16	1					3	
♀ católica				25						1	
♂ C. C. Br.				1							
♂ espírita				2							1
♀ espírita				1							1
♂ luterano					6					2	
♀ luterana					3					2	
♂ metodista						1					
♀ metodista				1					1		1
♂ ortodoxo							2				
♀ ortodoxa							2				
♂ presb.	1							1		1	
♀ presb.				1				2			1
♂ protest.										1	
♂ Test. Jeová				1							
Total:	1	1	1	53	10	1	4	4	1	11	4

Como o leitor pode comprovar o padrão de religião do noivo nem sempre seguia o padrão dos pais. Houve uma esmagadora maioria de noivos católicos com pais

³³³ Livro Casamentos – I: do No. 1 – 1959 ao No. 90 – 1974; Livro Casamentos – II: de No. 1 – 1975 a No. 89 – 1990. Arquivo morto: Caixa Bênção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).

também católicos, o que comprova nossas colocações anteriores acerca da manutenção relativa da relação religião dos pais – religião dos filhos. O mesmo podendo ser dito com relação aos cônjuges luteranos. Porém uma observação mais atenta mostra outras peculiaridades.

Observando os noivos declaradamente não católicos, observamos uma forte migração religiosa, o que demonstra uma suspeita que tínhamos desde o início de nossa pesquisa: casais que se relacionaram com pessoas de outras religiões se defrontaram em algum momento com situações de trânsito religioso. Alguns noivos e noivas eram católicos de origem mas converteram-se a outras denominações. O contrário ocorreu em apenas um caso detectado. De qualquer modo percebemos que no caso dos casamentos mistos de S. Generosa essa homogeneidade estava prestes a acabar. Quando um noivo dito católico, filho de pais católicos se casava com alguém de outra Igreja, começavam a surgir novos padrões de vivência religiosa. O que aconteceu depois desses casamentos, pouco se sabe. Agora, se isso passava a ocorrer imediatamente depois do casamento ou anos depois, não sabemos. Apenas em poucos caso houve plena concordância com a religião professada pelos pais. Nos demais, apareceu algum nível de discrepância. Vejamos agora os mesmo dados extraídos das fichas da Ig. da Paz:

Ig. da Paz - religião dos cônjuges X seus pais³³⁴

Noivos/ Pais	Anglicano	Batista	Católico	Desquitado	Luterano	Não lut.	Não inf.
♂ adventista							1
♂ anglicano					1	1	
♀ anglicana							1
♂ batista		1			1		
♀ batista							1
♂ católico			4	1	3	29	175
♀ católica			5		7	36	181
♀ crente							1
♀ Ev. Reformada						1	
♂ IELB							1
♂ luterano					50	10	155
♀ luterana					47	11	141
♂ menonita					1		
♂ metodista						1	
♂ ortodoxo						2	
♀ ortodoxa						1	4
♂ protestante	1				9	5	6
Total:	1	1	9	1	119	97	668

Como o leitor pode perceber, assim como no caso da paróquia de S. Generosa, observamos que uma boa parte dos noivos luteranos teve pais oriundos da mesma denominação. Mas alguns problemas sérios se escondem nestas tabelas. O primeiro deles é o de que os dados acima apenas servem de indícios, não estão de maneira nenhuma completos. Surge novamente o problema de apenas sabemos a religião de alguns dos pais, e quase de nenhuma das mães. No caso acima, agrupamos ambos, o que

³³⁴ Livro Casamentos – I: do No. 1 – 1959 ao No. 90 – 1974; Livro Casamentos – II: de No. 1 – 1975 a No. 89 – 1990. Arquivo morto: Caixa Bênção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).

deve ser interpretado do seguinte modo: um dos pais é membro de uma das Igrejas. Na maioria das vezes eram os pais, mais do que as mães.

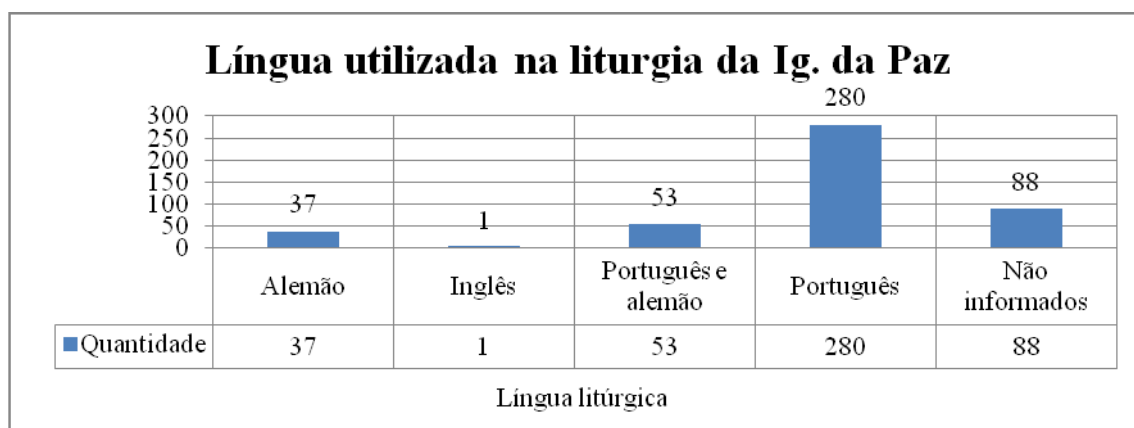
Outro aspecto interessante é a presença maior de noivos e noivas luteranas com pais declaradamente não luteranos. Como será que esses cônjuges conheceram a Ig. Luterana? Uma resposta poderia ser a de que eles (os noivos) podem ter sido influenciados pela mãe pertencente a Igreja Luterana, já que nosso levantamento praticamente só contempla a opção religiosa dos pais e não das mães. Se supusermos que os pais não luteranos seriam na verdade católicos romanos, os gráficos poderiam ser interpretados diferentemente, na direção de que estaria mais uma vez ocorrendo uma migração de pessoas mais jovens para novas denominações religiosas enquanto que os pais permaneceram em suas denominações de origem. Mas isso não passa de uma hipótese.

Se a hipótese estiver correta, teríamos a repetição do mesmo padrão detectado páginas atrás, de uma tendência dos filhos em acompanharem a religião dos pais, embora o trânsito religioso já pudesse ser detectado. Temos de trabalhar no campo das hipóteses, já que o termo “não luterano” é deveras vago. Seguindo o mesmo raciocínio, em números absolutos os luteranos e católicos seriam os mais coerentes com a religião de seus pais, se bem que no caso dos luteranos isso é facilmente por se tratarem de casamentos celebrados na Igreja Luterana. Por outro lado, essas denominações apresentaram maiores divergências entre pais e filhos. Assim como na paróquia de s. Generosa, noivos e noivas de outras denominações apresentaram maior propensão ao trânsito religioso, embora novamente esbarremos na falta de dados confiáveis.

Língua litúrgica utilizada – Igreja da Paz

Agora vamos tratar de um dado curioso: a língua exigida na celebração da Ig. da Paz, opção que cabia aos noivos escolherem:

Língua	Quantidade
Alemão	37
Inglês	1
Português e alemão	53
Português	280
Não informados	88



335

Quando falamos da liturgia utilizada nos casamentos ecumênicos da Ig. da Paz percebemos que de fato estamos diante de casais que além de vivenciarem pluralidade dentro de suas famílias, vivenciam um processo acelerado de aculturação. Um pedido de adoção do alemão durante um casamento poderia ter vários significados: tradição, originalidade, ou simplesmente comodidade, se pensarmos que muitos desses homens e mulheres eram estrangeiros, ou descendiam diretamente de estrangeiros.

Mas acreditamos que a explicação mais simples seja a mais acertada: a maioria dos cônjuges era constituída de brasileiros natos, o que ainda não quebrava o paradigma da Ig. Luterana como “Igreja dos alemães” ou dos “teuto-brasileiros”. Os pedidos de celebrações em alemão ou alemão e português chegavam a 25% do total, não podendo por causa disso serem chamados de “minoritários”. Aqui novamente nos fazem eco as colocações de Jean Roche e Martin Dreher sobre a busca de aceitação do teuto-brasileiro através da adoção do português como língua corrente do dia a dia, e da

335 Livro Casamentos – I: do No. 1 – 1959 ao No. 90 – 1974; Livro Casamentos – II: de No. 1 – 1975 a No. 89 – 1990. Arquivo morto: Caixa Bênção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).

permanência do alemão como língua litúrgica tanto de católicos como de luteranos. Se assim for, conseguimos detectar quais seriam as famílias mais e menos “germanizadas” dentre as que celebraram casamentos ecumênicos. Isso de um ponto de vista geral.

O mesmo Jean Roche nos alertou sobre a presença do sentimento de Germanidade mais forte entre teuto-brasileiros que ascenderam socialmente, em especial os pequeno-burgueses. Assim, juntamente com alemães natos, podemos ter famílias identificadas mais com a Alemanha que com o Brasil.

Modalidades de benção – *Santa Generosa*

Do lado da paróquia de S. Generosa há também dados curiosos sobre os modelos de benção dados pelos sacerdotes no final dos casamentos. Aqui é preciso lembrar o que o Código de Direito Canônico de 1917 comentava sobre a forma da celebração dos casamentos mistos dentro da Igreja Católica:

“1102, § 2. Pero **están prohibidos todos los ritos sagrados**; y si se prevé que de esta prohibición se han de seguir males más graves, **puede el Ordinario autorizar algunas de las ceremonias eclesiásticas acostumbradas, excluida en todo caso la celebración de la Misa**”³³⁶.

Na proibição de ritos devia figurar também restrições a benção final na cerimônia de casamento. Aqui parece que o cônego seguiu a risca o CIC 1917. Mas já a partir de 1966, uma nova legislação já valia com relação a celebração dos casamentos mistos:

“IV. - **Quanto à forma litúrgica, derogados os cânones 1102 § 2 e 1109 § 3, concede-se aos Ordinários dos lugares a faculdade de permitir**, na celebração dos próprios matrimônios mistos, os ritos sagrados com **as costumeiras bênçãos e homilia**”³³⁷.

E, anos depois, em 1970 o motu próprio *Matrimonia mixta* acrescentou:

336 DOMINGUEZ, Lorenzo Miguelez (org). *Código de derecho canónico*. Madri, Espanha. BAC. 1952. p. 413. Cânon 1102. Os grifos são meus.

337 Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. “Instrução *Matrimonii Sacramentum* sobre os casamentos mistos (18/03/1966)”, in: *REB – documentação*. Vol. 26, fasc. 02, Junho de 1966. Petrópolis, Vozes. 418-419. Os grifos são meus.

“9) Caso se oponham graves dificuldades, que impeçam de respeitar a forma canônica obrigatória, os Ordinários do Lugar têm o direito de dispensar dessa forma canônica para o matrimônio misto; é, contudo, atribuição das Conferências Episcopais estabelecer normas que regulem o exercício lícito e uniforme do referido direito, na sua região, ou no seu território, procurando que exista sempre uma celebração em forma pública”³³⁸.

Relembrado o que o Código de Direito Canônico da época falava sobre os casamentos mistos na Ig. Católica, é preciso esclarecer sobre os termos abaixo.

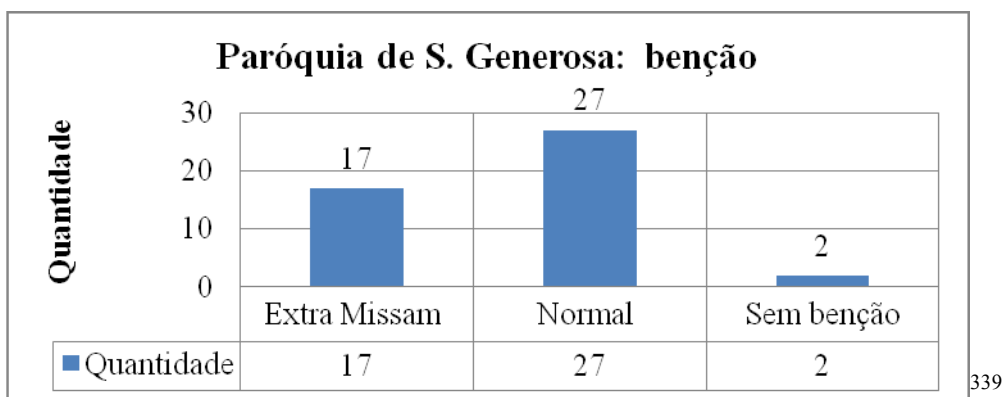
O mais problemático é o termo “Extra missam” – fora da missa. Ao contrário do que se poderia supor, não quer significar que não houve benção mas que ela ocorreu fora da cerimônia católica, e feita por um representante de religião não-católica: um pastor ou padre ortodoxo.

O que chamamos de “Benção normal” refere-se a benção dada pelo celebrante católico ao final da cerimônia. Os casos mais excepcionais de casamentos “Sem benção” possivelmente devem se tratar de casamentos não celebrados por impedimento impediente ou simplesmente a não celebração do casamento por falta de documentação, algo a que o cônego Paine de S. Generosa, no início dos livros-tombo já nos havia alertado. Relembrados esses pontos, vamos analisar os dados das atas:

Paróquia de S. Generosa: benção

Benção:	Quantidade
<i>Extra Missam</i>	17
Normal	27
Sem benção	2

338 Motu próprio Matrimonia mixta, in: *REB. Vol. 30, fasc. 118, junho de 1970*. Petrópolis, Vozes. p. 401-405.



Os casamentos mistos em boa parte dos casos (59%) eram celebrados como a maior parte dos casamentos dentro da Ig. Católica: com leituras bíblicas, sermão do padre exortando a unidade do casal, e a bênção final, onde eventualmente haveria a participação de um pastor ou sacerdote de outra denominação. Mas aqui vale reforçar o aviso: o fato de um casamento não contar com a bênção católica, ou se dar longe das vistas do público não invalidavam o casamento, mas apenas que ocorreu escolha por parte de um dos cônjuges para que se procedesse assim. Estamos diante de uma demonstração de delicadeza por parte dos sacerdotes católicos que celebraram casamentos mistos de não impor obstáculos as formas de celebração. Desde que contasse com a autorização devida, o casamento misto podia vir até mesmo acompanhado de celebração eucarística católica.

Número total de casamentos x casamentos mistos e ecumênicos

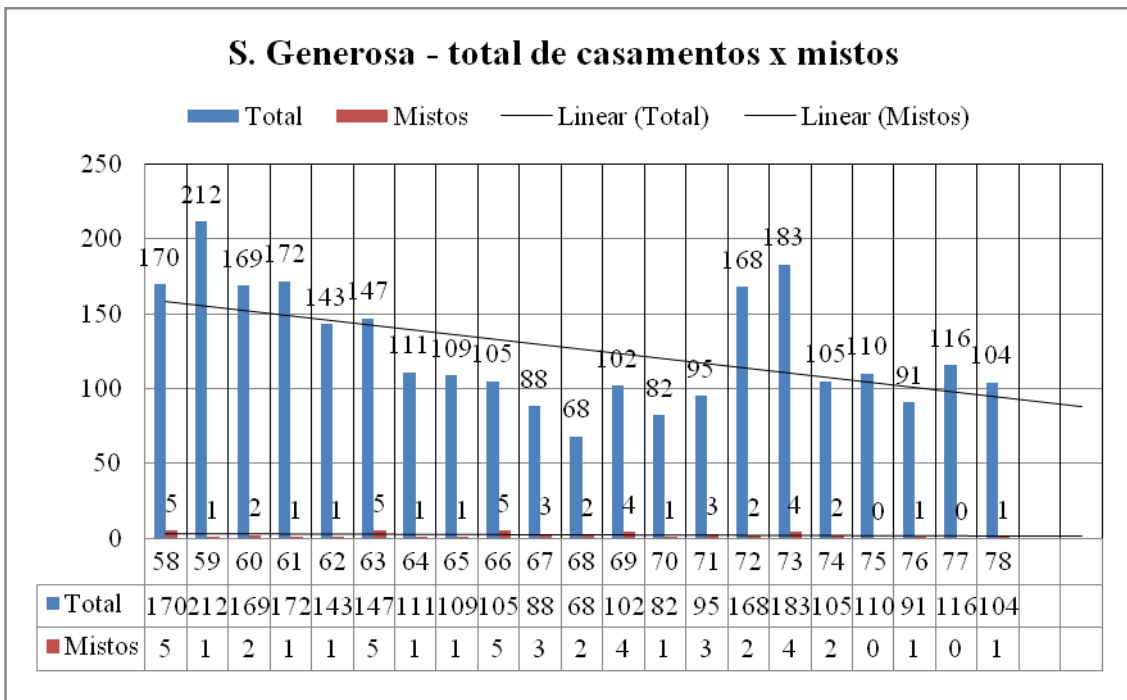
Aqui é o momento de fazermos as principais comparações entre o volume total de casamentos das duas comunidades contra o contingente de casamentos ecumênicos e mistos. Vejamos:

339 Livro Casamentos: Livro 09 (29/05/1954-29/10/1960); Livro 10 (29/10/1960 – 14/09/1971); Livro 11 (16/09/1971-16/12/1981).

S. Generosa -total de casamentos x mistos³⁴⁰

Ano	Total	Mistos
1958	170	5
1959	212	1
1960	169	2
1961	172	1
1962	143	1
1963	147	5
1964	111	1
1965	109	1
1966	105	5
1967	88	3
1968	68	2
1969	102	4
1970	82	1
1971	95	3
1972	168	2
1973	183	4
1974	105	2
1975	110	0
1976	91	1
1977	116	0
1978	104	1
Total	2650	45

340 Livro Casamentos: Livro 09 (29/05/1954-29/10/1960); Livro 10 (29/10/1960 – 14/09/1971); Livro 11 (16/09/1971-16/12/1981).



A tabela horizontal representa o número de anos decorridos entre 1958-1978, e o vertical o número de casamentos. As colunas azuis correspondem ao total dos casamentos, as colunas vermelhas os casamentos mistos. A primeira observação a ser feita é a enorme desproporção entre casamentos mistos e demais casamentos. Quase não é possível perceber colunas vermelhas. Essa desproporção se manteve mesmo a partir do período conciliar (1965 e seguintes) e do surgimento de uma legislação sobre casamentos mistos. Como podemos ver, a tendência de baixa manteve-se mesmo com essa legislação em vigor.

Uma explicação possível seria a própria novidade dos casamentos mistos, que dentro das normas emitidas pelo Vaticano, ainda causava estranheza aos fiéis mais conservadores. O simples fato de ser uma denominação cristã que via com preocupação a celebração desses casamentos seria motivo suficiente para espantar noivos que preferissem celebrar uma união que contasse com menos objeções de consciência e restrições.

Interessante é a queda no número total de casamentos, ao longo dos anos 1958-1969. A explicação mais plausível seria o fato de que a paróquia teve sua área diminuída ao longo desses anos, além de ter sido seriamente prejudicada em suas atividades entre os anos de 1967 até 1970 devido a demolição e construção da atual

igreja, o que se refletiria no seu número total de paroquianos e no número de casamentos celebrados. A atual igreja, menor e sem área de estacionamento própria para a chegada de noivos em carros, sem dúvida prejudicaram aqueles que sonhavam em casar na paróquia de Santa Generosa, algo que não ocorreu na Ig. da Paz, como o leitor pode perceber pelas fotos mostradas anteriormente. Assim, a grande variedade de locais escolhidos pelos paroquianos e de celebrantes seriam uma resposta as deficiências de estrutura da paróquia. Sendo assim, essa queda também refletiria uma baixa na procura durante os anos 1960 e 1970.

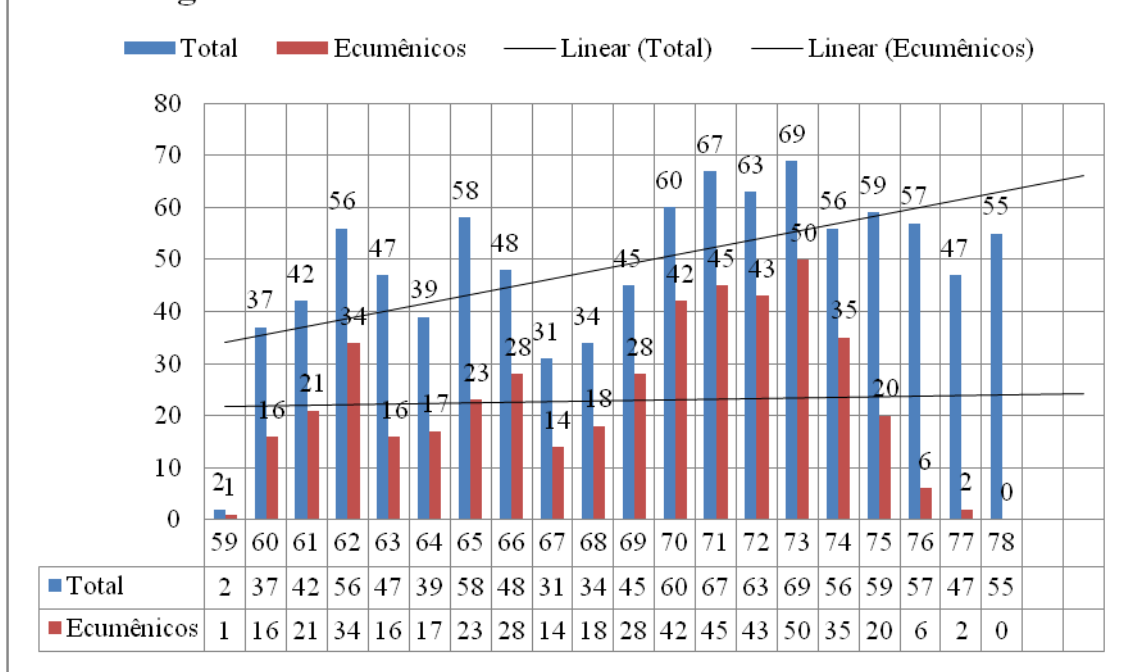
Seria uma interpretação rasteira apontarmos as mudanças de costumes, de modos de encarar a sexualidade e a vida matrimonial, o ambiente laicista da cidade de São Paulo como elementos determinantes para complementar o entendimento das tendências de queda nos casamentos entre os anos de 1958-1978. A grande verdade é que não temos como medir o grau de interferência desses elementos apenas a partir das atas de quarenta e cinco casamentos.

Por outro lado, percebemos um tênue porém constante aumento no número de casamentos mistos, em especial no período 1966-1974, o que demonstra a maior mentalidade plural de noivos e pais, já apontada anteriormente. Embora o visual dos gráficos seja por demais chamativo ao mostrar que o número de casamentos mistos é muito baixo mesmo se comparado aos anos em que se celebraram menos casamentos. Vejamos agora os mesmos dados extraídos das fichas da Ig. da Paz:

Ig. Da Paz - total de casamentos x ecumênicos

Ano	Total	Ecumênicos
(dezembro de) 59	2	1
60	37	16
61	42	21
62	56	34
63	47	16
64	39	17
65	58	23
66	48	28
67	31	14
68	34	17
69	45	28
70	60	42
71	67	45
72	63	43
73	69	50
74	56	35
75	59	20
76	57	6
77	47	2
78	55	0
Total:	972	458

Fig. Da Paz - total de casamentos x ecumênicos



341

Apesar do número total de casamentos ser menor que o de S. Generosa, não ultrapassando no auge setenta por ano, a alta taxa de casamentos envolvendo luteranos e pessoas de outras Igrejas é grande. Vale lembrar que boa parte dos cônjuges não luteranos localizados por nós eram católicos. Notem também as colunas dos casamentos ecumênicos acompanha a totalidade, comprovando que a prática do casamento entre luteranos e pessoas de fora da comunidade era algo comum, ao ponto de chegar a computar mais da metade do total de casamentos celebrados na Ig. da Paz. Apesar de séries inteiras da documentação estarem incompletas entre os anos 1959-1966 e 1975-1978 o gráfico demonstra que havia maior interesse dos casais interconfessionais em casar na IECLB.

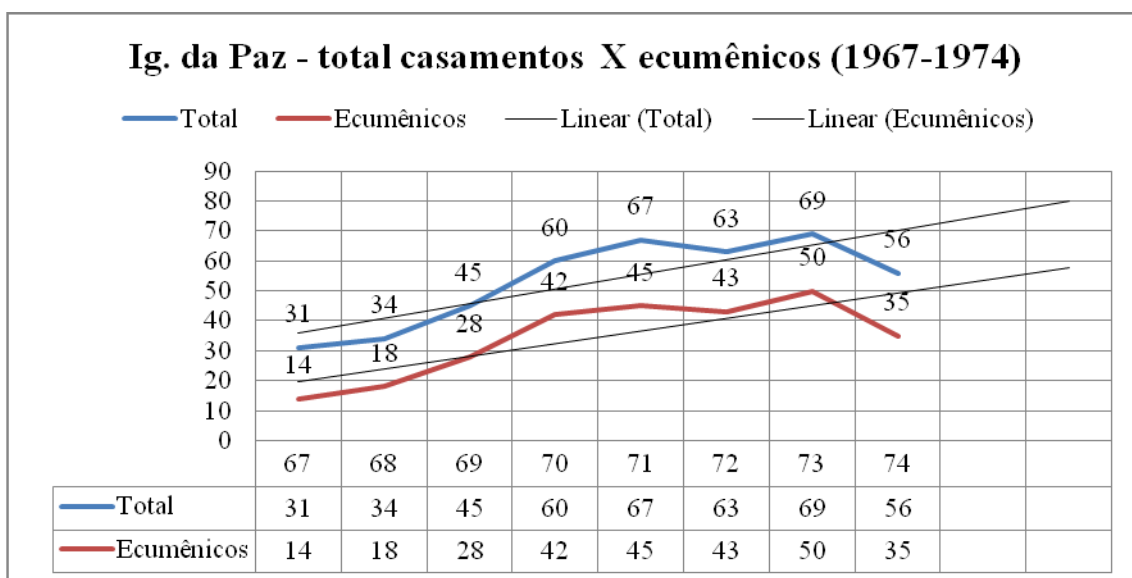
Mas não devemos concluir automaticamente que essas pessoas casavam já pensando em se desquitar só porque o luteranismo previa essa possibilidade. Não esqueçamos que o levantamento complementar sobre o estado civil dos noivos revelou que nas 917 fichas analisadas apenas 12 pessoas se declararam desquitadas ou ainda casadas. Estamos falando de um universo de homens e mulheres solteiros que nunca

341 Livro Casamentos – I: do No. 1 – 1959 ao No. 90 – 1974; Livro Casamentos – II: de No. 1 – 1975 a No. 89 – 1990. Arquivo morto: Caixa Bênção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).

havia se casado, embora houvessem casais que, á época do casamento, já viviam união consensual, já moravam juntos, na casa do noivo, ou da noiva, o que não invalida a constatação inicial: o casamento inter-confessional fugia da norma social ao permitir a união de “diferentes” do ponto de vista religioso, mas na sua forma geral concordava com o modelo de relacionamento amoroso que se delineava na primeira metade do séc. XX, aquele em que a escolha do parceiro recaía preferencialmente ao indivíduo e não a família, ao padre, ao pastor, ao grupo de pertencimento, mas se vislumbrava a união “por amor”, duradoura e com celebração para selar essa união.

Não seria exagero supor que aqui a norma ainda seria o sexo dentro do casamento, mesmo em se tratando de matrimônios celebrados nos anos 1970, já que o padrão é uma constante. De qualquer forma, o casamento inter-confessional é um casamento romântico carregado de emotividade.

Agora vamos fechar nosso ponto de vista nas séries de fichas mais completas da ig. da Paz. Se nos concentrarmos nas séries mais completas dos anos 1967-1974 surge o seguinte sobre os casamentos ecumênicos da Igreja da Paz:



342

342 Livro Casamentos – 1: do No. 1 – 1959 ao No. 90 – 1974. Arquivo morto: Caixa Benção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).

Note o leitor que sobreposemos as duas linhas de tendência de previsão linear, calculada a partir do comportamento dos dados. As duas linhas são quase paralelas, comprovando que uma segue a alta e/ou a baixa da outra. Notem a diferença com as linhas lineares do gráfico anterior, da paróquia de S. Generosa, que mostravam a tendência dos casamentos ecumênicos em uma constante, enquanto que a total de casamentos aumentava ou diminuía.

Uma explicação possível residiria no fato de que muitos desses casais queriam viver com a possibilidade de romper o vínculo matrimonial, embora legalmente isso ainda não fosse possível, somente se tornando realidade em 1977 com a lei do divórcio. Apesar da proibição, já existia pressão da opinião pública por uma legislação que permitisse o divórcio, não apenas o desquite. Mas por outro lado, conforme dissemos anteriormente, não acreditamos que esse fosse o motivo central, mas sim o romantismo.

Por outro lado, é preciso lembrar que nossa pesquisa é a análise de um momento específico na vida desses casais. O fato de um católico receber ou entregar formulários para dar entrada como membro da Ig. da Paz não significa que se tornou de fato luterano. O mesmo vale para os que abriram mão de se converterem ao luteranismo. Não sabemos se, tempos depois, não se converteram. Um fato interessante demonstra o cuidado com que o tema deve ser tratado: durante nossas consultas a Ig. da Paz fomos orientados a não citar na íntegra o nome dos casais. Posteriormente, descobrimos que um dos motivos para o sigilo era o fato de uma das secretárias ter se casado na IECLB e se declarado católica, tendo se convertido ao luteranismo anos depois.

Repisando as colocações que estudamos nos capítulos anteriores, vemos que de fato o casamento nas modalidades mista, ecumênica e inter-confessional era uma tendência que vinha pra ficar e só aumentaria com o passar do tempo, graças a fatores tão diferentes quanto imigração, migração, modernidade, êxodo rural, urbanização, romantismo, espírito de novidades. Em resumo, o universo que Marshall Berman tão bem descreveu em “Tudo que é sólido se desmancha no ar”.

Casamentos inter-confessionais e migração religiosa

Agora vamos descerrar o véu de vez e nos debruçarmos sobre os dados mais chamativos de nossa pesquisa: as conversões e não conversões ao luteranismo entre os

casamentos celebrados na ig. da Paz – luterana. Antes, são precisos alguns rápidos avisos.

O termo *Não informados* resulta de alguns agrupamentos de dados localizados nas fichas: desde ausência total de informações (lacunas); passando por pedidos de formulário (para conversão); “promessas” de conversão; “vão pensar”; “prometeu”... etc. Apesar de aparecerem com relativa frequência, não nos dão uma segurança acerca do destino dessas pessoas, assim optei por generalizar as informações. Por outro lado, aqueles que acima declararam conversão não deixaram margem para dúvidas. Sobre os (poucos) que optaram por não se converter, é impossível dizer se eles optaram por conversão anos mais tarde. *Luteranos* aqui são os que, no momento do casamento inter-confessional já eram membros da Igreja Luterana. Aqui foram computados como não convertidos pelo simples motivo de não sabermos identificá-los de maneira melhor.

Casamentos inter-confessionais e migração religiosa – igreja da Paz³⁴³

	Convertido ♂	Não conv. ♂	Convertida ♀	Não conv. ♀	Não inform.
Adventista					1
Anglicano					3
Batista	1				2
Católico	67		89	4	281
Crente			1		
Ev. Reformado					1
IELB					1
Luterano		214		199	
Menonita	1				
Metodista	1		3		
Ortodoxa	2		3		2
Protestante	1	1	1		35
Total:	73	215	97	200	326

³⁴³ Livro Casamentos – I: do No. 1 – 1959 ao No. 90 – 1974; Livro Casamentos – II: de No. 1 – 1975 a No. 89 – 1990. Arquivo morto: Caixa Bênção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).

Estas tabelas podem tanto servir para elucidar diversos problemas, quanto para criar novos. Aqui agrupei todos os casais ecumênicos casados na Ig. da Paz dentro do período por nós estudado (1958-1978), os dividi de acordo com suas denominações de origem e gênero. Antes de mais nada, lembrar das lacunas das fichas, do não preenchimento do campo conversão, que atrapalharia demais nossas conclusões.

O primeiro deles, e do qual já falamos anteriormente, foi o indicio de que muitos destes católicos já viviam um contexto de pluralidade dentro de suas famílias, no relacionamento entre seus pais e irmãos. Assim, vários deles iniciaram um relacionamento amoroso com pessoas de outras denominações e religiões, podendo ocorrer coabitação em domicílio comum (morar juntos). Nesse momento foi que alguns deles decidiram oficializar suas uniões diante de um representante religioso, fosse católico ou luterano.

Outra constatação chamativa é a grande quantidade de católicos que optou por mudar de Igreja, no caso a Luterana. Isso comprova uma suspeita que tínhamos desde o início: aqueles que optam por celebrar suas bodas em outra Igreja *já planejavam mudar de fé, não se consideravam mais católicos*. Essa suspeita é reforçada pelo fato de que o tramite de casamento na Ig. da Paz era ligeiramente mais rápido que na Paróquia de S. Generosa, que como já dissemos em várias ocasiões dependia do recebimento de todos os documentos reclamados. Já na Ig. da Paz não.

Outro ponto interessante é a *presença de mais convertidas do que convertidos católicos*. Lembro que este ponto sempre foi cobrado de mim nos diversos Encontros e Simpósios da ANPUH onde apresentei resumos destas pesquisas: *não seriam as mulheres mais propensas a mudar de religião do que os homens?* Confesso que esse ponto me incomodava porque poderia servir para embasar um discurso sexista no qual a mulher, mais sentimental, se deixaria levar mais facilmente pelos argumentos do marido, e não o contrário. Mas os dados frios não deixam muitas dúvidas, embora a grande quantidade de dados “vagos” não permita emitir um juízo definitivo sobre o assunto. De qualquer modo, penso que os dados acima sirvam para comprovar uma tendência real. Os que declaradamente se tornaram luteranos não deixam dúvidas, já que para chegarem a essa declaração passaram a freqüentar os cultos e a receber a *Santa Ceia (Pão e vinho)*, além de publicamente terem declarado a nova fé.

O que mais nos surpreendeu foi o movimento de conversão ser grande, e ocorrer em uma Igreja (IECLB) onde historicamente não há um incentivo a conversão e o proselitismo. Diversos autores consultados (Schünemann, Dreher, Roche) salientaram a auto-compreensão da Igreja como comunidade de descendentes de alemães desinteressada pelas modernas técnicas de propaganda religiosa, resumidas pelos termos “*Igrejas Eletrônicas*”, “*Teologia da Prosperidade*”, fortemente conservadoras e agressivas.

Se o interesse pela conversão é grande em Igrejas de Imigração, como será o casamento inter-confessional - desde que ele seja permitido! – nas outras Igrejas, desde as chamadas Igrejas Históricas (presbiterianas, metodistas, anglicanas), passando pelas mais novas como as pentecostais e neo-pentecostais? Aqui fica o nosso alerta para futuros pesquisadores se debruçarem em outras comunidades que permitam essa modalidade de casamentos.

De qualquer forma penso que o casamento inter-confessional somente é uma porta válida para a conversão em denominações onde esse tipo de matrimônio seja tolerado. Em denominações mais fechadas ao contato com pessoas de outras Igrejas, esse tipo de relacionamento sequer é tolerado, obrigando os rapazes e mocas envolvidos se casarem com membros da própria congregação, com todo o tipo de stress e conflitos subseqüentes. Um trabalho que revelou essa orientação na Ig. Batista foi a tese de doutoramento de Marli Geralda Teixeira, “*Nós, os batistas...*” defendida na USP em começos dos anos 1980, e já citada anteriormente.

Novamente é preciso lembrar que é apenas neste ponto que nossa pesquisa consegue vislumbrar algumas luzes sobre estes relacionamentos ecumênicos. E é só. Depois da benção do pastor ou o sermão do padre na igreja, pouco se sabe da vida posterior de tantos homens e mulheres. Mas aparentemente a tendência desses homens e mulheres seria continuar sua busca em torno de uma religião que ofereça conforto espiritual e paz de espírito. Não podemos negar a hipótese de que alguns desses casais, anos depois, partissem novamente em busca de novas denominações ou religiões.

Mas aqui ainda fica uma indagação: apesar do Código de Direito Canônico desaconselhar casamentos mistos, de sacerdotes e líderes espirituais, pais e mães, amigos e conhecidos criticarem, porque motivo os casamentos mistos eram muito menos numerosos que seus pares ecumênicos celebrados no luteranismo?

Uma resposta parcial nós já demos: a tendência moderna de “experiência matrimonial” estaria descartada. O sentimento romântico e a proibição legal do divórcio não permitiam que se casassem, e logo em seguida se separassem. Mas o que fica claro é que o “viver juntos” abstrai da fidelidade confessional e denominacional, o que nos leva a desconfiar que até mesmo o casamento religioso somente fosse tolerado por questões de costume – “casamento diante do altar, de papel passado, etc.”.

Se colocarmos as coisas nesse patamar fica claro que é o casal quem decidirá se permanece ou não na nova Igreja. Alguém mais moralista poderia levantar a suposição se isso não levaria ao divórcio, as livres escolhas dos casais e a novas combinações afetivas, como no filme “O Quatrilho” de Fábio Barreto, com a diferença que no filme as novas combinações se deram por força das circunstâncias – no caso, o isolamento na colônia imigrante italiana – e nos dias atuais fica a livre escolha das pessoas. De fato, a partir da *Lei do Divórcio de 1977* a separação tornou-se uma possibilidade real, e não apenas uma força de expressão ou vontade.

Casar no catolicismo seria, direta ou indiretamente, perpetuar a “tradição” religiosa brasileira, a de que o Brasil é um país católico. Pelo contrário, a opção de sair do consenso religioso e partir em busca de satisfação pessoal e de novidades, mais uma vez demonstra o espírito da modernidade presente nos relacionamentos amorosos.

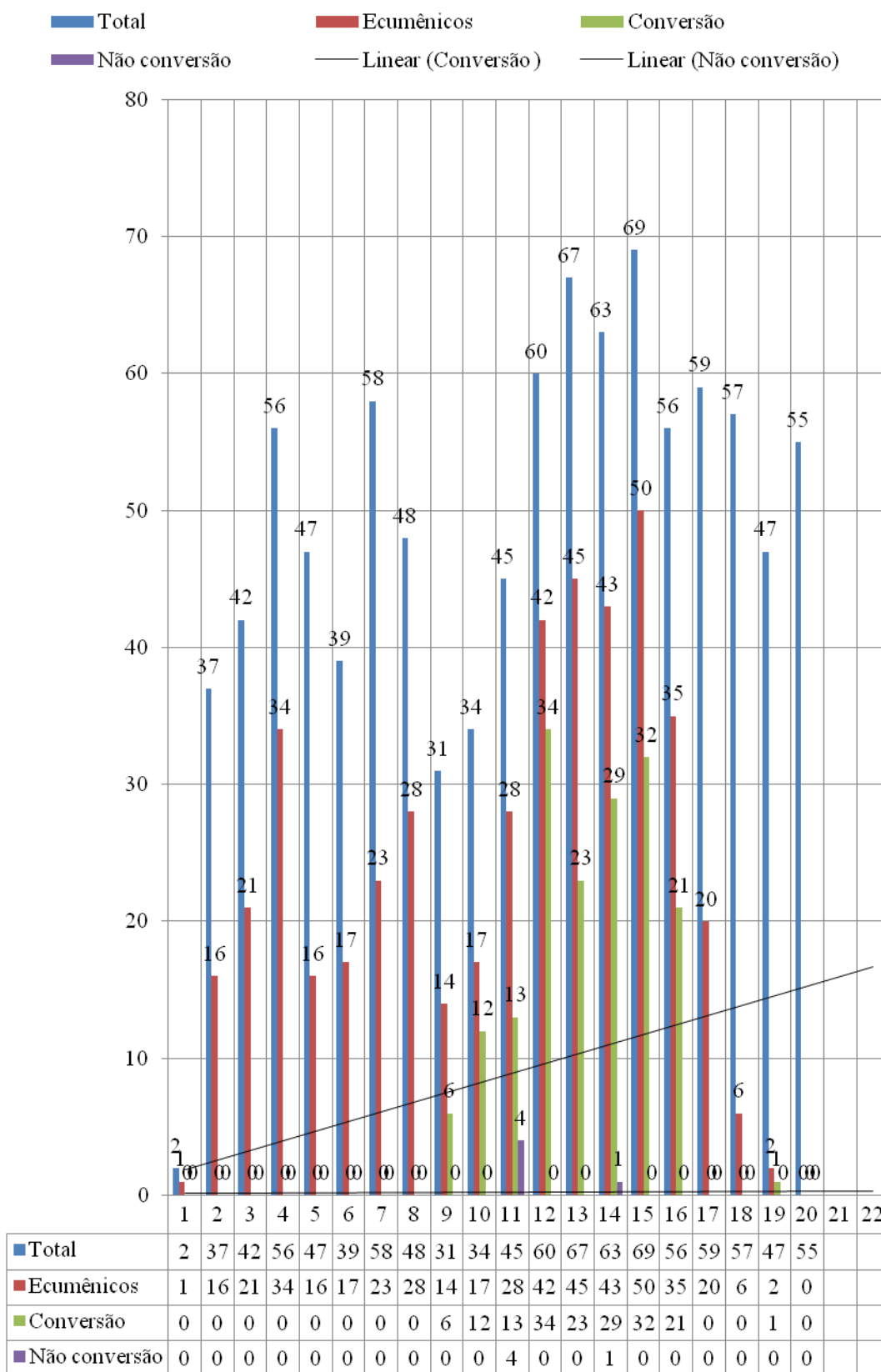
Vamos analisar mais sobre “conversão”, comparando os dados de conversão com os já analisados, ano a ano. Assim veremos como se deu o desenvolvimento dos casamentos ecumênicos ao longo dos anos:

Casamentos, conversões e não conversões – ig. da Paz³⁴⁴

Ano	Total	Ecumênicos	Conversão	Não conversão
1959	2	1	0	0
1960	37	16	0	0
1961	42	21	0	0
1962	56	34	0	0
1963	47	16	0	0
1964	39	17	0	0
1965	58	23	0	0
1966	48	28	0	0
1967	31	14	6	0
1968	34	17	12	0
1969	45	28	13	4
1970	60	42	34	0
1971	67	45	23	0
1972	63	43	29	1
1973	69	50	32	0
1974	56	35	21	0
1975	59	20	0	0
1976	57	6	0	0
1977	47	2	1	0
1978	55	0	0	0
Total	972	458	171	5

³⁴⁴ Livro Casamentos – I: do No. 1 – 1959 ao No. 90 – 1974; Livro Casamentos – II: de No. 1 – 1975 a No. 89 – 1990. Arquivo morto: Caixa Bênção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).

Casamentos, conversões e não conversões Ig. da Paz



Período 1959-1978

Acompanhe o leitor as duas linhas sobrepostas ao gráfico. A primeira, de baixo pra cima é a linha de tendência de previsão linear, que como o nome diz, tenta demonstrar a tendência do gráfico a partir de uma linha. Sendo assim, a tendência da linha das não conversões é uma constante, enquanto que a de conversões é ascendente. Note o leitor o contraste com um dos gráficos mostrados anteriormente, que revelava uma queda no número de casamentos de S. Generosa, e uma constante no número de casamentos mistos. Note o leitor que mais de dois terços dos casamentos ecumênicos terminam em conversão do cônjuge não luterano. No último gráfico, vamos sobrepor os dados das duas Igrejas, utilizando apenas o período 1967-1974 para assim termos uma amostragem mais segura do que estava acontecendo:

Casamentos mistos x ecumênicos (1967-1974) – séries mais completas³⁴⁵

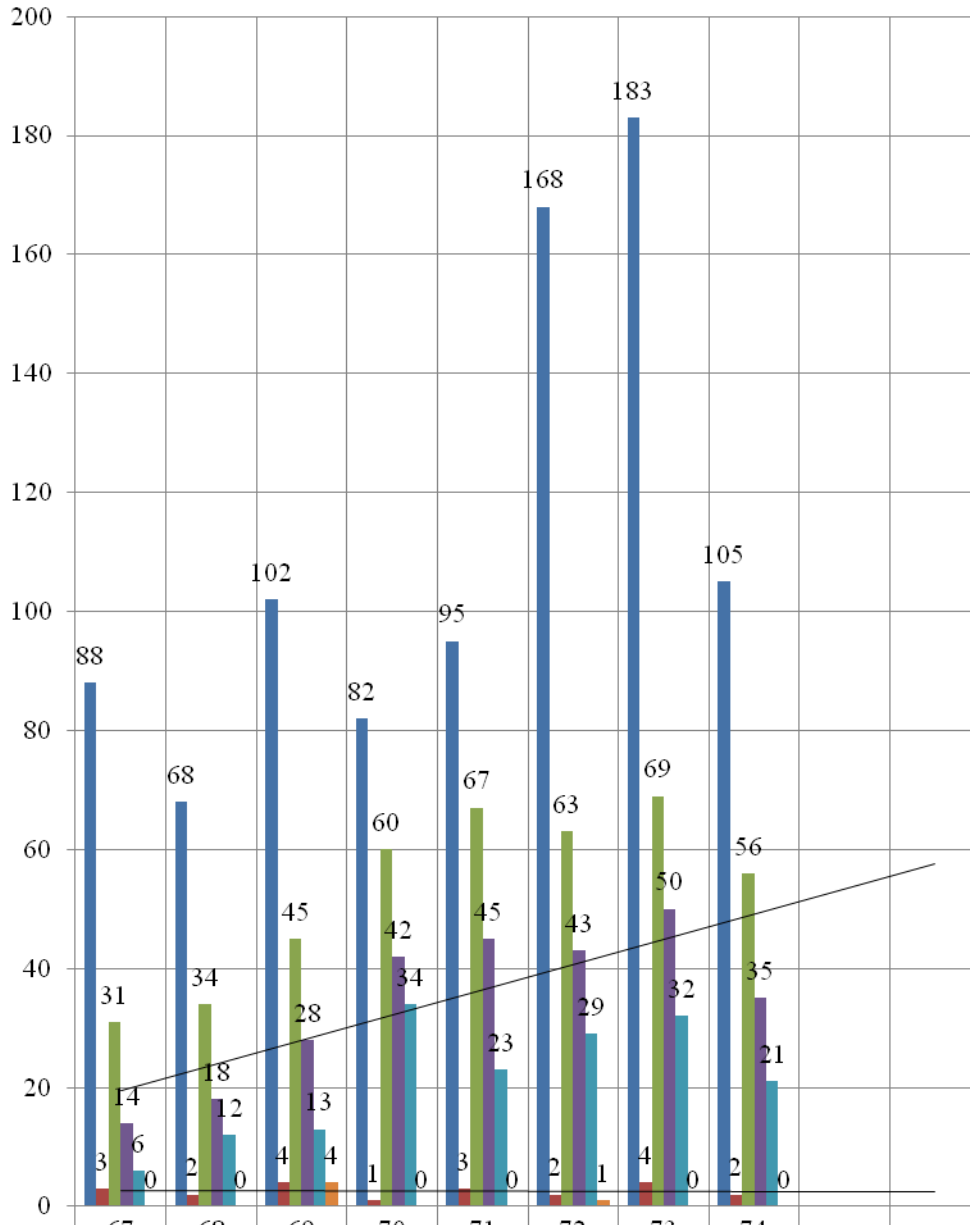
	Total S. Gen.	Mat. Mistos	Total Ig. Paz	Mat. Ecu.	Conversões	Ñ. Conv.
1967	88	3	31	14	6	0
1968	68	2	34	18	12	0
1969	102	4	45	28	13	4
1970	82	1	60	42	34	0
1971	95	3	67	45	23	0
1972	168	2	63	43	29	1
1973	183	4	69	50	32	0
1974	105	2	56	35	21	0

³⁴⁵ S. Generosa: Livro Casamentos: Livro 10 (29/10/1960 – 14/09/1971); Livro 11 (16/09/1971-16/12/1981).

Ig. da Paz: Livro Casamentos – 1: do No. 1 – 1959 ao No. 90 – 1974. Arquivo morto: Caixa Benção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).

Casamentos mistos x Ecumênicos (1967-1974) Séries mais completas

■ Total S. Gen. ■ Mat. Mistos ■ Total Ig. Paz
■ Mat. Ecu. ■ Conversões ■ Ñ. Conv.
— Linear (Mat. Mistos) — Linear (Mat. Ecu.)



Total S. Gen.	88	68	102	82	95	168	183	105
Mat. Mistos	3	2	4	1	3	2	4	2
Total Ig. Paz	31	34	45	60	67	63	69	56
Mat. Ecu.	14	18	28	42	45	43	50	35
Conversões	6	12	13	34	23	29	32	21
Ñ. Conv.	0	0	4	0	0	1	0	0

Período 1967-1974

Do lado luterano notamos a manutenção na entrada de novos quadros dentro da IECLB, que não podem ser explicados apenas pelo crescimento vegetativo, mas pela abertura de cristãos de fora pela Igreja Luterana. Por outro lado a baixa frequência de casamentos mistos dentro da Paróquia de S. Generosa frente a altos índices de casamentos revelam que houveram poucas probabilidades de conversões de não católicos ao catolicismo, embora como já tratamos anteriormente os casamentos mistos em S. Generosa apresentaram significativos índices de migração religiosa.

Os indícios melhores que possuímos sobre o transito religioso foram os coletados nas fichas da Ig. da Paz. Mas, quando nos propomos a analisar as conversões dos não luteranos ao luteranismo, surgiu um sério problema com relação a análise destes dados. De um total de 917 pessoas, apenas 171 informam se tornar (ou não) luteranos.

De qualquer modo, os gráficos demonstram que, em termos globais, os casamentos na paróquia de s. Generosa sofreram uma queda, enquanto que os celebrados na ig. da Paz aumentaram. Enquanto os casamentos mistos na S. Generosa mantiveram-se em uma constante na Ig. da Paz eles cresceram, o que significa que, quanto mais casamentos celebrados, maior a quantidade de casamentos ecumênicos e de conversões decorrentes.

Nossas colocações servem como retrato da situação espiritual das classes média e alta da cidade de São Paulo na segunda metade do século XX. Se o maior número de casamentos relatados na paróquia de Santa Generosa frente a ig. da Paz demonstravam a vitalidade do catolicismo paulistano, por outro lado a crescente tendência de conversões ao luteranismo frente a pequena tendência de conversão apontavam uma mudança de mentalidade religiosa em curso, lenta porém inexorável.

Versos bíblicos usados em alguns casamentos ecumênicos da *ig. da Paz*

Mas, depois de numerosas tentativas de compreensão do fenômeno “casamentos mistos” ainda ficamos em dúvida sobre o que pensavam esses casais sobre essa opção de relacionamento amoroso e casamento. Para tentar sanar essa lacuna, vamos analisar os versos bíblicos escolhidos por casais da Ig. da Paz em busca de mais alguma resposta. Mas aqui são precisos alguns alertas. O primeiro deles diz respeito ao fato de

que pouquíssimos foram os casais que fizeram questão de escolher os versos bíblicos para o sermão do pastor. Quarenta e um casais de um total de quatrocentos e quarenta e seis, ou seja, apenas 9,19% do total se deram o trabalho de escolher o trecho bíblico a ser lido, ao contrário dos demais que deixaram esse encargo ao pastor da Ig. da Paz.

A tabela que montamos a seguir se divide em três partes: a coluna da esquerda são os versos propriamente ditos, em ordem alfabética crescente, por número do verso e indicada a quantidade de vezes que o verso foi citado (Exemplos: 2x; 3x; 4x...). Encontram-se mesclados versos do Antigo e Novo Testamento. A seguir, as colunas do meio e da direita referem-se as duas mais conhecidas traduções da Bíblia disponíveis no mercado editorial brasileiro:

Bíblia Sagrada. Trad. João Ferreira de Almeida. Imprensa bíblica Brasileira. Rio de Janeiro, 1972. 26ª Impressão. A famosa tradução de João Ferreira de Almeida é considerada por muitos a primeira tradução da Bíblia para o português. Converso para o luteranismo em fins do século XVIII, o tradutor tornou-se referência para as demais edições em língua portuguesa que vieram desde então. Assim, é conhecida como *edição protestante da Bíblia*.

A Bíblia de Jerusalém. Diversos Tradutores. São Paulo, Paulinas. 1993. 6ª Impressão. Versão em língua portuguesa da similar francesa, pretende ser uma edição bíblica para eruditos. Entre os coordenadores encontramos o nome de Frei Gorgulho e da Irmã Flora Anderson; entre os tradutores teólogos como Estevão Bittencourt (falecido editor da *Revista Pergunte e Responderemos*); e entre os revisores os professores da USP Alfredo Bosi, Antonio Candido, e Flávio Pierucci.

Porque escolhemos duas edições bíblicas? O motivo é simples: como estamos tratando de casais de católicos e não católicos é interessante confrontarmos as diversas traduções que ambos os cônjuges provavelmente liam. O leitor logo irá notar que acabam surgindo diferenças substanciais no entendimento de ambas as traduções. Não vamos entrar no mérito do valor desigual das duas traduções, pois consideramos óbvio demais. Quase trezentos anos separam as duas, além da gigantesca diferenciação que deve ser feita sobre a evolução gramatical, de significados, exegese bíblica, história bíblica, entre outros campos. A comparação aqui pretende ser meramente ilustrativa entre uma edição católica e uma versão evangélica da Bíblia. Além disso, não caberia aqui uma explanação extensa sobre o valor e os limites das diversas traduções da Bíblia

que existem no mercado, dentro e fora do Brasil, pois do contrário cairíamos na discussão do valor dos diversos manuscritos existentes, e dos complexos critérios de seleção e escolha dos mesmos. Os critérios de escolha das fontes e sua tradução implicam em uma opção doutrinal prévia, e não o contrário do que se poderia pensar³⁴⁶.

Desse modo, mesmo as sensacionais descobertas de manuscritos de Nag Hammadi – Egito nos anos 1930 e os manuscritos do Mar Morto a partir de 1948 ficam limitadas aos critérios interpretativos de judeus, protestantes, ortodoxos e católicos que se debruçaram sobre os mesmos³⁴⁷. Vejamos as passagens utilizadas pelos cônjuges da Ig. da Paz :

346““A Escritura vive em uma comunidade e necessita de uma linguagem. Toda tradução é também, em alguma medida, interpretação. Existem trechos (todos os estudiosos hoje em dia estão de acordo nisso) em que, mais do que a Bíblia, quem fala é o seu tradutor. Há partes da Escritura que exigem uma escolha precisa, uma nítida tomada de posição, não se pode misturar ou tentar ocultar as dificuldades através de subterfúgios. Alguns queriam fazer crer que os exegetas, com seus métodos históricos-críticos, teriam encontrado a solução ‘científica’, portanto acima das partes. Enquanto que não é assim; cada ‘ciência’ depende inevitavelmente de uma filosofia, de uma ideologia. Não pode haver neutralidade, muito menos nisso. De resto, posso compreender muito bem por que os luteranos alemães são tão apegados à Bíblia de Lutero: ela, precisamente na sua forma lingüística, é a verdadeira força unificante do luteranismo; abandoná-la significaria, de fato, atingir o núcleo de sua identidade. Essa tradução tem, pois, na sua comunidade, uma função completamente diversa da que uma tradução qualquer possa ter entre nós, católicos. Graças à interpretação que encerra, em um certo sentido, a tradução de Lutero põe limites ao princípio da *Sola Scriptura*, tornando, assim, possível uma compreensão comum da Bíblia, um ‘patrimônio eclesial’ comum””, in: RATZINGER, Joseph. – MESSORI, Vittorio. *A fé em crise? O cardeal Ratzinger se interroga*. Trad. Pe. Fernando José Guimarães CSSR. São Paulo, EPU. 1985. p. 126-127.

347 Para uma abordagem mais didática dessa complexa polêmica, cf. o livro *Padeceu sob Pôncio Pilatos?*, de autoria do jornalista Vittorio Messori. Aparecida – SP, Ed. Santuário. 1993.

Verso	<i>Almeida</i>	<i>Jerusalém</i>
1 Cor. 13, 4 – 6	<p>A caridade é sofredora, é benigna; a caridade não é invejosa; a caridade não trata com leviandade, não se ensoberbece.</p> <p>Não se porta com indecência, não busca os seus interesses, não se irrita, não suspeita o mal;</p> <p>Não folga com a injustiça, mas folga com a verdade;</p>	<p>A caridade é paciente, a caridade é prestativa, não é invejosa, não se ostenta, não se incha de orgulho.</p> <p>Nada faz de inconveniente, não procura o seu próprio interesse, não se irrita, não guarda rancor.</p> <p>Não se alegra com a injustiça, mas se regozija com a verdade.</p>
1 Cor. 16, 13	Vigiai, estai firmes na fê; portai-vos varonilmente, e fortalecei-vos.	Vigiai, permanecei firmes na fê, sede corajosos, sede fortes! Fazei tudo na caridade.
1 Cor. 16, 14	Todas as vossas coisas sejam feitas com caridade.	Fazei tudo na caridade.
1 Jo. 4, 16	E nós conhecemos, e cremos no amor que Deus nos tem. Deus é caridade; e quem está em caridade está em Deus, e Deus nele.	E nós temos reconhecido o amor de Deus por nós, e nele acreditamos. Deus é Amor: aquele que permanece no amor permanece em Deus e Deus permanece nele.
1 Jo. 5, 3	Porque esta é a caridade de Deus: que guardemos os seus mandamentos; e os seus mandamentos não são pesados.	Pois este é o amor de Deus: observar os seus mandamentos. E os seus mandamentos não são pesados, (...).
1 Pe. 4, 10 (3X)	Cada um administre aos outros o dom como o recebeu, como bons dispenseiros da multiforme graça de Deus.	Todos vós, conforme o dom que cada um recebeu, consagrai-vos ao serviço uns dos outros, como bons dispenseiros da multiforme graça de Deus.
1 Samuel 16, 7	Porém o Senhor disse a Samuel: Não atentes para a sua aparência, nem para a altura da sua estatura, porque o tenho rejeitado, porque o Senhor não vê como vê o homem, pois o homem vê o que está diante dos olhos, porém o Senhor olha para o coração.	Mas Iahweh disse a Samuel: “Não te impressione a sua aparência nem a sua elevada estatura: eu o rejeitei. Deus vê não como o homem vê, porque o homem toma em consideração a aparência, mas Iahweh olha o coração”.
1 Tim. 6, 12	Milita a boa milícia da fê, toma posse da vida eterna, para a qual também foste chamado, tendo já feito boa confissão diante de muitas testemunhas	Combate o bom combate da fê, conquista a vida eterna, para a qual foste chamado, como o reconheceste numa bela profissão de fê diante de muitas testemunhas.
2 Cor. 5, 20	De sorte que somos embaixadores da parte de Cristo, como se Deus por nós rogasse. Rogamo-vos pois da parte de Cristo que vos reconcilieis com Deus.	Sendo assim, em nome de Cristo exercemos a função de embaixadores e por nosso intermédio é Deus mesmo que vos exorta. Em nome de Cristo suplicamo-vos: reconciliai-vos com Deus.
2 Tim. 4, 18	E o Senhor me livrará de toda a má obra, e guardar-me-á para o seu reino celestial; a quem seja glória para todo o sempre. Amém.	O Senhor me libertará de toda obra maligna e me levará salvo para o seu Reino celeste. A ele a glória pelos séculos dos séculos! Amém!

At. 16, 31	E eles disseram: Crê no Senhor Jesus Cristo e serás salvo, tu e a tua casa.	Eles responderam: “Crê no Senhor e serás salvo, tu e a tua casa”.
Col. 3, 14-15	E, sobre tudo isso, revesti-vos de caridade, que é o vínculo da perfeição. E a paz de Deus, para a qual também fostes chamados em um corpo, domine em vossos corações; e sede agradecidos	Mas sobre tudo isso, revesti-vos da caridade, que é o vínculo da perfeição. E reine nos vossos corações a paz de Cristo, á qual fostes chamados em um só corpo. E sede agradecidos.
Fil. 2, 1-2	Portanto, se há algum conforto em Cristo, se alguma consolação de amor, se alguma comunhão no Espírito, se alguns entranháveis afetos e compaixões, Completai o meu gozo, para que sintais o mesmo, tendo o mesmo amor, o mesmo ânimo, sentindo uma mesma coisa.	Portanto, pelo conforto que há em Cristo, pela consolação que há no Amor, pela comunhão no Espírito, por toda ternura e compaixão, levei à plenitude a minha alegria, pondo-vos acordes no mesmo sentimento, no mesmo amor, numa só alma, num só pensamento, (...).
Gálatas 5, 13	Porque vós, irmãos, fostes chamados à liberdade. Não useis então da liberdade para dar ocasião à carne, mas servi-vos uns aos outros pela caridade.	Vós fostes chamados à liberdade, irmãos. Entretanto, que a liberdade não sirva de pretexto para a carne, mas, pela caridade, colocai-vos a serviço uns dos outros.
Gálatas 5, 22	Mas o fruto do Espírito é: caridade, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fê, mansidão, temperança.	Mas o fruto do Espírito é amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, autodomínio. Contra estas coisas não existe lei.
Gal. 6, 2 (2x)	Levai as cargas uns dos outros, e assim cumprireis a lei de Cristo.	Carregai o peso uns dos outros e assim cumprireis a Lei de Cristo.
Hb. 10, 35	Não rejeiteis pois a vossa confiança, que tem grande e avultado galardão.	Não percais, pois, a vossa segurança que tamanha recompensa merece.
Jer. 29, 13	E buscar-me-eis, e me achareis, quando me buscardes de todo o vosso coração.	Vós me procurareis e me encontrareis, porque me procurareis de todo coração;
Jo. 3, 16	Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.	Pois Deus amou tanto o mundo, que entregou o seu Filho único, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.
Josué 24, 15	Porém, se vos parece mal aos vossos olhos servir ao Senhor, escolhei hoje a quem servais: se os deuses a quem serviram vossos pais, que estavam d'além do rio, ou os deuses dos amorreus, em cuja terra habitais. Porém eu e a minha casa serviremos ao Senhor.	Porém, se não vos parece bem servir a Iahweh, escolhei hoje a quem quereis servir: se aos deuses aos quais serviram vossos pais do outro lado do Rio, ou aos deuses dos amorreus em cuja terra habitais. Quanto a mim e à minha casa, serviremos a Iahweh.
Lema da Confirmação ³⁴⁸ (2x)	Não amemos de palavra nem de língua, mas por obra e em verdade.	

348 Obs. Utilizada nas cerimônias de entrada oficial na Igreja Luterana.

Mt. 5, 8	Bem-aventurados os limpos de coração, porque eles verão a Deus;	Bem aventurados os puros de coração, porque verão a Deus.
Mt. 6, 33	Mas buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas.	Buscai, em primeiro lugar, o Reino de Deus e a sua justiça, e todas essas coisas vos serão acrescentadas.
Mt. 7,7	Pedi, e dar-se-vos-á; buscai, e encontrareis; batei, e abrir-se-vos-á.	Pedi e vos será dado; buscai e achareis; batei e vos será aberto;
Mt. 28, 20 (2x)	Ensinando-as a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado: e eis que eu estou convosco todos os dias, até à consumação dos séculos. Amém.	(...) e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei. E eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos!
Nm. 6, 24-26	O Senhor te abençoe e te guarde; O Senhor faça resplandecer o seu rosto sobre ti, e tenha misericórdia de ti; O Senhor sobre ti levante o seu rosto, e te dê a paz.	Iahweh te abençoe e te guarde! Iahweh faça resplandecer o seu rosto sobre ti e te seja benigno! Iahweh mostre para ti a sua face e te conceda a paz!
Pr. 4, 23	Sobre tudo o que se deve guardar, guarda o teu coração, porque dele procedem as saídas da vida.	Guarda o teu coração acima de tudo, porque dele provém a vida.
Rm. 8, 31b	Que diremos pois a estas coisas? Se Deus é por nós, quem será contra nós?	Depois disto, que nos resta dizer? Se Deus está conosco, quem estará contra nós?
Rm. 12, 12	Alegrai-vos na esperança, sede pacientes na tribulação, perseverai na oração.	(...) alegrando-vos na esperança, perseverando na tribulação, assíduos na oração, (...).
Salmo 23, 1	O Senhor é meu pastor; nada me faltará.	Iahweh é meu pastor, nada me falta.
Salmo 73, 23-24	Todavia estou de continuo contigo; tu me seguraste pela minha mão direita. Guiar-me-ás com o teu conselho, e depois me receberás em glória.	Quanto a mim, estou sempre contigo, tu me agarraste pela mão direita; tu me conduzes com teu conselho e com tua glória me atraíras.
Salmo 73, 23-26	Todavia estou de continuo contigo; tu me seguraste pela minha mão direita. Guiar-me-ás com o teu conselho, e depois me receberás em gloria. A quem tenho eu no céu senão a ti? E na terra não há quem eu deseje além de ti. A minha carne e o meu coração desfalecem; mas Deus é a minha fortaleza do meu coração, e a minha porção para sempre.	Quanto a mim, estou sempre contigo, tu me agarraste pela mão direita; tu me conduzes com teu conselho e com tua glória me atraíras. Quem teria eu no céu? Contigo, nada mais me agrada na terra. Minha carne e meu coração podem se consumir: a rocha do meu coração, a minha porção é Deus, para sempre!
Salmo 97, 12	Alegrai-vos, ó justos, no Senhor, e daí louvores em memória da sua santidade.	Ó justos, alegrai-vos com Iahweh e celebrai sua memória sagrada!
Salmo 104, 24	Ó Senhor, quão variadas são as tuas obras! Todas as coisas fizeste com sabedoria; cheia está a terra das tuas riquezas.	Quão numerosas são suas obras, Iahweh, e todas fizeste com sabedoria! A terra está repleta das tuas criaturas.

Salmo 106, 1	Louvai ao Senhor. Louvai ao Senhor, porque ele é bom; porque a sua benignidade é para sempre.	Aleluia! Celebrai a Iahweh, porque ele é bom, porque o seu amor é para sempre!
Salmo 118, 24-25	Este é o dia que fez o Senhor; regozijemo-nos, e alegremo-nos nele. Salva, ó Senhor, nós te pedimos; ó Senhor, nós te pedimos, prospera.	Este é o dia que Iahweh fez, exultemos e alegremo-nos nele. Ah! Iahweh, dá-nos a salvação! Dá-nos a vitória, Iahweh!
Salmo 145,18	Perto está o Senhor de todos os que o invocam, de todos os que o invocam em verdade.	(...) está perto de todos os que o invocam, de todos os que o invocam sinceramente.
A escolher (1x)		
Bíblia em alemão (1x)		
Bíblia em português (2x)		
Combinar com padre (1x)		
<i>Frei</i> (tema livre) (5x)		
Pastor escolhe (3x)		
Não identificado/não informado (404)		

Um primeiro ponto interessante é o fato de boa parte das citações serem do Novo Testamento, mais que do Antigo, o que mostra a preocupação dos casais de relacionar a nova vida a dois com a mensagem evangélica. No geral, notamos que dois grupos de textos foram privilegiados: os Salmos e as cartas de São Paulo Apóstolo.

Uma leitora da nossa tese talvez estranhe a ausência de trechos que lembrassem a submissão da mulher ao homem, tema freqüente no pensamento paulino, como por exemplo 1 Cor 11, 3: “(...) A cabeça de todo o homem é Cristo, a cabeça da mulher é o homem e a cabeça de Cristo é deus”. Outras passagens dariam margens a (mais) polêmicas:

“(...) calem-se as mulheres nas assembléias, pois não lhes é permitido falar; mostrem-se submissas, como diz a própria Lei [Antigo Testamento]. Se querem aprender alguma coisa, perguntem-

no em casa aos seus maridos, porque não é decente que a mulher fale na Igreja”³⁴⁹.

“Contudo salvar-se-á, tornando-se mãe, uma vez que permaneça na modéstia, na fé na caridade e na santidade”³⁵⁰.

Um leitor pouco afeito a textos sobre doutrina cristã certamente vai estranhar a mentalidade sexista acima. Segundo muitos exegetas atuais, elas devem ser compreendidas a luz da mentalidade social da época. Em particular a carta de s. Paulo aos coríntios era dirigida a uma comunidade numerosa, localizada no conhecido porto grego, onde a prostituição e a liberdade de costumes era ampla, logo não era um local propício para defesas incondicionais de igualdade entre os sexos. Para outros autores, seria o berço do pensamento misógino católico.

Mas essas passagens estão completamente ausentes da nossa lista acima, o que é indicativo que eles foram escolhidos mesmo em conjunto, entre noivo e noiva, evitando assim escolhas polêmicas. Por outro lado, o fato das cartas de S. Paulo – ou inspiradas nele serem citadas podem revelar, implicitamente uma certa concordância com o seu pensamento já que não parece haver algum tipo de recusa do pensamento de S. Paulo como um todo.

Depois dos escritos de Paulo, os Salmos aparecem com freqüência. Aqui não há muitas surpresas, já que o tema constante dos Salmos é o louvor a Deus, a esperança no mundo futuro e a paciência diante das adversidades. Outra fonte de freqüentes pedidos foi o S. Mateus, o primeiro evangelista, segundo a Tradição católica. Demais livros do Antigo e Novo Testamentos apareceram menos.

Uma constatação interessante é a quase total ausência de referencias ao amor sexualizado, ao sexo dentro do casamento. Pelo contrário o amor espiritualizado, modelo do amor entre a humanidade e o seu Deus foi o tom. Boa parte das referencias tratavam de *sacrifício, dor, abandono em Deus* e na sua *providência*. Aqui há uma chave interpretativa para os casamentos ecumênicos: eles seriam mais um desafio aos casais do que uma consolação afetiva mútua. Essas escolhas não refletem uma visão ingênua do casamento, como alguns poderiam supor, mas revelam pessoas

349 1 Cor. 14, 34-35.

350 1 Tim. 2, 15.

familiarizadas com a Bíblia, já que nenhuma das citações mostrava ter sido escolhida aleatoriamente: todas faziam referência ao desafio do casamento e menos a afetividade dentro do casamento. Uma leitura rápida revela os termos que apareceram com mais frequência nas duas versões usadas para estudar estes termos: *caridade, verdade, amor, Deus, Iahweh, Senhor, mandamentos, graça, Cristo, fé, vida eterna, Reino, Espírito, liberdade, coração, justiça, paz, esperança, paciência, glória, paciência, céu.*

Não aparecem termos como *casamento, filhos, família, igreja (comunidade)*, o que revela claramente que a escolha do trecho bíblico queria servir de rumo ou meta da nova vida a dois, e não queria tratar das coisas triviais do casamento mas do desafio inter-confessional que surgia. Lamentavelmente jamais saberemos quem disse para os secretários da Ig. da Paz os trechos escolhidos: teria sido o noivo ou a noiva? Ou um dos pais? Teria o pastor ou até mesmo um funcionário da secretaria interferido na escolha? Uma pista sutil aponta para o protagonismo dos noivos: apenas a opção voluntária pela escolha do pastor e/ou responsável aparece cinco vezes. Nas demais, não aparece claramente um elemento de interferência.

Essa constatação reforça outra suspeita nossa: o(s) noivos(as) era(m) leitor(es) frequente(s) da Bíblia, a ponto de escolherem trechos que, freqüentes vezes pedem firmeza nas escolhas e abandono na vontade de Deus e em seus mandamentos. Não poderíamos rotular, como fizemos com todos os casais a pouco, que a celebração do casamento inter-confessional seguiria critérios puramente passionais, românticos. Essa minoria de “casais bíblicos” demonstra que, frente a esse sentimento geral, alguns colocaram a norma religiosa e a responsabilidade como prioridade.

Talvez aqui eu esteja extrapolando a objetividade histórica, mas desconfio que mais importante que se sentir parte de um “povo escolhido”, fechado a estranhos, como vimos que foi a norma por milênios entre os antigos hebreus, estes casais inter-confessionais se sentissem parte de algo maior. Se você quiser dar um nome para isso, vimos muitos termos adequados: ecúmeno; oikoumene; movimento ecumênico; macro-ecumenismo; inter-culturalidade. Enfim, parte de uma grande família de cristãos que possuem o privilégio e a responsabilidade, de levar a mensagem do Evangelho ao *mundo inteiro*, a todas as gentes (cf. At. 1,8), fossem de uma única Igreja institucionalizada ou não. Se assim for, estes poucos casais extrapolaram os fatores históricos, antropológicos e sociológicos que levaram “diferentes” a se encontrar e a não

se repelir, e deram sua contribuição para a construção de uma sociedade tolerante e plural, já que eles entenderam o casamento inter-confessional como uma sociedade onde deve existir o entendimento entre as partes frente as dificuldades e agruras da vida corrente, e sempre procurando o consolo no companheiro e no seu Deus.

Conclusões

Ao fim desta longa jornada de mais de quatro anos – começamos em julho de 2006 – diversos questionamentos nos guiavam, vamos revê-los:

- 1) O casamento misto encontrou obstáculos tanto entre católicos quanto entre protestantes devido aos mais variados motivos como: o medo do relativismo moral que poderia vir das uniões mistas; o perigo da perda de fiéis; ou a vergonha que a união poderia trazer dentro das comunidades. Mas o catolicismo ao considerar o casamento um sacramento abriu espaço para um amplo debate sobre a celebração de casamentos entre pessoas de diversas denominações.
- 2) O casamento misto trouxe novas abordagens para a classificação de católicos e protestantes, já que relativizou a idéia de que pertencer a uma determinada denominação significasse ter sido batizada ou catequizada nela. Pelo contrário, o casamento misto trouxe novos problemas para a definição de pertencimento denominacional.
- 3) O casamento misto trouxe para a vida afetiva dos casais novos elementos de tensão, já que os conflitos partem das diferenças entre marido e mulher. Essas tensões mostram-se mais graves quando a origem das brigas são vivências religiosas diferenciadas, o que acirrou as diferenças de gênero.

Poderíamos organizar as reflexões acima de outra maneira, através dos interrogativos “Que”, “Quem”, “Quando”, “Onde”, “Como”, e “Porque”, colocados em algumas perguntas: “O que quero provar com essa tese?”; “Quem ou quais foram os sujeitos dos casamentos mistos?”; “Quando os casamentos ocorreram?”; “Onde ocorreram?”; “Como ocorreram, em quais circunstâncias?”; “Porque eles ocorreram daquela forma e não de outra?”. De uma forma mais ou menos clara essas interrogações estavam inseridas nas perguntas colocadas na introdução e voltavam insistentemente ao longo das mais de trezentas páginas da presente tese. Agora é a hora de tentarmos respondê-las.

“O que quero provar...”: o ecumenismo norteou todos os pensamentos, reflexões, ações e omissões deste trabalho. As diversas lacunas que o leitor encontrar em nosso trabalho, em geral, são explicadas por essa escolha de ponto de vista. Por exemplo, o

fato de apenas os casamentos mistos terem sido observados na paróquia de s. Generosa e os casamentos ecumênicos na ig. da Paz, excluindo mais da metade de todos os casamentos das duas igrejas, lembrando que, apesar da sutil diferença de conceitos, os casamentos mistos – entre católicos e cristãos de outras denominações; os casamentos ecumênicos – entre luteranos e cristãos de outras denominações – podem ser generalizados pelo termo de casamento inter-confessional, cunhado conforme vimos na Introdução pelo CONIC. Na verdade a única diferença entre os três termos reside no fato de que o casamento do ponto de vista católico exige mais garantias que as demais denominações cristãs (batismo, compromisso de educação dos filhos no catolicismo, busca de conversão do cônjuge).

A crença ingênua de que iríamos desvendar a popularização do movimento ecumênico em São Paulo capital era o nosso motivador inicial. Vimos pelos dados do Capítulo 3 que não foi bem assim. O fenômeno casamento misto acelerou dois movimentos aparentemente opostos. De um lado a consciência tolerante vinda do conhecimento maior do outro e da sua religião. Ganho esse de consciência catalisado pelo fato do outro ser objeto de atração afetiva. Por outro lado um relativismo doutrinal perpassava todos esses relacionamentos.

Aqui os capítulos de Apresentação, 1 e 2 prestaram inestimáveis esclarecimentos ao nos revelar vários conjuntos de fatores internos e externos que influenciaram os casamentos mistos: a modernidade e sua crise, realçada a partir do fim do último conflito mundial (1939-1945) que trouxe no seu bojo o questionamento das certezas que a religião, a moral, a ciência e os costumes (no caso, o bom senso em um sentido genérico) haviam legado ao homem comum; o crescimento econômico alcançado no Brasil ao longo dos anos trinta até meados dos anos setenta que tornaram pela primeira vez a indústria e o setor de serviços mais importantes para a economia nacional que a agricultura; a existência de períodos de exceção na história do Brasil, em destaque os anos entre 1937-1945 com Getúlio Vargas, e entre 1964-1985 com os militares no poder; a sedução da vida urbana em contraponto a vida no campo, em particular a crise que o campesinato estava sujeito com o esgotamento do modelo de colonização no sul do Brasil que levou filhos e netos de alemães cada vez mais longe das colônias de origem, para a vida em vilas, cidades e metrópoles.

Nesses novos ambientes os migrantes entravam em contato com pessoas das mais diversas nacionalidades, raças e religiões pelas ruas, esquinas, bares e clubes. E assim, após um primeiro momento de resistência com a criação de associações, clubes, agremiações de migrantes e imigrantes, seus filhos e netos rompiam a resistência namorando e casando com esse outro que não era mais um estranho mas um conhecido com quem se dividiam gostos e manias, mas que no momento de entabular um relacionamento mais duradouro a vivência religiosa diferente se colocava como obstáculo.

De uma certa maneira essas breves colocações já permitem responder sobre o “Quem”, o “Quando” e o “Onde”.

“Quem...”. Eram luteranos e católicos nascidos mais ou menos entre 1935 até 1955, vindos de famílias religiosas que já haviam vivido a experiência da pluralidade racial e religiosa em suas famílias, nos inícios do séc. XX ou até mesmo antes, ao longo do séc. XIX. Não encaravam mais com total estranheza o fato de seus filhos e netos se casarem com pessoas de outras Igrejas e Denominações. Aqui o “Quem” e o “Quando” são explicados também por essa evolução nas relações humanas, embora o estudo de Jean Roche diversas vezes citado tivesse mostrado que o fenômeno casamento misto como casamento inter-racial já fosse uma realidade na segunda metade do séc. XIX.

Vimos como diversos autores das mais diversas áreas mostraram-se desafiados pelo fenômeno dos casamentos: Boris Fausto, Jean Roche, Rolf Schünemann, Martin Dreher, Christina Winnischofer, Marshall Berman, Aldous Huxley, Henry Robinson, Joseph Ratzinger. A eles devemos somar autoras que refletiram sobre o papel da mulher no Brasil e na sociedade: Edith Stein, Campos Machado, Silvia Fernandes, Teresinha Zanlochi, Margarida Ribeiro, entre muitos outros referidos na Apresentação deste trabalho.

Escritores, teólogos, geógrafos, historiadores, sociólogos, filósofos. De um modo geral todos concordavam que o casamento inter-confessional é uma característica própria da modernidade. Por outro lado não encontramos nenhum autor que afirmasse que essa peculiar modalidade de casamento criasse um ambiente isento de tensões no lar. Pelo contrário, se a atitude de fechamento doutrinal e moral das Igrejas é freqüentemente condenada, por outro admite-se que a abertura excessiva de grupos e famílias ao contato com o mundo externo ao ponto de deturpar a identidade é daninha.

Mas de qualquer modo o fenômeno casamento misto e conversão somente chamou a atenção dos estudiosos nos últimos decênios do séc. XX e na primeira década do séc. XXI.

A palavra “Onde” ocorreram os casamentos coloca imediatamente diversos questionamentos do porque escolhemos a cidade de São Paulo como observatório de nossos estudos. De fato São Paulo na segunda metade do séc. XX cresceu para se tornar a maior cidade do Brasil, embora esse dado seja útil apenas para explicar o maior fluxo de pessoas e idéias, mas não para explicar o fenômeno casamento misto em si.

Outro ponto que levanta questionamentos é o perfil das duas comunidades escolhidas para análise ser classe média. O fato do perfil sócio-econômico ser mais elevado que a média nacional seria decisivo para alterar a compreensão dos casamentos mistos? É difícil afirmar com segurança mas acreditamos que não. O único autor que fazia um juízo negativo do fator renda foi Jean Roche ao alertar que a burguesia teuto-rio grandense para se diferenciar do restante da população brasileira e do proletariado crescente reforçou seus laços de identidade germânica – a Germanidade definida por Martin Dreher.

Sem dúvida deve haver algum grau de influencia desse sentimento nos casamentos ecumênicos celebrados na ig. da Paz, mas por outro lado, conforme vimos no Capítulo 3, a proporção de casamentos ecumênicos frente ao total de casamentos celebrados na ig. da Paz era muito grande. Se as colocações de Roche valerem para a São Paulo de 1958-1978 como valeram para o Rio Grande do Sul da virada dos sécs. XIX a XX, então temos um movimento de resistência contra a perda da Germanidade entre luteranos alemães que mesmo assim não fez frente ao crescimento dos casamentos ecumênicos. Assim, acreditamos que em linhas gerais a maior renda não tenha interferido decisivamente na compreensão do fenômeno.

O “Onde” também remete as profundas transformações que as Igrejas Luterana e Católica sofreram ao longo do séc. XX. A Ig. Católica Apostólica Romana passou da condição de Igreja de todos para a de Igreja de mais da metade dos brasileiros. O crescimento das mais diferentes denominações religiosas, em especial Igrejas Pentecostais novamente remete a questão da modernidade como busca de novidades, aqui no caso o sentimento de curiosidade acerca de uma nova religião somada a emotividade e passionalidade que marcam os cerimoniais pentecostais.

Ao longo do séc. XX a Ig. Católica formulou diversas auto-compreensões – alguns mais críticos diriam reinvenções – de si mesma como instituição para fazer frente a perda de fiéis: reforço de identidade com a retomada dos conceitos de Cristandade Medieval, a Neo-cristandade; a busca de uma Igreja renovada em diálogo com o mundo moderno, inspirada na *atualização* proposta pelo papa João XXIII e o Concílio Vaticano II; a escolha da Opção Preferencial pelos Pobres a partir do Encontro Episcopal de Medellín (1968) e a Teologia da Libertação; a retomada do tradicionalismo a partir dos anos oitenta com o papa João Paulo II com a presença forte de movimentos de leigos e de carismáticos dentro do Catolicismo. Aqui novamente nos deparamos com o choque entre Tradição e Modernidade.

O marco dessa busca de novos rumos sem dúvida foi a celebração do Concílio Vaticano II (1962-1965) com o seu compromisso de diálogo com o mundo moderno e com as Igrejas Cristãs e as Religiões Não-cristãs, de um lado, e a renovação dos estudos bíblicos, de dicastérios e seminários, de outro.

No caso dos casamentos mistos não pudemos detectar algum tipo de influencia da Teologia da Libertação como inspiração para uma busca de parceiro em outra denominação religiosa. Talvez estudos posteriores que tratem das CEBs ou de acampamentos de sem-terra possam mostrar essa outra realidade, já que é sabido que nesses agrupamentos pessoas de diversas Igrejas se encontram reunidos para reivindicar direitos e freqüentemente celebrar juntos. Conforme vimos no Capítulo 3 essa unidade em torno de um ambiente comum (trabalho, moradia) é fator poderoso para que os casamentos mistos comecem a aparecer.

Do ponto de vista luterano também houveram muitas mudanças no séc. XX. De uma Igreja de camponeses e pequenos comerciantes de ascendência alemã; passando pela inserção na sociedade brasileira através da ascensão social e financeira; até chegarmos a aculturação forçada durante a 2ª Guerra Mundial devido a proibição do uso do alemão em igrejas e escolas, a prisão de professores, o abasileiramento de hinos religiosos, currículos, etc.; e por outro lado a melhor organização da Igreja Luterana em sínodos, finalizada em 1968 com o surgimento da IECLB; a influencia das Teologias da Revolução e da Libertação nos seminários teológicos; a atuação maior em causas humanitárias e sociais no Brasil; além do maior envolvimento com o movimento

ecumênico através das entidades que surgiam no período, como Federação Luterana Mundial e o CONIC (este apenas a partir de 1978).

Era natural que o luterano brasileiro se sentisse atraído pela cultura do país onde morava, mas não necessariamente pela religião majoritária, o catolicismo. Apesar de Roche demonstrar preocupação com a conversão dos alemães, ele mesmo demonstrou a pequena quantidade de perdas nos quadros da Ig. Luterana na primeira metade do séc. XX, e também vimos nos nossos levantamentos como o fluxo de fiéis era mais de conversão ao luteranismo do que de perda pelo menos dentro do nosso estudo e de seu enfoque. Ao contrário do que ocorria com os católicos que pediram admissão na Ig. Luterana em números crescentes.

“Como ocorriam essas cerimônias e conversões?”. Já falamos que o espírito de competição e luta entre católicos e luteranos estava já no passado, embora o estranhamento e o isolamento mútuos ainda fossem a toada dominante. Assim, as celebrações dos casamentos mistos devem ser compreendidos como esforços das lideranças das Igrejas para se aproximarem, do mesmo modo que os diálogos bilaterais e multilaterais em diversos níveis: internacional, nacional e local.

Já em 1957 existia um grupo de diálogo católico-luterano na cidade de São Leopoldo – RS, cidade emblemática por possuir a colônia alemã mais antiga do Brasil, ser a sede da Escola Superior de Teologia (EST) – luterana, e o colégio Cristo Rei dos jesuítas. Posteriormente a criação de grupos teológicos internacionais de diálogo a partir dos anos sessenta, e de órgãos oficiais para o diálogo ecumênico como a Linha 5 da CNBB – Ecumenismo, facilitaram muito os entendimentos e as celebrações matrimoniais.

Mesmo o Cardeal Rossi de São Paulo-SP alinhou-se com o Vaticano II e a CNBB e criou a Pastoral de Ecumenismo em fins dos anos sessenta. Essa atitude é interpretada mais como obediência aos estatutos administrativos do que por convicções próprias. Seu imediato sucessor, D. Paulo Evaristo Arns, prosseguiu com a abertura ecumênica ao reestruturar a Pastoral de Ecumenismo na segunda metade dos anos setenta, mais precisamente em 1977 com a criação da Casa da Reconciliação, voltada exclusivamente para o desenvolvimento do diálogo ecumênico.

Para as famílias e os casais em processo de casamento essas influências provavelmente foram indiretas. Não podemos transferir toda a responsabilidade do crescimento do fenômeno casamentos mistos a essa abertura maior em escala local do episcopado. O máximo que podemos dizer é que na Arquidiocese de São Paulo se seguiam as novas diretrizes vaticanas e conciliares que facilitaram a realização dessas cerimônias.

Mas “Porque” casamentos mistos? Mesmo que continuemos levantando fatores sociológicos, econômicos, morais, espirituais e filosóficos que tentem explicar o fenômeno o leitor pode perceber, finda a leitura do Capítulo 3, que no geral apenas elencamos indícios a partir dos documentos. Restou saber como os próprios casais pensavam sua vida amorosa, algo que escapa dos limites de um trabalho de história, cabendo aos psicólogos, sociólogos e antropólogos da religião adentrarem a intimidade desses casais.

Por outro lado, nossa pesquisa revelou diversos antecedentes destes casais, que explicam em boa parte o porquê ocorreram cerimônias mistas. De um lado, em um contexto de longa duração, a própria evolução do Direito Canônico, que reconhecia a existência do casamento antes e fora do surgimento da Ig. Católica; vimos também que no Brasil desde 1824, com a chegada dos primeiros colonos alemães luteranos, se abria a possibilidade de casamentos mistos no Brasil, embora a regularização definitiva apenas foi possível a partir de 1889 com a separação da Igreja Católica do Estado Nacional Brasileiro; vimos o crescente relacionamento dos diferentes grupos étnicos e religiosos nas grandes cidades, saídos do campo e em rápido processo de desenraizamento cultural; e a abertura das duas denominações ao diálogo ecumênico. Por fim, vimos como evoluiu o relacionamento amoroso entre as classes trabalhadoras e burguesas: as primeiras abertas a enlances variados até mesmo fora do casamento. Já os burgueses, ciosos da benção nupcial, o dote, a juventude dos cônjuges e a conveniência das famílias. Posteriormente vimos como homens e mulheres começaram a se libertar dessas influências passando a assumir toda a responsabilidade nas escolhas dos parceiros. Tudo isso nos explica o porquê dos casamentos mistos externamente, até chegarmos frente a frente aos casais.

É lá, no recôndito do *eu*, dentro dele ou dela que nossa pesquisa se encerra. O andamento posterior da vida a dois, os naturais atritos e desafios, a geração, criação e

educação dos filhos, e a vida espiritual de todos dentro da família ficam como tema de outras pesquisas dentro e fora da disciplina histórica.

Anexos - 1

Glossário de Igrejas e denominações citadas na tese

Observações preliminares: O glossário abaixo não tem a pretensão de esgotar os temas abordados ao longo da tese, mas apenas servir para elucidar algumas das diversas denominações citadas. Para mais informações, recomendamos as seguintes obras:

CNBB. “Guia ecumênico – informações, normas e diretrizes sobre ecumenismo (revista ampliada e adaptada ao Código de Direito Canônico de 1983 e ao Diretório Ecumênico de 1993)”. In: *Col. Estudos da CNBB*, 21. São Paulo, Paulinas. 2003. 3ª edição.

_____ “Guia para o diálogo inter-religioso – relações com as grandes religiões, movimentos religiosos contemporâneos e filosofia de vida”, in: *Col. Estudos da CNBB*, 52. São Paulo, Paulinas, 1987.

NAVARRO, Juan Bosch. *Para compreender o ecumenismo*. Trad. Maria Stela Gonçalves – Adail Ubirajara Sobral. São Paulo, Loyola. 1995.

_____ *Dicionário de ecumenismo*. Trad. Pe. Ivo Montanhese, C.Ss.R. Aparecida – SP, Editora Santuário. 2002.

Coloquei em destaque o nome mais conhecido da Igreja e depois sua classificação mais conhecida: Igreja ou denominação. Termos em destaque (_____) remetem a verbetes existentes no glossário.

Adventista do Sétimo Dia, Ig.: A origem desta denominação remete a um fenômeno periódico dentro do Cristianismo: o *Milenarismo* – a crença na vinda imediata do Messias, que virá para liquidar o mundo presente, palco do mal e do pecado, para inaugurar uma era de perfeição espiritual e temporal, conforme se pode entender do livro do *Apocalipse (ou das Revelações) de S. João*, em particular seu capítulo 20.

Um pastor batista norte-americano, William Miller, após ler textos apocalípticos da Bíblia como o *livro de Daniel* (Antigo Testamento) e o próprio

Apocalipse, chegou a conclusão que o mundo acabaria no ano de 1843, que depois ele corrigiu como sendo na verdade o dia 22/10/1844. Devido a decepção causada entre seus seguidores, Miller reformou a doutrina de seu grupo, sem a escatologia.

Anos depois Ellen (Gould) White e seu marido James White reformaram a doutrina do grupo, reforçando a observância do sábado em contraposição ao domingo, vindo daí o nome do grupo: Adventistas do Sétimo Dia – no caso, uma analogia ao *Shabbat* judaico. Além disso:

“(...) insistem na proximidade da segunda vinda de Cristo. Praticam o batismo por imersão, apreciam grandemente o dom de profecia e exigem o pagamento rigoroso do dízimo, ou seja, de dez por cento da renda pessoal. Quanto aos costumes e doutrinas, assemelham-se bastante aos batistas. Dão, porém, uma ênfase especial à doutrina sobre os novíssimos” (Cf. *Guia ecumênico...* p. 23.) No caso, novíssimos é a doutrina sobre a morte, juízo e ressurreição do homem.

Outro ponto de destaque são o rigor moral e ético, com consumo de vegetais, abstinência de bebidas, cigarros e outras drogas lícitas e ilícitas, pois o corpo deve estar bem cuidado para o “fim iminente”. Isso também explica a grande atuação dessa denominação em causas humanistas e de liberdade religiosa.

Episcopal **Anglicana**, Ig.: A Igreja da Inglaterra possui uma história muito peculiar. Para os seus membros, ela remonta a *Antiguidade Cristã* (sécs. I-IV d. C) quando o cristianismo chegou as Ilhas Britânicas. Séculos depois, por volta do séc. VII *S. Agostinho de Cantuária (ou Canterbury)* renovou essas cristandades. A opinião geral é a de que foi apenas a partir do rei Henrique VIII com seu *Ato de Supremacia (1534)* que exigiu plena obediência ao rei como Supremo Chefe da Igreja na Inglaterra é que o Anglicanismo teria surgido. A partir daí a resistência a criação de uma Igreja nacional diminuiu, em boa parte influenciada pelas execuções de Thomas More (intelectual) e João Fischer (Arcebispo de Cantuária), ambos posteriormente canonizados pela Igreja Católica Romana. Além da obediência as autoridades reais, o anglicanismo se caracteriza por utilizar uma tradução vulgar da Bíblia, *King James Version*, e uma série de artigos de fé, os famosos *XXXIX Artigos*. Inicialmente a Igreja Anglicana manteve os ritos católicos, mas a partir da segunda metade do séc. XVI a influência de pregadores luteranos e calvinistas criou uma versão mais popular e próxima do protestantismo

continental, conhecida hoje como *Igreja Baixa (Low Church)* em contraposição a *Igreja Alta (High Church)* mais parecida com o catolicismo romano.

A partir de 1867 se organizam em períodos de mais ou menos dez anos as *Conferências de Lambeth*, que congregam em torno do Arcebispo de Cantuária representantes de todas as Igrejas episcopais ao redor do mundo.

Por causa da presença das tradições católica e protestante em sua liturgia e doutrina, dentro do movimento ecumênico é chamada de Igreja-ponte, ou de grupo a parte do universo protestante, que por causa de suas características consegue dialogar relativamente bem com ambos os grupos.

No Brasil a Igreja Episcopal chegou juntamente com marinheiros, comerciantes e diplomatas ingleses presentes no país desde a *Abertura dos Portos de 1808* decretada por D. João VI, que regulava a possibilidade de culto dos ingleses no Brasil.

Ateu: Seria todo aquele que não crê em Deus, na sua existência, *a-theos*: não a Deus. Para as *ciências da religião* a definição de ateu apresenta problemas especiais, já que seria necessário diferenciar o ateu do *agnóstico*, que seria aquele que reconhece a existência de Deus, mas não a necessidade de culto, sendo essa a atitude de muitos livre-pensadores do séc. XVIII e XIX. No Brasil ambos os grupos tem crescido bastante em números percentuais.

Batista, Ig.: Um dos mais importantes grupos cristãos, atribui sua origem a pregação de S. João Batista, primo e predecessor imediato do Cristo em sua missão na Galiléia. O Batista, de acordo com os Evangelhos, batizava no rio Jordão um batismo de expiação pelos pecados para a preparação da vinda do Messias. (Cf. Mt. Cap. 03; Mc. Cap. 01; Lc. Cap. 03; Jo. Cap. 01). Essa origem bíblica é fundamental para compreendermos os pontos principais de sua doutrina: o batismo de adultos (entendem que apenas pessoas plenamente conscientes de sua responsabilidade como cristãos devem ser batizados), a interpretação literal da Bíblia, a preocupação na adesão de novos membros (pejorativamente chamada de proselitismo). Historicamente falando, podemos remontar as origens dos grupos batistas ainda no séc. XVI com os Anabatistas de Thomaz Müntzer (cf. Menonita).

Em nosso país as Igrejas batistas se caracterizam pela doutrina conservadora, o anti-ecumenismo e a conseqüente proibição dos casamentos inter-confessionais.

Católica, Ig.: O termo hoje no Brasil ainda hoje se refere a Igreja a maioria dos brasileiros, sendo ainda cerca de 70% da população do país, segundo o Censo do IBGE de 2000. Desse modo se dizer católico ainda é elemento distintivo do brasileiro enquanto nação. Isso sem dúvida ainda é reflexo do longo monopólio religioso que o Padroado – a subordinação da Igreja Católica pelo Estado – estabeleceu entre 1500 e 1889.

Historicamente o termo sofreu uma longa evolução. Vem do grego *catholicós* que quer dizer universal, de todo o mundo, mas só começou a identificar os seguidores do rito latinos dos demais cristãos a partir da Reforma do Século XVI. Até por volta do ano 1000 se dizia *Igreja Cristã* para identificar todos os cristãos. Com o Cisma do Oriente (1054) passou-se a identificar de *Romana* a Igreja que reconhecia como seu líder máximo o bispo da cidade de Roma, também conhecido como Papa; já os cristãos gregos dentro do *Império Bizantino* entendiam que o *Patriarca de Constantinopla* era o legítimo representante da *Igreja Ortodoxa Grega*, entendendo-se aqui Ortodoxa a legítima Igreja, fiel a doutrina original, em contraponto a Ig. Romana agora “infel”. A Reforma do séc. XVI trouxe a necessidade de se precisar melhor a identificação dos cristãos obedientes ao Papa romano. Assim, convencionou-se que a Igreja com sede em Roma, além de Romana seria Católica – universal – em contraponto a fragmentação apresentada pela Reforma, surgindo assim a identificação atual: *Igreja Católica Apostólica Romana*.

A doutrina católica pode ser resumida nos seguintes pontos: crença no Deus Uno e Trino; na encarnação, pregação, crucificação e ressurreição de Cristo; na sucessão apostólica de Pedro – 1º Papa – e dos demais discípulos em linha ininterrupta até os dias atuais; na devoção aos santos e, em especial a mãe de Jesus, Maria; na existência de sete sacramentos instituídos por Cristo: batismo, confissão, eucaristia, crisma, ordem (ordenação sacerdotal), matrimônio, unção dos enfermos (extrema unção); crenças no juízo particular e universal e na ressurreição dos mortos.

Congregação Cristã do Brasil, Ig.: Esta Igreja remete ao fenômeno do Pentecostalismo, a busca e o desenvolvimento do “dom de línguas” e do “dom de profecia”, do carismatismo de um modo geral, que tem suas raízes primeiras no próprio

Apóstolo São Paulo, em particular no primeiro livro aos Coríntios, e que ao longo da história do Cristianismo sofreu reavivamentos periódicos. Lembramos aqui os êxtases de S. Teresa de Ávila, ou os movimentos de renovação (*revival*) nos Estados Unidos da América do Norte entre os sécs. XVII e XVIII que culminaram na criação da Igreja Metodista pelos irmãos Wesley, entre muitos outros.

No caso brasileiro encontramos Luigi Francescon, italiano residente no bairro do Brás em São Paulo-SP no ano de 1909, pregando sob a suposta influência de uma visão. Segundo Jesus Hortal no seu Guia Ecumênico, Francescon era Valdense (uma antiga dissidência cristã medieval) e teria tido experiências carismáticas durante sua estada nos Estados Unidos da América do Norte, onde professou o Presbiterianismo, o que sem dúvida completou sua visão de cristianismo. Além disso:

“(...) possui características muito especiais dentro do pentecostalismo brasileiro, em primeiro lugar, pelo tipo de organização, sem pastores ordenados e com a concentração do poder nas mãos dos ‘presbíteros’, que revestem antes um caráter leigo. Também a ordem do culto tem características próprias: não pratica comumente o dom de línguas, mas sim o da profecia; não promove no templo sessões de cura divina, embora use, nas casas e nos hospitais, de orações pelos doentes, na confiança de que será obtido para eles o dom do Espírito Santo”.

“De costumes rigidamente conservadores, com separação completa, durante os atos de culto, das pessoas de diverso sexo, não participa de atividades ecumênicas e é de tendência fundamentalista na interpretação da Sagrada Escritura”. (Cf. *Guia ecumênico...* p. 112-113).

Crente: No seu sentido mais amplo, o termo faria referência a todo aquele que crê em uma divindade ou força maior que cria e orienta o mundo. Assim, todos os que seguem alguma religião seriam crentes. No caso específico brasileiro, essa expressão passou a identificar, pejorativamente, os fiéis das Igrejas Pentecostais e Neo-Pentecostais que seguem as orientações de seus líderes religiosos: moderação nas vestimentas, abster-se de divertimentos, bebidas alcoólicas, e outras drogas lícitas como o fumo, a ausência de adornos como brincos, colares, cosméticos, cortes de cabelo, e a leitura assídua da Bíblia nas mais diversas situações: no ambiente de trabalho, no

transporte público, no lar, no carro, etc. O uso do termo é desaconselhado devido a sua carga anti-ecumênica.

Espírita: Durante muito tempo o termo era genericamente empregado, agrupando adeptos do Kardecismo e das religiões afro-brasileiras (Umbanda, Candomblé). Hoje essa rotulação é considerada problemática, pois apesar de certa semelhança com relação a doutrina, Espiritismo hoje se refere exclusivamente aos grupos seguidores da doutrina do francês Allan Kardec. As demais denominações seriam simplesmente religiões afro-brasileiras. Ainda hoje especialistas debatem se o Kardecismo poderia ser reconhecido como religião ou filosofia de vida, já que ambas as concepções são encontradas entre seus adeptos.

A origem do Espiritismo é diversa, mas costuma-se atribuir a Allan Kardec em meados do séc. XIX a apresentação de uma doutrina organizada frente aos diversos fenômenos sobrenaturais que eram veiculados na época: mesas falantes, tranSES, curas, etc. Obras como *O livro dos espíritos*, *O livros dos médiuns*, e *O Evangelho segundo o Espiritismo* são as leituras fundamentais do Kardecismo. Ao longo do tempo outros líderes espíritas surgiram, tornando o corpus doutrinal bastante complexo, mas podemos apontar alguns elementos comuns: a crença na existência de “espíritos desencarnados” e a possibilidade de comunicação com os mesmos; a reencarnação como aprimoramento do espírito e explicação do mal e do sofrimento; o Espiritismo como aperfeiçoamento do Cristianismo; a possibilidade de incorporar os espíritos e de permitir a comunicação direta com eles através da psicografia. Não devemos aqui confundir o Espiritismo com a crença na *Transmigração* das almas presente no mundo antigo, que considerava que a alma reencarnaria em homens e animais, mas que esse ciclo não poderia ser rompido devido ao caráter cíclico do universo. Do mesmo modo, o Kardecismo difere do budismo, apesar de que o ciclo de reencarnações budista em animais e pessoas deva apontar para a perfeição espiritual no *Nirvana*, a ausência de sentimentos, de deuses, etc.

No Brasil é difícil precisar o número de freqüentadores de Centros Espíritas, mas estima-se algo em torno de 2 a 8 milhões de brasileiros, se levarmos em conta fiéis de outras religiões que simpatizam ou mesmo freqüentam os Centros. Sobre os locais de reunião dos espíritas, os chamados Centros, vale destacar a preocupação com a Filantropia, a ajuda ao próximo e ao semelhante, marca social do espiritismo.

Espiritualista cristão: Termo de difícil precisão, e que apareceu em alguns documentos de nossa tese. Pode referir-se tanto a cristãos praticantes que simpatizam fortemente com o Espiritismo kardecista, quanto a materialistas (agnósticos) que vêem o cristianismo – e a religião de uma forma geral – uma necessidade para a melhoria da vida e da moral da humanidade. Como infelizmente a documentação não nos dá pistas sobre qual das interpretações seria a correta, aceitamos a primeira e agregamos estes poucos indivíduos entre os Espíritas de nossos levantamentos.

Evangélica reformada: Aqui provavelmente refere-se às Igrejas surgidas na Europa na segunda metade do séc. XVI que procuravam seguir a doutrina de João Calvino. Diz-se *Igreja Reformada* devido ao fato de que Calvino quando procurou sintetizar sua doutrina pretendia aperfeiçoar a mensagem luterana, ou seja, em termos práticos teria havido uma “Reforma da Reforma”. Desse modo, todas as denominações derivadas do calvinismo seriam, em menor ou maior grau, Reformadas.

IELB: Também conhecida como *Ig. Luterana do Sínodo Missouri*, a *Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB)* surgiu no séc. XIX e congregava imigrantes alemães radicados nos EUA que se consideravam a verdadeira Igreja Luterana, tornando-se uma importante dissidência dentro do luteranismo. Além da Bíblia, seus documentos confessionais são o *Livro de Concórdia (1580)* e sua *Fórmula (1577)*. Essa Igreja caracteriza-se pelo conservadorismo e a menor influencia da teologia alemã em seu corpus doutrinal. Na cidade de São Paulo possuem uma considerável comunidade na região da Estrada de Itapeceirica da Serra com uma igreja construída, além de estarem presentes em vários outros bairros da capital paulista. Hoje os relacionamentos com a IECLB são relativamente bons.

Luterana, Ig.: Genericamente falando, refere-se a Igreja que segue diretamente aos ensinamentos de Martin Lutero, reformador alemão do séc. XVI. Lutero não queria fundar uma nova Igreja, mas revitalizar a antiga Igreja medieval. Essa afirmação ganhou força nos meios acadêmicos a partir do anos 1920 com a publicação da biografia de Lutero escrita por Lucien Febvre – *Martinho Lutero, um destino*, onde o eminente historiador francês demonstra que a atitude de Lutero foi fruto de um homem de seu tempo indignado com os abusos que ocorriam na Igreja Romana.

A doutrina básica do luteranismo se encontra nos dois catecismos de Lutero, *o Menor e o Maior*, e em vários livros de catequese. Aqui também é preciso lembrar a

influência de seu maior colaborador, Felipe Melancton, humanista reformado que redigiu o texto da *Confissão de Augsburgo (1530)*, considerada por muitos especialistas o texto inaugurador da Reforma. Ainda hoje reconhecem apenas dois sacramentos: o batismo e a santa ceia, sendo que esta última difere das concepções católicas de eucaristia como sacramento. Para os luteranos há apenas um símbolo da presença de Jesus no vinho e no pão, ao contrário dos católicos que crêem na presença real de Cristo. Com relação aos demais sacramentos, o luteranismo não os reconhece como tais.

Hoje o luteranismo se encontra presente em diversos países do mundo, mas sua presença maior ainda são os países escandinavos (Noruega, Suécia, Dinamarca), além de Alemanha e Europa do Leste. No Brasil as duas principais denominações luteranas são a IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), mais liberal e ligada a teologia de raiz alemã; e a IELB (Igreja Evangélica Luterana do Brasil), ligada ao Sínodo Missouri, conservadora na doutrina e mais aberta a presença de brasileiros entre seus fiéis. Desde o final da 2ª Guerra Mundial as Igrejas Luteranas preocupam-se em se integrar a cultura e sociedade brasileiras, com pregações tanto em alemão quanto em português.

Menonita, Ig.: A história da Ig. Menonita é muito peculiar, pois remonta aos inícios da Reforma Protestante. Na mesma época de Lutero muitos pregadores e pensadores contagiados pelo espírito de mudanças da época procuravam pregar suas doutrinas. Um desses pregadores era Thomas Müntzer (1489-1525) que no Império Alemão tornou-se muito popular. Müntzer aliou o livre exame da Bíblia de Lutero a uma defesa incondicional de libertação, em especial dos camponeses oprimidos pela servidão, o que deu ao movimento um forte apelo social. Uma consequência disso era a proibição do batismo de crianças, pois se considerava que isso poderia ferir a liberdade do indivíduo de escolher sua religião, daí seu nome alternativo: *Anabatismo*. Quando o movimento passou a pregar a rebelião dos servos contra seus senhores, ele foi duramente reprimido, inclusive por Lutero, em um de seus sermões mais (tristemente) conhecidos, o que levou a morte de Müntzer. A repressão ao movimento incentivou o nascimento de formas de expressão menos politizadas como a Igreja Menonita, inspirada pelo pensamento pacifista de Menno Simmons. Nesta Igreja os pontos centrais foram mantidos, como a proibição de batismo sem declaração formal de vontade, mas deixaram de lado a mensagem social. Nos EUA formaram importantes comunidades, que procuram ao máximo evitar o contato com o mundo moderno, ainda adotando

roupas e costumes dos séculos XVIII e XIX. Nos anos 1980 fez sucesso um filme inspirado nessas comunidades, chamado no Brasil de *A Testemunha*.

Metodista, Ig.: A origem da Ig. Metodista se confunde com a história de um homem, John Wesley (1704 - 1791). Pastor anglicano, desde jovem demonstrou certa insatisfação com os rumos de sua Igreja, fundando juntamente com seu irmão um movimento de reavivamento da espiritualidade anglicana, fortemente marcada pela busca dos dons ou carismas do Espírito Santo (uma das três pessoas da Santíssima Trindade), daí o símbolo da Ig. Metodista no Brasil ser um crucifixo de onde parte uma chama do lado esquerdo, a chama simbolizando a mensagem carismática da Igreja:



Enquanto os irmãos Wesley dirigiram a nova Igreja, seus membros se diziam anglicanos, mas após o falecimento de seu emblemático fundador concretizou-se o cisma. No geral a doutrina metodista acompanha os pontos gerais das demais denominações cristãs: a Bíblia como fonte da mensagem cristã, a sobriedade de vida, e a aplicação no trabalho e na vida familiar. No caso brasileiro a Igreja alterna momentos de maior e menor abertura ao diálogo ecumênico, com as demais denominações e com a Ig. Católica. No momento do encerramento desta pesquisa, a Ig. Metodista desde 2006 não pertence mais ao CONIC, por discordar do posicionamento da entidade, além de recusar o diálogo com a Ig. Católica Apostólica Romana.

Ortodoxo Grego, Ig.: Um dos mais importantes ramos do cristianismo orgulha-se de descender dos tempos apostólicos. Nos primeiros séculos (sécs. I-IV) importantes comunidades floresceram nas regiões orientais do Império Romano. Essas comunidades passaram a desenvolver ritos e língua litúrgica próprias, em particular o grego, ao contrário do latim utilizado no Ocidente. Essa distinção vai aumentar a partir do ano de 325 d.C com a fundação de Constantinopla por ordem do Imperador Constantino, o Grande, para onde é transferida toda a corte imperial, acrescida da presença do Patriarca de Constantinopla que, devido a sua proximidade com o Imperador, passa a ser um dos mais importantes cargos eclesiásticos dentro do

Cristianismo, rivalizando em importância com o Papa em Roma. Essas distinções, juntamente com atritos existentes entre os imperadores orientais (Bizantinos) e ocidentais (primeiramente francos, e posteriormente alemães do Sacro Império) foram se acumulando, e levando ao chamado Cisma do Oriente (1054) quando o papa romano e o patriarca de Constantinopla se excomungaram mutuamente, oficializando a separação das duas grandes cristandades. Tentativas de união ao longo da Idade Média acabaram em fracasso. Essas Igrejas orientais passaram a se autodenominar Ortodoxas Gregas pois segundo elas estariam seguindo a verdadeira doutrina, ao contrário dos latinos. No geral a doutrina aproxima-se muito com a da Ig. Católica Apostólica Romana, embora os gregos ainda hoje não reconheçam a autoridade do Papa Romano, e estejam divididos em diversas Igrejas autocéfalas, circunscritas aos países de origem. Por isso se pode falar de uma Igreja Russa, Ucraniana, Romena, Turca, etc. o que acaba dificultando os diálogos.

Presbiteriana, Ig.: Um dos ramos mais numerosos dentre as denominações cristãs, deve sua origem a um homem, John Knox. Discípulo de João Calvino, implantou o calvinismo na Escócia, dando ao calvinismo uma roupagem que marcaria inúmeras denominações subseqüentes. O nome revela uma das suas características mais típicas: a organização da Igreja em torno de um presbitério de notáveis, por onde passam as decisões mais importantes, inclusive a contratação e demissão de pastores. Essa peculiaridade é importante pois explica a característica conservadora de boa parte dessas Igrejas. Outra característica é a facilidade em gerar novas Igrejas, pelos mais diversos motivos. É devido a isso que o presbiterianismo gerou boa parte das Igrejas cristãs existentes no mundo. No Brasil está presente desde meados do séc. XIX, com marcante presença nos meios educacionais. Na cidade de São Paulo – SP merece destaque a criação do *Mackenzie College*, depois elevado ao status de Universidade.

Protestante: Juntamente com o termo crente este é um dos mais genéricos e imprecisos em uso corrente. A expressão passou a ser usada ainda no séc. XVI quando diversos príncipes (senhores feudais alemães) luteranos, descontentes com a política religiosa de Carlos V dentro do Sacro Império Romano Germânico protestaram publicamente. Hoje o termo refere-se a todas as denominações cristãs que não são nem católicas, nem gregas, o que causa certa revolta em alguns grupos porque o termo abrangente coloca juntos cristãos pentecostais, episcopais, presbiterianos, batistas, e outros, que nem sempre se identificam entre si.

Testemunha de Jeová, Ig.: Foi fundada por Charles T. Russell em 1872, presbiteriano de origem que frequentou por muito tempo o Adventismo. Estudou a fundo as passagens bíblicas dos livros do Apocalipse e de Daniel, chegando a conclusão de que o fim do mundo ocorreria em 1874. Posteriormente corrigiu a data para 1914 e mais tarde, 1925. Russell morreu em 1916, passando a direção das Testemunhas para J. F. Rutherford, que deu as Testemunhas o formato atual. O nome vem da interpretação do tetragrama JHWH, o nome hebraico de Deus, impronunciável para um israelita, que as Testemunhas interpretam como Iahweh, aportuguesado Jeová.

“As Testemunhas são estritamente antitrinitárias, afirmando que Cristo é pura criatura e que o Espírito Santo não é pessoa. Não podem, por isso, serem consideradas como uma Igreja cristã. Como conseqüência do seu anti-trinitarismo, negam a redenção e até a realidade da graça, atribuindo, de fato, a salvação ao esforço humano, em luta com as forças do mal. Os sacramentos perdem, então, sua função, pelo que não podemos considerar válido o batismo administrado pelas Testemunhas de Jeová. Interpretando literalmente o Apocalipse, afirmam que somente se salvarão 144.000 eleitos e que os malvados não serão condenados ao inferno e sim aniquilados”.

“(…) É típico das Testemunhas de Jeová a interpretação literal dos textos de Gn 9,4 e Lv 7,26, nos quais o sangue é considerado propriedade de Deus, por ser equivalente à vida. Conseqüentemente, não admitem, em hipótese alguma, transfusões de sangue. Proíbem também o serviço militar, a saudação à bandeira e quaisquer manifestações de caráter patriótico, por considerá-las idolatria”. (Cf. *Guia ecumênico...* p. 355).

No Brasil são conhecidos pelas visitas a casas, de porta em porta, com farta distribuição de revistas e literatura sobre as Testemunhas.

Anexos - 2

Nota explicativa: Nossa intenção aqui era apenas mostrar alguns modelos de celebração de casamentos mistos e inter-confessionais adotados pela *Comissão de Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso da Arquidiocese de São Paulo (CEDRA)*. Como a publicação é muito posterior a nossa periodização e foi confeccionada pelos melhores especialistas das Igrejas-membros da entidade, eles aqui servem mais como exemplo ideal de celebração. Não temos como saber se os membros do CEDRA em algum momento foram consultados pelos sacerdotes da Paróquia de Santa Generosa ou pelos pastores da Igreja da Paz.

A seguir apresentam-se apenas os trechos referentes a celebrações entre católicos e cristãos de outras denominações. As grandes religiões monoteístas: Islã, Judaísmo, e as grandes religiões orientais: Budismo, Xintoísmo, Bramanismo estão ausentes.

Celebração e casamentos inter-confessionais

a) CURSO DE PREPARAÇÃO DE NOIVOS PARA CASAMENTOS MISTOS

Apresentamos um esquema de curso de preparação para os noivos para casamentos entre cristãos ou entre cristãos e não-cristãos.

Limitamo-nos a oferecer conceitos básicos e itens fundamentais que devem ser desenvolvidos na exposição feita pelos que dirigem o curso.

Achamos importante que não haja preocupação em percorrer todos esses itens, sem deixar margem a uma troca de idéias sobre pontos duvidosos suscitados pelos participantes, mesmo que seja necessário se deter por mais tempo na explicação de uma única questão.

Esquema geral do curso

I. PARA TODAS AS RELIGIÕES

A) A base do Matrimônio é:

1. O amor (*Cântico dos Cânticos*; 1 Cor 13,1-13).

a) Consiste em doação de si; é desinteressado, sem egoísmo; é fiel, leal, genuíno, verdadeiro e reconciliador.

b) É vínculo, laço entre duas pessoas, de fé, construídas em profunda comunhão e, no entanto, livres.

2. A maturidade.

a) Entre pessoas responsáveis e prontas para assumir o matrimônio como vocação; entre pessoas adultas, física e psicologicamente falando.

b) Entre pessoas que se comprometem a viver as alegrias e aceitar os desafios que irão surgir.

II. PARA A IGREJA CATÓLICA

A) O matrimônio:

1. É a união (Gn 2,24; Eclo 36,24-25; 1 Cor 7,1-5; Mt 19,6) entre um homem e uma mulher; é monogâmica e contra a poligamia e a poliandria.

2. Tem por fins (Gn 1,28; Eclo 9,9; Ef 6,4; Rm 12,1):

a) A expressão afetiva e física do amor.

b) A recepção do apoio mútuo.

c) A procriação e educação dos filhos.

d) A construção de uma sociedade (partilha, fraternidade, harmonia).

3. É sacramento (Ef 5.2a;21-33; Gl2,20; 1 Jo 3,16; Cl 3,18; 1 Cor 11,3):

a) Que significa ser sinal e símbolo da união de Cristo com a Igreja; é a nova aliança concretizada simbolicamente pelo casal naquele momento.

b) Que significa ser encontro com Cristo vivendo agora na Igreja; é sinal da presença de Cristo no mundo; Cristo está unido ao povo e aos noivos num amor que perdura.

c) Pelo qual os nubentes ministram o sacramento um ao outro e Cristo dá a sua graça no encontro com eles, tornando-os um com ele; o ministro católico testemunha esta união em nome da comunidade e abençoa o casal.

d) Que significa ser sinal da fé, do inquebrantável amor de Deus pelos homens: pertence à realidade terrena, mas o amor de Deus o santifica e o torna ato sagrado.

e) Cujas formas de contrair são a forma canônica; esta forma (perante o ministro católico e duas testemunhas) é obrigatória para o católico por questão de validade e relacionada com a salvação eterna.

4. É indissolúvel (Mt 19,3-11; Mc 10,2-12; Lc 16, 18; 1 Cor 7,10-11.39):

a) Jesus mesmo diz: “O que Deus uniu, o homem não separe” (Mt 19,3-11). O compromisso assumido no casamento é permanente e eterno como se entende as Alianças do Antigo e Novo Testamento; é um bem para o casal e para os filhos que necessitam de segurança e lar estável; o casal assume, com espírito cristão, todas as eventuais experiências de alegria e tristeza, como Cristo assumiu a sua própria missão.

b) Não há divórcio entre católicos no sentido de que este ato termina o casamento. Não há divórcio entre Cristo e a Igreja. Em termos humanos o divórcio vem apenas determinar quem cuidará dos filhos e o modo de resolver questões financeiras e de propriedade, sem que com isso, por hipótese alguma, tenha a capacidade de romper o vínculo contraído.

c) Um re-casamento não é permitido se o primeiro não foi anulado e continua sendo considerado válido.

III. PARA AS IGREJAS PROTESTANTES EM GERAL

A) O matrimônio:

1. É plano natural da criação de Deus; relação singular instituída por Deus, mas não incluída integralmente na dispensação da redenção feita por Cristo. Neste sentido, o casamento permanece basicamente realidade secular.

2. Não é sacramento porque todos, cristãos ou não, que se casam, estão sob a ordem e bênção divinas; assim, não é assunto especial da Igreja. Os sacramentos são encarados somente pela fé com graça, e não como meios ou instrumentos da graça. A Igreja pode clarificar o mandato de Deus e exortar os casais a viverem na fidelidade, mas o matrimônio cristão em si não é uma articulação do mistério do amor redentor de Cristo. Na Igreja, o casamento significa: começar a vida matrimonial com a Palavra de Deus e a bênção da Igreja.

3. Diz respeito mais ao que existe na legislação civil. É coisa profana, algo fora da Palavra de Deus que não compete à Igreja, uma vez que não pertence à qualidade e condição do cristão como tal (à semelhança de qualquer profissão).

4. A bênção na Igreja complementa o ato civil. Tudo já está resolvido

legalmente pelo Estado que preserva o caráter público, reconhecendo e protegendo o conteúdo do matrimônio, a saber, a livre escolha do parceiro, o casamento para sempre e a monogamia.

V. MATRIMÔNIO MISTO

O casamento inter-confessional é a vivência concreta do ecumenismo ou do diálogo religioso dentro do lar. Este tipo de matrimônio é louvável mas delicado, pelos problemas que geralmente suscita na prática.

A) É necessário

1. Conhecer a própria fé.

2. Conhecer a expressão da fé e tradição do parceiro.

3. Entre cristãos, são duas expressões da mesma fé em Jesus Cristo.

4. Entre cristãos, há pontos comuns que deveriam ser compartilhados, como, por exemplo, a fé em Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, e que o Filho é o nosso Salvador, a Palavra de Deus (Bíblia), o fato que o Batismo e a Ceia são considerados sacramentos instituídos por Jesus Cristo, os dons espirituais de amor e esperança, e o serviço ao irmão.

5. Entre cristãos há pontos divergentes.

a) No protestantismo.

1) A fé é: total e confiante entrega do homem a Deus, incluindo todas as camadas do seu ser; é a certeza de que o sacrifício de Cristo expiou plenamente o pecado.

2) A graça: é recebida pela fé daquele que acredita nas promessas feitas por Deus em Jesus Cristo, e a aceita confiantemente quando oferecida. Não depende de ritos ou obras. Ela não transforma, não atinge o interior do homem, fazendo-o como merecedor da salvação ou cooperador da mesma.

3) Os sacramentos: são símbolos da realidade que Deus, na sua benevolência,

promete perdoar os pecados e levar o fiel à eterna salvação. São ações de Deus e não coisas. Há interligação entre a palavra dita (visível) e a palavra ouvida (audível). O elemento decisivo é o mandato de celebrar o sacramento e a promessa da graça pelo que tem fé. São usados para estimular a fé e em consequência da fé. Da parte da pessoa surge a fé, a receptividade e a confiança no que foi prometido.

b) No catolicismo.

1) A fé significa: aceitar e acreditar, pessoalmente e junto com a comunidade de fé, tudo que Deus revelou como verdade. É o consentimento do intelecto, sob a influência da graça, a uma verdade revelada por Deus, não pelo fato de entendê-la, mas porque Deus, que não decepciona e nem pode ser decepcionado, a tenha revelada.

2) A graça é: o dom pelo qual o homem é transformado pelo Espírito Santo, e começa um relacionamento de vida com Deus, o qual é absolutamente gratuito. Nasce assim a “nova criatura”, o homem novo.

3) Os sacramentos: são sinais sagrados e visíveis instituídos por Jesus que conferem ao homem a graça. Nos sacramentos Cristo torna atual para nós o mistério da salvação que marcou as etapas fundamentais da sua vida. Deste modo ele se faz contemporâneo de cada homem e de cada geração, e associa os homens, mediante o mistério da Igreja, ao seu nascimento, à sua missão, à sua morte e à sua ressurreição. Os sete sacramentos não foram expressos pela boca de Cristo. São provenientes de sua intenção manifesta através de parábolas e gestos. Com fé, e respeitando as normas para a celebração dos sacramentos, o cristão é associado a Cristo e sua obra salvadora, tornando-se capaz de assumir a tarefa de transformar o mundo.

6. Essas divergências devem ser motivo de diálogo e não de discussão.

7. Os cônjuges devem respeitar a consciência religiosa um do outro e não procurar converter o outro à sua religião, quer dizer, evitar fazer proselitismo. Amar quer dizer aceitar tudo o que o outro tem de semelhante ou divergente, e ver que o que tem por fé é algo precioso mesmo no seu modo de entender Deus.

VI. A EDUCAÇÃO DA FE RELIGIOSA DOS FILHOS

A) As duas tradições religiosas devem ser transmitidas.

B) Se os cônjuges são cristãos, a questão do batismo é algo que tem que ser resolvido de maneira pacífica.

1. A Igreja católica aconselha a batizar os filhos o mais cedo possível. O importante é manter o valor do batismo em si e reconhecer as Igrejas que batizam corretamente. A necessidade ou conveniência da protelação do batismo para uma data posterior não deve constituir motivo de conflito entre os pais da criança.

2. A formação religiosa cristã deve ser feita acentuando-se o que os cristãos têm em comum, sem esquecer as diversas maneiras de expressar a única fé.

3. Se um é católico e outro não cristão (judeu, islamita, budista etc.), a obrigação de transmitir as duas tradições religiosas permanece. O importante em todos os casos é a promessa assumida pela parte católica de “fazer tudo que for possível de não perder a fé, e de batizar e educar os filhos na Igreja Católica”.

VII. A POSIÇÃO DAS TRADIÇÕES RELIGIOSAS PERANTE OS CASAMENTOS MISTOS

B) A tradição das Igrejas evangélicas (protestantes) é importante mencionar. Embora não se trate de matrimônio misto propriamente dito, existe cada vez mais a tendência de uniões matrimoniais entre membros de diferentes denominações protestantes. Até alguns anos atrás tal prática era inadmissível. Hoje, tornou-se tolerado.

C) A Igreja católica, de acordo com as normas em vigor, só permite o casamento misto se for concedida licença do bispo local. Para obter tal licença, é necessário que “a parte católica declare estar preparada e afastar os perigos de defecção da fé e prometa sinceramente fazer todo o possível a fim de que toda a prole seja batizada e educada na Igreja católica” (CDC, c. 1125, n.1). Esta exigência é reiterada nas Normas Complementares da CNBB (1978).

O moto próprio “Matrimonia mixta” aboliu as penas estabelecidas no Código de 1917 contra os católicos que tentassem casar em outro rito religioso ou com o pacto de educarem os filhos fora do catolicismo. Isto não significa, porém, que tais atos sejam

agora considerados lícitos pela Igreja católica. Muito pelo contrário, o Código de 1983 manda que “os pais (...) que confiam seus filhos para serem batizados ou educados numa religião acatólica sejam punidos com censura ou outra justa pena” (CDC, c. 1366).

Casamentos interconfessionais podem ser celebrados publicamente, ou seja, na igreja (templo), com testemunhas de ambas as partes, perante o ministro católico junto com um ministro não-católico. A promessa é feita agora oralmente ou por escrito, dependendo do regulamento da diocese, e somente pelo católico. Com a devida dispensa, o casamento pode ser celebrado no templo não-católico e ser presidido pelo pastor, rabino, ou, em circunstâncias graves e especiais, pelo juiz no local da celebração do casamento civil.

VIII. DOCUMENTAÇÃO

A) Certidão de batismo.

1. O católico deve conseguir sua certidão de batismo na paróquia onde foi batizado. Este documento tem que ser de data recente e apresentado na paróquia onde serão preenchidos os papéis de casamento.

2. A parte não católica, se for cristã e batizada, deveria apresentar um comprovante de seu batismo atualizado com data e assinatura do pastor. Quase todas as Igrejas evangélicas (protestantes) dão atualmente este comprovante aos seus fiéis quando o pedem. Se não houver este costume, o não católico deveria levar uma pessoa parente (mãe, pai, irmã etc.) que poderia verificar o seu batismo e seu estado livre de casar, na hora de preencher os papéis junto com o católico.

B) Os papéis de casamento.

1. Estes são preenchidos na paróquia à qual pertence a parte católica. Se o casamento for realizado em templo não-católico, é permitido, com a licença do pároco do católico, preencher os papéis na paróquia em cujo território localiza-se o templo não-católico.

2. Estes papéis consistem de dados sobre os noivos, suas famílias, uma

declaração sobre a fé e o estado livre, e a verificação do batismo.

C) A promessa.

1. Antes de conseguir a licença permitindo o casamento com uma pessoa não-católica, a parte católica deverá declarar que:

a) está disposta a afastar de si o perigo de vir a perder a fé;

b) promete sinceramente fazer tudo o que for possível para que toda a prole venha a ser batizada e educada na Igreja católica.

2. Esta promessa poderá ser feita oralmente ou por escrito, dependendo das normas prescritas pela Igreja local.

3. Esta promessa obriga somente a parte católica.

A parte não-católica não é obrigada a fazer esta promessa e não assina o documento.

4) A parte não-católica será informada claramente das promessas e obrigações assumidas pela parte católica e poderá assinar o documento que diz que está ciente desta obrigação da parte católica.

5) Não poderá realizar o casamento se o católico se recusar a fazer esta promessa.

D) Licença.

1. É necessária do ordinário local quando é para fazer casamento entre uma pessoa católica e a outra protestante validamente batizada.

2) Consegue-se esta licença na paróquia onde foram preenchidos os papéis.

3) Esta licença faz com que este casamento seja válido e lícito.

E) Dispensa.

1. É necessária do ordinário local quando pede para fazer casamento entre uma

pessoa católica e a outra de religião não cristã.

2. Consegue-se esta dispensa na paróquia onde foram preenchidos os papéis.

3. Esta dispensa faz com que este casamento seja válido e lícito.

F) Forma canônica.

1. Significa a forma católica normal de celebrar o matrimônio, i. é., perante o ministro católico e duas testemunhas.

2. Obtém-se a dispensa desta forma quando há razões graves e questões de bons relacionamentos entre as famílias dos nubentes, permitindo o pastor, rabino ou juiz (em casos de extrema gravidade) de presidir o casamento misto. Consegue-se esta dispensa na paróquia onde são preenchidos os papéis.

G) Local da celebração.

1. Normalmente o casamento misto é celebrado em templo católico.

2. Uma licença do ordinário é necessária para celebrar o casamento em templo não-católico. Esta licença é conseguida na hora de preencher os papéis.

3. Às vezes, por razões graves, a celebração do matrimônio entre pessoas católicas e não-cristãs (por exemplo, judeus, islamitas, budistas etc.) pode ser realizada fora de um templo, tendo a licença do ordinário. Exige-se que o lugar da celebração seja propício para tal culto e que tenha clima de oração e de fé.

H) Registro dos documentos.

1. Se se for celebrar o casamento na própria paróquia do nubente católico, os papéis preenchidos com as devidas licenças ou dispensas são assinados no ato da celebração do matrimônio e entregues a essa paróquia para serem registrados e arquivados.

2. Se se for celebrar o casamento fora da paróquia da parte católica, os papéis já preenchidos na sua paróquia, com as devidas licenças ou dispensas, devem ser levados ao local da celebração do matrimônio para serem assinados. Depois do ato, são

levados à paróquia onde foram preenchidos, para serem registrados e arquivados.

IX. PREPARAÇÃO IMEDIATA

A) É sempre bom aconselhar os nubentes de fazerem juntos o curso de noivos, mesmo que o não-católico não tenha obrigação. A informação e orientação feitas nesses cursos poderão ajudar o casal na sua vida matrimonial.

B) Os noivos deveriam também receber instrução mais pessoal e particular do pároco católico. Se tiver relações ecumênicas com o pastor da Igreja do (a) noivo (a) não-católico (a), estas instruções poderiam ser dadas pelos dois ministros.

C) Estas instruções constam dos seguintes pontos práticos:

1. Deve enfatizar-se a necessidade de praticar a sua religião, assistir o culto dominical de sua própria Igreja e o do cônjuge se for possível; de orar em particular e juntos em família, e de ler e meditar a Bíblia. Além de suas devoções particulares que provêm de suas tradições, o casal desenvolverá as suas próprias devoções religiosas familiares.

2. O casal deve ser aconselhado a participar de movimentos e organizações de uma ou outra Igreja (por exemplo, de casais etc.), em outras palavras, o casal deve ser ativo na comunidade para o bem da sociedade.

3. É muito importante frisar a necessidade do diálogo e a comunicação na vida matrimonial.

4. Quando o casal tiver dificuldades no seu casamento, deve ser encorajado a procurar seus ministros religiosos ou pessoas preparadas para receber as orientações sólidas e benéficas.

5. É bom lembrar o casal que não é permitido celebrar duas cerimônias matrimoniais, uma na Igreja católica e outra na Igreja evangélica, ou por um ministro não-cristão. O casamento é celebrado ecumenicamente em uma ou outra Igreja com a presença dos dois ministros.

6. A respeito da paternidade responsável, ou seja, o planejamento familiar:

a) Quanto ao número de filhos, deve predominar o espírito de generosidade conseguida pela graça da oração, do diálogo entre si e Deus.

b) Métodos de controle de natalidade que não prejudicam a saúde devem ser escolhidos (por exemplo, o Método Billings).

c) Deve-se lembrar que os filhos completam o casal e são o dom de Deus.

d) Deve-se explicar o problema do aborto.

e) É bom acentuar a criação e a formação dos filhos no sentido humano e espiritual.

f) Outro ponto a enfatizar é a noção de igreja doméstica, e aquela do conselho familiar.

g) o casal tem a obrigação de testemunhar seu amor e, assim, dar segurança e estabilidade aos filhos e a esperança a todos.

CASAMENTOS MISTOS:

MODELOS DE CELEBRAÇÃO

Estes modelos de celebração matrimonial interconfessional e inter-religioso incorporam elementos das diversas tradições religiosas. Em todos, segue-se a forma canônica, ou seja, o casamento presidido pelo ministro católico na presença de duas testemunhas (CDC, c. 1108).

Quando houver dispensa da forma canônica (cf. CDC, c. 1127, n. 2), os papéis dos ministros são invertidos.

CELEBRAÇÃO MATRIMONIAL Católico e Evangélico

1. Ritos Iniciais

Ministro católico: Professemos a nossa fé comum, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém.

Ministro evangélico: Irmãos e irmãs, que a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, o amor do Pai e a comunhão do Espírito Santo estejam convosco.

Todos: Bendito seja Deus que nos reuniu no amor de Cristo.

Ministro católico: Sede bem-vindos a esta oração comunitária. Hoje, celebramos o casamento de ... e ... , dois cristãos que se amam como Jesus ordenou.

Ministro evangélico: Hoje, ... e ... , noivos, se entregam um ao outro por toda a vida, por amor, como Jesus se entregou a nós num amor maior e mais perfeito, levando-nos à salvação.

Ministro católico: A união de duas vidas, de dois corações, simbolizada por este ato, nos faz refletir sobre a profundidade do amor, e nos leva ao arrependimento por todas as vezes que contribuimos pela divisão e desentendimento. Por nossa falta de respeito e compreensão, oremos ao nosso Pai: Perdão, Senhor!

Todos: Perdão, Senhor!

Os ministros juntos: Que o Senhor misericordioso perdoe nossas faltas e pecados, e nos conserve sempre em seu amor, em sua paz e em comunhão fraterna. Amém.

Ministro católico: O Deus, que santificastes misteriosamente a união conjugal desde o princípio, a fim de prefigurar no vínculo nupcial o mistério do Cristo e da Igreja: dai que ... e ... realizem em sua vida o que na fé vão receber. Por nosso Senhor Jesus Cristo, vosso Filho, na unidade do Espírito Santo. Amém.

2. Leituras Bíblicas

a) Leitura da primeira carta de João 4,7-12 (ou outra leitura).

Todos: Graças a Deus.

b) Aclamação ao Evangelho.

Aleluia, aleluia, aleluia. (Todos repetem.)

Deus é amor. Amemo-nos uns aos outros como Deus nos amou.

Aleluia, aleluia, aleluia. (Todos repetem.)

c) Leitura do Evangelho de João 17,20-23 (ou outra leitura).

3. Mensagem (feita por um dos ministros)

4. Rito Sacramental, de Compromisso e Bênção

Ministro católico: Aqui viestes, caros noivos, para que, na presença dos ministros e da comunidade cristã, o vosso amor seja marcado pelo Cristo com sinal sagrado. O Cristo abençoa o vosso amor. Sede, portanto, bem-vindos. Possais amar-vos e ser sinal da presença de Deus no meio de nós. Que o vosso gesto sirva para o enriquecimento e o crescimento desta comunidade. Tendo-vos consagrado pelo batismo, o Cristo deseja enriquecer-vos sempre, e especialmente agora, a fim de que sejais fiéis um ao outro e a todos os vossos deveres. Perante Deus, e os aqui presentes eu vos pergunto:

_ Viestes aqui para unir-vos em matrimônio. É de livre e espontânea vontade que o fazeis? (Os noivos respondem.)

_ Abraçando o matrimônio, ides prometer fidelidade um ao outro. É por toda a vida que o prometeis? (Os noivos respondem.)

_ Estais dispostos a receber com amor os filhos que Deus vos confiar, educando-os na Lei de Deus, no amor de Cristo e sua Igreja? (Os noivos respondem.)

Para manifestar o vosso consentimento diante de Deus e da comunidade aqui reunida, dai um ao outro a mão direita. (Noivos repetem depois do ministro as seguintes palavras:)

Noivo: Eu, ... , te recebo, ... , por minha mulher e te prometo ser fiel na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, amando-te e respeitando-te todos os dias da minha vida.

Noiva: Eu, ... , te recebo, ... , por meu marido e te prometo ser fiel na alegria e

na tristeza, na saúde e na doença, amando-te e respeitando-te todos os dias da minha vida. Deus confirme este compromisso que manifestastes perante vossas comunidades aqui reunidas e derrame sobre vós as suas bênçãos. O que Deus uniu, o homem não separe. Amém.

5. Bênção das Alianças (feita por um dos ministros)

Que Deus abençoe estas alianças que se irão entregar um ao outro em sinal de amor e fidelidade. (Os noivos repetem:)

(Ele) ... , recebe esta aliança em sinal do meu amor e da minha fidelidade. Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

(Ela) ... , recebe esta aliança em sinal do meu amor e da minha fidelidade. Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

6. Oração de Intercessão (pode ser feita por um ministro ou um leigo)

Caros amigos: o Cristo falou que para sermos atendidos devemos estar unidos no amor. Por isso, unidos pelo batismo na mesma fé, amor e esperança, oremos:

a) Por este casal ... e ... , que se uniu em matrimônio, a fim de que possa na comunidade ser sinal do amor de Deus para conosco, oremos:

Todos: Atenda-nos, Senhor!

b) Para que Deus lhes conceda a graça dos filhos e a alegria da família humana, oremos:

Todos: Atenda-nos, Senhor!

c) Para que possam superar as dificuldades e cresçam no amor, oremos:

Todos: Atenda-nos, Senhor!

d) Por todas as famílias, que possam crescer na harmonia, no amor e na fé, oremos:

Todos: Atenda-nos, Senhor!

Oremos: Vem a nós, Senhor, com a tua graça de paz e unidade. Amém.

7. Rito das Bênçãos Finais

Ministro católico: Caros irmãos e irmãs, oremos a Deus que derrame suas bênçãos sobre ... e ... que se uniram no Cristo tornando-os um só coração pela caridade. O Deus, que unis a mulher ao marido e dais a esta união estabelecida desde o início a única bênção que não foi abolida nem pelo castigo do pecado, nem pela condenação do dilúvio, considerai agora esta vossa filha, ... , unida pelo matrimônio ao seu marido, ... Ela suplica a vossa bênção. O amor e a paz permaneçam em seu coração e busque sempre na Sagrada Escritura o exemplo das santas mulheres. Nela confie o seu marido, ... , e saiba honrá-la com devida estima, reconhecendo-a companheira e co-herdeira da vida divina; amando-a com aquele amor com que o Cristo amou a sua Igreja.

Ministro evangélico: Acompanhai também, com vossa bênção, este vosso filho... , para que cumpra com fidelidade e solicitude os deveres de esposo e de pai. Nós vos pedimos, ó Pai, que estes vossos filhos permaneçam firmes na fé e amem os vossos mandamentos; que se conservem fiéis um ao outro e sejam, para todos, um exemplo de vida e de amor. Animados pela força do Evangelho, sejam entre os homens verdadeiras testemunhas de Cristo. Sejam fecundos em filhos, pais de comprovada virtude. e possam ver os filhos de seus filhos. Enfim, após uma vida longa e feliz, alcancem o vosso Reino. Por vosso Filho Jesus Cristo. Amém.

Ministro católico: Que Deus, nosso Pai, vos conserve no amor, para que a paz do Cristo habite em vós e permaneça sempre na vossa casa. Amém.

Que Deus vos dê a bênção dos filhos, o apoio dos amigos, e a paz com todos os homens. Amém.

Sede no mundo sinal do amor de Deus: abri a sua porta aos pobres e infelizes que um dia vos receberão agradecidos na casa do Pai. Amém.

Os ministros juntos: E a todos aqui reunidos, abençoe-vos Deus todo-poderoso, Pai, Filho, e Espírito Santo. Amém. Vamos em paz e que o Senhor vos acompanhe.

Amém.

CELEBRAÇÃO MATRIMONIAL INTER CONFSSIONAL Católico-
Evangélico

PRELÚDIO

Ritos Iniciais

Padre: Professemos a nossa fé comum, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém.

Pastor: Irmãos e irmãs, que a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, o amor do Pai e a comunhão do Espírito estejam convosco.

Todos: Bendito seja Deus que nos reuniu no amor de Cristo.

Padre: Sejam bem-vindos a esta oração comunitária. Hoje, celebramos o casamento de ... e ... , dois cristãos que se amam como Jesus ordenou.

Pastor: Hoje, ... e ... , noivos, se entregam um ao outro por toda a vida, por amor, como Jesus se entregou a nós num amor maior e mais perfeito, levando-nos à salvação.

Padre: A união de duas vidas, de dois corações, simbolizada por este ato, nos faz refletir sobre a profundidade do amor, e nos leva ao arrependimento por todas as vezes que contribuimos pela divisão e desentendimento. Por nossa falta de respeito e compreensão, oremos ao nosso Pai peçamos: Perdão, Senhor!

Todos: Perdão, Senhor!

Padre e Pastor (juntos): Que o Senhor misericordioso/perdoe nossas faltas e pecados/e nos conserve sempre em seu amor/em paz e em comunhão fraterna. Amém.

Padre: Oremos: O Deus, que santificastes misteriosamente a união conjugal desde o princípio, a fim de prefigurar no vínculo nupcial o mistério do Cristo e da Igreja; dai que ... , e ... realizem em sua vida o que na fé vão receber. Por N.S.J.C.
Todos: Amém.

Interlúdio musical

Rito da Palavra de Deus (leitura a ser escolhida e feita por leigos ou pelos celebrantes)

Mensagem (a ser feita por um dos celebrantes)

Rito de Compromisso

Padre: Aqui viestes, caros noivos, para que, na presença dos ministros e da comunidade cristã, o vosso amor seja marcado pelo Cristo com um sinal sagrado. O Cristo abençoa o vosso amor. Sede, portanto, bem-vindos. Possais amar-vos e ser sinal da presença de Deus no meio de nós. Que o vosso gesto sirva para o enriquecimento e o crescimento espiritual desta comunidade. Tendo-vos consagrado pelo batismo, o Cristo deseja enriquecer-vos sempre, e especialmente agora, a fim de que sejais fiéis um ao outro e a todos os vossos deveres. Perante a Deus e os aqui presentes, eu vos pergunto: (Noivos respondem depois de cada pergunta.)

_Viestes aqui para unir-vos em matrimônio. É de livre e espontânea vontade que o fazeis?

_Abraçando o matrimônio, ides prometer fidelidade um ao outro. É por toda a vida que o prometeis?

_Estais dispostos a receber com amor os filhos que Deus vos confiar, educando-os na Lei de Deus, no amor de Cristo e sua Igreja?

Noivo: Hoje, (cita o nome da noiva), confirmamos o nosso amor.

Noiva: Sim, (cita o nome do noivo), é o dia de confirmar o nosso amor.

Noivo: (cita o nome da noiva), seremos um só, mesmo quando eu sentir a sensação de estar sozinho. Só eu consigo ... e você aparecerá sempre para construir as paredes do meu íntimo; será moradora dele. E seremos dois.

Noiva: (cita o nome do noivo), seremos um só, mesmo quando eu sentir a sensação de estar sozinha, como se fosse a minha única aliada. Você aparecerá como

esposo a despertar o amor na aventura da vida. E seremos dois.

Os noivos (juntos): Leremos em nossos olhos, sondaremos os nossos corações/emergindo no passado/para desvendar o futuro/que o nosso amor vai determinando.

Noivo: Eu, (cita seu nome), sou (cita a sua denominação cristã).

Noiva: Eu, (cita seu nome), sou (cita a sua denominação cristã).

Pastor: ... e ... , vocês serão um pela fé em Jesus Cristo, sinalizada no tempo do batismo, que os fez morrer ao pecado, e levando-os a uma vida nova; serão um pela graça transformadora que provém da obra salvífica de Cristo; serão um no amor que têm para com Cristo e para com um e outro sendo expressão neste ato de entrega e doação; sendo um na esperança que serão felizes nesta vida, e na outra, à medida que sejam fiéis às leis de Deus e aos ensinamentos de Jesus Cristo.

Noivo: (cita o nome da noiva), precisamos construir nosso destino.

Noiva: (cita o nome do noivo), a partir de agora é que recomeçaremos a mesma aventura começada pelos nossos pais.

Os noivos (juntos): O nosso amor precisa deixar marcas profundas. /Devemos procurar nos inserir o amor no AMOR,/ porque o amor humano parece curto para uma vida longa. /E amar é poder dizer um ao outro:/Não deixaremos morrer nosso amor /Ele excederá o tempo,/todo o tempo./ Para preencher o duradouro,/o eterno.

Padre: Para manifestar o vosso consentimento diante de Deus e da comunidade aqui reunida, dai um ao outro a mão direita. (Noivos repetem as palavras do padre.)

Noivo: Eu, (cita o seu nome), te recebo, (cita o nome da noiva), por minha mulher e te prometo ser fiel na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, amando-te e respeitando-te todos os dias da minha vida.

Noiva: Eu, (cita o seu nome), te recebo, (cita o nome do noivo), por meu marido e te prometo ser fiel na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, amando-te e respeitando-te todos os dias da minha vida.

Os noivos (juntos): Vivendo com seriedade o amor,/no respeito mútuo/e na procura de uma vida plena para nós/e para aqueles que estiverem sob a nossa responsabilidade,/ esperamos de Deus a proteção,/da comunidade, o estímulo;/ da família e dos amigos,/ a solidariedade.

Padre: Deus confirme este compromisso que manifestastes perante as suas comunidades aqui reunidas e derrame sobre vós as suas bênçãos. O que Deus uniu, o homem não separe. Amém.

Rito de Entrega das Alianças

Pastor: (oração espontânea depois os noivos repetem:) Noivo: (cita o nome da noiva), recebe esta aliança/ em sinal do meu amor e da minha fidelidade. Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

Noiva: (cita o nome do noivo), recebe esta aliança/em sinal do meu amor e da minha fidelidade. Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

Rito de Intercessão (pode ser feito por leigo)

Leitor: Caros amigos, o Cristo falou que para sermos atendidos, devemos estar unidos no amor. Por isso. unidos pelo batismo na mesma fé, amor e esperança, oremos por ... e ... , que se uniram em matrimônio, a fim de que possam, na comunidade, ser sinal do amor de Deus para conosco, oremos:

Todos: Atenda-nos, Senhor!

Para que lhes conceda a graça dos filhos e a alegria da família humana, oremos:

Todos: Atenda-nos, Senhor! Para que possam superar as dificuldades e cresçam no amor, oremos: *Todos:* Atenda-nos, Senhor!

Por todos os lares desunido, cheios de angústia e desentendimentos, oremos:

Todos: Atenda-nos, Senhor!

Para que todos nós, aqui reunidos, tenhamos a fé e a coragem de cumprir a

nossa missão no mundo de hoje, oremos:

Todos: Atenda-nos, Senhor!

Todos: Oremos: Venha a nós, Senhor, com sua graça de paz e união. Amém.

Rito de Bênçãos Especiais

Padre: Caras irmãs e irmãos, oremos a Deus que derrame suas bênçãos sobre ... e ... , que se uniram no Cristo tornando-se um só coração pela caridade. Oremos: O Deus, que unis a mulher ao marido e dais a esta união estabelecida desde o início a única bênção que não foi abolida nem pelo castigo do pecado, nem pela condenação do dilúvio, considerai agora esta vossa filha, ... unida pelo matrimônio ao seu marido, ... , ela suplica a vossa bênção. O amor e a paz permaneçam em seu coração e busque sempre na Sagrada Escritura o exemplo das santas mulheres. Nela confie o seu marido; e saiba honrá-la com a devida estima, reconhecendo-a companheira e co-herdeira da vida divina; amando-a com aquele amor com que o Cristo amou a sua Igreja.

Pastor: Acompanha também, com tua bênção, este teu filho, ... , para que cumpra com fidelidade e solicitude os deveres de esposo e pai.

Padre: Nós vos pedimos, ó Pai, que estes vossos filhos permaneçam firmes na fé e amem os vossos mandamentos; que se conservem fiéis um ao outro e sejam, para todos, um exemplo.

Pastor: Animados pela força do Evangelho, sejam entre os homens verdadeiras testemunhas de Cristo.

Padre: Sejam fecundos em filhos, pais de comprovada virtude, e possam ver os filhos de seus filhos. Enfim, após uma vida longa e feliz, alcancem o vosso Reino. Por N.S.J.C. Todos:

Amém.

Padre e Pastor (juntos): Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito Santo;/ vos abençoe; conserve e guarde;/o Senhor, misericordiosamente, vos conceda as riquezas de sua graça;/para que possais agradá-lo/tanto no corpo quanto na alma,/vivendo juntos em

fé o amor/possais receber as bênçãos da vida eterna. Amém.

Pastor: Que Deus, nosso Pai, vos conserve no amor, para que a paz do Cristo habite em vós e permaneça sempre na vossa casa. Amém.

Padre: Que Deus vos dê a bênção dos filhos, o apoio dos amigos, e a paz com todos os homens. Amém.

Padre e Pastor (juntos): Sede no mundo sinal do amor de Deus/; abri sua porta aos pobres e infelizes/; que um dia vos receberão agradecidos na casa do Pai. Amém.

E a todos aqui reunidos/; abençõe-vos Deus, todo-poderoso/;Pai, Filho e Espírito Santo Amém.

Vamos em paz e que o Senhor nos acompanhe. Amém.

Assinaturas

Cumprimentos

POSTLÚDIO

Orações ecumênicas:

Pai-nosso ecumênico

Pai nosso que estás nos céus. Santificado seja o teu nome, venha o teu Reino. Seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu. O pão nosso de cada dia nos dá hoje; perdoa-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido. E não nos deixes cair em tentação, mas livra-nos do mal, pois teu é o Reino, o poder e a glória para sempre. Amém.

Credo apostólico ecumênico

Creio em Deus Pai todo-poderoso; criador do céu e da terra; e em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor; que foi concebido pelo poder do Espírito Santo; nasceu da Virgem Maria; padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos; foi crucificado, morto e sepultado; desceu à mansão dos mortos; ressuscitou ao terceiro dia; subiu aos céus; está sentado à direita de Deus Pai todo-poderoso; donde há de vir a julgar os vivos e os mortos. Creio no Espírito Santo; na santa Igreja universal; na comunhão dos santos; na remissão dos pecados; na ressurreição do corpo; na vida eterna. Amém.

Anexos - 3

Fichas para celebração matrimonial localizadas na Paróquia de Santa Generosa

O modelo de ficha a seguir me foi gentilmente cedido em junho de 2010 pelas secretárias da paróquia de Santa Generosa. Apesar de ser mais recente, tendo sido usado até fins dos anos 1990, ele reproduz todos os dados exigidos pelo direito Canônico entre os anos 1950 a 1980. Infelizmente não tivemos acesso a modelos das fichas de autorização que a Cúria Metropolitana enviava para as paróquias permitindo os casamentos mistos no período por nós estudado.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO

REGIÃO EPISCOPAL _____ PROC. MATRIM. Nº _____ / _____

PARÓQUIA _____ SETOR _____

PROCLAMAS:

1.o _____ / _____ / 19 _____

Local: _____

2.o _____ / _____ / 19 _____

Data _____ / _____ / _____

3.o _____ / _____ / 19 _____

Horário _____

Com o favor de Deus querem casar-se:

e _____

ELE, com _____ anos, nascido a _____ de _____ de 19 _____, em _____

_____, Est. de _____

batizado na Paróquia de _____ Diocese de _____

Liv. _____, fls. _____, nº _____, solteiro viúvo domiciliado _____

Rua _____ Fone: _____

Cidade de _____ Paróquia de _____

filho de _____

e de _____

ELA, com _____ anos, nascida a _____ de _____ de 19 _____, em _____

_____, Est. de _____

batizada na Paróquia de _____ Diocese de _____

Liv. _____, fls. _____, nº _____, solteira viúva domiciliada _____

Rua _____ Fone: _____

Cidade de _____ Paróquia de _____

filha de _____

e de _____

REQUERIMENTO AO ORDINÁRIO:

O abaixo assinado pede que V. Excia. Revma. se digne conceder em favor do(a) nubente a:

DISPENSA DE IMPEDIMENTO DE: _____

LICENÇA DE _____

Pelos seguintes motivos: _____

São Paulo, _____ de _____ de 19 _____

Pároco

Árvore Genealógica (Impedimento de consanguinidade)

Despacho da Cúria

1. Instr. Canônico _____

2. Dispensa do Impedimento de _____

3. Licença de _____

São Paulo, _____ de _____ de 19 _____

Ass. _____

Prot. nº _____

Liv. _____ Fls. _____

JURAMENTO DOS NOIVOS

Eu, abaixo assinado, Juro diante de Deus e sobre o Evangelho dizer a verdade sobre o que me for perguntado.

	NOIVO:	NOIVA:
É solteiro(a)? _____		
Qual a sua profissão? _____		
Qual a sua religião? _____		
Já se casou no Civil? _____		
Com quem? _____		
Onde? _____		
Se viuvo(a) - Óbito (Lugar e Data) _____		
Certidão de óbito: _____	Liv. ____ Fls. ____ N.º ____	Liv. ____ Fls. ____ N.º ____
Há algum impedimento? Qual? _____		
Casa-se de livre e espontânea vontade? _____		
Quanto tempo reside na Paróquia indicada? _____		
Ident. RG. ou Carteira do Trabalho: _____		
Fez a 1ª Comunhão? _____ Onde? _____		
Foi crismado? _____ Onde? _____		

NOIVO: _____

NOIVA: _____

CAUTELA PARA PARTE NÃO CATÓLICA

Eu abaixo assinado, tomei ciência e consciência de que meu (minha) consorte receberá o sacramento do Matrimônio. Estou de pleno acordo com seus deveres, isto é, comprometo-me a nada fazer contra sua fé e ao mesmo tempo que nossos filhos sejam batizados e educados na fé católica.

Ass: _____

Eu, parte católica farei tudo em prol da minha fé e para cumprir este compromisso

Ass: _____

TUTELA EM VISTA DA LEGISLAÇÃO CIVIL VIGENTE:

CONSENTIMENTO DOS PAIS OU TUTORES - Declaro que dou consentimento para meu filho de _____ anos casar-se com _____

para minha filha de _____ anos casar-se com _____

São Paulo, ____ de _____ de 19 ____

assinaturas: a) _____

b) _____

JUSTIFICAÇÃO DE BATISMO E ESTADO LIVRE DO NOIVO

Eu, abaixo assinado, juro diante de Deus e sobre o Evangelho dizer a verdade sobre o que me for perguntado.

No dia ____ de _____ de 19 __, compareceram perante mim as testemunhas:

1.a - _____ com ____ anos, conhece o nubente há ____ anos,
natural de _____, residente em _____

Ident. RG. _____ ou Cart. de Trab. nº _____ Série _____

2.a - _____ com ____ anos, conhece o nubente há ____ anos,
natural de _____, residente em _____

Ident. RG. _____ ou Cart. de Trab. nº _____ Série _____

a) Sabem que o nubente é batizado e professa a religião Católica Apostólica Romana? Sim Não

b) Que reside na paróquia de _____, há ____ anos, e é tido como solteiro viúvo?

c) Se houve Declaração de Nulidade do Matrimônio anterior? Sim Não

d) Existe algum impedimento? _____ Qual? _____

e) Que relacionamento tem com o nubente? 1.a test. _____ 2.a test. _____

Testemunhas: 1.a _____

2.a _____

JUSTIFICAÇÃO DE BATISMO E ESTADO LIVRE DA NOIVA

Eu, abaixo assinado, juro diante de Deus e sobre o Evangelho dizer a verdade sobre o que me for perguntado.

No dia ____ de _____ de 19 __, compareceram perante mim as testemunhas:

1.a - _____ com ____ anos, conhece a nubente há ____ anos,
natural de _____, residente em _____

Ident. RG. _____ ou Cart. de Trab. nº _____ Série _____

2.a - _____ com ____ anos, conhece a nubente há ____ anos,
natural de _____, residente em _____

Ident. RG. _____ ou Cart. de Trab. nº _____ Série _____

a) Sabem que a nubente é batizada e professa a religião Católica Apostólica Romana? Sim Não

b) Que reside na paróquia de _____, há ____ anos, e é tida como solteira viúva?

c) Se houve Declaração de Nulidade do Matrimônio anterior? Sim Não

d) Existe algum impedimento? _____ Qual? _____

e) Que relacionamento tem com a nubente? 1.a test. _____ 2.a test. _____

Testemunhas: 1.a _____

2.a _____

ATESTO que recebi todas as declarações e juramentos constantes neste processo, do que dou fé,

São Paulo, ____ de _____ de 19 ____

O Pároco

ATA DE CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO

(Transcrita do livro nº _____ folhas _____ n° _____)

No dia: _____

No local: _____

Com a presença do Revmo. _____

(pároco/vigário paroquial, ou ministro qualificado)

e das testemunhas:

1.a) _____

Profissão _____ Estado Civil _____

Nacionalidade _____

Residência _____

2.a) _____

Profissão _____ Estado Civil _____

Nacionalidade _____

Residência _____

administraram e receberam o Sacramento do Matrimônio, "servatis omnibus servandis" os contraentes:

e _____

São Paulo, ____ de ____ de 19 ____

Benção Nupcial - Fora da Missa Dentro da Missa

Pároco: _____

Nubentes: _____

e _____

1.a test. _____

2.a test. _____

Outras ass. _____

Anotações:

Contrato Civil: Cartório do ____ Distrito de ____ Município de ____

dia ____ / ____ / 19 ____ Livro ____ fls. ____ / n° ____

Efeito Civil: Ata enviada ao Cartório ____

dia ____ / ____ / 19 ____ / Anexar o Comprovante do Cartório.

Preparação do Matrimônio: Onde? ____ Quando? ____

LICENÇA PARA PRESIDIR AO CASAMENTO

Autorizo o Revmo. Sr. _____ a presidir este casamento,

conf. cân. 1.111 e 1.112 do C.D.C.

Pároco: _____ Data ____ de ____ de 19 ____

- 1). Enviar a TRANSFERÊNCIA (Mod. 10) para a Paróquia onde vão se casar.
- 2). Este processo deve ser feito na paróquia de um dos nubentes.
- 3). Este processo deve ser registrado, após receber a Ata de Celebração da Paróquia em que foi realizado o Matrimônio e arquivado.

Fontes e bibliografia

Documentos impressos:

II Conferência Geral do Episcopado Latino–Americano. *Conclusões de Medellín*. 6ª edição. São Paulo. Paulinas. 1987.

III Conferência Geral do Episcopado Latino–Americano. *Conclusões Puebla*. 6ª edição. São Paulo. Paulinas. 1979.

IV Conferência Geral do Episcopado Latino–Americano. *Santo Domingo – texto oficial*. 4ª edição. São Paulo. Paulinas. 1992.

V Conferência Geral do Episcopado Latino–Americano. *Documento de Aparecida*. CNBB – Paulus – Paulinas, São Paulo. 2007.

Arquidiocese de São Paulo. *Diretório dos sacramentos – Reconciliação*. São Paulo. 1979.

Bento XVI. *Palavras do Papa Bento XVI no Brasil*. São Paulo, Paulinas. 2007.

Bíblia de Jerusalém. São Paulo, Paulinas. 1993. 6ª impressão.

Boletim *A paróquia de Santa Generosa* – números consultados:

Ano XXX, No. 1345, Abril de 1999.

Ano XXX, No. 1348, Julho de 1999.

Ano XXXII, No. 1356, Abril de 2000.

Ano XXXIII, No. 1370, Julho de 2001.

Ano XXXVI, No. 1410, Fevereiro de 2005.

Ano XXXVI, No. 1412, Abril de 2005.

Ano XXXVIII, No. 1430, Outubro de 2006.

Ano XL, No. 1460, Abril de 2009.

Catecismo da Igreja Católica Apostólica Romana. Portugal-Coimbra, Gráfica de Coimbra. 1993.

CEDRA. *Caminhos para a unidade cristã – pastoral de ecumenismo*. São Paulo. Paulinas. 1987.

_____ *Documentação básica para o ecumenismo*. 1996.

CNBB. *Plano de emergência – para a Igreja do Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro. Dom Bosco. 1963.

_____ *Plano de Pastoral de Conjunto 1966 – 1970*. Rio de Janeiro. Dom Bosco. 1966.

_____ “Documento II” [complemento ao Motu proprio Matrimonia Mixta], in: *SEDOC*. Petrópolis, Vozes. Vol. 3. Novembro de 1970, p. 626.

_____ *Unidade e pluralismo na Igreja*. Petrópolis. Vozes. 1972.

_____ *Rito do matrimônio*. São Paulo, Paulinas. 1976.

_____ *Orientações pastorais sobre o Matrimônio*. São Paulo, Paulus. 1977. Documentos da CNBB, 12.

_____ “Pastoral da família”, in: *Col. Estudos da CNBB, No. 20*. São Paulo, Paulinas, 1979.

_____ “Guia ecumênico – informações, normas e diretrizes sobre ecumenismo (revista ampliada e adaptada ao Código de Direito Canônico de 1983 e ao Diretório Ecumênico de 1993)”. In: *Col. Estudos da CNBB, 21*. São Paulo, Paulinas. 2003. 3ª edição.

_____ “Pela unidade dos cristãos – guia ecumênico popular”, in: *Col. Estudos da CNBB, No. 28*. São Paulo, Paulinas. 1981.

_____ “Guia para o diálogo inter-religioso – relações com as grandes religiões, movimentos religiosos contemporâneos e filosofia de vida”, in: *Col. Estudos da CNBB, 52*. São Paulo, Paulinas, 1987.

_____ “Catequese para um mundo em mudança”, in: *Col. Estudos da CNBB*, No. 73. São Paulo, Paulus. 1994.

_____ *O que é ecumenismo?* São Paulo. Paulus. 1997.

_____ *Col. Documentos: 1 a 65. CD-ROM. Versão 2.0.* São Paulo. Paulinas Multimídia. 2000.

Código de Direito Canônico. Tradução: CNBB. Notas: Pe. Jesus Hortal. 11ª edição. São Paulo. Loyola. 1998.

Compêndio do Catecismo da Igreja Católica. São Paulo, Loyola. 2005.

Concílio Ecumênico de Trento (1545-1563). *Contra as inovações doutrinárias dos protestantes.* Petrópolis, Vozes. 1953.

Congregação para o culto divino e a disciplina dos sacramentos. *A liturgia romana e a inculturação IV - Instrução para uma correta aplicação da constituição conciliar sobre a liturgia.* São Paulo, Paulinas. 1994.

_____ “Diretório sobre piedade popular e liturgia – princípios e orientações”, in: *Col. Documentos da Igreja, No. 12.* São Paulo, Paulinas. 2003.

CONIC. “Os casamentos interconfessionais – uma visão teológica – pastoral”, in: *Col. Documentos do CONIC 4.* São Paulo, Paulinas. 1986.

_____ *Os casamentos interconfessionais – uma visão teológica – pastoral.* São Paulo, Paulinas. 2007.

_____ *CF-2000: Dignidade humana e paz – novo milênio sem exclusões.* São Paulo. Ed. Salesianas. 2000.

_____ *CF-2005: Solidariedade e paz – felizes os que promovem a paz.* São Paulo. Ed. Salesianas. 2005.

_____ *CF-2010: Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro – economia e vida.* Brasília – DF Ed. CNBB. 2009.

Conselho Pontifício para a Família. *Família, matrimônio e “uniões de fato”.* São Paulo, Paulinas. 2004. 3ª edição.

_____. *Preparação para o sacramento do matrimônio*. São Paulo, Paulinas. 2007. 5ª. Edição.

Declaração Conjunta Católica Romana e Federação Luterana Mundial. *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação*. São Paulo – São Leopoldo – Brasília. Paulinas – Sinodal – CONIC. 1999.

DOMINGUEZ, Lorenzo Miguelez (org.). *Código de derecho canónico*. Madri, Espanha. BAC. 1952.

Ensino religioso – o ensino religioso na escola pública do estado de São Paulo, Vol. 5. São Paulo, UNICAMP-Secretaria de Estado da Educação-CENP. 2003.

HORTAL, Pe. Jesus Hortal, S.J. “Guia ecumênico – informações, normas e diretrizes sobre ecumenismo”, in: *Col. Estudos da CNBB 21*. São Paulo, Paulus. 2003. 3ª. Edição.

IECLB. *Nossa fé – nossa vida: um guia de vida comunitária em fé e ação*. São Leopoldo, RS. Ed. Sinodal. 1975.

_____. *Orações*. Ed. Sinodal. 1976. 5ª edição.

João Paulo II. *Mulieres dignitatem*. São Paulo, Paulinas. 2005. 6ª edição.

_____. *Mensajes en Santo Domingo*. Santo Domingo, República Dominicana. 1992.

_____. *Carta encíclica Veritatis splendor – sobre algumas questões fundamentais do ensinamento moral da Igreja*. São Paulo, Paulinas. 1993. 2ª edição.

_____. *Carta encíclica Ut Unum Sint – sobre o empenho ecumênico*. São Paulo. Paulinas. 1995.

_____. *Carta apostólica Tertio Millennio Adveniente – sobre a preparação para o ano 2000*. 9ª. edição. São Paulo. Paulinas. 1998.

_____. *Carta apostólica Fides et ratio – sobre as relações entre fé e razão*. São Paulo, Loyola. 1998.

_____ *Exortação apostólica pós-sinodal Ecclesia in América*. São Paulo, Paulinas. 1999.

_____ *Carta apostólica Novo Millennio Ineunte – ao episcopado, ao clero e aos fiéis no termo do grande jubileu do ano 2000*. 7ª edição. São Paulo, Paulinas. 2001.

João XXIII. *Mater et magistra*. São Paulo, Paulinas. 1975. 5ª. Edição.

_____ *Carta encíclica Pacem in terris*. 3ª edição. São Paulo. Paulinas. 1995.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. – VIER, Frei Frederico. *Compêndio do Vaticano II – constituições, decretos, declarações*. Petrópolis. Vozes. 1967.

Jornal “A Cruz no Sul”. Número especial, Natal 1968, Ano XX (p.06-07). Consulta ao jornal Kreuz im Süden (A Cruz no Sul), periódico oficial da IECLB na região sudeste, no mês de Julho de 2002.

Leão XIII. *Carta encíclica Satis Cognitum – sobre a unidade da Igreja*. 2ª edição. Petrópolis, Vozes. 1951.

_____ *Carta encíclica Parvenu – sobre a Igreja Católica*. Petrópolis, Vozes. 1947.

_____ *Carta encíclica Arcanum divinae sapientiae – sobre a constituição cristã da família*. Vozes, Petrópolis. 1946.

Paulo VI. *Carta encíclica Ecclesiam suam – sobre os caminhos da Igreja*. São Paulo. Paulinas. 1997. 3ª edição.

_____ *Carta encíclica Populorum Progressio – sobre o desenvolvimento dos povos*. São Paulo, Paulinas. 1990. 12ª edição.

_____ *Credo do povo de Deus – pronunciamento pelo Santo Padre no encerramento do ano da fé*. Guanabara, DF. Ed. Permanência. 1968.

_____ *Carta encíclica Humanae vitae – sobre a regulação da natalidade*. São Paulo, Paulinas. 1992. 6ª edição.

_____ *Exortação apostólica Evangelii nuntiandi – sobre a evangelização no mundo contemporâneo*. 14ª edição. São Paulo. Paulinas. 1999.

Pio IX. *Encíclica Quanta Cura e o Silabo*. 2ª edição. Petrópolis, Vozes. 1951.

Pio X. *Encíclica Pascendi Dominici Gregis e decreto Lamentabili – sobre as doutrinas modernistas*. 2ª edição. Petrópolis, Vozes. 1952.

Pio XI. “Carta encíclica *Mortalium Animos* – sobre a promoção da autêntica unidade religiosa”. In: *Outler, Albert C. Para que o mundo creia – estudo sobre a unidade cristã*. Trad. J. C. Maraschin. São Paulo. Imprensa Metodista. 1973.

Pio XII. *Carta encíclica Mystici Corporis Christi – sobre o corpo místico de Jesus Cristo*. 2ª edição. Petrópolis, Vozes. 1950.

_____ *Carta encíclica Humani generis – sobre algumas doutrinas errôneas*. Petrópolis, Vozes. 1950.

_____ *Alocução Davanti a questa*. Petrópolis, Vozes. 1953.

Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais. *Critérios de colaboração ecumênica e inter-religiosa nas comunicações sociais*. Petrópolis, Vozes. 1989.

Pontifício Conselho para a Unidade dos Cristãos. “Diretório ecumênico”. In: *SEDOC, junho de 1970*. Petrópolis, Vozes. pp. 1503-1530.

_____ “Aspectos ecumênicos do novo Código de Direito Canônico”, in: HORTAL, Pe. Jesus Hortal, S.J. (Org.). *O Código de direito canônico e o ecumenismo*. Col. *Igreja e direito*, No. 7. São Paulo, Loyola. 2003. 2ª. Edição. p. 15-64.

_____ *Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo*. Tradução da Conferência Episcopal Portuguesa. São Paulo. Paulinas. 1994.

_____ *A dimensão ecumênica na formação dos que trabalham no ministério pastoral*. São Paulo. Paulinas. 1998.

Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso – Congregação para a Evangelização dos povos. *Diálogo e anúncio*. 2ª edição. São Paulo, Paulinas. 1996.

Roman Catholic - Lutheran Working Group. *JOINT REPORT - First Official Report of the Joint Working Group between the Roman Catholic Church and the Lutheran World Federation*. April 13-15, 1966 - Strasbourg, France.

_____ Report of the Joint Lutheran - Roman Catholic Study Commission on "The Gospel and the Church" 1972 ("Malta Report")

_____ *"Review of the Work of the Commission and the Final Report" - FINAL REPORT: The Theology of Marriage and the Problems of Mixed Marriages.* April 25 - May 2, 1976 - Venice, Italy.

ROSSI, Cardeal Agnelo. *Carta Pastoral sobre a aplicação do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de São Paulo.* São Paulo, Ed. Ave Maria. 1966.

_____ *Diretrizes Pastorais sobre os sacramentos do batismo, confirmação e matrimônio.* S/ local e editora. 1969.

_____ *Flores em meus 50 anos de sacerdócio.* Campinas, SP. PUCCAMP. 1987.

Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. "Instrução Matrimonii Sacramentum sobre os casamentos mistos (18/03/1966)", in: *REB – documentação. Vol. 26, fasc. 02, Junho de 1966.* Petrópolis, Vozes.

_____ Motu próprio Matrimonia mixta, in: *REB. Vol. 30, fasc. 118, junho de 1970.* Petrópolis, Vozes.

_____ *Declaração sobre alguns pontos da ética sexual.* São Paulo, Paulinas. 1976.

_____ *Catecismo da Igreja Católica.* Coimbra, Portugal. Gráfica de Coimbra. 1993.

_____ *Declaração Dominus Iesus – sobre a unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja.* São Paulo. Paulus - Loyola. 2000.

_____ *Carta aos bispos da Igreja Católica – sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo.* São Paulo, Paulinas. 2004.

_____ *Nota doutrinal sobre alguns aspectos da evangelização.* Roma, 2007.

Sagrada Congregação para o culto divino. *Sacramentali communione – mais ampla faculdade de poder administrar a Sagrada Comunhão sob as duas espécies.* São Paulo, Paulinas. 1970.

_____ *A liturgia romana e a inculturação – IV instrução para uma correta aplicação da constituição conciliar sobre a liturgia.* São Paulo, Paulinas. 1994.

Sagrada Congregação para o Rito Oriental. “Casamentos mistos entre católicos e batizados orientais acatólicos”, in: *REB. Vol. 27, fasc. 2, junho de 1967.* Petrópolis, Vozes. P. 410-411.

Secretariado geral do episcopado português. *A família – situações difíceis.* Lisboa, Rei dos Livros. 1996.

Sínodo dos bispos. *Documento do sínodo dos bispos sobre o sacerdócio ministerial.* Petrópolis, Vozes. 1972.

_____ *A justiça no mundo.* Vozes, Petrópolis. 1972.

Sínodo Rio-grandense [Ig. Evangélica Luterana]. *Livro de doutrina.* Porto Alegre – São Leopoldo, Ed. Metrópole S. A. s/d. 19ª edição.

Documentos inéditos e manuscritos

Atas e fichas de casamentos

Igreja Evangélica Luterana de São Paulo – Igreja da Paz

Santo Amaro, Rua Silva Jardim, 125 (Granja Julieta)

Livro de registro de casamentos:

Livro Casamentos – I: do No. 1 – 1959 ao No. 90 – 1974;

Livro Casamentos – II: de No. 1 – 1975 a No. 89 – 1990.

As respectivas fichas de casamentos se encontravam na seguinte caixa:

Arquivo morto: *Caixa Benção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).*

Relação das fichas de casamento da Ig. da Paz:

Obs.: Para poder localizar as anotações de um casamento na igreja da Paz, basta verificar o primeiro número á esquerda, que corresponde a página no livro de registro de casamentos, com o número seguinte, que corresponde a quantidade de casamentos celebrados em um dado ano.

Ex.: 57/31 Celebrado no dia 25/06/1970

Significa que este é o casamento No. 31, localizado na página 57, do ano de 1970.

Fichas analisadas

*Livro Casamentos – I: do No. 1 – 1959 ao No. 90 – 1974;
Caixa Benção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996):*

Ano	Página	Número	Data
1959	1	2	26/dez
1960	1	3	02/jan
1960	1	4	11/jan
1960	1	7	23/jan
1960	1	9	24/fev
1960	2	10	27/fev
1960	2	11	19/abr
1960	2	15	14/mai
1960	2	16	21/mai
1960	3	19	28/mai
1960	3	20	04/jun
1960	3	22	25/jun
1960	3	23	02/jul
1960	3	24	09/jul
1960	3	25	14/jul
1960	4	33	01/out
1960	4	34	08/out
1960	4	35	23/out
1961	5	1	07/jan
1961	5	3	07/jan
1961	5	4	07/jan
1961	5	7	14/jan
1961	5	8	28/jan
1961	6	10	11/fev
1961	6	13	02/abr
1961	6	16	06/mai
1961	6	18	20/mai

1961	7	19	27/mai
1961	7	20	24/jun
1961	7	22	08/jul
1961	7	24	22/jul
1961	7	25	29/jul
1961	7	26	12/ago
1961	8	28	09/set
1961	8	34	25/nov
1961	8	35	25/nov
1961	9	37	09/dez
1961	9	38	16/dez
1961	9	41	23/dez
1962	10	2	06/jan
1962	10	3	06/jan
1962	10	6	27/jan
1962	10	9	10/fev
1962	11	10	17/fev
1962	11	11	03/mar
1962	11	12	13/mar
1962	11	13	24/mar
1962	11	14	31/mar
1962	11	15	15/abr
1962	11	16	21/abr
1962	11	17	21/abr
1962	11	18	21/abr
1962	12	19	28/abr
1962	12	20	28/abr
1962	12	23	16/mai
1962	12	24	24/mai
1962	13	28	30/mai
1962	13	29	02/jun

1962	13	30	11/jun
1962	13	32	28/jun
1962	13	34	21/jul
1962	13	35	21/jul
1962	13	36	15/ago
1962	14	37	06/set
1962	14	38	15/set
1962	14	39	15/set
1962	14	41	18/out
1962	14	42	20/out
1962	14	44	27/out
1962	15	46	10/nov
1962	15	47	20/nov
1962	15	48	08/dez
1962	15	53	15/dez
1963	17	4	12/jan
1963	17	5	02/fev
1963	18	12	09/mar
1963	18	13	14/mar
1963	18	14	05/abr
1963	19	27	29/jun
1963	20	28	29/jun
1963	20	31	03/ago
1963	20	32	10/ago
1963	20	34	07/set
1963	20	36	28/set
1963	21	39	19/out
1963	21	41	31/out
1963	21	43	23/nov
1963	21	44	30/nov
1963	22	46	28/dez

1964	23	1	04/jan
1964	23	2	04/jan
1964	23	3	11/jan
1964	23	5	25/jan
1964	23	9	06/fev
1964	24	11	05/mar
1964	24	12	21/mar
1964	24	13	02/abr
1964	24	16	23/abr
1964	25	20	27/jun
1964	25	24	25/jul
1964	25	26	16/ago
1964	25	27	05/set
1964	26	28	11/set
1964	26	33	17/out
1964	26	35	31/out
1964	26	36	11/nov
1964	27	37	14/nov
1965	28	3	09/jan
1965	28	4	16/jan
1965	28	5	16/jan
1965	28	6	23/jan
1965	28	9	30/jan
1965	29	10	06/fev
1965	29	14	27/fev
1965	29	16	05/mar
1965	30	19	20/mar
1965	30	22	07/abr
1965	30	23	24/abr
1965	31	31	04/jun
1965	31	35	03/jul

1965	31	36	10/jul
1965	32	37	15/jul
1965	32	40	20/ago
1965	32	41	28/ago
1965	32	43	18/set
1965	33	49	30/out
1965	33	51	20/nov
1965	33	52	08/dez
1965	34	56	18/dez
1965	34	58	18/dez
1966	35	2	08/jan
1966	35	7	25/fev
1966	35	8	04/mar
1966	36	13	16/abr
1966	36	14	24/abr
1966	36	15	30/abr
1966	36	17	06/mai
1966	36	18	07/mai
1966	37	20	21/mai
1966	37	21	21/mai
1966	37	22	21/mai
1966	37	23	31/mai
1966	37	24	04/jun
1966	37	27	25/jun
1966	38	28	25/jun
1966	38	31	02/jul
1966	38	32	20/jul
1966	38	34	23/jul
1966	38	36	06/ago
1966	39	38	10/set
1966	39	39	17/set

1966	39	41	28/out
1966	39	43	19/nov
1966	39	44	19/nov
1966	39	45	19/nov
1966	40	46	10/dez
1966	40	47	10/dez
1967	41	3	28/jan
1967	41	4	18/fev
1967	41	5	25/fev
1967	41	6	11/mar
1967	42	14	27/mai
1967	42	15	20/jun
1967	43	21	05/set
1967	43	22	16/set
1967	43	24	28/out
1967	43	25	04/nov
1967	44	26	02/dez
1967	44	27	02/dez
1967	44	30	21/dez
1967	44	31	30/dez
1968	45	1	06/jan
1968	45	3	03/fev
1968	45	5	22/fev
1968	45	7	02/mar
1968	45	8	09/mar
1968	45	9	30/mar
1968	46	10	06/abr
1968	46	11	20/abr
1968	46	12	04/mai
1968	46	13	11/mai
1968	46	16	07/jul

1968	47	19	13/jul
1968	47	22	27/jul
1968	47	26	05/out
1968	47	27	22/out
1968	48	30	30/nov
1968	48	33	21/dez
1969	49	1	11/jan
1969	49	4	06/fev
1969	49	3	18/jan
1969	49	5	08/fev
1969	50	12	19/abr
1969	50	13	17/mai
1969	50	14	24/mai
1969	50	15	24/mai
1969	50	16	29/mai
1969	50	18	05/set
1969	51	19	12/jul
1969	51	20	23/ago
1969	51	22	30/ago
1969	51	23	05/set
1969	51	25	06/set
1969	51	26	13/set
1969	51	27	13/set
1969	52	28	26/set
1969	52	30	04/out
1969	52	34	29/nov
1969	52	36	06/dez
1969	53	38	06/dez
1969	53	39	06/dez
1969	53	40	13/dez
1969	53	42	20/dez

1969	53	43	20/dez
1969	53	44	26/dez
1969	53	45	26/dez
1970	54	3	10/jan
1970	54	2	10/jan
1970	54	4	17/jan
1970	54	6	31/jan
1970	54	7	31/jan
1970	54	8	04/fev
1970	54	9	12/fev
1970	55	13	07/mar
1970	55	14	21/mar
1970	55	16	21/mar
1970	55	17	22/mar
1970	55	18	04/abr
1970	56	19	04/abr
1970	56	21	17/abr
1970	56	23	26/abr
1970	56	24	02/mai
1970	56	25	02/mai
1970	56	26	02/mai
1970	57	27	15/mai
1970	57		
1970	57	30	20/jun
1970	57	31	25/jun
1970	57	32	25/jun
1970	57	34	04/jul
1970	58	36	18/jul
1970	58	37	18/jul
1970	58	39	25/jul
1970	58	40	31/jul

1970	58	41	12/ago
1970	58	42	05/set
1970	58	44	12/set
1970	59	45	19/set
1970	59	46	26/set
1970	59	47	28/set
1970	59	48	24/out
1970	59	49	31/out
1970	59	51	14/nov
1970	60	54	05/dez
1970	60	55	10/dez
1970	60	56	15/dez
1970	60	57	26/dez
1970	60	58	26/dez
1970	60	59	29/dez
1971	61	2	03/jan
1971	61	3	05/jan
1971	61	4	06/jan
1971	61	5	09/jan
1971	61	6	09/jan
1971	61	7	09/jan
1971	61	8	29/jan
1971	61	9	05/fev
1971	62	10	06/fev
1971	62	11	19/fev
1971	62	12	19/fev
1971	62	16	25/mar
1971	62	17	17/abr
1971	63	19	04/mai
1971	63	20	29/mai
1971	63	23	11/jun

1971	63	24	12/jun
1971	63	25	25/jun
1971	63	26	26/jun
1971	64	29	02/jul
1971	64	30	02/jul
1971	64	31	03/jul
1971	64	32	10/jul
1971	64	34	24/jul
1971	64	35	29/jul
1971	64	36	31/jul
1971	65	37	03/set
1971	65	39	04/set
1971	65	42	18/set
1971	65	43	23/set
1971	65	44	25/set
1971	65	45	29/set
1971	66	48	16/out
1971	66	49	21/out
1971	66	50	03/nov
1971	66	51	14/nov
1971	66	52	20/nov
1971	66	53	20/nov
1971	67	59	18/dez
1971	67	60	18/dez
1971	67	61	23/dez
1971	67	62	26/dez
1971	67	63	27/dez
1971	68	64	18/dez
1971	68	66	28/dez
1971	68	67	29/dez
1972	69	1	08/jan

1972	69	2	08/jan
1972	69	3	15/jan
1972	69	4	15/jan
1972	69	5	15/jan
1972	69	6	22/jan
1972	69	7	22/jan
1972	69	8	27/jan
1972	70	11	02/fev
1972	70	13	26/fev
1972	70	16	04/mar
1972	70	17	21/mar
1972	71	20	25/mar
1972	71	22	28/abr
1972	71	24	02/mai
1972	71	25	26/mai
1972	71	26	27/mai
1972	71	27	27/mai
1972	72	28	27/mai
1972	72	30	16/jun
1972	72	31	17/jun
1972	72	33	18/jun
1972	72	34	24/jun
1972	72	35	01/jul
1972	72	36	08/jul
1972	73	37	08/jul
1972	73	38	27/jul
1972	73	40	19/ago
1972	73	41	02/set
1972	73	43	09/set
1972	73	44	16/set
1972	74	47	01/out

1972	74	48	01/out
1972	74	51	28/out
1972	74	52	11/nov
1972	74	53	01/dez
1972	74	54	02/dez
1972	75	55	09/dez
1972	75	56	13/dez
1972	75	57	20/dez
1972	75	58	17/dez
1972	75	60	23/dez
1972	75	61	27/dez
1972	75	63	30/dez
1973	76	1	05/jan
1973	76	2	06/jan
1973	76	5	13/jan
1973	76	6	13/jan
1973	76	7	20/jan
1973	76	8	20/jan
1973	77	10	03/fev
1973	77	11	03/fev
1973			10/fev
1973	77	14	10/mar
1973	77	15	24/mar
1973	77	17	07/abr
1973	77	18	14/abr
1973	78	20	28/abr
1973	78	22	05/mai
1973	78	23	06/mai
1973	78	25	19/mai
1973	78	24	12/mai
1973			23/jun

1973	79	29	17/jul
1973	79	30	07/jul
1973	79	31	14/jul
1973	79	33	21/jul
1973	79	34	28/jul
1973	79	35	28/jul
1973	80	37	04/ago
1973	80	38	04/ago
1973	80	41	25/ago
1973	80	43	01/set
1973	81	46	15/set
1973	81	47	22/set
1973	81	48	29/set
1973	81	50	06/out
1973	81	52	13/out
1973	81	53	20/out
1973	81	54	27/out
1973	82	55	27/out
1973	82	56	03/nov
1973	82	57	10/nov
1973	82	58	17/nov
1973	82	59	17/nov
1973	82	60	20/nov
1973	82	61	24/nov
1973	82	62	01/dez
1973	83	64	15/dez
1973	83	65	20/dez
1973	83	67	22/dez
1973	83	68	29/dez
1973	83	69	30/dez
1974	84	1	05/jan

1974	84	2	11/jan
1974	84	4	17/fev
1974	84	5	19/jan
1974	84	7	23/fev
1974	84	8	02/mar
1974	85	10	23/mar
1974	85	11	29/mar
1974	85	14	27/abr
1974	85	16	04/mai
1974	85	17	05/mai
1974	86	19	11/mai
1974	86	20	08/jun
1974	86	22	15/jun
1974	86	23	28/jun
1974	86	24	29/jun
1974	86	26	06/jul
1974	86	27	06/jul
1974	87	29	12/jul
1974	87	30	16/jul
1974	87	31	20/jul
1974	87	33	26/jul
1974	87	34	27/jul
1974	88	38	31/ago
1974	88	41	19/set
1974	88	42	28/set
1974	88	43	05/out
1974	88	44	05/out
1974	89	47	16/nov
1974	89	48	16/nov
1974	89	49	07/dez
1974	89	51	14/dez

1974	89	52	14/dez
1974	89	54	14/dez
1974	90	55	20/dez
1974	90	56	28/dez

Fichas analisadas

Livro Casamentos – II: de No. 1 – 1975 a No. 89 – 1990

Caixa Benção Matrimonial – bodas I (1967 – 1996).

Ano	Página	Número	Data
1975	1	1	04/jan
1975	1	2	11/jan
1975	1	3	11/jan
1975	1	4	11/jan
1975	1	6	18/jan
1975	2	11	01/fev
1975	2	15	22/fev
1975	2	16	22/fev
1975	3	20	04/abr
1975	3	21	26/abr
1975	3	22	09/mai
1975	3	25	07/jun
1975	3	26	07/jun
1975	4	28	30/jun
1975	4	29	04/jul
1975	4	31	05/jul
1975	4	32	05/jul
1975	4	34	11/jul
1975	6	46	31/out
1975	6	48	29/nov
1976	8	3	17/jan
1976	8	4	17/jan
1976	8	5	07/fev
1976	8	6	14/fev
1976	8	7	15/fev
1976	8	9	24/fev

1977	18	34	24/jul
1977	18	35	08/out

Paróquia de Santa Generosa

Av. Bernardino de Campos 192, Paraíso, São Paulo – SP

Atas de casamentos – arquivo morto

Livro *Casamentos*:

Livro 09 (29/05/1954-29/10/1960);

Livro 10 (29/10/1960 – 14/09/1971);

Livro 11 (16/09/1971-16/12/1981).

Processos matrimoniais consultados na Paróquia de S. Generosa:

Livro 09; p. 138; No. 150. Celebrado no dia 29/11/1958.

Livro 09; p. 145; No. 23. Celebrado no dia 22/01/1959.

Livro 09; p. 178 vº ; No. 12. Celebrado no dia 25/01/1960.

Livro 09; p. 191; No. 86. Celebrado no dia 23/06/1960.

Livro 10; p. 24; No. 116. Celebrado no dia 10/07/1961.

Livro 10; p. 53; vº ; No. 121. Celebrado no dia 15/11/1962.

Livro 10; p. 60; No. 16. Celebrado no dia 24/01/1963.

Livro 10; p. 63 vº ; No. 38. Celebrado no dia 21/02/1963.

Livro 10; p. 66. vº; No. 54. Celebrado no dia 07/05/1963.

Livro 10; p. 71; No. 83. Celebrado no dia 06/07/1963.

Livro 10; p. 75; No. 109. Celebrado no dia 28/09/1963.

Livro 10; p. 86; No. 26. Celebrado no dia 08/04/1964.

Livro 10; p. 112; No. 69. Celebrado no dia 28/08/1965.

Livro 10; p. 120; No. 09. Celebrado no dia 22/01/1966.

Livro 10; p. 121 vº; No. 18. Celebrado no dia 08/02/1966.

Livro 10; p. 132; No. 80. Celebrado no dia 24/09/1966.

Livro 10; p. 132; No. 82. Celebrado no dia 08/10/1966.

Livro 10; p. 133. No. 87. Celebrado no dia 29/10/1966.

Livro 10; p. 144. No. 52. Celebrado no dia 22/07/1967.

Livro 10; p. 146; No. 60. Celebrado no dia 16/09/1967.

Livro 10; p. 149; No. 81. Celebrado no dia 22/12/1967.

Livro 10; p. 150 vº; No. 87. Celebrado no dia 30/12/1967.

Livro 10; p. 160; No. 60. Celebrado no dia 18/12/1968.

Livro 10; p. 164; No. 11. Celebrado no dia 18/01/1969.

Livro 10; p. 168; No. 36. Celebrado no dia 10/04/1969.

Livro 10; p. 179; No. 102. Celebrado no dia 19/12/1969.

Livro 10; p. 180; No. 10. Celebrado no dia 27/01/1970.

Livro 10; p. 196; No. 20. Celebrado no dia 05/03/1971.

Livro 10; p. 197; No. 25. Celebrado no dia 15/04/1971.

Livro 11; p. 03; No. 63. Celebrado no dia 23/10/1971.

Livro 11; p. 23 vº; No. 89. Celebrado no dia 05/07/1972.

Livro 11; p. 28; No. 117. Celebrado no dia 16/09/1972.

Livro 11; p. 43; No. 42. Celebrado no dia 01/03/1973.

Livro 11; p. 44; No. 49. Celebrado no dia 10/03/1973.

Livro 11; p. 47; No. 64. (“Este casamento não foi realizado, conforme notificação de 19/10/1978 da Paróquia S. Pedro e S. Paulo).

Livro 11; p. 56; No. 117. Celebrado no dia 16/03/1973.

Livro 11; p. 64 vº; No. 167. Celebrado no dia 08/12/1973.

Livro 11; p. 73; No. 35. Celebrado no dia 13/04/1974. (Dados incompletos – ata não enviada).

Livro 11; p. 73; No. 36. Celebrado no dia 14/04/1974. (Dados incompletos – ata não enviada).

Livro 11; p. 73 vº; No. 40. Celebrado no dia 27/04/1974.

Livro 11; p. 78; No. 70. Celebrado no dia 04/09/1974.

Livro 11; p. 89; No. 26. Celebrado no dia 30/03/1975 (Dados incompletos – ata não enviada).

Livro 11; p. 102 vº; No. 109. Celebrado no dia 23/12/1975.

Livro 11; p. 113; No. 64. Celebrado no dia 25/09/1976.

Livro 11; p. 140; No. 16. Celebrado no dia 10/02/1978.

Bibliografia

Livros

ALBERIGO, Giuseppe. (dir.) *História do Concílio Vaticano II, Vol. I*. Petrópolis, Vozes. 1996

_____ *História do Concílio Vaticano II – Vol. II*. Petrópolis, Vozes. 2000.

_____ *Ângelo José Roncalli. João XXIII*. São Paulo. Paulinas. 2000.

ALTMANN, Walter. – WEBER, Bertoldo. *Desafio às igrejas – diálogo ecumênico em tempos de mudança*. São Paulo – São Leopoldo. Loyola – Sinodal. 1976.

ALTMANN, Walter. *Lutero e libertação*. São Paulo, Ed. Sinodal – Ática. 1994.

ALVIM, Zuleica. “Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo”, in: *Col. História da vida privada no Brasil. Vol. 03*. São Paulo, Cia das Letras. 1999. p. 215-288.

ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. 30^a edição. Petrópolis, Vozes. 1985.

_____ *Da utopia à esperança*. Rio de Janeiro, Sextante. 2001.

BAPTISTA, Anna Paola P. “O eterno ao moderno – pintura mural religiosa no Brasil nas décadas de 1940-1950”, in: *Revista Humanas. Vol.1, No.1. Março*. Londrina, EDUEL. 1999. p. 99-109.

BARAÚNA, Guilherme (Luis) (Dir). *A Igreja do Vaticano II*. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes. 1965.

BARROS, Marcelo. *O sonho da paz – a unidade nas diferenças: ecumenismo religioso e o diálogo entre os povos*. Petrópolis, Vozes. 1996.

BASTIAN, Jean Pierre (compilador). *Protestantes, liberales y francmasones – sociedades de ideas y modernidad en América latina, siglo XIX*. México, México D. F. CEHILA-Fondo de Cultura Económica. 1990.

_____. *Protestantismos y modernidad latinoamericana – historia de unas minorías religiosas activas en América Latina*. México, DF. Fondo de Cultura Económica. 1994.

BEA, Cardeal Agostinho. *A união dos cristãos – problemas e princípios, obstáculos e meios, realizações e perspectivas*. 4ª edição. Petrópolis. Vozes. 1964.

BEOZZO, José Oscar. “A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização”. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol. IV. São Paulo, DIFEL, 1984.

_____. *A Igreja do Brasil – de João XXIII a João Paulo II. De Medellín a Santo Domingo*. 2ª edição. Petrópolis, Vozes. 1996.

BEOZZO, José Oscar. (Org) *A Igreja Latino – Americana às vésperas do Concílio – História do Concílio Vaticano II*. São Paulo, Paulinas. 1993.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade*. Trad.: Carlos Felipe Moisés – Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo, Cia. Das Letras. 1993. 10ª Reimpressão.

BERQUÓ, Elza. “Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica”, in: *Col. História da vida privada no Brasil. Vol. 04*. São Paulo, Cia das Letras. 2000. p. 412-437.

BETTENCOURT, D. Estevão. OSB. *Diálogo ecumênico – temas controvertidos*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Lumen Christi. 1989.

BETTENSON, Henry. *Documentos da Igreja Cristã*. Trad.: Helmuth Alfredo Simon. Revisão: Gerson Correia de Lacerda. São Paulo, ASTE. 2001. 4ª Edição.

BLANCO, Pablo. *Joseph Ratzinger – uma biografia*. Trad. Emérico da Gama. São Paulo, Quadrante. 2005.

BOCK, Carlos Gilberto. *O ecumenismo eclesiástico em debate – uma análise a partir da proposta ecumênica do CONIC*. São Leopoldo. IEPG – Sinodal. 1998.

BOFF, Leonardo. *Igreja, carisma e poder*. Petrópolis, Vozes. 1981.

BONATTI, Pe. Mario. SDB. *Jesus nos quer unidos – ministério da unidade dos cristãos no novo milênio*. São Paulo, Loyola. 2000.

BONINO, José Míguez. *Concilio abierto – una interpretación protestante del Concilio Vaticano II*. Buenos Aires, Editorial La Aurora. 1967.

_____. *Metodismo: releitura latino-americana*. Trad. Adesses Antonio Oliveira Araújo. Piracicaba, UNIMEP – Faculdade de Teologia da Igreja Metodista no Brasil. 1983.

BORTOLINI, Pe. José. *Os sacramentos em sua vida – uma visão completa em linguagem popular*. São Paulo, paulinas. 1981. 9ª. Edição.

BOSCO, Terésio. *Roger Schutz – um profeta em Taizé*. Trad. Germano Correia Botelho. São Paulo, Editorial Dom Bosco. 1977.

BOYER, Carlos. *Unidad cristiana y movimiento ecuménico*. Trad. José Garo. Buenos Aires. Editorial Difusion. 1960.

BRUNNER, Emil. *Nossa fé*. Trad. Helberto Michel. São Leopoldo, RS. Ed. Sinodal. 1978. 3ª edição.

BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: MEC, 1957.

BURKHARD, John. Ofm. Conv. *Apostolicidade ontem e hoje – Igreja ecumênica no mundo pós-moderno*. Trad. Joshuah de Bragança Soares. São Paulo, Loyola. 2008.

CÂMARA, D. Helder (et alii). “Novas estruturas na Igreja”, in: *Col. Temas Conciliares IV*. Lisboa, Portugal. Livraria Morais Editora. 1966.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. “Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos”, in: *Col. São Paulo, Vol. 6*. São Paulo, Ed. Paz e Terra – Grupo Santander Banespa. 2003.

CAPPARELLI, Julio César. *Manual sobre o matrimônio no direito canônico*. Trad.: Armando Braio Ara. São Paulo, Paulinas. 2004. 2ª Edição.

CASTRO, Alípio Maia e. *A família – uma perspectiva cristã*. São Paulo, Hottopos. 1997.

CIFUENTES, Rafael Llano. *Novo direito matrimonial canônico*. Rio de Janeiro, Ed. Marques Saraiva. 1988.

CIPRIANI, Gabriele. *Itinerário ecumênico de João XXIII*. São Paulo, Paulinas. 1985.

CHRISTÓFARO, Cônego. *O Concílio Vaticano II – o que a respeito devem saber católicos, protestantes e ortodoxos*. São Paulo, Ed. Mestre Jou. 1962.

COMBLIN, José. *Quais os desafios dos temas teológicos atuais?* São Paulo, Paulus. 2005.

COSTA, Frei Luis Gonzaga. OFM. *Maria na vida do casal – meditações diárias para casais*. Petrópolis, Vozes. 1976.

CREMONA, Carlo. *Pablo VI*. Madrid, Ediciones Palabra. 1995.

CRUZ, Theresinha Motta Lima da. *Ecumenismo – conteúdo de catequese?* São Paulo. Paulus. 1996.

D'ARAÚJO, Maria Celina. – SOARES, Gláucio Ary Dilion. – CASTRO, Celso. *Visões do golpe – a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro – RJ, Ediouro. 2004.

DAWSON, Christopher. *O julgamento das nações*. Trad. J. Luiz de O. Araújo. Rio de Janeiro, AGIR. 1945.

DANIEL ROPS. *A Igreja dos apóstolos e dos mártires. Vol. I*. São Paulo, Quadrante. 1989.

_____. *A Igreja da Reforma Protestante I. Vols. IV e V*. São Paulo, Quadrante. 1999.

_____. *A Igreja das Revoluções III. Vol. XI*. São Paulo, Quadrante. 2008.

DANIELOU, Jean. SJ. *Evangelho e mundo moderno – pequeno tratado moral para uso dos leigos*. Lisboa, Portugal. Livraria Sampedro Editora. 1967.

DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo. Editora Livraria Pioneira. 1989.

DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade – estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo, EST - Sinodal. 2003. 2ª. Edição revista e ampliada.

DUKE, James O. “O Código de Direito Canônico: perspectiva protestante”, in: HORTAL, Pe. Jesus Hortal, S.J. (Org.). *O Código de direito canônico e o ecumenismo*. Col. *Igreja e direito*, No. 7. São Paulo, Loyola. 2003. 2ª. Edição. p. 65-102.

ELDEREN, Marlin Van. “Introducing the World Council of Churches”. In: *Risk Book Series*. Geneva, Switzerland. WCC Publications. 1990.

ELIADE, Mircea. *História das crenças e das idéias religiosas. Tomo I, Vol. I*. Trad.: Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1978.

_____. *História das crenças e das idéias religiosas. Tomo II, Vol. II*. Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1979.

_____. *A history of religious ideas. Vol. III*. Translated: Alf Hiltebeitel – Diane Apostolos-Cappadona. Chicago-Londres. The University Chicago Press. 2007.

_____. *Mito e realidade*. Trad. Pola Civelli. São Paulo, Perspectiva. 1972.

_____. *Ferreiros e alquimistas*. Trad. Roberto Cortez de Lacerda. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1979.

_____. *Mitos, sonhos e mistérios*. Trad. Samuel Soares. Viseu, Portugal. Edições 70. 1989.

_____. *O sagrado e o profano*. São Paulo, Martins Fontes. 1992.

_____. *O mito do eterno retorno*. Trad.: Manuela Torres. Lisboa, Edições 70.

s/d.

ELIADE, Mircea. – COULIANO, Ioan. P. *Dicionário das religiões*. São Paulo, Martins Fontes. 1999.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, Vols. I e II*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 1994.

FAUSTO, Boris. “Imigração: cortes e continuidades”, in: *Col. História da vida privada no Brasil. Vol. 04*. São Paulo, Cia das Letras. 2000. p. 13-62.

FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero: um destino*. Trad. Maria Elisabeth Cabral. Lisboa, Portugal. Livraria Bertrand. 1976.

FELICIANI, Giorgio. *As bases do direito da Igreja - comentário ao Código de Direito Canônico*. Trad.: Tarcísio Machado Rocha. São Paulo, Paulinas. 1994.

FERNANDES, Ir. Madalena. *Afinal, o que é o ensino religioso? – sua identidade própria em contraste com a catequese*. São Paulo, Paulus. 2000.

FERNANDES, Silvia Regina Alves. “Prática religiosa e participação social”, in: *Desafios do catolicismo na cidade – pesquisa em regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo, CERIS-Paulus. 2002. P. 88-136.

FELICIANI, Giorgio. *As bases do direito da Igreja - comentário ao Código de Direito Canônico*. Trad.: Tarcísio Machado Rocha. São Paulo, Paulinas. 1994.

FIGUEIREDO, Fernando A. OFM. “Evangelização: conversão –testemunho”, in: *Col. Vida religiosa: temas atuais 6*. Vozes, Petrópolis. 1976.

FRANCA, Pe. Leonel. *A Igreja, a reforma e a civilização*. 3ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira S/A. 1937.

_____ *A psicologia da fé*. 3ª. Edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1937.

_____ *O protestantismo no Brasil – Lutero e o Sr. Frederico Hansen*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Livraria AGIR Editora. 1952. 3ª edição.

GALLAGHER, Rosemary – TRENCHARD, John. C.Ss. R. *Seu casamento*. Trad. Fátima Barbosa de Mello Simon. Aparecida, SP. Santuário. 1995.

GARAUDY, Roger. *Do anátema ao diálogo – um marxista dirige-se ao Concílio*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro, Paz e terra. 1966.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Cia. Das Letras. 2004. 4ª. Edição.

GEUSAU, L. Von. (et alii). “Os cristãos a caminho da unidade”. In: *Col. Temas Conciliares III*. Lisboa, Livraria Moraes Editora. 1965.

GIBELLINI, Rosino. (Ed.) *Perspectivas teológicas para o século XXI*. Trad. : Carlos Felício – Roque Frangiotti. Aparecida-SP, Editora Santuário. 2005.

GIRONA, Pe. Martin Segú. – KROHLING, Pe. Aloísio. *Pastoral do matrimônio – aos casais dos movimentos familiares do Brasil*. São Paulo, Paulinas. 1970.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática. 1990. 4ª. Edição.

GOZZI, Paulo Homero. *Como lidar com as seitas*. São Paulo, Paulinas. 1989.

GROPELLO, Agnese Baggio Di. *A mulher e o amor – à luz do Vaticano II*. São Paulo, Paulinas. 1969.

HERMELINK, Jan. *As igrejas no mundo – um estudo das confissões cristãs*. São Leopoldo. Ed. Sinodal. 1981.

HORTAL, Jesus. *Casamentos que nunca deveriam ter existido – uma solução pastoral*. São Paulo, Loyola. 1987.

_____ *E haverá um só rebanho – história, doutrina e prática católica do ecumenismo*. 2ª edição. São Paulo, Loyola. 1996.

HORTAL, Pe. Jesus Hortal, S.J. (Org.). “O Código de direito canônico e o ecumenismo – implicações ecumênicas da atual legislação canônica”, in: *Col. Igreja e direito, No. 7*. São Paulo, Loyola. 2003. 2ª. Edição.

HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Trad. Vidal de Oliveira – Lino Vallandro. Porto Alegre – Rio de Janeiro, Ed. Globo. 1982. 10ª Edição.

IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Civilização Brasileira. 1975.

IEA. *Estudos avançados 52*. São Paulo, USP. 2004.

Irmão Roger, de Taizé. *Deus só pode amar*. Trad. Irmão Michel. São Paulo, Paulinas. 2006. 2ª edição.

JOSAPHAT, Frei Carlos. *Evangelho e diálogo inter-religioso*. São Paulo, Loyola. 2003.

_____ *Falar de Deus e com Deus – caminhos e descaminhos das religiões hoje*. São Paulo, Paulus. 2004.

JOSGRILBERG, Rui. “Prefácio”, in: CASTRO, Clovis Pinto de. (Org.). *Pastoral urbana – presença pública da Igreja em áreas urbanas*. São Bernardo do Campo, SP. EDITEO – UMESP. 2006.

KASPER, Walter. *Guia para uma espiritualidade ecumênica*. Trad. Teresinha Motta Lima da Cruz. São Paulo, Paulinas. 2007.

_____ *Que todas sejam uma – O chamado à unidade hoje*. Trad.: Carlos Alberto Bárbaro. São Paulo, Loyola. 2008.

KLOPPENBURG, Boaventura. *O cristão secularizado – o humanismo do Vaticano II*. 2ª edição. Petrópolis, Vozes. 1971.

_____ *Igreja Popular*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora. 1983

_____ *Minha Igreja*. Petrópolis, Vozes. 2000.

KLOPPENBURG, Boaventura. – BARAÚNA, Guilherme. *As grandes tensões na Igreja pós-conciliar*. Petrópolis, Vozes. 1969.

KLUG, João. “Lutero e a reforma religiosa”, in: *Col. Para conhecer melhor*. São Paulo, FTD. 1998.

KNOX, Ronald. *A torrente oculta*. Trad.: Manuel Emídio. Lisboa, Portugal. Editorial Áster. 1958.

LA BEDOYERE, Michael de. *Objecções ao catolicismo romano*. Trad. Ernesto J. Bernhoeft. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1969.

LECLERCQ, Jacques. *A família*. Trad. Emérico da Gama. São Paulo, Quadrante – EDUSP. 1968.

LÉONARD, Émile G. *O protestantismo brasileiro - estudo de eclesiologia e história social*. Trad. Linneu de Camargo Schützer. São Paulo, ASTE. 2002. 3ª edição revisada.

LIBÂNIO, J. B. *As grandes rupturas sócio-culturais e eclesiais – sua incidência sobre a Vida Religiosa*. Petrópolis – Rio de Janeiro, Vozes - CRB. 1980.

_____ *A volta à grande disciplina*. São Paulo, Loyola. 1983.

_____ “Concílio Vaticano II – em busca de uma primeira compreensão”, in: *Col. Theologica, 14*. São Paulo, Loyola. 2005.

LORSCHIEDER, Dom Aloísio. – BEOZZO, José Oscar. 2ª edição. *500 anos de evangelização da América Latina*. Petrópolis, Vozes. 1992.

LORSCHIEDER, Aloísio. (et alli). *Vaticano II – 40 anos depois*. São Paulo, Paulus. 2005.

LOVELOCK, James. *As eras de Gaia – a biografia da nossa Terra viva*. Trad. Beatriz Sidou. Rio de Janeiro, Ed. Campus. 1991.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais – adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas, SP. ANPOCS – Autores Associados. 1996.

MAGALHÃES, Antonio. – PORTELLA, Rodrigo. *Expressões do sagrado – reflexões sobre o fenômeno religioso*. Aparecida – SP, Editora Santuário. 2008.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo, Brasiliense. 1986.

MALUF, Marina. – MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”, in: *Col. História da vida privada no Brasil. Vol. 03*. São Paulo, Cia das Letras. 1999. p. 367-422.

MAZZOLENI, Gilberto. *O planeta cultural – para uma antropologia histórica*. Trad. Liliana Laganà – Hylio Laganà Fernandes. São Paulo, EDUSP. 1992.

MELLO, João Manuel Cardoso de. – NOVAIS, Fernando A. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”, in: *Col. História da vida privada no Brasil. Vol. 04*. São Paulo, Cia das Letras. 2000. p. 559-658.

MELO, Fernando dos Reis de. *Religião e religiões – perguntas que muita gente faz*. Aparecida – SP, Ed. Santuário. 1997.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *Protestantes, pentecostais e ecumênicos – o campo religioso e seus personagens*. São Bernardo do Campo. UMESP. 1997.

_____ *O celeste porvir - a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo, EDUSP. 2008.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. – FILHO, Prócoro Velásquez. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo. Loyola – Ciências da Religião. 1990.

MESSORI, Vittorio. *Padeceu sob Pôncio Pilatos?* Aparecida – SP, Ed. Santuário. 1993.

MICHALON, Pierre. *A unidade dos cristãos*. Trad.: Maria de Jesus Brito. São Paulo, Paulinas. 1969.

MIRANDA, D. Antonio Afonso de. SDN. *O que é preciso saber sobre o casamento*. Aparecida, SP. Ed. Santuário. 1985. 8ª edição.

_____ *O que é preciso saber sobre os sacramentos*. Aparecida, SP. Ed. Santuário. 1988.

MONTEIRO, Paula. (Org.). *Entre o mito e a história*. Petrópolis, Vozes. 1996.

MORAES, Mário Sérgio de. *O ocaso da ditadura – caso Herzog*. São Paulo, Barcarolla. 2006.

NAVARRO, Juan Bosch. *Para compreender o ecumenismo*. Trad. Maria Stela Gonçalves – Adail Ubirajara Sobral. São Paulo, Loyola. 1995.

_____ *Dicionário de ecumenismo*. Trad. Pe. Ivo Montanhese, C.Ss.R. Aparecida – SP, Editora Santuário. 2002.

NEUNER, Peter. “O caminho do ecumenismo no século XX”, in: *GIBELLINI, Rosino (Ed.). Perspectivas teológicas para o século XXI*. Trad. Carlos Felício e Roque Frangiotti. Aparecida, SP – Brasil. 2005. P. 279-298.

OBERACKER JR, Carlos H. *A contribuição teuta a formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Presença. 1968.

_____ *Jorge Antonio Von Schaeffer – criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre, RS. Ed. Metrópole. 1975.

OUTLER, Albert C. *Para que o mundo creia – estudo sobre a unidade cristã*. São Paulo, Imprensa Metodista. 1973.

PAGDEN, Anthony. *La caída del hombre natural*. Trad. Belén Urrutia Domínguez. Madrid, Alianza Editorial. 1988.

PÉLACH, Enrique. *Catecismo breve – resumo do Catecismo da Igreja Católica*. Trad.: Francisco Faus. São Paulo, Quadrante. 1997.

PELLÁ, Ângelo. *Renovar-se no espírito da unidade – perspectivas práticas do ecumenismo no terceiro milênio*. São Paulo, Ed. Ave Maria. 1999.

PORTO, Humberto. – MARTIN, Leonardo. *Unidade e fraternidade*. São Paulo, Paulinas. 1982.

PORTO, Humberto. – SCHLESINGER, Hugo. *As religiões ontem e hoje*. São Paulo, Paulinas. 1982.

RATZINGER, Joseph. – MESSORI, Vittorio. *A fé em crise? O cardeal Ratzinger se interroga*. Trad. Pe. Fernando José Guimarães CSSR. São Paulo, EPU. 1985.

RATZINGER, Joseph. *Fé, verdade, tolerância – o cristianismo e as grandes religiões do mundo*. Trad.: Sivar Hoeppe Ferreira. São Paulo, IBFC Raimundo Lúlio. 2007.

_____ *Dogma e anúncio*. Trad. Pe. Antonio Steffen SJ. São Paulo, Loyola. 2007.

_____ *Jesus de Nazaré – 1ª parte: do batismo no Jordão à Transfiguração*. Trad.: José Jacinto Ferreira de Farias, SCJ. São Paulo, Planeta. 2007.

REILY, Duncan Alexander. *Historia documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo, ASTE. 2003. 3ª edição.

RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no Brasil Monárquico (1822-1889)*. São Paulo, Editora Livraria Pioneira. 1973.

_____ *Igreja Evangélica e República Brasileira (1889 – 1930)* São Paulo, Livraria “O sementeiro”. 1991.

RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. – FILHO, José Bittencourt. *Por uma nova teologia ecumênica – a teologia da proscricção*. São Paulo, Paulinas-Koinonia. 1996.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, UNESP – FAPESP. 1993.

ROBINSON, Henry Morton. *O cardeal*. Trad. José Geraldo Vieira. São Paulo, Ed. Mérito. 1956.

ROCHE, Jean. “As bases físicas da ocupação do solo no Rio Grande do Sul”, in: UFRGS. *Três estudos rio-grandenses*. Porto Alegre, RS. Ed. UFRGS. 1966. p. 30-64.

_____ *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul – Vol. I e II*. Trad.: Emery Ruas. Porto Alegre – RS, Ed. Globo. 1969.

ROSSI, Agnelo. “El evangelio ante la secularización”, in: *Mundo Cristiano – Folletos No. 189*. Madri, Mundo Cristiano. 1974.

SANCHEZ, Wagner Lopes. “Pluralismo religioso – as religiões no mundo atual”, in: *Col. Temas do ensino religioso*. São Paulo, Paulinas - PUC-SP. 2005.

SANTA ANA, Julio de. *Ecumenismo e libertação – reflexões sobre a relação entre a unidade cristã e o Reino de Deus*. 2ª edição. Trad. Jaime A. Clasen. São Paulo, Vozes. 1991.

SCHAPOCHNIK, Nelson. “Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade”, in: *Col. História da vida privada no Brasil. Vol. 03.* São Paulo, Cia das Letras. 1999.

SCHLESINGER, Hugo. *Um diálogo sem preconceitos.* São Paulo, CFCJ. 1987.

SCHÜNEMANN, Rolf. *Do gueto à participação – o surgimento da consciência sóciopolítica na Igreja evangélica de confissão luterana no Brasil entre 1960 e 1975.* São Leopoldo. Ed. Sinodal. EST – IEPG. 1992.

SCHUTZ, Roger. *Dinâmica do provisório.* Trad. Ir. Maria Angelita NSS. São Paulo, Duas Cidades. 1967.

SERROU, Robert. *Pío XII – el Papa rey.* Madri, Ediciones Palabra. 1997.

SERVUS MARIAE (Raimundo Caramuru de Barros). *Para entender a Igreja no Brasil: a caminhada que culminou no Vaticano II (1930 – 1968).* Petrópolis, Vozes. 1994.

SKINNER, Quentin. *Los fundamentos del pensamiento político moderno. Vol. II – La Reforma.* México, D.F. 1ª Reimpresión. 1993.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. (et alii). *Desafios do catolicismo na cidade – pesquisa em regiões metropolitanas brasileiras.* São Paulo, CERIS - Paulus. 2002.

STEIN, Edith. *A mulher – sua missão segundo a natureza e a graça.* Trad.: Alfred Keller. Bauru - SP, EDUSC. 1999.

SUAREZ, Luis. *Humanismo y reforma católica.* Madri, Espanha. Libros MC. 1987.

SUNG, Jung Mo. “A presença pública da Igreja no espaço urbano”, in: CASTRO, Clovis Pinto de. (Org.). *Pastoral urbana – presença publica da Igreja em áreas urbanas.* São Bernardo do Campo, SP. EDITEO – UMESP. 2006.

SYDOW, Evanize – FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns – um homem amado e perseguido.* Petrópolis. Vozes. 1999.

TARSIER, Pedro. *História das perseguições religiosas no Brasil*. São Paulo. Ed. Cultura Moderna. Tomo II, Vol. IV. 1934.

TEIXEIRA, Faustino. – DIAS, Zwinglio Mota. *Ecumenismo e diálogo inter-religioso: a arte do possível*. Aparecida-SP, Editora Santuário. 2008.

TIEL, Gerhard. *Ecumenismo na perspectiva do Reino de Deus – uma análise do movimento ecumênico de base*. São Leopoldo. Ed. Sinodal. 1998.

TORNIELLI, Andréa. – ZANGRANDO, Alessandro. *João Paulo I – O Papa do sorriso*. Trad. José Fernando Wistuba – Fernando Marchezini. São Paulo, Quadrante. 2000.

TOURNIER, Paul. *Para melhor compreender-se no matrimônio*. Trad. Bertholdo Weber. São Leopoldo, RS. Ed. Sinodal. 2005. 13ª edição.

VALLE, Pe. Edênio. SVD. “Religiosidade popular: evangelização e vida religiosa”, in: *Col. Vida religiosa – temas atuais 4*. Petrópolis, Vozes. 1975.

VERCRUYSSSE, Jos. *Introdução à teologia ecumênica*. Trad. Orlando Soares Moreira. São Paulo, Loyola. 1998.

VIDAL, Gore. *Criação*. Trad. Newton Goldman. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1995.

VIDIGAL, Pedro Maciel. *O Cardeal de Vasconcellos Motta*. Belo Horizonte, MG. Imprensa Oficial. 1973.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. 2ª edição. Brasília, UnB. 1980.

WEBER, Max. *Ensayos sobre sociologia de la religion – Vol. I*. Trad.: José Almaraz – Julio Carabaña.

WOLFF, Elias. *O ecumenismo no Brasil – uma introdução ao pensamento ecumênico da CNBB*. São Paulo. Paulinas. 1999.

_____ “Os caminhos rumo à unidade cristã no Brasil – uma abordagem histórico-teológico-pastoral”, in: *REB. Fasc. 244, Vol. 61*. Petrópolis, Vozes. 2001. p. 771-802.

_____ *Caminhos do ecumenismo no Brasil: História – Teologia – Pastoral*. São Paulo, Paulus. 2002.

_____ *Ministros do diálogo – o diálogo ecumênico e inter-religioso na formação presbiteral*. São Paulo, Paulus. 2004.

_____ *A unidade da Igreja – ensaio de eclesiologia ecumênica*. São Paulo, Paulus. 2007.

ZANLOCHI, Teresinha. *Mulheres leigas na Igreja de Cristo*. Bauru, SP. EDUSC. 2001.

Artigos

BEOZZO, José Oscar. “O futuro das Igrejas particulares”, in: *Concilium- Documentação*, 279. Petrópolis, Vozes. 1999/1. p. 159-176.

BEOZZO, José Oscar. – RUGGIERI, Giuseppe. “Por uma estruturação ecumênica das igrejas”, in: *Concilium- Editorial*, 291. Petrópolis, Vozes. 2001/3. p. 5-18.

BORRAS, Alphonse. “Uma interpretação ecumênica do Código de Direito Canônico da Igreja católica latina”, *Concilium*, 291. Petrópolis, Vozes. 2001/3. p. 80-93.

BROSSEDER, Johannes. “A que unidade das Igrejas queremos chegar?”, in: *Concilium*, 271. Petrópolis-RJ, Vozes. 1997/3. p. 161-171.

CALVANI, Carlos Eduardo B. “Desafios para o ensino da teologia latino-americana em nossos dias”, in: *REB. Fasc. 258, Vol. 65*. Petrópolis, Vozes. 2005. p. 335-356.

CÂMARA, Franklin da Silva Uipiranga. – SOUZA, Edilson soares de. “Para uma compreensão do sagrado no protestantismo brasileiro em sua expressão contemporânea”, in: *História e debates. Ano 22 – No. 43 – Julho a Dezembro de 2005*. Curitiba, Paraná. UFPR. p. 55-72.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. “Amor e gênero em quadrinhas”, in: *Revista Brasileira de História*. Vol. 27, No. 54. São Paulo, CAPES – ANPUH – CNPq. p. 83-107. 2007.

CAVA, Ralph Della. “Protestantismo mundial: o ‘novo’ consenso emergente”. In: *Revista Tempo e presença*. Rio de Janeiro. Ano 26, Maio/junho de 2004. Trad. Rosa L. Peralta. p. 27-36.

COHEN, Ilka Stern. “Thomaz Davatz revisitado: reflexões sobre a imigração germânica no século XIX”, in: *Revista de História*, No. 144, 1º. Semestre. São Paulo, DH-FFLCH-USP. 2001.

DICKIE, Maria Amélia Schmidt. “Reconstruindo a tradição: milenarismo e fronteiras étnicas”, in: *Revista de Ciências Humanas*. Vol. 16, no. 24, Outubro de 1998. Florianópolis, SC. UFSC. P. 128-137.

FRESTON, Paul. “Dilemas de naturalização do protestantismo étnico: a igreja luterana no Brasil”, in: *Revista de Ciências Humanas*. Vol. 16, no. 24, Outubro de 1998. Florianópolis, SC. UFSC. P. 61-73.

FRIELING, Reinhard. “Ecumenismo na Europa: conflitos e desafios”, in: *Concilium*, 305. Petrópolis, Vozes. 2004/2. p. 62-72.

GERTZ, René E. “O nativismo, os teuto-brasileiros católicos e luteranos no Rio Grande do Sul”, in: *Revista de Ciências Humanas*. Vol. 16, no. 24, Outubro de 1998. Florianópolis, SC. UFSC. P. 43-60.

GODOY, Manoel. “Concílio Vaticano II: balanço e perspectivas à luz dos seus 40 anos”, in: *REB. Fasc. 259, Vol. 65*. Petrópolis, Vozes. 2005. p. 583-597.

JUNIOR, Francisco de Aquino. “Experiências X teologias (macro) ecumênicas – uma articulação necessária”, in: *REB. Fasc. 257, Vol. 65*. Petrópolis, Vozes. 2005. 112-134.

KLUG, João. “Confessionalidade e etnicidade em Santa Catarina: tensões entre luteranos e católicos”, in: *Revista de Ciências Humanas*. Vol. 16, no. 24, Outubro de 1998. Florianópolis, SC. UFSC. p. 111-127.

LANZA, Fábio. “As perspectivas da igreja católica no regime militar (1964-1985)”, in: *Ensaio de história. Vol. 2, No. 2, 1997*. Franca, SP. UNESP. P. 71- 80.

LUBICH, Chiara. “Mulher, artífice de paz e unidade”, in: GASPARG, Maria do Carmo (Org.). *Mulher, artífice de paz e unidade*. São Paulo, Cidade Nova. 1990.

MAFFEIS, Ângelo. “A discussão teológica atual sobre a unidade da Igreja”, in: *Concilium, 271*. Petrópolis, Vozes. 1997/3. p. 37-49.

MARCHI, Euclides. “O sagrado e a religiosidade: vivências e mutualidades”, in: *História e debates. Ano 22 – No. 43 – Julho a Dezembro de 2005*. Curitiba, Paraná. UFPR. p. 33-54.

MELLO, Sylvia Lens de. “Estrangeiros acatólicos no Rio de Janeiro oitocentista: um olhar através de documentos teuto-brasileiros”, in: *Revista Humanas. Vol.1, No.1. Março*. Londrina, EDUEL. 1999. p. 111-124.

MELLONI, Alberto. “Os gestos ecumênicos no catolicismo contemporâneo”, in: *Concilium, 291*. Petrópolis, Vozes. 2001/3. p. 134-150.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. – ALBUQUERQUE, Klaus Paz de. “A experiência macro-oikoumene em tempos incertos: desafios e utopias”, in: *REB. Fasc. 258, Vol. 65*. Petrópolis, Vozes. 2005. p. 315-334.

PESCH, Otto Hermann. “‘Hierarquia das verdades’ – e a prática ecumênica”, in: *Concilium, 291*. Petrópolis, Vozes. 2001/3. p. 62-79.

RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. – RAMALHO, Jether Pereira. “Caminhar juntos: um balanço da trajetória ecumênica das CEBs no Brasil”, in: *REB. Fasc. 228, Vol. 57*. Petrópolis, Vozes. 1997. p. 867-880.

RICHARD, Pablo. “Crise irreversível na Igreja Católica Romana”, in: *Revista Tempo e Presença. Maio/junho 2005, Ano 27, No. 341*. Rio de Janeiro, Koinonia. p. 31-36.

ROCHA, Zildo Barbosa. “Ecumenismo: avanços e recuos”, in: *REB. Fasc. 241, Vol. 61*. Petrópolis, Vozes. 2001. p. 85-100.

SUESS, Paulo. “Fragmentação na América Latina: a ameaça à vida inteira”, in: *Concilium*, 271. Petrópolis, Vozes. 1997/3. p. 113-121.

TERRA, João E. Martins. SJ. ‘Um profeta de nossos dias: o Cardeal Agostinho Bea’, in: *Revista de Cultura Bíblica*. Vol. XII, Cad. 1, Fasc. 1-2. São Paulo. 1975. pp. 134-150.

WILFRED, Felix. “Uma nova maneira de ser cristãos – preparando-se para dialogar com vizinhos da mesma fé”, in: *Concilium*, 279. Petrópolis, Vozes. 1999/1. p. 57-63.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “A mercantilização da magia na urbanização de São Paulo (1910-1940)”, in: *Revista de História*, No. 150, 1º. Semestre. São Paulo, DH-FFLCH-USP. 2004. P. 11-39.

Dissertações e teses

CAMPOS JÚNIOR, Heber Carlos de. *A reação da Igreja Presbiteriana do Brasil ao “Modernismo” dentro de seus seminários nas décadas de 1950 e 1960*. São Paulo, Mackenzie. 2003. Dissertação de mestrado.

FARIAS, Damião Duque de. *Crise e renovação católica na cidade de São Paulo: impasses do progressismo e permanências do conservadorismo (1945-1975)*. São Paulo, DH-FFLCH-USP. 2002. Tese de doutoramento.

MIKLOS, Jorge. *‘Que todos sejam um’ – ecumenismo e diálogo inter-religioso na ação pastoral do Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns*. São Paulo, PUC-SP, 1998. Dissertação de mestrado.

MORTL, Maria Inêz de Lima. *Eu, tu e ele (a) – Diálogo ecumênico em São José dos Campos – SP: avanços, dificuldades, caminhos, perspectivas*. São Paulo. PUC-SP. 2005. Dissertação de mestrado.

RIBEIRO, Margarida Fátima Souza. *As mulheres metodistas e os movimentos ecumênicos no Brasil: experiências e desafios*. São Bernardo do Campo, SP. UMESP. 2001. Dissertação de mestrado.

TEIXEIRA, Marli Geralda. *Nós, os batistas... um estudo de história das mentalidades*. São Paulo, DH-FFLCH-USP. 1983. Tese de doutoramento.

WINNISCHOFER, Christina Takatsu. *Casamentos entre católicos e judeus: desafios de conviver com diferentes tradições religiosas e o de orientar os filhos na sua formação espiritual*. São Bernardo do Campo, SP. UMESP. 2009. Dissertação de mestrado.